

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O ARTICULISTA FLORESTAN: CIÊNCIA E POLÍTICA
COMO BASE DE UMA PEDAGOGIA SOCIALISTA

Marcos Marques de Oliveira

Niterói – RJ
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O ARTICULISTA FLORESTAN: CIÊNCIA E POLÍTICA COMO BASE DE UMA PEDAGOGIA SOCIALISTA

Marcos Marques de Oliveira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Faculdade de Educação da
Universidade Federal Fluminense, para obtenção
do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Giovanni Semeraro

Niterói – RJ
Abril de 2006

MARCOS MARQUES DE OLIVEIRA

O ARTICULISTA FLORESTAN: CIÊNCIA E POLÍTICA
COMO BASE DE UMA PEDAGOGIA SOCIALISTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Faculdade de Educação da
Universidade Federal Fluminense, para obtenção
do título de Doutor em Educação.

Aprovação em 28 de abril de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. GIOVANNI SEMERARO – Orientador
UFF

Prof. Dr. OSMAR FÁVERO
UFF

Profª Drª ELIANE VERAS SOARES
UFPE

Profª HELOÍSA FERNANDES SILVEIRA
USP

Profª Drª MIRIAM LIMOEIRO CARDOSO
UFRJ

Aos “Vicentes” que (ainda) não conseguiram
se transformar em “Florestans”

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível pelo apoio e estímulo do professor Giovanni Semeraro, que além de um orientador metódico e atento, mostrou-me que a atividade acadêmica feita com rigor e dedicação crítica não exclui relações de respeito e amizade – sentimentos fundamentais para a superação das adversidades encontradas no caminho. O mesmo pode ser dito em relação ao mestre Osmar Fávero, que além de responsável pelo meu encontro com Giovanni, acompanhou de perto todo o desenrolar da pesquisa, inclusive dando-me a oportunidade de colaborar para um livro por ele organizado em homenagem a Florestan Fernandes, nos dez anos de seu falecimento.

Foi também através de Fávero que cheguei a Miriam Limoeiro Cardoso, outra componente da banca, uma das mais importantes conhecedoras da obra sociológica de Florestan, naquilo que ela tem de mais radical e produtiva. A ela, como explico na “Introdução”, devo o *insight* que me levou a esta aventura “florestaniana”.

No meio do caminho, para além das pedras, deparei-me com inúmeras outras pessoas que, de alguma forma, compuseram um mosaico de colaboração (voluntária ou involuntária) bastante produtivo. Entre elas, as duas examinadoras convidadas: a socióloga Heloísa Fernandes Silveira, que além da leitura crítica de alguns artigos, me deu a oportunidade de participar de uma experiência pedagógica paradigmática, duas singelas, porém intensas, palestras num curso de formação de líderes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), na Escola Nacional que leva o nome de Florestan Fernandes, seu pai; e a também socióloga Eliane Veras Soares, que além da autoria de uma interessante obra sobre a militância política de Florestan, serviu de ponte para minha interlocução com Diogo Valença, seu orientando na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – com o qual, além do diálogo sobre o mesmo “objeto”, iniciou-se uma boa relação de amizade.

Os agradecimentos estendem-se a todos os integrantes (funcionários, coordenadores, docentes e discentes) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), responsáveis por sua reconhecida qualidade. No campo da docência, registro minha especial admiração e gratidão pela professora Lúcia Neves, coordenadora do Coletivo de Estudos de Política Educacional, que me deu a oportunidade de participar, por três anos, de um grupo de pesquisa que se singulariza pela competência dos seus membros (independente da hierarquia de títulos), a riqueza democrática de seu método de articulação e ensino, assim como a relevância política e acadêmica dos temas que investiga. No campo institucional, agradeço o suporte financeiro, repetindo o que aconteceu no Mestrado,

proporcionado pela bolsa de estudos financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC).

No campo pessoal, sou grato à torcida e à paciência de familiares e amigos pelos momentos de ausência (ou presença lépida e, às vezes, ríspida) em todos estes quatros anos de trabalho. Pelos mesmos motivos, somada a intensidade de uma vida conjugal (hoje finalizada), é que faço um agradecimento muito especial a Cátia Couto da Costa, vítima circunstancial dos demônios suscitados por essa minha empreitada acadêmica.

Cortar o nó górdio, eis a questão. Proletarizar o coração e a mente desses subalternos, que permanecem abaixo das linhas de classe da subalternização, como o último degrau da sociedade (“indigentes”, “marginais”, populações carentes ou “dependentes” e outros). Os anarquistas tiveram a virtude de estender os braços a esses companheiros e a grandeza de compreender o seu infortúnio. Os revolucionários nacionalistas ou comunistas, da periferia, acabaram aprendendo, pela prática, que eles são os humildes mais exigentes de amor, de solidariedade humana e de companheirismo. No Brasil ainda arranhamos as meias verdades. Culpam-se a “falta de organização” e a “falta de meios” para chegar até eles com a mensagem libertária da fraternidade humana e da igualdade política. Espera-se que o movimento popular dê o salto qualitativo de mobilização que só poderá nascer de uma identidade partidária forte, que compreenda que a classe operária não contém fronteiras diante da miséria e que o socialismo proletário só poderá florescer pela incorporação daqueles que são os mais desiguais, estejam eles no campo ou nas cidades, sejam eles brancos, negros ou índios, enfrentem os dilemas humanos que enfrentarem. O que o capitalismo expulsa e separa, o socialismo deve unir e liberar. Essa é a realidade histórica que torna o proletariado tão diferente do seu antípoda burguês e do seu porta-voz, o demagogo. Uma democracia popular, desde o começo, não pode separar os de baixo – deve unificá-los em torno da mesma bandeira igualitária.

“Os desenraizados”. Florestan Fernandes, *Folha de S. Paulo*, 21 ago. 1986

SUMÁRIO

RESUMO	9
INTRODUÇÃO.....	11
PARTE 1: O MILITANTE DA CIÊNCIA	
1. A FORMAÇÃO: DE “JORNALISTA” A MILITANTE DA CIÊNCIA	25
2. O OBJETIVO: METODOLOGIAS PARA UMA SOCIOLOGIA NO BRASIL	52
3. A QUESTÃO: REVOLUÇÃO BURGUESA E CAPITALISMO DEPENDENTE.....	69
PARTE 2: O PROFESSOR NA POLÍTICA	
4. UM OBJETO: A EDUCAÇÃO COMO DILEMA	87
5. A TAREFA: UMA PEDAGOGIA SOCIALISTA.....	119
5.1 – O publicista-guerrilheiro e a “Nova República”	129
5.2 – O observador-participante das jornadas constitucionais.....	152
5.3 – O período pós-constitucional e a tarefa partidária	205
6. O ÚLTIMO ATO: EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO	217
CONCLUSÃO	233
REFERÊNCIAS	
BIBLIOGRAFIA.....	238
ARTIGOS DE FLORESTAN FERNANDES	254
DEPOIMENTOS.....	263
VÍDEOS	263

RESUMO

Esta tese, a partir de uma investigação histórico-sociológica, analisa as dimensões acadêmica e militante da obra do fundador da moderna sociologia brasileira, objetivando mostrar que em seus escritos jornalísticos – realizados durante toda a sua vida produtiva – encontram-se elementos que configuram uma vigorosa "pedagogia socialista", com base em suas mais reconhecidas vocações: científica e política. A importância deste trabalho está na capacidade de tornar compreensível como idéias produzidas por intelectuais podem se transformar em conhecimento crítico e, assim, engendrar forças sociais que questionam o estabelecido – fenômeno de altíssima relevância num momento em que a única função da ciência parece ser, usando palavras do próprio Florestan, a de “considerar a ordem social existente como a única possível”. Com essa pesquisa, acreditamos ainda colaborar para o avançar dos estudos de História da Educação no Brasil, especialmente o que diz respeito às relações íntimas que o pensamento educacional aqui produzido manteve e mantém com as ciências sociais.

Palavras-Chaves: Florestan Fernandes. História da Educação. Ciências Sociais. Pensamento Educacional Brasileiro. Pedagogia Socialista.

ABSTRACT

This theory, starting from a historical-sociological investigation, analyzes the dimensions academic and militant of the work of the founder of the modern Brazilian sociology, aiming at to show that in their writings of newspapers – accomplished during all his productive life – they are elements that configure a vigorous "socialist pedagogy", with base in their more recognized vocations: scientific and politics. The importance of this work is in the capacity to turn comprehensible as ideas produced by intellectuals can change in critical knowledge and, like this, to engender social forces that they question the established – phenomenon of high relevance in one moment in that the only function of the science seems to be, using words of own Florestan, the one of "considering the existent social order as the only possible". With that research, we still believed to collaborate for moving forward of the studies of History of the Education in Brazil, especially what concerns the intimate relationships that the education thought here produced maintained and it maintains with the social sciences.

Key Words: Florestan Fernandes. History of the Education. Social Sciences. Brazilian Education Thought. Socialist Pedagogy.

INTRODUÇÃO

A construção de uma problemática não se faz de repente, ainda que, quando completa, a nova formulação constitua um salto, uma diferença de qualidade com relação ao conhecimento anterior e contemporâneo. Uma produção como essa não se faz de uma hora para outra, sem aviso ou sem indícios; ela vai abrindo o seu caminho num processo original (há, portanto, uma espécie de história da sua construção). Também não se faz de saída (há, portanto, algo produzido que envelhece depois que o novo é alcançado). Não é necessário que este seja um processo muito demorado. Pode ser, ou não. Mas, com certeza, não se faz num único momento, sem ter um passado.

Miriam Limoeiro Cardoso (1996, p. 89-90)

Sob inspiração desta epígrafe, sem advogar de antemão originalidade ou salto de qualidade ao conhecimento anteriormente produzido, peço licença aos leitores para iniciar a apresentação deste trabalho, resgatando um pouco do processo que me levou a estudar a vida e obra do sociólogo Florestan Fernandes por um recorte que entrelaça algumas dimensões de sua trajetória, especialmente no que diz respeito ao jornalismo, à educação e à política.

Ingressei no meio acadêmico com o intuito de me qualificar para a carreira jornalística, que se consolidava, a partir de 1996, na assessoria de imprensa de um sindicato patronal da área educacional; tarefa que desenvolvia concomitantemente ao curso de Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF) – cuja culminância se deu com minha entrada, em 1998, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política (PPGACP) da mesma instituição. Acompanhando de perto as modificações da agenda sindical das escolas particulares, comecei a identificar ali o objeto para minha dissertação de mestrado *Os Empresários da Educação e o Sindicalismo Patronal: o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio Janeiro (1944-1990)* (OLIVEIRA, 2002a), no qual realizo uma análise histórica e política da ação sindical do ensino privado.

Depois de dois anos atuando como professor em instituições privadas de ensino superior – percebendo que o prazer pela docência e pela pesquisa tinham se igualado à minha

vocação de jornalista – resolvi dar continuidade aos estudos e optei por me submeter, em 2002, ao processo de seleção para o Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, apresentando o projeto *A Federação Interestadual das Escolas Particulares (FIEP): o novo lugar do ensino privado de educação básica na nova divisão de trabalho no sistema educacional brasileiro*. O objetivo era analisar a relação entre a atual divisão de trabalho na área educacional e a representação de interesses do ensino privado de educação básica, para contribuir com a literatura sobre o conflito público-privado na respectiva área.

Entre as variáveis que fortaleceram o caminho do doutoramento na área educacional, encontra-se o seguinte episódio. Ainda no início de 2002, assisti a uma exposição sobre a contribuição de Florestan Fernandes para as ciências sociais brasileira, justamente como “ouvinte” numa disciplina do programa no qual desejava ingressar. Além de informações relevantes que me ajudaram a visualizar de forma mais clara os passos que deveria dar para construir um projeto de pesquisa que justificasse minha passagem das ciências sociais à educação, ficou a provocação da expositora, a pesquisadora Miriam Limoeiro Cardoso, de que seu intuito ali era discorrer exclusivamente sobre aspectos centrais da obra sociológica de Florestan e não sobre os efeitos dessa obra na questão educacional – tarefa que, em sua opinião, deveria ficar a cargo dos pós-graduandos daquela área. Mesmo sabendo que não teria tempo hábil para aplicar diretamente as contribuições de Florestan Fernandes na montagem do projeto que esboçava, saí dali convencido de que as minhas investigações passariam, em algum momento, a contar com esta *nova* fonte. A novidade não estava no desconhecimento do papel de Florestan Fernandes para a consolidação de um novo patamar das ciências sociais no Brasil. Novo foi o vigoroso enfoque no caráter revolucionário de sua obra, assim como sua relevância e pertinência para a análise crítica de temas da atualidade – entre os quais, a questão educacional.

Não foi sem alegria que, um ano depois, já como discente, tive a notícia de que os alunos da disciplina Teoria e Educação II (então ministrada pelos professores Osmar Fávero, José Silvério Baía Horta e Giovanni Semeraro) receberiam a visita de Miriam Limoeiro para mais uma exposição. Depois de ter passado o primeiro período de doutoramento dedicando-me às leituras necessárias à aprovação nas disciplinas obrigatórias – inclusive alguns textos de Florestan –, estava para iniciar a fase de maior dedicação à pesquisa e achava que aquela seria

uma ótima oportunidade de dimensionar com maior rigor o quê das lições do *fundador*¹ da sociologia moderna brasileira poderia aproveitar para levar à frente minhas investigações.

No entanto, o resultado deste encontro foi outro. Não tanto pela eficiente exposição da palestrante – que tinha se aprofundado em sua pesquisa sobre o lugar da obra sociológica de Florestan Fernandes na história da sociologia no Brasil² –, mas, sobretudo, pela nova formulação da mesma provocação feita há um ano atrás. A tarefa de compreender os efeitos dessa obra no campo educacional, afirmou Miriam Limoeiro, não só caberia a alguém desta área, como poderia ter como uma de suas hipóteses a suposição de que esta contribuição teve a sua melhor tradução no trabalho de Florestan como articulista de grandes jornais brasileiros – fala que acendeu em mim o desejo de instaurar tal investigação. O primeiro gesto nesse sentido foi a decisão de realizar um breve ensaio que serviria para finalizar mais um período disciplinar e, conseqüentemente, iluminar minhas idéias com um pouco mais das lições que Florestan Fernandes nos deixou.

A partir da análise dos artigos publicados por Florestan Fernandes na *Folha de S. Paulo* em 1994 e 1995, o trabalho – intitulado *O articulista Florestan: democracia e educação em tempos de neoliberalismo* (OLIVEIRA, 2005a) – cumpriu, a meu ver, o seu objetivo de lançar luzes sobre as dificuldades de um país “periférico” em dar conta de suas dívidas sociais, num momento de intensificação do processo de internacionalização do capital e aparente perda de poder político dos Estados nacionais. Além disso, concretizado este exercício, uma dupla demanda me parecia ter sido atendida. A primeira, de ordem prática, estava no amadurecimento da pesquisa sobre a relação público-privado na história educacional brasileira – debate que, como percebi, tinha em Florestan Fernandes um conhecido personagem. A segunda, de ordem pessoal, foi a possibilidade de redimensionar minha trajetória profissional, que, guardada a devida e óbvia proporção, coincidia com o meu

¹ Para Ianni (1986, p. 7), “sob vários aspectos a sociologia brasileira está marcada pela obra de Florestan Fernandes. Essa obra compreende um notável acervo de contribuições teóricas e históricas. Estabelece um horizonte novo, a partir do qual problematiza, equaciona, articula e descortina muito do que se ensina e pesquisa em universidades, institutos e centros. Cria um padrão de pensar a realidade social por meio do qual se torna possível reinterpretar a sociedade e a história, bem como a sociologia anterior produzida no Brasil”. Já Miriam Limoeiro Cardoso (1996, p. 89), estudando a obra do respectivo sociólogo, “buscando situá-la no tempo histórico em que é feita e nos lugares teórico, metodológico e político que ela passa a ocupar na comunidade científica e na sociedade brasileira”, vê, “cada vez com mais clareza, Florestan Fernandes como um construtor fundador. Trabalho com a suposição de que, ao exercer o seu ofício como cientista, Florestan se torna o criador de uma problemática nova, original e fecunda, que distingue a sua sociologia e exerce enorme influência em mais de uma geração de cientistas sociais no Brasil. Em torno dela se aglutinam outros importantes produtores, que lhe dão tratamentos variados e alcances diversos. Por meio dela, Florestan contribui significativamente para o desenvolvimento da sociologia enquanto disciplina científica e, desse modo, atua como grande idealizador e propulsor da sociologia como atividade científica no Brasil”.

² Sobre a pesquisa, conferir Miriam Limoeiro Cardoso (2005, 2001a, 2001b, 1997, 1996 e 1987).

“objeto” circunstancial no atravessamento das áreas de educação, ciências sociais e jornalismo.

Daí em diante ficou impossível conter o ímpeto de meu interesse pela personalidade e pela obra de Florestan Fernandes. Vi que o parêntese que fazia na pesquisa até então desenvolvida não seria “um passo atrás”. Ao contrário, o novo projeto que se desenhava poderia ajudar essa investigação, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. Não foi sem razão que o “incêndio” que se iniciava coincidiu com uma fase extremamente produtiva, como pode ser verificado pelas publicações sobre o “empresariamento da educação” que obtive em espaços acadêmicos e jornalísticos durante este período³. Em seqüência, levei a meus interlocutores⁴ a decisão de transformar Florestan Fernandes em *objeto* específico de meu investimento no Doutorado em Educação, propósito que apresentei no Exame de Qualificação, realizado em maio de 2004, através de um novo projeto com o qual vislumbrava atender os requisitos solicitados pelo campo de confluência ao qual estava vinculado, o de *Educação Brasileira* – que, segundo o edital de ingresso para a turma de 2002, tratava das seguintes questões: Qual a relação que mantemos com a nossa herança social, cultural, política e educacional? Quais as possibilidades, a partir do que se encontra instituído, de renovação da educação brasileira? Com quais modelos interpretativos e visões de sociedade e educação pretendemos romper e por quê?⁵

A hipótese que sustentava esta empreitada era que, ao descortinar os fundamentos do que chamo de *pedagogia socialista* deste ícone da moderna ciência social brasileira, buscando compreender como as suas “vocações” de cientista e militante político se apresentam, durante toda a sua vida produtiva, em seus escritos de articulista, não só ampliaria as possibilidades de respostas para essas perguntas, como também estaria colaborando para avançar os estudos sobre a História da Educação no Brasil, especialmente no que diz respeito às relações íntimas

³ Conferir Neves e Oliveira (2004) e Oliveira (2004a, 2003a, 2003b, 2003c, 2002b, 2002c). Registro aqui o meu agradecimento ao Coletivo de Estudos de Política Educacional, coordenado pela professora Lúcia Neves, principal interlocutor para a confecção destes textos.

⁴ Tive a companhia, até março de 2003, do professor José Silvério Baía Horta, quando ele se despediu da UFF para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A partir daí, passei a contar com a orientação do professor Giovanni Semeraro, que, vale ressaltar, da mesma forma que o mestre Osmar Fávero, foi um importante colaborador nos dois primeiros anos de curso.

⁵ A partir de 2005, a nomenclatura dos campos de confluência do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF foi modificada. “Educação Brasileira” e “Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, por exemplo, deram lugar a “Políticas Públicas, Movimentos Instituintes e Educação” e “Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação”. Mantive, no entanto, as referências por acreditar que as questões tratadas não divergem, em profundidade, das abordagens dispostas sob as novas denominações – assim como continuam a servir de relevantes parâmetros à minha investigação.

que o pensamento educacional aqui produzido mantém, desde seu início, com o desenvolvimento das ciências sociais no país⁶.

Aprovado no exame... Mãos à obra. Antes, porém, gostaria de afirmar que mesmo que ao fim desse ciclo não venha obter o sucesso circunstancial esperado, estou convicto de que o investimento, pelo menos no que se refere à demanda pessoal, valeu à pena. Isto porque o propósito inicial que me levou a optar pela vida acadêmica – o objetivo de me qualificar como jornalista e cidadão – está plenamente satisfeito (o que não significa que o processo tenha se esgotado). Através do contato com a obra de Florestan Fernandes descobri que o jornalismo, a partir de uma extensa e profunda familiaridade com as técnicas de observação e de interpretação das ciências sociais, pode se aproximar delas como uma das fontes históricas mais vigorosas para a compreensão, intervenção e, quiçá, superação das iniquidades sociais. Para isso, salienta Florestan⁷, ao comunicador público cabe enfrentar o seguinte desafio:

O jornalista lida com o evento potencial ou a ocorrência *in flux*, o que exige que ele fique atento ao que acontece, ao que poderia acontecer e ao que parece que aconteceu mas volatilizou-se em realizar. Em suma, uma esfera da realidade em que ideologia, pessoa ou instituição e processos históricos surgem no turbilhão do vir-a-ser mais volátil imaginável. Por isso, a crítica dos “fatos” e das “informações” se torna muito complexa e precisa incluir um treino maduro na análise e desmascaramento dos dados. O concreto, que parece dar-se como ponto de partida ou de chegada da reconstrução jornalística, é uma produção analítica e interpretativa. Se o jornalismo não corresponder a esses requisitos do conhecimento crítico, ele se converte em agente de “fabricação” de notícias e mero instrumento do ilusionismo da cultura comercial de massa (FERNANDES, 1995b, p. 167).

Acreditamos que tal concepção da prática jornalística aproxima-se do enfoque teórico desenvolvido por Genro (1987a), que considera, que a despeito do jornalismo ser uma forma de conhecimento com base na indústria moderna, ele se torna progressivamente indispensável para o aprofundamento da relação entre indivíduo e gênero humano⁸, com o potencial de corroborar uma proposta política efetivamente antiburguesa. Em sua obra, Genro critica tanto os pressupostos do funcionalismo subjacente à “Teoria Geral do Sistema” (que reduz a comunicação humana a uma espécie de ontologia do ser social restrita às propriedades sistêmicas referidas pela cibernética), quanto os legados da Escola de Frankfurt (que em sua teoria crítica da cultura, da comunicação e da ideologia aborda o jornalismo sob o ângulo

⁶ Sobre a institucionalização da sociologia da Educação no Brasil, conferir Dias (2002).

⁷ Num artigo escrito por ocasião do falecimento de um famoso jornalista paulista (“Cláudio Abramo e o jornalismo”. *Folha de S. Paulo*, 14 ago. 1988).

⁸ Como lembra Mandel (2001, p. 34), “os homens e mulheres não podem estabelecer relação de produção entre si sem estabelecer ao mesmo tempo relações de comunicação”.

exclusivo da “reprodutibilidade técnica”) e do “reducionismo ideológico” de um determinado marxismo (que tem por base as premissas naturalistas do stalinismo, tomando a respectiva atividade como mero meio de manipulação). Na visão de Genro, que adota a perspectiva leninista do jornalismo como instrumento de “organização coletiva”⁹, a comunicação jornalística se posta como uma modalidade de apreensão do real, que apesar de estar condicionada pelo advento do capitalismo, torna-se uma nova condição para a universalização das relações humanas que, embora ainda hoje expresse e reproduza a visão burguesa de mundo, possui características próprias enquanto forma de conhecimento social que ultrapassa, por sua funcionalidade histórica concreta, a mera funcionalidade ao modo de produção vigente.

Para restringir as possibilidades de equívoco e erro, neste exercício de comunicação acadêmica estrita, que no processo de acompanhamento da transformação do *jornalista* insciente no *articulista* Florestan me esmerei em adotar os procedimentos metodológicos adequados, especialmente os que dizem respeito às técnicas investigativas de uma pesquisa histórico-sociológica de caráter predominantemente bibliográfico (livros e revistas acadêmicas) e documental (publicações periódicas) – complementada com alguns depoimentos. Ressalvo que entendo por pesquisa histórico-sociológica aquela que se posta como uma investigação crítica que busca compreender e avaliar os fatos, os eventos e as situações passadas sempre com a perspectiva de iluminar os problemas presentes e engendrar novos futuros. Nesse sentido, tomo como parâmetro a lição de Ciro Flamarion Cardoso (1986) de que as fontes não devem ser tratadas como meros informantes de “dados”, mas sim como “testemunhas” cuja qualidade das respostas depende das perguntas que fazemos a elas. Ou seja, importa não só a forma como se pergunta, mas também com que objetivos e de que lugar se questiona. Afinal, como argumentou Pierre Bourdieu¹⁰, a produção da verdade sociológica depende de fatores ligados à posição ocupada pelo cientista na sociedade e na luta de classes. E mais: se o sociólogo consegue produzir alguma verdade, não é apesar de seu interesse em produzi-la, mas sim por causa deste mesmo interesse.

Tal salvaguarda, para a pesquisa em questão, é de suma importância por dois motivos. O primeiro devido ao seu “objeto”, que por ser um teórico cuja produção, “além de vasta,

⁹ Alguns textos do revolucionário russo sobre a imprensa estão reunidos em Lênin (1975).

¹⁰ “O princípio da neutralidade ética, lugar-comum de todas as tradições metodológicas, pode, em sua forma rotineira, incitar paradoxalmente ao erro epistemológico. [...] É necessário, portanto, revogar a esperança utópica de que cada um possa se liberar das ideologias que pesam sobre sua pesquisa unicamente pela virtude de uma reforma decisória de um entendimento socialmente condicionado ou de uma ‘auto-sócio-análise’ cuja única finalidade seria permitir a auto-satisfação na e pela sócio-análise dos outros” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2000, p. 63; 93).

complexa e rica”, “é de primeira linha” – como identifica Miriam Limoeiro Cardoso (1996, p. 90) – avalizaria, acredito que sem ressalvas, as posições acima indicadas.

Florestan não aceita os “dados” oferecidos pelo conhecimento comum e pelas ideologias dominantes como se de fato fossem dados. Não se deixa cair nem na ingenuidade de tomar como realidade a empiria imediata, nem no dogmatismo das teorias acabadas, que tudo “explicam” antes mesmo de se confrontarem com a prática factual e concreta¹¹ (CARDOSO, M. 1997, p. 99).

O segundo motivo está na área a que se destina a pesquisa, a educacional, que é entendida aqui como uma “prática social que se define nos múltiplos espaços da sociedade, na articulação com os interesses econômicos, políticos e culturais dos grupos ou classes sociais. A educação é, pois, compreendida como elemento constituído e constituinte crucial da luta hegemônica” (FRIGOTTO, 1999, p. 21). Essa é, justamente, uma das lições mais importantes da pedagogia socialista de Florestan, especialmente quando demonstra que “a conquista de uma hegemonia socialista no interior das lutas sociais apenas se realizará se tiver atores política e teoricamente qualificados e competentes em sua defesa” (TOLEDO, 1998, p. 68). Tarefa para qual não há a necessidade de nenhum bê-á-bá socialista¹², mas uma concepção educacional dialética que seja, ao mesmo tempo *didática* e *pedagógica* – que saiba unir a *competência técnica* de ensinar ao *compromisso político* de “pró-vocar” e de “pré-ocupar” com certos temas-problemas, como nos termos de Moacir Gadotti (2003, p. 12). Uma concepção de educação que para ser exercida em todos os espaços de luta hegemônica – que inclui, mas não se exaure no “chão da escola” – deve unir linguagem e pesquisa rigorosa com paixão e utopia. Ou seja, unir ciência e política para destacar “a importância da iniciativa, da decisão, da organização e do envolvimento das massas” – a base, para o pensador italiano Antonio Gramsci, da força mobilizadora do marxismo (SEMERARO, 1999, p. 150).

¹¹ Uma visão oposta, que considera Florestan “umbilicalmente ligado a uma concepção de sociologia elaborada a partir de um ideal de ciência tacitamente empirista”, eternamente preso a “categorias metacientíficas como *empírico*, *observacional* e *indutivo*”, encontra-se em Oliva (1997, p. 15-16). Florestan, por sua vez, num livro que trata da sua “condição de sociólogo”, comentando as relações que manteve com a filosofia, especialmente com a epistemologia, argumenta que se não houve condições para a sociologia brasileira naquele momento de sua formação fazer um diálogo profícuo com ela, ele, pessoalmente, sempre defendeu a necessidade de uma articulação entre as duas disciplinas. Defendia, ainda, que o sucesso dessa articulação teria como fim a promoção de dois efeitos: a) para o filósofo das ciências, “um treino efetivo na área de ciências sociais de seu interesse”, já que “a experiência vicária cria o risco de um pensamento demasiado abstrato, que acaba não dando atenção às dificuldades que existem no trabalho intelectual do sociólogo, do economista, do historiador”; b) para os sociólogos, a consciência de que suas investigações empíricas geralmente são encerradas quando estão apenas começando (FERNANDES, 1978a, p. 142). Uma tomada de posição contra a separação arbitrária entre ciência e filosofia, outra acusação que sofre de Oliva (1997), Florestan faz em “A Universidade de Brasília” (*Anhembi*, jun. 1961), republicado em Fernandes (1966).

¹² “Para nós não seria suficiente partir do BÊ-Á-BÁ do socialismo? É claro que não. As noções simplistas enterraram prematuramente a luta de classes no Brasil” (FERNANDES, 1980a, p. 24).

Só assim uma vigorosa pedagogia socialista terá condições de enfrentar as concepções educacionais que visam apenas “adaptar as novas gerações a um modelo de sociedade” e não “despertar as novas gerações para a construção de outra sociedade, uma *educação emancipadora* que as desafie a construir outra” (GADOTTI, 2003, p. 13). Só assim ela não se converterá numa concepção escapista, à espera da “revolução” para se realizar; mas num processo de hominização que espelha “o esforço solidário dos homens entre si” (GADOTTI, 2003, p. 65) para uma auto-emancipação coletiva e resoluta – logo, revolucionária. Como distingue Florestan, uma *perspectiva* pedagógica socialista não deve ser confundida com a noção de socialismo como *sistema* pedagógico, o que só pode existir numa situação pós-revolucionária, na qual haveria, em princípio, “uma pedagogia socialista como filosofia oficial e geral da organização do sistema educacional¹³” (FERNANDES, 1989d, p. 151). Pedagogia socialista, nos marcos do modo de produção vigente, deve ser entendida como o conjunto de valores e práticas que configuram uma concepção de educação com que os indivíduos, os movimentos sociais, os partidos políticos e os agentes educacionais (alunos e professores) lutam pela hegemonia das classes trabalhadoras e subalternizadas.

Portanto, a primeira tarefa de uma estratégia pedagógica socialista, com a consciência de que não existe tomada de consciência espontânea¹⁴, deve ser lidar com as contradições que nascem no próprio terreno da sociedade que se quer suplantar. Como já afirmou Florestan, a ordem, o regime de classes, e a democracia burguesa não se firmam, crescem ou se “finalizam” sem a contestação das classes trabalhadoras e dos espoliados em geral: “Os dinamismos evolutivos verdadeiramente revolucionários do capitalismo nascem da pressão radical de baixo para cima: entregue a si mesma, a burguesia ossifica-se e desvitaliza-se, por assim dizer ‘estamentalizando-se’” (FERNANDES, 1980a, p. 31). E uma das maneiras de fazer brotar essa “pressão radical” é resgatar as histórias de luta dessa (grande) parcela da sociedade, incluindo as trajetórias dos seus “intelectuais orgânicos”¹⁵.

¹³ “A pedagogia socialista só se efetivará após a vitória da revolução proletária”. *CPB Notícias*, jul. de 1987.

¹⁴ E a “burguesia educadora” sabe muito bem disso. Como afirma Gadotti (2003, p. 66), as visões de Marx e Gramsci do processo pedagógico (o primeiro instituindo o *trabalho* como princípio educativo, o segundo instituindo a *hegemonia* como essência da relação pedagógica) “convergem e se complementam, porque ambas partem do mesmo pressuposto de que a tomada de consciência não é espontânea, isto é, a formação da consciência do indivíduo não é inata, exige esforço e atuação de elementos externos e internos ao indivíduo: a educação é um processo contraditório de elementos subjetivos e objetivos, de forças internas e externas. [...] Se a educação fosse um processo espontâneo, ‘natural’ e não-cultural, não haveria necessidade de se organizar esse processo, de sistematizá-lo”.

¹⁵ Expressão usada aqui na acepção de Gramsci, para quem “intelectual” é todo aquele que cumpre uma função organizadora na sociedade. Numa sociedade de classes, essas, em disputa, produzem seus próprios “intelectuais orgânicos”, que desempenham um papel fundamental na produção e organização econômica, social e política (SECCO, 2002, p. 102).

Caso esse resgate seja feito sem essa intencionalidade contestatória, a possibilidade de uma apropriação *indébita* dessas histórias continuará a se perpetuar, fortalecendo uma historiografia “social” conveniente à manutenção dessa mesma ordem que se quer transformar. Como afirma Florestan, “a memória histórica, na esfera da política, é uma parte dos dinamismos decisivos dos processos de mudança¹⁶” (FERNANDES, 1989b, p. 34). Nesse conflito, é bom não esquecermos, nem mesmo a “memória” de Florestan está imune, vide à disputa entre as visões *institucionalista* e *político-radical* sobre sua obra¹⁷ – com *parte* dos que estão no primeiro campo promovendo a sacralização de sua participação na consolidação formal das ciências sociais no Brasil, vendo como menor sua condição de militante socialista e, sobretudo, esquecendo a dimensão política de seus estudos sociológicos; e *parte* dos que estão no segundo campo exaltando seu radicalismo tardio mais evidente, mas menosprezando os insumos transformadores de sua produção científica, especialmente a tida, sem nenhuma contextualização apurada, como *positivista-funcionalista*.

O debate, em si, é extremamente complexo, produtivo e rico, indo muito além da divisão que caricaturei acima – debate do qual, vale ressaltar, sou um grande devedor, como se poderá julgar pela leitura deste trabalho. No entanto, acredito que devemos lutar pela sua qualificação apontando alguns riscos¹⁸ que podem ocorrer caso não se tome dois importantes cuidados. O primeiro deles é o de se estar atento à possibilidade de *apagamento* ou de *esquecimento* daquilo que torna singular a obra científica de Florestan, o liame, talvez, entre o que há de melhor nas duas posições acima brevemente descritas: “o conteúdo específico da sua sociologia, especialmente sua capacidade explicativa, seu traço inovador e seu caráter contestador” (CARDOSO, M., 2005, p. 8). Um outro revés, de igual valor, está na possibilidade de se desdourar a grande *riqueza pedagógica* da trajetória florestaniana, expressa na síntese dialética de sua dupla condição de *militante da ciência* e *professor na política*, que como demonstra Eliane Veras Soares – na distinção que faz entre o “acadêmico-político” e o “político-acadêmico” – revela a força e a fragilidade do indivíduo ante as instituições, as estruturas sociais e a dinâmica da história.

¹⁶ “Os dilemas políticos dos jovens”. *Folha de S. Paulo*, 15 set. 1986.

¹⁷ Um balanço qualitativo deste debate encontra-se em Valença (2004), do qual, inclusive, eu me aproprio dos termos que distinguem as duas visões sobre a obra de Florestan.

¹⁸ Risco maior que pode ser sintetizado na seguinte afirmação de Jaldes Meneses: “Enquanto a criatura (a sociologia) se profissionaliza, busca uma vaga bem comportada na divisão sociotécnica do trabalho desatada pelo amadurecimento do capitalismo brasileiro, o criador (Florestan) se radicaliza progressivamente, até morrer na posição de ultra-esquerda dentro do próprio PT” (MENESES apud SILVA, 2002, p. 179) – frase que o leitor pode tomar como a antítese do trabalho aqui apresentado.

No final das contas, Florestan Fernandes, aparentemente fraco e ameaçado pela onipotência das estruturas sociais, consegue dar a “volta por cima”, revelando sua força moral, sua determinação intelectual e sua vontade política. Nesse sentido, a questão de se definir se Florestan foi mais acadêmico ou mais político, se houve ou não uma “ruptura” em sua trajetória passa a ser uma questão secundária¹⁹ (SOARES, 1997, p. 125-126).

Vale ressaltar, neste sentido, que a investigação dos escritos jornalísticos de Florestan Fernandes não se confunde com a simples exaltação de sua “memória”²⁰, já que, por ser de domínio público (ou seja, voltada para o diálogo com “o outro”), encaixa-se perfeitamente na categoria de “fato social” passível de ser considerado uma “memória coletiva” importante para a compreensão de uma realidade social determinada (MOTTA, 1998). A relevância deste trabalho, portanto, ao restabelecer o valor de uma herança intelectual deste porte, geralmente relegada a um segundo plano por sua reconhecida *negatividade*, pode estar (como afirma o próprio Florestan em uma obra sobre retratos intelectuais de “inconformistas e revolucionários”) na sua capacidade de tornar compreensível como “idéias, produzidas pelos intelectuais, transformam-se em conhecimento crítico (ou não) e, por sua radicalidade, engendram forças sociais” que questionam o *status quo*, seus saberes e suas práticas sociais (FERNANDES, 1995b, p. 9-10).

Sob o exposto, ressalvo que houve a opção de não se apresentar um capítulo teórico à parte, mas sim a incorporação, na medida em que a reflexão sobre o tema requeria – e um estudo de caso²¹ sobre a obra de um intelectual requer isso em muitos momentos –, das questões teóricas como matrizes orientadoras da práxis investigativa. Com isso, o contorno final deste objeto em construção se configurou numa tese dividida em duas partes (*O militante da ciência* e *O professor na política*), com três capítulos cada, seguido de um último texto conclusivo, abrangendo assim toda vida produtiva de Florestan Fernandes. Ainda que o foco

¹⁹ Como se verá a seguir, a hipótese de “ruptura” epistemológica, psíquica ou política, tendo como marco o recrudescimento da ditadura militar no final dos anos 60, foi defendida por Freitag (1987), num importante seminário em homenagem a Florestan, na década de 1980. Posteriormente, a própria pesquisadora reconhecerá, comentando a obra de Soares (1997), sua então orientanda, que “o político já se encontrava encubado no jovem Florestan, estudante de Sociologia, do mesmo modo que no deputado federal; nunca se silenciava a voz do sociólogo crítico, dissecando a realidade brasileira. Na categoria do intelectual que constitui uma ‘constante’ na vida de Florestan, se condensam as duas dimensões de sua personalidade: a acadêmica e a política” (FREITAG, 1997, p. 13).

²⁰ Como alerta Motta (1998, p. 76), não se deve confundir *memória* com *história*: “A história aposta na descontinuidade, pois ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. Ela é operada com outros sentidos e em outras direções. Por oposição à memória, a história denuncia e investiga alguns aspectos antes ignorados pela memória”.

²¹ Estudo de caso aqui entendido, a partir da definição de Goldemberg (1997, p. 34), como uma análise holística que considera a unidade estudada como um todo, visando compreendê-la internamente, em seus próprios termos, e externamente, tentando reunir informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, “com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto”.

deste trabalho tenha sido, no começo, os seus últimos escritos, a melhor compreensão da relação educação e democracia na “obra jornalística” do respectivo autor demandou o resgate, ainda que sintético, de sua ação como articulista desde o início de sua atividade acadêmica. Como afirma Miriam Limoeiro Cardoso (1996, 89), se “para expor a teoria de um autor não é necessário acompanhá-lo passo a passo ao longo de sua vida produtiva”, para conhecer a *construção* do seu pensamento “é preciso acompanhar as formas através das quais ele elege e formula o que toma como ‘seu problema’” – entendendo como *problema*, para os fins dessa pesquisa, os motivos e as estratégias que levaram Florestan a utilizar (ou não) os meios de comunicação ao seu alcance, nas diversas etapas de sua trajetória. Fiz essa opção buscando seguir a indicação de Marx, tal como exposta no posfácio à segunda edição alemã de *O Capital*, de como devemos nos apropriar do método dialético de investigação:

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori* (MARX, 1983, p. 20).

No primeiro capítulo (*A formação: de “jornalista” a militante da ciência*), estão expostas as circunstâncias, as oportunidades e as ações que levaram um menino pobre da periferia de São Paulo, que teve sua formação escolar interrompida, a percorrer com brilhantismo as etapas de uma carreira que parecia improvável pelas suas condições de origem, mas que se tornou promissora devido a sua total entrega a um projeto de vida e de ciência que teve como substrato uma militância política que ajudou a conformar sua visão de mundo socialista.

No segundo (*O objetivo: metodologias para uma sociologia no Brasil*), acompanha-se a transformação de Florestan num “militante da ciência”, quando, na expressão de Martins (1998), torna-se o “sociólogo da esperança” por ter como meta diminuir o desencontro entre o homem concreto e as possibilidades históricas – talvez tentando tornar coletiva sua trajetória individual. Fará isso a partir de um projeto científico arrojado, com bases em rigorosos princípios teóricos e investigativos, e que, através de seus discípulos, transformar-se-á numa importante “escola” intelectual brasileira. Mas os efeitos deste projeto irão culminar em algo mais do que em uma “sociologia do reencontro”, como se mostra no último capítulo que encerra a primeira parte (*A questão: revolução burguesa e capitalismo dependente*). A sua “sociologia crítica e militante” (CANDIDO, 2001) vai dar voz aos grupos sociais

marginalizados, combaterá à ciência social colonizada e intervirá no debate de inúmeros problemas nacionais: a começar pela questão da democracia numa sociedade de revolução burguesa *inconclusa*.

O quarto capítulo (*Um objeto: a educação como dilema*) investiga a participação de Florestan num destes debates, quando foi aberta a oportunidade de se organizar a educação nacional através da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Neste terreno, vai defender, através de comícios, palestras e muitos artigos²², a democratização do ensino e combater o uso da educação como mecanismo de privilégio social. Outro ponto fundamental para a efetiva adequação da educação às necessidades sociais de conservação ou mudança, segundo Florestan, está no papel do professor como agente promotor de mudança social. No seu caso particular, este papel se mostrará maduro quando, fora da universidade, advoga para si a missão de esboçar uma concepção educacional revolucionária capaz de transformar a sociedade brasileira – tema do quinto capítulo (*A tarefa: uma pedagogia socialista*).

Na volta do exílio, lutando contra um processo de “abertura” política que não passava de uma “transição transada”, revela-se um exímio ensaísta do processo sócio-político, fortalecendo sua tarefa de difundir a doutrina socialista entre os trabalhadores. Colocando-se com um “tribuno do povo” (SILVEIRA, 1987), Florestan participará do debate sobre os rumos da democracia brasileira, inclusive com presença marcante como deputado federal na Assembléia Nacional que resultou na Constituição Federal de 1988. A partir dessa experiência, produzirá um impressionante “diário” sobre o processo constituinte²³, documento de grande valor histórico para a compreensão de um importante momento da vida política brasileira – talvez comparável, guardadas as especificidades, aos relatos de Marx (1974a) e Tocqueville (1991) sobre as “jornadas revolucionárias” de 1848 na França²⁴. A seguir, em 1990, reelege-se para um novo mandato tendo como foco o fortalecimento do papel do Partido dos Trabalhadores (PT) na consolidação do processo democrático.

Não será de menor importância, porém, a sua participação como articulista, debatendo temas candentes do período, entre os quais os que me serviram para intitular o último capítulo da segunda parte (*Último ato: educação e democracia em tempos de neoliberalismo*). Nos

²² Reunidos em *Educação e sociedade no Brasil* (FERNANDES, 1966).

²³ *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político* (FERNANDES, 1989b).

²⁴ No caso de Marx, a comparação leva em conta a denúncia da representação parlamentar como arena política que reflete o avesso de uma sociedade cindida em classes. No de Tocqueville, refere-se à condição de ambos como protagonistas e testemunhas de experiências parlamentares singulares, cujos registros ajudam não só a elucidar os respectivos processos, mas trazem elementos para uma teorização da prática política em democracias burguesas em conformação.

últimos artigos, especialmente os escritos entre 1989 e 1995²⁵, quando se consolida no Brasil um novo projeto político, Florestan investe contra o programa neoliberal de reformas implementado desde o governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), questionando, sobretudo, a implantação do ideário do Estado “mínimo” social e a incorporação subordinada ao “neocolonialismo” da chamada era da “globalização” – tema central de toda sua obra sociológica. Ao fim, conclui afirmando que o “Florestan articulista” simboliza o clímax de uma pedagogia socialista, advogando de que é como “publicista” que o renomado autor consegue melhor articular as suas duas mais conhecidas vocações.

Ao seguir os passos da luta de Florestan em defesa dos princípios democráticos e pela constituição de um sistema educacional condizente com esses princípios, além de asseverar a validade do seu “olhar sociológico” para a análise da relação educação/democracia na segunda metade do século XX no Brasil, espero também deixar evidente que o trabalho por ele realizado como articulista demonstra não só a sua integridade básica como homem, pensador e cientista, como cumpre um efetivo papel de pedagogia das causas sociais – o que garante seu lugar na história da imprensa brasileira como um verdadeiro “publicista revolucionário”. Acima de tudo, porém, mais que uma singela homenagem a este honorável homem público, este trabalho é um convite para que outras pessoas se sintam instigadas a buscar nos textos originais de Florestan Fernandes subsídios para a compreensão da realidade em que vivemos, quiçá para a elaboração de possíveis formas de intervenção e transformação.

²⁵ A maior parte dos escritos jornalísticos deste período, publicados principalmente nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, estão reunidos em Fernandes (1998, 1995a, 1995c, 1990).

Parte 1:
O MILITANTE DA CIÊNCIA

Capítulo 1

A FORMAÇÃO: DE “JORNALISTA” À MILITANTE DA CIÊNCIA

Há pouco interesse em descrever a variedade de ocupações a que precisei dedicar-me ou as aventuras e desventuras que pontilharam uma infância e uma adolescência tão marcadas pela necessidade de ganhar a vida, de buscar no trabalho – por vezes humilhante e degradante – um instrumento de relação com os outros e de pressão sublimadora. Fazendo o que me via forçado a fazer também era compelido a uma constante busca para vencer uma condição em que o lumpen-proletariado (e não o operário) definia os limites ou as fronteiras do que não era “gente”.

Florestan Fernandes (1977, p. 143)

Em 10 de agosto de 1995, a ciência social brasileira perdia um de seus mais importantes nomes, a política nacional deixava de contar com um de seus mais vibrantes militantes e o nosso jornalismo dava adeus a um de seus articulistas mais críticos²⁶. Famoso por sua trajetória acadêmica e parlamentar, Florestan Fernandes, nascido em 22 de julho de 1920, escreveu, em diversas fases de sua vida, em diários de grande circulação. Levando em conta sua adversa origem social e familiar, os aspectos intrínsecos de sua precária formação escolar elementar e os instrumentos de superação dessas mesmas condições – elementos constituintes de sua visão de mundo –, verifica-se, neste capítulo, os primeiros contatos de Florestan com o “mundo jornalístico”, destacando os que foram significativos para o seu desenvolvimento e reconhecimento como cientista social. O primeiro deles vamos encontrar ainda no início de seu curso de ciências sociais, no qual ingressou aos 21 anos, depois de uma tortuosa “socialização plebéia”²⁷.

²⁶ O estudo sobre um mal-sucedido transplante de fígado, o segundo grande erro médico sofrido pelo mesmo paciente, pode ser conferido em “Vítimas de hemodiálises: casos diversos e o caso Florestan”, capítulo de Bulhões (2001).

²⁷ Sobre a vida Florestan Fernandes, sugiro a leitura de duas biografias recém-lançadas: Cerqueira (2004a) e Sereza (2005) – com o primeiro dando maior destaque ao seu “perfil parlamentar” e o segundo enfatizando sua relação com a “paulicéia” (nome da coleção à qual se destina a publicação).

Consta que o menino “Vicente” (como o apelidara sua madrinha Hermínia Bresser de Lima, com a qual conviveu parte da infância e que não admitia que um menino de origem tão humilde – filho de sua empregada doméstica – tivesse um nome tão pomposo quanto “Florestan”) estudou até a terceira série primária, no Grupo Escolar Maria José, no bairro de Bela Vista, quando dividia o tempo escolar com trabalhos de rua para ajudar no sustento da família, que se resumia, àquela época, a ele e sua mãe – uma moça analfabeta filha de imigrantes portugueses da região do Minho, que após a morte do pai, abandonou o trabalho no campo, no interior de São Paulo, pelo trabalho doméstico na metrópole. Aos 9 anos, porém, foi obrigado a dedicar todo o tempo às tarefas de sustento da casa.

Todavia, os professores tinham cumprido comigo o seu ofício, ensinando-me muitos hábitos higiênicos e ideais de vida, que nunca mais abandonei, um certo amor pela leitura e a vontade de ligar a minha curiosidade aos livros que me caíssem ao alcance da mão. O que me foi importante, porque no desespero de romper a castração cultural invisível foi por aí que eu próprio abri o meu caminho, formando uma curiosa cultura letrada, que ia do Tico-Tico à literatura de cordel, aos livros de piada, e a uma variadíssima literatura “erudita”, na qual prevaleciam os livros didáticos e de história, vendidos nos sebos, e os romances. Se a cidade continha alguma civilização, eu me tornei seu adepto e seu afilhado pelo autodidatismo (FERNANDES, 1977, p. 146).

Florestan deu continuidade à sua socialização circulando pelo submundo das profissões de baixo valor social (entre engraxates, entregadores de carne, aprendizes de barbeiro ou alfaiate, balconistas de padaria, copeiros, ajudantes de cozinheiro, garçons etc.), um círculo em que as lutas operárias estavam fora de pauta e as fontes de informação eram as pessoas a que serviam ou os jornais sensacionalistas. “Uma criança ou um adolescente, dentro desse submundo, já faz muito quando enfrenta a pressão negativa contra a curiosidade intelectual” (FERNANDES, 1977, p. 146-147). Não foi fácil, por exemplo, enfrentar a resistência de sua mãe, que não gostou da idéia de seu filho em entrar para um curso de “madureza”, com medo de que, estudado, o filho passasse a ter vergonha dela. Com os colegas de rua, a reação também não foi positiva, com o gosto pelo estudo e pela leitura transformando-se em motivo de chacotas: “vai ficar com miolo mole”, diziam. O apoio acabava vindo de pessoas de fora de seu círculo social ou de amizade:

Nos bares e restaurantes em que trabalhei, por exemplo, nunca recebi um apoio ou um conselho construtivo de qualquer colega, da minha idade ou mais velho, embora entre os fregueses encontrasse simpatia, quem me desse ou emprestasse livros, e até apoio prático para ir mais longe (FERNANDES, 1977, p. 147).

Mas se não teve estímulos para mudar de ofício ou de vida, com os homens de suas antigas ocupações aprendeu uma outra lição:

É que, entre eles, encontrei pessoas de valor, que enfrentavam as agruras da vida com serenidade e tinham o seu padrão de humanidade: sabiam “ser homens” e, nesse plano, eram mestres insuperáveis, com toda a sua rusticidade, depreciação da cultura letrada e incompreensão diante dos próprios interesses e necessidades. Foi deles que recebi a segunda capa de socialização, que superpôs à anterior, pela qual descobri que *a medida do homem* não é dada pela ocupação, pela riqueza e pelo saber, mas pelo “seu caráter”, uma palavra que significava, para eles, pura e simplesmente, “sofrer as humilhações da vida sem degradar-se” (FERNANDES, 1977, p. 147).

O ponto final dessa preparação *sui generis* deu-se com sua entrada no Ginásio Riachuelo, vizinho ao Bar Bidu, na Rua Líbero Badaró, onde trabalhava como garçom. Atento aos fregueses com os quais podia aprender alguma coisa, chamava sua atenção os professores que iam lanchar após as aulas. Por sua visível dedicação aos livros e habitual inteligência aferida nas conversas cotidianas, alguns desses seus clientes abordavam o jovem Florestan perguntando sobre seus estudos. Sob esse estímulo, acabou cultivando relações que lhe abriram novas portas, tal como a do professor Jair de Azevedo Ribeiro, que concedeu ao jovem garçom a oportunidade de voltar aos estudos com um bom desconto. Já através de Manoel Lopes de Oliveira, outro freguês que se tornou amigo, um novo emprego foi arranjado, como entregador de amostras de um laboratório farmacêutico.

Sair do bar e ter uma nova oportunidade, naquela época (1937), era algo notável. Os preconceitos contra “esse tipo de gente” atingia tais proporções que, nem com o apoio de Clara Augusta Bresser, irmã de minha madrinha, jamais logrei outra espécie de emprego. [...] O círculo de ferro fora rompido e, com o novo emprego, poderia manter minha mãe e pagar os estudos (FERNANDES, 1977, p. 148).

A condição de estudante e o “emprego de gravata” representaram mais do que a ruptura com a “cultura *folk*” e com a condição social anterior. Abriam-se novos horizontes de socialização e a criança deslumbrada da cidade transpunha os muros da fortaleza da degradação, iniciando um ciclo de esperanças que lhe parecia mais do que uma ilusão irremediável.

Uma sociedade de classes em formação não é tão aberta quanto muitos pensam e, tampouco, é aberta em todas as direções. O chão da superfície

exigia uma viagem muito difícil e poucos chegavam até ele, naquela época. Era normal, portanto, que eu sentisse uma grande alegria de viver e uma esperança sem limites, como se o mundo me pertencesse e, a partir daí, tudo dependesse de mim. O orgulho selvagem, de agressão autodefensiva, transformava-se numa força psicológica estuante, que me punha em interação com o mundo dos homens – a “sociedade” – e não fora dele (FERNANDES, 1977, p. 150-151).

Na Novaterápica, empresa do ramo de remédios, esse “orgulho selvagem” teve que se confrontar com as relações travadas no eixo da vida pequeno-burguesa que estava a conhecer e do qual fazia parte a maioria de seus novos amigos. Um novo mundo de famílias organizadas, boa parte imigrantes, que destinavam suas estruturas institucionais aos seus membros, proporcionando educação, felicidade, segurança, prazeres e condições para o êxito individual. Um dos efeitos foi a ampliação de sua leitura, que chegou, inclusive, ao debate sobre o socialismo e a sociedade brasileira, através do contato com Mário Pianna, cunhado de um de seus amigos.

Recém-chegado da Itália, ele via com olhos muito críticos certos “costumes brasileiros” – inclusive a condição inferior da mulher, o fato de até homens feitos passarem a mão pela bunda de meninos ou a apatia dos operários – e me forçava a saltar de uma leitura confusa de certos livros elementares de propaganda socialista para o significado do movimento socialista como força social e política (FERNANDES, 1977, p. 151).

No Riachuelo, o curso de madureza prosseguia. Com a formação de uma pequena comunidade de estudos, descobriu uma nova forma de companheirismo que lhe propiciou enfrentar com vigor as dificuldades de conciliação entre a escola e o trabalho. Num grupo coeso, descobriu o prazer pela comunicação e o debate “intelectual”, um passo para a consolidação da idéia de se tornar professor. Completado este ciclo, Florestan Fernandes se prepara para uma nova empreitada: o ensino superior. Mas, o que cursar? A sua opção inicial, engenharia química, estava descartada. De horário integral, não teria como conciliar com o trabalho. Apesar de estar numa nova firma, com renda maior e mais tempo para os estudos, os cursos de meio período deveriam ser as alternativas. A escolha acabou acontecendo por interesses intelectuais e políticos, ficando em segundo plano a questão profissional. Na hora da escolha, pesou uma observação – registrada por Cerqueira (2004a, p. 28) – feita pelo professor do curso de “madureza” Benedito de Oliveira, de quem Florestan muito gostava: “Ele tem jeito de reformador social”.

Queria ser professor e poderia atingir esse objetivo através de vários cursos. O meu vago socialismo levou-me a pensar que poderia conciliar as duas coisas, a necessidade de ter uma profissão e o anseio reformista de “modificar a sociedade”, cuja natureza eu não conhecia bem, mas me impulsionava na escolha das alternativas (FERNANDES, 1977, p. 154).

Assim, após estudar os caminhos possíveis, Florestan ingressa, em 1941, aos 21 anos, no curso de Ciências Sociais da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), obtendo sucesso num difícil processo de seleção²⁸ – o que para ele tinha um duplo significado: a) a anulação do atraso escolar; b) a prova de que tinha capacidade comparável a dos colegas que haviam seguido o percurso normal (FERNANDES, 1977, p. 155). No entanto, rapidamente ele percebeu que as dificuldades estavam apenas começando. Os mestres estrangeiros, que formavam a maioria do quadro de professores, além dar suas aulas na própria língua, não levavam em conta as deficiências dos alunos e procediam como se eles dispusessem de uma base intelectual equivalente à que se poderia obter no ensino médio francês, alemão, ou italiano. Além disso, optavam por cursos “monográficos”, que exigiam conhecimentos prévios que não estavam à disposição dos alunos. O que impunha uma saída paradoxal: um autodidatismo intensivo, nem sempre supervisionado e orientado: “O salto no escuro era a regra; o jogo, no entanto, era limpo, embora o desafio fosse tremendo” (FERNANDES, 1977, p. 156).

No primeiro trabalho universitário, sobre “a crise causal na explicação sociológica”, Florestan teve a dimensão das barreiras que ia enfrentar para suprir as deficiências de sua formação escolar elementar, determinada pela origem social tão adversa²⁹. Sem familiarização com a literatura acadêmica, parte para a biblioteca e faz uma compilação sobre o assunto. “Tirei nota quatro e meio, com um comentário piedoso do professor Bastide: o que ele esperava era uma dissertação, não uma reportagem” (FERNANDES, 1977, p. 156). Seu

²⁸ “A banca examinadora era composta por dois professores franceses (Roger Bastide [...] e Paul Bastide). Naquela época, a seleção incluía sorteio de pontos e o candidato teria de comentar os assuntos e responder às perguntas da banca examinadora. Foi sorteado um texto do livro *De la division du travail social: étude sur l'organisation des sociétés supérieures*, de Émile Durkheim. O ponto e as perguntas eram em francês e Florestan não falava, mal lia nesta língua. Pediu, então, aos professores para fazer a prova em português. Diante daquela situação insólita, se reuniram nos fundos da sala e decidiram aceitar. Como Florestan conhecia bem o texto sorteado, comentou as idéias de Durkheim com tamanha desenvoltura que deixou os professores impressionados. Eram 29 candidatos, dos quais apenas seis foram aprovados, entre eles Florestan” (CERQUEIRA, 2004a, p. 29).

²⁹ Na década de 1940, a maior parcela da população pobre não tinha acesso nem mesmo ao ensino fundamental (GADOTTI, 2003, p. 122), o que demonstra a singularidade do fato de Florestan chegar ao ensino superior – dominado pelos filhos das elites. Segundo Miceli (1987), no caso das ciências sociais paulista, o alunado era composto por descendentes de famílias imigrantes abastadas (do ponto de vista material), de setores tradicionais do interior do estado e de grupos familiares ligados ao magistério secundário, à burocracia estatal e ao desempenho de cargos intelectuais e culturais.

estudo sistemático, bem fundamentado teoricamente, referendado por pesquisas empíricas, começa, portanto, com a distinção entre ser “jornalista” e ser “sociólogo”.

Ficam assim indicados alguns dos principais aspectos da mentalidade que se formou no ambiente uspiano da época, os quais, em meu entender, exerceram considerável influência sobre o modo como Florestan foi construindo sua concepção de trabalho sociológico. Eles apontam para um complexo quadro cultural e social que dá sentido ao comentário de Bastide que opõe a dissertação à reportagem ou a perspectiva do trabalho acadêmico ao enfoque jornalístico. Eles dizem que uma coisa é ser jornalista e outra ser sociólogo; o que distingue os dois é o modo de trabalhar: a diferença entre reportagem e a dissertação está no procedimento de trabalho que o tipo de texto resultante expressa. Ao escolher esforçar-se ao máximo para atingir o nível de trabalho exigido pela Faculdade, Florestan aderiu, pela primeira vez, à perspectiva científica de acordo com a concepção acadêmica representada, no episódio, por Roger Bastide (GARCIA, 2002, p. 79-80).

Na passagem do *jornalista insciente* ao *cientista disciplinado*, os primeiros frutos serão colhidos logo após aderir ao padrão “monástico” exigido pelo pensador francês, como no trabalho apresentado à professora Lavínia Costa Villela, no segundo semestre de 1941, sobre o folclore paulistano, tema próximo de sua história de vida³⁰. Um pouco mais maduro, o futuro cientista social soma ao seu autodidatismo a orientação sociológica de Émile Durkheim e Marcel Mauss. O resultado foi uma pesquisa de campo, com foco na formação e na função de “dinamismos autônomos de socialização da criança” (FERNANDES, 1995c, p. 5), que apresentava manifestações similares entre o folclore brasileiro e o ibérico, com breves indicações sobre a dinâmica da vida social paulista (GARCIA, 2002, p. 83). A nota nove foi motivo de comemoração, mas a justificativa (o enfoque sociológico do folclore teria sido levado longe demais) deixou o jovem Florestan inconformado. Buscando uma solução para o incômodo, o aluno consulta Roger Bastide, que aprova a forma como desenvolveu o trabalho, lhe sugerindo não abandonar a perspectiva adotada.

Era o sinal de que o esforço para a conformação de uma nova estatura psicológica estava dando certo. Concentrando na *aprendizagem do ofício*, Florestan buscava liberta-se de velhos complexos e se preparava para vencer novos obstáculos. Como tática, concentrou-se nas exigências diretas provindas das aulas, das provas e dos trabalhos, e lançou mão dos

³⁰ “Se tinha pouco tempo para aproveitar a infância, nem por isso deixava de sofrer o impacto humano da vida nas trocinhas e de ter résteas de luz que vinham pela amizade que se forma através do *companheirismo* (nos grupos de folguedos, de amigos de vizinhança, dos colegas que se dedicavam ao mesmo mister, como meninos de rua, engraxates, entregadores de carne, biscateiros, aprendizes de alfaiate e por aí a fora) (FERNANDES, 1977, p. 143).

condenados “manuais”³¹. Assim, alcançando maior autonomia intelectual, passou a enfrentar em melhores condições um grande “inimigo”: a intimidação causada pela cultura dos mestres estrangeiros³².

Eu estava na época da sementeira: qualquer que fosse a *grandeza relativa* dos meus mestres, eu tinha o que aprender com eles e o que eles me ensinavam ou transcendia aos meus limites ou me ajudava a construir o *meu* ponto de partida. Cabia-me aproveitar a oportunidade. A leitura de Mannheim, em particular, que iniciara com intensidade já nos começos de 1942, convenceram-me de que a consciência crítica, para ser criadora, não precisa ser dissolvente (FERNANDES, 1977, p. 158).

O “Vicente”, finalmente, começava a dar lugar ao “Florestan”. Nesse processo, o que antes era motivo de medo – a sua relação com os professores estrangeiros – tornou-se um fator importante de estímulo e superação das adversidades. A relação com Roger Bastide, por exemplo, culminou em progressivo apoio de caráter mais estrutural, com o professor francês passando a se preocupar com as condições de vida do aluno pobre. Será por intermédio de Bastide, por exemplo, que Florestan passa a colaborar regularmente, a partir de 1943, no jornal *O Estado de S. Paulo*³³. Ironicamente, o mesmo professor que havia criticado sua “reportagem” leva o aluno aos palcos da imprensa e o deixa sob os olhos da opinião pública, o

³¹ Como se verá no capítulo 4, Florestan também vai utilizar, no início de sua carreira de professor, os manuais como recurso pedagógico para se aproximar de seus alunos. Já nos anos 70, o cientista social participará de um projeto editorial preocupado em dotar professores e estudantes de um conjunto completo de instrumentos de trabalho didático, que lembrará um pouco a sua preocupação em enriquecer os cursos de formação sociológica. O projeto, que se caracteriza pela reunião de textos clássicos e contemporâneos da literatura sociológica sobre as duas dimensões dos “sistemas sociais globais” (*comunidade e sociedade*), não eliminava a necessidade de bibliografias suplementares. Ao contrário, segundo Florestan, possibilitava “uma nova organização do trabalho didático, através da sistematização das leituras de caráter introdutório. Tanto os professores como os estudantes encontrarão nas aludidas coletâneas o que se poderia considerar como preliminarmente ‘essencial’, como uma introdução coordenada e dosada ao estudo da sociologia” (FERNANDES, 1973, p. XIII). Conferir também Fernandes (1975d).

³² No final da década de 50, já superado do “trauma”, num artigo sobre “Os professores estrangeiros” (*O Estado de S. Paulo*, 21 out. 1958), Florestan fará um balanço bem positivo dessa experiência: “As missões docentes estrangeiras deram-nos um rico ponto de partida para as nossas atividades universitárias”, cabendo-lhes “a glória de ter estabelecido um novo padrão de vida intelectual, aplicável ao ensino superior, desviando-o da antiga tradição escolástica e pré-científica, a que nos habituáramos”, chegando inclusive a afirmar que “os que louvam os efeitos da chamada ‘Semana da Arte Moderna’ [de 1922] deveriam atentar para esse episódio mais recente, o único que teve, de fato, significação revolucionária e produziu resultados duradouros” (FERNANDES, 1966, p. 213-214).

³³ Em 1º, 15 e 22 de julho de 1943, Florestan publicou neste jornal um conjunto de três artigos sob o título “O negro na tradição oral”, reproduzidos em Fernandes (1972). Fundado com base nos ideais de um grupo de republicanos, em 4 de janeiro de 1875, o jornal chamava-se à época *A Província de São Paulo*. Em 31 de dezembro de 1889, logo após a queda da Monarquia, ganhou o atual nome, quando o jovem redator Julio César Ferreira de Mesquita assumiu a sua direção – família a qual até hoje pertence o veículo. Após apoiar Getúlio Vargas em 1930, a história do jornal toma novo rumo com a “revolução constitucionalista” de 1932, sendo um dos principais opositores do Estado Novo. É nesse período, como veremos a seguir, que colabora para a formação das primeiras gerações de cientistas sociais, abrindo espaço para ensaios políticos, culturais e acadêmicos (ABREU, 1996).

que o torna mais consciente da necessidade de uma postura metodológica exigente, desenvolvendo melhor a percepção sobre o que diferencia o “amador” do “profissional”, o “aprendiz” do “mestre”. Estava se definindo, na ainda jovem carreira, uma tendência de alinhamento com uma abordagem sociológica rigorosa, capaz de conjugar a descrição detalhada dos fenômenos com o entendimento de seu significado no âmbito de uma totalidade social. Garcia (2002, p. 85) afirma que, no texto sobre o folclore acima citado, já estavam colocadas duas diretrizes básicas que vão acompanhar o trabalho posterior de Florestan: “fundamentar a interpretação na análise do material empírico; e direcioná-la para um sentido geral relativo à socialização dos indivíduos de acordo com os costumes e valores de uma sociedade inserida em uma tradição cultural”.

O ajustamento de Florestan à vida acadêmica se consolida com sua decisão em se tornar, além de professor, um intelectual, com vistas a suprir as deficiências de sua formação pelo mergulho profundo no oceano das ciências sociais. O grande desafio, afirma Garcia (2002, p. 89), era fazer isso sem adotar uma posição submissa ou conformista, fato não incomum – segundo uma certa literatura sociológica – em quem ascende de posições sociais subalternas. Um passo importante para a realização desse propósito foi o contato inesperado de Fernando de Azevedo, então diretor da FFCL, que lhe ofereceu ajuda (biblioteca, orientação e dinheiro) para melhorar suas condições de estudo. A assistência, motivada pela informação que o educador recebera sobre a existência de um aluno com “talento de pesquisador” em dificuldades, é rejeitada por Florestan que, no entanto, deixou-se mostrar comovido. O contato permaneceu através de visitas ao escritório do famoso educador e encontros nos corredores da faculdade. Numa dessas oportunidades, Azevedo instiga Florestan a tornar-se professor da respectiva instituição, num diálogo, pode-se dizer, profético:

Ele se impunha com aquele ar nobre, como se fosse um príncipe da corte de Luís XV guiando seu séqüito. Então, ele me atraiu como um protegido e disse: “O que você acha da Faculdade de Filosofia?” “Eu acho a Faculdade de Filosofia a escola mais importante que temos hoje no Brasil”. “Você gostaria de pertencer à Faculdade de Filosofia?” “Bom”, respondi, “gostaria, mas esse é um objetivo muito difícil”. Como aquele personagem tratado por Thomas Mann na trilogia *José e seus irmãos*, eu procurava “aformosear” meu destino naquele momento. E continuei: “É muito complicado abrir as portas da Faculdade de Filosofia para uma pessoa como eu”. E ele, com aquele ar decidido: “Isso nós veremos”. [...] aquele convite me surpreendeu – um homem como ele, acenando-me com a possibilidade de voltar-me para a Faculdade de Filosofia – e só fez aguçar as minhas ambições. (FERNANDES, 1995b, p. 187-188).

Para dar conta de seu anseio, Florestan lança mão de uma tática comum de “aformoseamento” pelos que, na época, buscavam encontrar um lugar ao sol no meio intelectual daquela que já estava se transformando na principal cidade brasileira: investe na publicação de artigos em jornais da cidade de São Paulo. Nos anos 30 e 40 do século passado, a participação nos diários era cobiçada por dois motivos centrais: era o veículo por excelência para a divulgação das idéias; assim como uma possibilidade de renda adicional.

A grande imprensa constituía um esteio profissional bastante cobiçado pelos jovens intelectuais da nova geração. E um teste de fôlego a que se submetiam os aspirantes mais ambiciosos não podia deixar de ser o desempenho diário ou regular como responsável por uma coluna ou rodapé de crítica literária ou de arte. Fora dos marcos da grande imprensa, não havia espaços alternativos para firmar presença, pelo menos não por enquanto (MICELI, 1987).

As alternativas virão com a criação e a consolidação das revistas políticas, culturais e acadêmicas, que garantiriam uma maior autonomia à produção intelectual, possibilitando uma maior atenção e dedicação às características específicas do trabalho científico. Em São Paulo, por exemplo, aparecem *Clima* (1941), *Anhembi* (1950) e *Brasiliense* (1955)³⁴, que embora não fossem financiadas diretamente pelas instituições universitárias, atestam o vigor intelectual de muitos de seus membros, que se destacavam (assim como as revistas) pela sintonia com diversos gêneros em ascendência, tais como as artes visuais, o cinema e, inclusive, as ciências sociais. Quanto às estritamente acadêmicas, destacam-se *Sociologia* (1939) e a *Revista de Antropologia* (1954)³⁵.

Florestan, atento aos mecanismos de funcionamento do “mercado acadêmico”, vai aproveitar muitas oportunidades de inserção (tal como a já descrita, proporcionada por Bastide), tanto em termos de busca de reconhecimento, quanto por preocupações de ordem

³⁴ *Clima* é considerada um marco na crítica literária brasileira. Do seu projeto editorial participaram nomes como Antonio Candido, Décio de Almeida Prado, Paulo Emilio Salles Gomes e Gilda de Mello e Souza. Em Pontes (1998), encontra-se uma reconstrução das trajetórias de vida e trabalho de seus fundadores, com destaque para as temáticas abordadas e as posições de seus integrantes frente às mesmas. Ao fim, a autora contrasta o perfil institucional do grupo com a trajetória de Florestan Fernandes, que se destaca tanto por sua origem (pobre), quanto por seu destino “ímpar” (a incorporação de um padrão de trabalho científico mais “profissional” e rigoroso). *Anhembi*, criada por Paulo Duarte, nasceu identificada com as vanguardas estéticas e culturais européias (MICELI, 1987). *Brasiliense*, por sua vez, foi uma realização editorial de Caio Prado Jr., um veículo de divulgação e discussão da teoria marxista, mas de posições alternativas às publicações ligadas ao PCB. Uma análise do conteúdo político da revista encontra-se em Beiguelman (1989).

³⁵ *Sociologia* voltava-se para a divulgação da produção científica da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), especialmente de seus mentores Herbert Baldus, Donald Pierson e Emílio Willems, que se destacaram, respectivamente, pelos estudos indigenistas, de comunidade e aculturação. Já a *Revista de Antropologia* foi criada por Egon Schaden, e era voltada para o ambiente acadêmico internacional (MICELI, 1987).

material. De acordo com Florestan Fernandes Jr.³⁶, “foi através do jornalismo que meu pai conseguiu sobreviver no início de sua carreira”, escrevendo, ao mesmo tempo, para dois grandes jornais da capital paulista: *O Estado de S. Paulo* e a *Folha da Manhã*³⁷ – o que demonstra, segundo Fernandes Jr., a sua precoce capacidade de articulação: “escrevendo sobre literatura no primeiro jornal, como crítico literário; e, no segundo, fazendo mais análises sociológicas, antropológicas e políticas”. Um pequeno indício de seu reconhecimento ascendente, detalhado por Antônio Candido (2001), virá num encontro com o modernista Mário de Andrade, no final de janeiro de 1945, durante o I Congresso Brasileiro de Escritores, que visava arregimentar intelectuais contra o Estado Novo. Florestan, mais uma vez no papel de repórter, encarregado de fazer a cobertura do evento para a *Folha da Manhã*, tem a oportunidade de ser apresentado a um dos mais expressivos intelectuais modernistas brasileiros, que manifestou alegria ao conhecer pessoalmente o articulista do qual tinha lido bons trabalhos publicados na imprensa.

Ao mesmo tempo em que Florestan despontava na crônica paulista, Antonio Candido, aluno mais antigo do curso de ciências sociais, primeiro-assistente de Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia II, já se destacava como articulista, especialmente na *Folha da Manhã*, além da sua participação no já citado projeto da revista *Clima*. A figura dele, naquele momento, encarnava o modelo de “intelectual moderno”, uma espécie de “lugar institucional que oferece as condições de superação da ambigüidade das relações da juventude com os protetores oriundos de camadas sociais privilegiadas” (GARCIA, 2002, p. 102). Ao contrário, Florestan ainda era afetado por uma ambígua condição intelectual, que deslizava entre a insegurança (dadas as suas condições de reprodução material) e a autoconfiança (devido ao autodidatismo que apresentava)³⁸. Depois de alguns encontros durante a graduação, a amizade se consolidou no episódio que levou Florestan a se tornar o segundo-assistente de Fernando de Azevedo³⁹, quando Candido fez uma intervenção crucial, levando o renitente aluno a

³⁶ Depoimento ao autor, em novembro de 2005.

³⁷ A *Folha da Manhã* foi fundada em 1925. Em 1960, funde-se com os jornais *Folha da Noite* e *Folha da Tarde* para criação da *Folha de S. Paulo*, jornal que, como veremos no capítulo 5, terá importante participação no processo de redemocratização na década de 80.

³⁸ Segundo Garcia (2002, p. 146), na história da institucionalização das ciências sociais no Brasil, Candido e Florestan “corporificam, de maneira distinta, a oposição entre ciência e arte característica da modernidade a partir da qual se desenvolvem vertentes distintas de concepção e práticas sociológicas, em disputa entre si pela definição da natureza legítima da perspectiva de conhecimento dos fenômenos sociais e culturais”.

³⁹ Florestan concluiu o curso de Ciências Sociais da USP em 1943, ainda licenciando-se em Didática no ano de 1944. A partir de 1º de março de 1945, ele assume o cargo de segundo-assistente da cadeira de Sociologia II, permanecendo na função até 27 de novembro de 1952, quando se torna o primeiro-assistente da cadeira de Sociologia I (CERQUEIRA, 2004a, 180).

aceitar a mais nova oferta do diretor da Faculdade de Filosofia⁴⁰, possibilitando-lhe passar da “aprendizagem em extensão para a aprendizagem em profundidade” (FERNANDES, 1977, p. 168).

Inspirado pela experiência de assistente de uma importante personalidade da área educacional, Florestan submete-se aos exames de ingresso à pós-graduação em sociologia e antropologia da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo. Objetivava, com isso, sanar suas deficiências intelectuais e experimentar uma formação mais próxima do ideal de ciência social norte-americana – o que não tinha tido na Faculdade de Filosofia da USP. Embora frutos de uma mesma conjuntura social e política⁴¹, as respectivas instituições, além de terem sido fundadas com objetivos diferenciados, desenvolveram estratégias distintas de reconhecimento público, com a primeira mostrando-se voltada mais para o campo da pesquisa empírica, sob a influência da “Escola de Chicago”, e a segunda (produto de uma aliança entre intelectuais e empresários culturais, tal como a família Mesquita, proprietária do jornal *O Estado de S. Paulo*) embasada na experiência universitária européia, de maior enfoque teórico-metodológico⁴².

Apesar de já possuir uma certa notoriedade, a primeira tentativa de Florestan ingressar na ELSP falha. Localizado o motivo do insucesso, Florestan dedica-se ao estudo do inglês e consegue aprovação, ainda em 1945. Lá, Florestan – mesmo insatisfeito com o nível da ênfase empiricista que encontrou na instituição – tem um passagem marcante, que culmina em seu título de Mestre em Antropologia, obtido em 1947, com a pesquisa *A organização social dos*

⁴⁰ Florestan, ainda que embevecido, achava-se despreparado para o cargo e via grande risco, para o próprio Azevedo, em aceitar o convite, o que levou a afirmar: “Dr. Fernando, o senhor tem toda a responsabilidade por este convite. O senhor está convidando um aluno... eu não sou professor. O senhor deveria chamar um professor, essa é a sua responsabilidade. Se eu falhar, aí o senhor não pode transferir a culpa para mim”. Azevedo mostrou-se assustado e, sentindo-se convencido pelo aluno, respondeu: “Acho que você tem razão, é melhor procurar outro assistente”. Foi quando Candido interveio e “salvou” o amigo: “Olha, Dr. Fernando, nós todos sabemos muito bem que o Florestan é burro, que não sabe nada, que incompetente não pode ser assistente”. Após risos, “o convite ficou acertado” (FERNANDES, 1995b, p. 189).

⁴¹ “Em São Paulo, as ciências sociais floresceram nos espaços acadêmicos abertos em resposta aos diagnósticos formulados pelos setores cultos da classe dirigente local com vistas a uma retomada posterior da hegemonia política perdida em 30 e tripudiada em 32. Tanto a Escola Livre de Sociologia e Política como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo se destinavam em princípio à formação de pessoal técnico altamente qualificado, ambas amparadas por recursos mobilizados pelo setor privado” (MICELI, 1987). A perenidade institucional dos cursos, porém, será debitada à contribuição na formação de docentes para o ensino secundário, um espaço profissional “seguro” e capaz de financiar a continuidade dos estudos. Um dado importante, segundo Miceli, será o fato de São Paulo, em 1939, contar com um terço das escolas secundárias do país, o que convertia a instituição universitária em um recurso social ambicionado.

⁴² De acordo com Peirano (1992, p. 80), enquanto a fundação da Escola de Sociologia e Política representava, na visão de um de seus fundadores (o empresário Roberto Simonsen), contribuir para o desenvolvimento econômico e para a formação das elites do país, a USP tinha sido imaginada, na perspectiva de um de seus apoiadores (o empresário-jornalista Julio Mesquita Filho), para ser o “cérebro da nacionalidade”, tendo como foco a pesquisa científica e a alta cultura, sob o objetivo de fortalecer a democracia brasileira.

*Tupinambá*⁴³. Segundo o sociólogo, a Escola Livre possui um segundo patamar em sua vida, não tendo a mesma influência que a instituição em que se graduou, a qual considera o seu “ventre materno”.

A esperança de uma complementação revelou-se, desde logo, muito limitada. [...] Não iria abrir veredas tão novas como esperava. De outro lado, era um mito que não se recorria ao “treino empírico” na Faculdade de Filosofia. [...] Por aí, portanto, a minha ânsia de aprender viu-se frustrada. O pior é que os cursos de pós-graduação não eram, efetivamente, mais do que cursos avançados de graduação, abertos a estudantes pós-graduados. A Escola Livre não possuía recursos materiais e humanos para fazer mais do que isso, o que me contrariou muito, de início, levando-me, mesmo, a recusar alguns cursos em que me havia matriculado (e pelos quais apenas repetiria a aprendizagem anterior) (FERNANDES, 1977, p. 169).

Mas, a julgar pela constatação a seguir, assim como pelos efeitos em sua formação e nos desdobramentos de sua obra⁴⁴, não se deve considerar que essa tenha sido uma experiência “perdida”:

Quando percebi que alimentava esperanças erradas, imprimir novo curso às minhas relações com a Escola Livre, os seus professores e os seus estudantes (entre os quais formei muitos amigos). Passei a comportar-me como um professor, que eu era, que por assim dizer reciclava suas baterias, convertendo aquela escola em uma das arenas em que lutava por minha auto-afirmação e auto-realização (havia outras, como a Faculdade de Filosofia, os movimentos políticos, as revistas e os jornais, etc.) (FERNANDES, 1977, p. 169).

Em concomitância, fora do ambiente acadêmico, na luta pela sua auto-afirmação e auto-realização, o jovem cientista social prossegue com suas publicações na “arena” da grande imprensa, tal como fez nos seus primeiros escritos em *O Estado de S. Paulo*, criticando o racismo cruel da cultura ibérico-brasileira, em um estudo sobre “o negro na tradição oral”. Ao longo de 1944 e 1945, seus artigos definiram uma linha de combate na cena intelectual paulista, pela orientação metódica da investigação e a rejeição crítica da perspectiva dos estudos de folclore e sua pretensão à categoria de disciplina científica⁴⁵

⁴³ A dissertação foi publicada pelo Instituto Progresso Editorial, em São Paulo, no ano de 1949. Trabalhamos aqui com a segunda edição (FERNANDES, 1963).

⁴⁴ “Florestan reconhece, por outro lado, três aspectos positivos de sua experiência pedagógica na ELSP: o convívio com Herbert Baldus; os cursos dos professores Mário Wagner Vieira da Cunha e Octávio da Costa Eduardo, recém chegados dos EUA, onde fizeram seus doutoramentos; e, no seminário de Donald Pierson, o estudo dos autores da ‘Escola de Chicago’, ‘da qual ele (Pierson) se considerava um representante’” (GARCIA, 2002, p. 112).

⁴⁵ Os artigos e trabalhos sobre o folclore – esse “alvoroço de um primeiro amor”, a expressão que Florestan utilizava para “cristalizar as lembranças das suas primeiras pesquisas, realizados em bairros populares e de

(GARCIA, 2002, p. 113). Em contraposição ao enfoque folclorista então em voga, Florestan iniciava seu primeiro embate disciplinar, promovendo um trabalho de demarcação de fronteiras, abrindo caminho para uma nova concepção de ciências sociais no Brasil – similar, guardada as especificidades, ao desenvolvido por Durkheim na França no início do século passado.

Como demonstrado em Oliveira (1999), num ensaio inspirado pela leitura de Bourdieu sobre a institucionalização das ciências sociais, não há produção científica sem arcabouço teórico, que, no início do processo de constituição de uma disciplina, não produza o estabelecimento de novas articulações. É, pois, impossível não ver a ciência como um fato social determinado, que sofre a interferência na relação entre os conceitos, admitindo, portanto, a construção, desconstrução e a reconstrução – já que o objeto não se resume ao que se quer conhecer. A partir do caso das ciências sociais européia, que emergem nos fins do século XIX e se consolida no posterior, na herança iluminista sobre a possível universalidade de uma ciência interpretativa para todas as sociedades, chega-se a duas constatações básicas: que todo investimento disciplinar, em sua gênese, ocorre por um exercício interdisciplinar (de avanço ou negação de uma disciplina anterior ou vigente); e que a constituição epistemológica das disciplinas possui similaridades, se não integrais, no mínimo análogas. Um bom exemplo de como ocorreu esta articulação, num momento de gênese disciplinar, está na sociologia de Durkheim, portadora de conteúdos específicos derivados do debate com a filosofia social, a partir de um vocabulário inspirado nas ciências naturais, que passa a defender uma explicação “sociológica” dos fenômenos que até então, no seu ponto de vista, passavam privilegiadamente pela ontologia individual.

O surgimento de uma disciplina pressupõe distinções em relação a outras disciplinas já constituídas. Por isso, a sociologia, para Durkheim, projetar-se-ia com a hipótese de que não é qualquer idéia que pode ser tratada como *coisa* (a sua unidade de análise), mas a que adquire o caráter de consciência coletiva, fundamental para a reprodução social. Fundado no pressuposto de que as idéias não desaparecem com o indivíduo que pensa, nem são propriedades dele, Durkheim criou um novo campo de explicações para fenômenos até então imbricados no campo da psicologia, que se voltava para a representação individual. Pode-se, assim, identificar neste autor um exercício (inter)disciplinar referenciado à desconstrução de

imigração da cidade de São Paulo” (ARRUDA, 2004) – estão reunidos em Fernandes (2004a, 2003). Um “amor”, segundo Florestan, difícil de esquecer: “Eu acho que os livros e as pesquisas são como as mulheres: a gente abandona a área, mas o amor permanece... [...] Aquela pesquisa, feita em 1941, enche a minha imaginação ainda hoje. Quando eu penso nela, eu me lembro dela com gratidão. E lamento que tenha dado menos do que eu deveria, porque ela foi tão importante para mim que eu deveria ter feito mais” (FERNANDES, 1978a, p. 84-85).

perspectivas sintetizadoras (redução, dedução e adição) pela proposição de outras configurações que fundamentam o reconhecimento das regras metodológicas para a construção do novo domínio disciplinar⁴⁶.

No caso de Florestan, o que se faz é uma defesa da análise sociológica, buscando as origens sociais e políticas do objeto em questão, para afirmar que boa parte do estudo do folclore feito até então acabava por legitimar uma concepção e um projeto de sociedade que se definem pela diferença essencial entre a cultura letrada das elites e a cultura das massas populares. Respondendo a um artigo publicado por Édison Carneiro publicado na *Revista Brasiliense*, em 1959, no qual era acusado de ter uma apreciação negativa sobre o folclore, Florestan afirma que seu trabalho “apenas” tratava “do desenvolvimento dos estudos folclóricos em São Paulo e jamais poderia ser encarado como sucedâneo ou equivalente de um tratado de folclore” (FERNANDES, p. 2003, p. 3). Em sua resposta, com o título “Folclore e Ciências Sociais”, publicada numa edição posterior da mesma revista, propunha uma “colaboração eficiente” entre os dois campos, não deixando, entretanto, de estabelecer os requisitos que considerava necessários para essa articulação:

Os escritores brasileiros que pretendem o qualificativo altamente honroso de *folclorista* precisam fazer jus a ele, mediante a realização de trabalhos que explorem, com seriedade, os recursos específicos da pesquisa folclórica propriamente dita. Doutro lado, nada há a objetar contra os escritores que pretendem estudar o folclore como realidade psíquica, social ou cultural. Somente, para que as inspirações se concretizassem, seria desejável que fizessem isso, de fato, através dos procedimentos de investigação da psicologia, da etnologia ou da sociologia. O que não pode perdurar são as confusões, que vêm transformando o folclore em disciplina híbrida, aberta às aventuras mais singulares dos que se sentem incapazes de qualquer atividade intelectual produtiva. Sem subestimar a pessoa ou o trabalho de ninguém, parece que já é tempo de pôr fim seja à improvisação involuntária, seja à mistificação consciente, seja à falta de especialização apropriada nesse campo de estudos (FERNANDES, 2003, p. 4).

A citação acima é significativa da postura de Florestan em relação ao debate acadêmico no Brasil. Em sua trajetória, o sociólogo em questão vai enfrentar com destemor as visões contrárias, estabelecendo sem meias palavras as diferenças em relação aos interlocutores, não deixando, porém, de reconhecer seus valores e contribuições. O mais importante, a seu ver, era o avançar do conhecimento científico⁴⁷ e, conseqüentemente, a

⁴⁶ Conferir Durkheim (1973, 1970).

⁴⁷ “Considero a crítica uma condição necessária do trabalho intelectual, desde que ela seja objetiva, tenha sentido construtivo e se mantenha no plano do respeito da pela pessoa humana – do autor criticado e dos leitores, que formam sua opinião louvando-se nas afirmações do crítico” (FERNANDES, 2003, p. 3).

elevação do nível de consciência do senso comum. Sobre este último aspecto, numa nota explicativa à primeira edição de *O folclore em questão*, escrita em maio de 1975, faz uma constatação que considera “melancólica”:

Os cientistas sociais perderam muito terreno na comunicação com o chamado “grande público” e na colaboração freqüente em jornais diários ou revistas de “alta cultura”. A comunicação de massa destruiu os nichos que ainda davam cobertura a uma maior participação intelectual dos cientistas sociais na discussão de temas de interesse geral; e a sociedade de consumo fez o resto, absorvendo o seu tempo de lazer em atividades que são características dos setores médios “afluentes” (FERNANDES, 2003, p. XX).

Para Florestan, no entanto, o pessimismo da análise deveria dar lugar à ação. Os estudos do folclore deveriam voltar a ser uma oportunidade fecunda de interação entre a universidade e o “meio ambiente”, uma motivação de valor científico pertinente, com capacidade de criar uma identificação profunda e “uma certa comunhão da *intelligentzia* brasileira com o ‘saber popular’ e com os estratos ao mesmo tempo mais humildes e mais conspícuos do *Povo*” (FERNANDES, 2003, p. XXI) – o que demandaria uma preocupação obtusa com a forma e o conteúdo da comunicação acadêmica⁴⁸. Era dessa maneira que ele gostaria que seu trabalho sobre as trocinhas, provérbios, jogos de salão, cantigas de piquenique, superstições, ditos e frases feitas, rodas, parlendas e pegadas infantis dos desenraizados de São Paulo fosse entendido: “em termos da projeção endopática que sempre cimentou o meu interesse pessoal pelo estudo do folclore” (FERNANDES, 2003, p. XXI).

Como confirma Arruda (2004, p. XV):

Os temas que escolheu estudar são reveladores do substrato íntimo de suas convicções mais profundas, entranhadas na busca perseverante da compreensão do papel dos excluídos da sociedade moderna, espécie de declaração de amor aos aliados da herança que se impôs, razão pela qual este livro [*Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*] encanta e faz pensar.

Para além das muitas questões suscitadas por esse “tema menor” da obra florestaniana⁴⁹, o embate disciplinar em seu entorno manifesta uma dimensão política que faz Florestan se identificar como membro de uma geração crítica e radical de cientistas sociais,

⁴⁸ Escrevendo sobre “Os destinos das universidades” (*O Estado de S. Paulo*, 03 jan. 1959), Florestan afirmará sua “convicção de que a primeira batalha por verdadeiras universidades deverá ser ganha, em nosso País, fora dos chamados círculos acadêmicos. Enquanto o homem médio brasileiro for incapaz de compreender e de estimar seus centros universitários, estes não terão destino certo” (FERNANDES, 1966, p. 207).

⁴⁹ Uma análise sobre a questão do folclore na obra de Florestan e sua relação com a educação e a socialização da criança, por exemplo, pode ser conferida em Borba (2005).

alinhados a uma perspectiva *totalizante* de ciência – em contraposição ao particularismo do pensamento conservador então dominante (GARCIA, 2002, p. 113). Essa perspectiva totalizante de ciência, ao menos no caso de Florestan, não deve ser confundida como uma subsunção absoluta do mundo social à razão científica, menos ainda uma legitimação irresoluta de uma única forma de “conhecimento social”, uma suposta *sociologia científica* estritamente empírica, observacional e indutiva – como defende Oliva (1997, p. 33) em seu autodenominado “cerrado escrutínio crítico” da obra do autor em questão. Ainda no início de sua formação, nos estudos sobre o folclore, Florestan afirma que teve a oportunidade de formar seu tirocínio sobre os limites das análises dos dados empíricos, quando se conscientizou que “a reconstrução empírica não basta à explicação sociológica” – ou seja, “que os ‘fatos’ não falam por si mesmos. É preciso interrogá-los e, para isso, é indispensável algum domínio do quadro teórico envolvido” (FERNANDES, 1977, p. 174).

Essa adesão, portanto, *apaixonada* à razão científica (ou melhor, às potencialidades de se utilizar o conhecimento científico para a galvanização dos elementos dinâmicos de transformação social), no período de sua formação intelectual, tem como pano de fundo uma luta clandestina contra o Estado Novo, quando, através do movimento trotskista, passa a tomar contato mais profundo com o marxismo. Nesse momento, o interesse de Florestan pelo socialismo deixa para trás o seu “populismo radical” – “forjado na vivência contraditória da desigualdade, da condição subalterna e das potencialidades do projeto moderno de sociedade secular, livre e igualitária” (GARCIA, 2002, p. 114) – e o faz entrar numa fase de identificação “ultra-radical” nos anos de militância no Partido Socialista Revolucionário (PSR), liderado pelo jornalista Hermínio Sacchetta, um ex-membro do Partido Comunista do Brasil (PCB). Sacchetta, que tinha sido editor do jornal oficial do partido (*A Classe Operária*) na década de 1930, foi expulso do PCB após uma cisão, em 1937, quando o Comitê Regional Paulista divergiu da linha do Comitê Central sobre as eleições presidenciais daquele ano. Depois de inúmeras discussões, marcadas pela intransigência habitual daqueles tempos, o Comitê – com apoio da Internacional Comunista então dominada pelos stalinistas – excluiu alguns membros do partido sob a acusação de *renegados trotskistas* (GORENDER, 1992)⁵⁰.

⁵⁰ Segundo Gorender (1992), de todos os expulsos, apenas Sacchetta aderiu realmente ao trotskismo e, posteriormente, participou da fundação do PSR, ligando-se à IV Internacional. Ele fez parte ainda, nos anos 50, da organização da Liga Socialista Independente e, na década de 60, do Movimento Comunista Internacionalista. Um dos episódios mais marcantes da vida de Sacchetta foi seu entreencontro com Jorge Amado, que no romance *Os subterrâneos da liberdade* (a representação, segundo Gorender, da escola do realismo socialista na literatura brasileira), narrava a luta interna do PCB de São Paulo, na qual faz uma caricatura de Sacchetta através do personagem *Saquila* – “identificação de tal maneira transparente e insultuosa” que levou o jornalista a escrever um artigo-resposta, denominado *Jorge Amado e os porões da decência*, publicado em Sacchetta (1992).

O encontro de Florestan com Sacchetta ocorreu através de Jussieu da Cunha Batista, um antigo colega do curso de madureza, que, por volta de 1942 e 1943, trabalhava como jornalista na *Folha da Manhã*. Sacchetta, então secretário-geral do jornal paulista, sentia grande simpatia pelos alunos da Faculdade de Filosofia e se mostrou muito solícito ao saber que o jovem que acabara de conhecer era estudante de ciências sociais. Depois de algumas conversas rápidas, a relação se fortaleceu com os “cafezinhos fora do jornal”, discussões mais alongadas e uma amizade que durou até o fim da vida. Em julho de 1943, após saber que Florestan havia sido convidado para escrever num veículo concorrente, Sacchetta estrilou:

“Pombás, nós nos encontramos quase todos os dias e você vai dar a sua colaboração ao *Estadão*”. Lembrei-lhe que ele nunca me convidara para escrever na *Folha*, que nossas conversações eram intelectuais e políticas e não me movia o interesse de redigir artigos para vários jornais. Mas, que estava às suas ordens. Ele fez o convite formalmente, muito sério. O primeiro artigo saiu em 19/08/1943, sob o título “Mais América”. Isso estreitou mais os contatos e a amizade (FERNANDES, 1992a, p. 75).

Até então agindo “ao sabor das oportunidades” contra a ditadura de Getúlio Vargas, especialmente em encontros e manifestações com estudantes da Faculdade de Direito, Florestan não resistiu a “atração magnética” de Sacchetta, que lhe abriu uma outra via de combate, “mais secreta e com propósitos revolucionários” (FERNANDES, 1992a, p. 76). Ganhando confiança, incorporou-se ao PSR, passando a pertencer os quadros da IV Internacional⁵¹, com novas responsabilidades e, sobretudo, esperanças – sendo a principal delas a revolução proletária como objetivo essencial. Se nem o Estado Novo e a ordem existente balançaram por causa dessa sua opção, “o meu pensamento, as minhas orientações políticas e a minha personalidade sofreram uma mutação súbita” (FERNANDES, 1992a, p. 76). A julgar pela descrição que um outro importante intelectual brasileiro faz do “Velho” (como Sacchetta era conhecido entre os militantes mais jovens), podemos ter uma pequena noção desse impacto vivido por Florestan:

⁵¹ As chamadas “Internacionais” foram associações que visavam reunir, em nível mundial, as organizações da classe trabalhadora. A primeira delas funcionou de 1864 a 1876, formada majoritariamente por integrantes de Londres e Paris, com expressiva participação de Marx e Engels, que travaram duros combates com a corrente anarquista, encabeçada por Bakunin. A II Internacional foi fundada no Congresso Internacional de Trabalhadores, em Paris, no ano de 1889, tendo a predominância dos trabalhadores ligados à Social-Democracia alemã. Ela durou até 1914, com participação relevante dos “marxistas” Kautsky e Plekhanov, mas ficou marcada pelo “revisionismo” de Bernstein. Já a III Internacional (conhecida como *Comintern*), formada posteriormente a Revolução Russa, nasceu em Moscou, no ano de 1919. Foi nela que se travou, referenciado pelo desenvolvimento da experiência socialista russa, o embate entre as correntes *stalinistas* (com base na política de “socialismo num país só”) e *trotskistas* (marcada pela idéia de “revolução permanente”). Por fim, Trotski, que havia sido expulso da URSS em 1929, após chefiar movimentos de oposição contra a “traição” da revolução pela burocracia russa, cria, em 1938, a IV Internacional – que teve significativo papel ao estimular o debate mundial sobre o desenvolvimento *desvirtuado* do “socialismo oficial” (JOHNSTONE, 1993).

Sob o influxo do “Velho”, líamos e fazíamos a crítica dos clássicos do bolchevismo, sem perder de vista que a realização de um projeto socialista não passa pela mera substituição de homens no poder do Estado, mas na ruptura com as formas de exploração e dominação existentes. Mais ainda, ensinara-nos o “Velho”: a pessoa é mais importante que qualquer cargo, daí a rejeição à corrida ao sucesso e a gloriola fácil com que o sistema premia os heróis sem caráter, os macunaímas diplomados pelas universidades, os assessores da dominação (TRAGTEMBERG, 1992, p. 160).

O conteúdo e o sentido dessas conversas de Sacchetta com os jovens podem ser captados na palestra “Trotskismo”, reprodução de uma aula proferida no curso de “Doutrinas Políticas da Universidade Popular Presidente Roosevelt”, em 1946. Ali o jornalista faz uma defesa do caráter não doutrinário das posições de Trotski, inclusive de sua concepção de “revolução permanente”, que advogava mais do que uma mudança na forma da propriedade privada sob os auspícios das burocracias nacionais, um projeto de destituição de todas as desigualdades sociais através do despojamento das classes possuidoras “mundiais”, o que só seria possível pela progressiva ascendência e conquista de poder pelas associações operárias (organizadas internacionalmente). A base dessa premissa estava na constatação de que o poder dos *soviets* era pequeno em relação ao conjunto do capitalismo na cena mundial. Essa visão procedia de uma análise da economia capitalista como uma *totalidade*, um modo de produção que conforma uma divisão internacional do trabalho dominada por ações que se desenvolvem em territórios “nacionais” – mas que não se configura como um conjunto de “adição de unidades nacionais”.

Pretender construir a sociedade socialista num só país significa que, a despeito de triunfos, fazemos as forças produtivas recuarem em relação ao capitalismo. É uma utopia reacionária – afirma Trotsky – querer criar no quadro nacional um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país que faz parte da unidade mundial. Os traços específicos da economia nacional por mais importante que sejam, constituem, em escala crescente, os elementos de uma unidade mais alta que se chama a economia mundial e que serve afinal de contas de base ao *internacionalismo* dos partidos comunistas revolucionários (SACCHETTA, 1992, p. 92-93).

Porém, tão importante quanto o “conteúdo” desse contato com um movimento “à esquerda” da doutrina stanilista⁵², está no aproveitamento do “que havia de melhor” na atividade trotskista: o intenso convívio intelectual e político, o compromisso ético com a

⁵² Um estudo sobre a forma como a URSS afetou o imaginário político dos comunistas no Brasil encontra-se em Ferreira (1998).

utopia da emancipação humana (FERNANDES, 1992a, p. 76). Como adverte Löwy (1998, p. 22), a “‘recepção’ de uma doutrina é, ela mesma, um fato social que deve ser compreendido em sua relação com a realidade histórica concreta”. E é dessa forma que Florestan dá continuidade à sua aprendizagem marxista, com o seu “socialismo vago, reformista e utópico” cedendo lugar a uma militância política disciplinada. Envolve-se, por exemplo, na elaboração e distribuição de um jornal mimeografado, rodado em sua casa, e contribui com a tradução da *Contribuição à crítica da economia política*, para a qual escreve a introdução *Marx e o pensamento sociológico moderno*⁵³ – o que o impeliu a descobrir por sua “própria conta o jovem Marx e a desvendar a sedução do seu pensamento científico” (FERNANDES, 1992a, p. 77).

Mas a militância política, que funcionava como um microcosmo ideal, envolvendo política, jornalismo e vida acadêmica, trazia dificuldades para a perpetuação de seus estudos.

Tornando-me assistente da Faculdade e aluno de pós-graduação da Escola Livre de Sociologia e Política, eu enfrentava encargos intelectuais, discentes e docentes dispersos e pesados. Não podia ser um militante devotado a todos os papéis e obrigações e, ao mesmo tempo, logo entraram em cena as tese (de mestrado e de doutorado), que iriam ser uma fonte de atrito constante com os companheiros⁵⁴ (FERNANDES, 1992a, p. 76).

Entre as “três vocações” desenvolvidas na “universidade trotskista”, a acadêmica leva vantagem, com o devido apoio de Sacchetta, que se fez de seu “advogado” frente às cobranças dos outros integrantes partidários. O líder do PSR considerou que Florestan poderia ser mais útil ao movimento na universidade, servindo à mesma causa por meios diversos. Tal decisão, segundo Garcia (2002, p. 123), “tornava-se aceitável no âmbito daquele grupo político-doutrinário revolucionário graças à radicalização que Florestan Fernandes” poderia imprimir à ciência social paulistana, se tomarmos como norte à convicção do marxismo científico sobre o papel e “o poder do saber científico para o controle racional do mundo”⁵⁵. Porém, uma outra

⁵³ Republicada duas vezes: Fernandes (1971b, 1995a).

⁵⁴ “Os meus colegas trotskistas não compartilhavam do sacrifício que exigia o meu trabalho na universidade, por causa até da atividade partidária. Eu sempre dava uma contribuição menor do que a que eles esperavam” (FERNANDES apud COGGIOLA, 1995, p. 14).

⁵⁵ Afinal, como afirma Mandel (2001, p. 19), o marxismo aparece na história da humanidade como uma *síntese quádrupla*: “síntese entre as principais ciências sociais; síntese entre as ciências sociais e o projeto de emancipação da humanidade; síntese entre o projeto de emancipação humana e o movimento real de auto-organização e auto-emancipação do proletariado moderno; síntese entre esse movimento operário real e a ação e organização política revolucionárias”. Mandel lembra ainda que essas sínteses não são acabadas de uma vez, não são dogmáticas (ou não deveriam ser tidas como tal), sem nenhuma opinião axiomática que não deva ser constantemente reexaminada à luz das novas experiências ou fatos – com a exceção igualitária de que o ser humano é o objetivo final de toda a ação humana.

variável deve ser levada em conta para o completo entendimento dessa opção entre a militância política e a acadêmica:

Trata-se do fato de que entre o movimento socialista clandestino e a universidade, essa última era a única que oferecia possibilidades profissionais concretas e perspectivas efetivas de acesso a recursos econômicos e simbólicos. Florestan continuava sustentando a mãe e, casado recentemente, havia ampliado suas responsabilidades familiares como chefe provedor. Desse ponto de vista, a carreira acadêmica, na qual inclusive Florestan já estava inserido, mostrava-se como a única perspectiva promissora disponível (GARCIA, 2002, p. 117).

Segundo o próprio Florestan, “não existiam, para os trotskistas, um nicho autoprotetivo e as defesas das solidariedades de um forte movimento coletivo. A pessoa ficava largada a si própria, ao seu potencial ou propensão de identidade abstrata com uma utopia revolucionária” (FERNANDES, 1992a, p. 79). O distanciamento da militância política, no entanto, não significou o abandono da postura crítica e radical, que marca toda a sua trajetória, dando nova forma e sentido “a chama interior” do socialismo que nunca deixou de sentir – chama essa que se sustém pelo consumo de dois elementos: um utópico, os ideais de uma vida igualitária e livre; outro ético, os pressupostos de racionalização das relações sociais injustas em vigência⁵⁶. Afinal, afirmar o sociólogo, é preciso considerar que não era o movimento proletário revolucionário que sustinha aquele pequeno movimento trotskista, “mas o socialismo como chama interior, como convicção de que muitos precisam tombar – e é normal que tombem – para que ‘a revolução triunfe’” (FERNANDES, 1992a, p. 79). Nesse momento, portanto, o elemento ético da chama se apresentou mais forte. Será com essa despedida temporária da militância política-partidária, que Florestan dará os passos significativos para a sua profissionalização acadêmica, plantando as sementes de sua “sociologia crítica e militante” (CANDIDO, 2001) – processos que, como se pôde perceber até aqui, estiveram embebidos no promissor ambiente cultural paulista.

⁵⁶ Em um momento posterior, no ano de 1976, num colóquio realizado na Universidade de Austin, Texas (EUA), sobre *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan afirmará: “Nunca me afastei dos ideais socialistas e procurei realizar uma carreira científica tão exigente quanto estava ao meu alcance preservando tais ideais. Portanto, a minha carreira como sociólogo, sempre foi marcada por essa dupla vinculação entre a ciência e o socialismo, o que me levou a viver a *responsabilidade do intelectual* em termos de uma extrema tensão crítica com as iniquidades da sociedade brasileira e a refigurar na vanguarda dos que tentaram lutar por uma revolução democrática autêntica, dentro da ordem ou contra ela” (FERNANDES, 1980a, p. 76). Segundo Miriam Limoeiro Cardoso (2001, p. 29-30), em toda a sua trajetória, “quando se preocupa com a sociologia como ciência e com o sociólogo como intelectual socialmente responsável, Florestan Fernandes o faz contextualizando a ciência e o cientista na sociedade burguesa, destacando as exigências e as seduções do poder burguês e, por outro lado, os interesses de classe, diferenciados, as possibilidades e os limites de racionalidade da atividade científica”.

No entanto, sobre essa questão, fazem-se necessárias algumas considerações, particularmente sobre a “especificidade” da ciência social de São Paulo, um dos temas candentes na literatura mais recente sobre a formação das ciências no país.

Numa distinção com o Rio de Janeiro, a produção sociológica paulista, sob uma lépida aceleração de sua estrutura social, “teria criado condições para o desenvolvimento de um mercado cultural autônomo, terreno propício para a formação de uma ciência social propriamente acadêmica, à distância de querelas políticas” (ROMÃO, 2003, p. 1). Nessa perspectiva, em contraposição, a experiência intelectual carioca estaria atravessada pela ingerência do poder político desde sempre, devido ao cerco influente de lideranças e círculos governamentais. O resultado é que, no contraste, a política estava para o Rio como a economia para São Paulo, sendo o primeiro o lugar *mal* por excelência do ambiente acadêmico e o segundo o seu lugar *ideal*.

Enquanto na capital federal vai se construindo uma hierarquia de objetos e problemáticas em função de sua relevância para o debate político mais amplo, o que equivale a dar prioridade aos conteúdos em detrimento dos procedimentos científicos, em São Paulo logo prevaleceu uma hierarquia propriamente acadêmica privilegiando os métodos de apropriação científica (a começar pelo trabalho de campo) e os focos de interpretação, substituindo a relevância política pela excelência intelectual (MICELI, 1987).

De acordo com esta linha de argumentação, teríamos no Rio de Janeiro uma concepção de ciência social “intervencionista”, “militante” e “aplicada”, da qual a melhor expressão seria as “teorias desenvolvimentistas”, exemplo de um politicismo que se caracteriza pela formulação de diagnósticos e palavras de ordem que inserem o Estado e suas agências no centro do debate. Já em São Paulo, a marca seria a do treinamento metodológico, a leitura dos clássicos, o trabalho de campo e a socialização do saber sob o paradigma funcionalista, “politizando” em outra direção ao se voltar para o estudo dos atores estratégicos de implantação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ou seja:

São Paulo foi praticamente o único espaço institucional em que se constitui algo próximo ao que se poderia qualificar como uma elite propriamente intelectual. [...] Numa perspectiva de história intelectual comparada, a elite de cientistas uspianos é o que mais se assemelha àquela fração cultivada da classe dirigente capaz de fazer valer sua presença e autoridade em função da contribuição que traz ao exercício de funções culturais irredutíveis à sua contribuição econômica (MICELI, 1987).

Sem excluir a relevância da “argumentação capaz de compatibilizar condicionantes ligados às origens sociais àqueles desencadeados pelas mudanças em curso no mercado de trabalho intelectual, uns e outros tomando feição e sentido no contexto político-institucional da época” (MICELI, 1999, p. 111), é preciso guardar, como assevera Lippi (1999), uma necessária reserva em relação a essa dicotomia, a começar pelo risco de se ver a “especificidade” da ciência social paulista sem levar em conta os condicionantes políticos, internos e externos, que a estimularam, assim como o perigo de “substancialização” da análise sobre o pensamento social desenvolvido em outras regiões do Brasil. Em relação ao primeiro aspecto, é necessário, por exemplo, investigar o significado político do “rompimento” da USP com seus mecenas iniciais, a suposta “colisão entre o ‘projeto iluminista’ das elites locais e a irresistível profissionalização de setores médios em ascensão social” (MICELI, 1987) – quer seja para glorificar as conquistas progressivas de autonomia e autoridade que levaram os objetivos do “projeto original” a serem confrontados com as demandas de sua base social (“os formandos”), quer para se compreender os momentos-limites dessas conquistas, como faz o próprio Florestan no ensaio “A geração perdida”, no qual faz um duro balanço sobre a *intelligentsia* paulista (destacando os anos 40, 50 e 60) e deixa o seguinte recado: “Um radicalismo intelectual que se volta para o ofício e só ao acaso opera como um fermento social explosivo não pode ser um fator histórico de transformação ‘reformista’ ou ‘revolucionária’” (FERNANDES, 1977, p. 242).

Em relação ao segundo aspecto, Lippi (1995a) lembra que se o meio universitário no Rio de Janeiro não foi um espaço propício para o debate acadêmico estrito, incapaz de criar uma cultura organizacional universitária protegida da luta política-partidária, isto não deve levar à conclusão de inexistência de vida intelectual na cidade, que se processava em outros espaços. A autora cita, inclusive, o caso do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), criado no Rio em 1957, considerado um dos mais sérios produtores de pesquisa sociológica do continente, que é posto como contraponto ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁵⁷, tido como o “tipo ideal”⁵⁸ das organizações intelectuais cariocas submetidas aos avatares (dos) políticos⁵⁹.

⁵⁷ Contra a visão de um ISEB “reducionista”, entendido com uma simples “fábrica de ideologias”, conferir Pinto (2005).

⁵⁸ Segundo Romão (2003, p. 2), ainda que não evocada, “a caracterização estabelecida por Miceli tem inspiração weberiana. Por um lado, vincula-se ao célebre texto *Ciência e política: duas vocações*; por outro, os tipos ‘político’ e ‘científico’ são utilizados de modo a identificar a ação dos cientistas sociais cariocas e paulistas, respectivamente. Embora seja possível interpretar os textos de Miceli e de outros pesquisadores nesses termos, é certo que não se trata de uma boa apropriação da metodologia dos tipos weberianos, uma vez que os tipos ‘político’ e ‘científico’ permanecem enrijecidos, e tendem a prejudicar a análise”. Independente de evocado ou não, bem apropriado ou não, como lembra Löwy (2003a, p. 62), ainda que seja muito difícil definir sua posição

O mais relevante, porém, defende Lippi (1999, p. 166), é reconhecer que mesmo os intelectuais que tentaram escapar da agenda sobre a “identidade nacional”, “substituindo-a pelo esforço teórico e metodológico de institucionalizar as ciências sociais, retornaram ao grande tema já que os processos sociais e políticos interferem na forma pela qual a institucionalização se processa”. Sem querer arregimentar um argumento supostamente “anti-florestaniano” em prol de minha leitura sobre a obra Florestan⁶⁰, para os fins desse trabalho o importante é ressaltar que, sem “minimizar o componente classista na determinação do perfil dos intelectuais” (MICELI, 1999, p. 115), a questão da subjetividade não deve ser desprezada na análise de uma trajetória intelectual – como suscitou o próprio Florestan ao se deparar, já na condição tardia de *professor da política*, com o “caso” do jornalista que o levou para a militância trotskista:

Hermínio Sacchetta suscita um problema específico de interpretação da história política. Os cientistas sociais distinguem, sob vários ângulos, a personalidade-status, a personalidade básica, a personalidade democrática, a personalidade autoritária etc. Poder-se-ia acrescentar outros conceitos. O que importa, no caso, é a pergunta: o que leva um homem a resistir, ao longo de sua vida, a todas as provocações e “evidências negativas”, preservando intocável sua integridade política? Penso que, sob o capital industrial e as pressões destrutivas da opressão ditatorial, a resposta de conteúdo político possui uma natureza psicológica (FERNANDES, 1992a, p. 78-79).

Florestan, certamente, não advoga um retorno à “ontologia individual” como variável explicativa dos fenômenos sociais⁶¹, já que considera que “os dinamismos psicológicos de

político-ideológica, nem mesmo Weber, talvez um “resignado anticapitalista”, conseguiu cumprir seu imperativo categórico de objetividade: “apesar de sua honestidade científica indiscutível, não conseguiu impedir a penetração de juízos de valor em sua obra; isso vale inclusive para *A ética protestante e o espírito do capitalismo*”.

⁵⁹ Comentando o tema, Sader (2005, p. 174) afirma que o “preconceito” e o “simplismo” do esquema interpretativo paulista, sob o risco de “provincianismo”, não deu conta, por exemplo, “da renovação do clima intelectual brasileiro com a introdução de autores como Gramsci, Trotsky, Deutscher, Lukács, Marcuse, Eric Fromm, Brecht, entre outros, além do espaço da *Revista Civilização Brasileira*, dirigida por Ênio Silveira, onde os textos de Sartre figuravam com destaque. Quanto aos autores introduzidos por comunistas cariocas, a responsabilidade recaiu sobre uma jovem geração que incluía Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, entre outros. Tampouco fazia justiça aos projetos universitários de Darcy Ribeiro, iniciados com a Fundação da Universidade de Brasília e que teriam continuidade com outra Universidade piloto no ABC paulista”.

⁶⁰ Lembrando que a distinção Rio x SP acima posta tem como precedente “histórico” o conflito entre o respectivo autor e Guerreiro Ramos (LIPPI, 1999, p. 160), controvérsia que dominou a cena da comunidade sociológica brasileira nos anos 50, “tendo por fulcro central a questão da particularidade e/ou universalidade do conhecimento social produzido no Brasil” (LIEDKE, 2005, p. 386). Uma comparação entre as duas concepções encontra-se em “O trabalho sociológico: dois padrões”, capítulo quatro de Lippi (1995b).

⁶¹ Talvez essa insubordinação *anti-durkheimiana* seja melhor aproveitada se nos apropriarmos dela como um instrumento de crítica às compreensões do mundo social que se baseiam, exclusivamente, nas “hierarquias institucionais” (geralmente travestidas de argumentos “estruturais”, garantia de “neutralidade”) para sacramentar – como faz a moral laica durkheimiana, segundo Heloísa Fernandes (1994, p. 52) – “uma nítida demarcação dos territórios do saber e uma rigorosa distinção, igualmente hierárquica, das suas fronteiras e competências”.

autopreservação e auto-affirmação” correspondem sempre a um “nós-coletivo” que funciona como fonte, limite e referência para a ação individual⁶². Ou nas palavras de Mandel (2001, p. 77), a “necessidade histórica” frequentemente “é filtrada por personalidades determinadas, que não podem fazê-la desviar-se do seu curso normal, mas que podem marcá-la até certo ponto com suas características pessoais”. Como afirma Garcia (2002, p. 173), “não se trata de contrapor a dimensão psicológica e pessoal às dimensões coletivas da sociedade e da cultura, como se fossem duas ordens distintas e apartadas entre si”. Afinal, lembrando a máxima marxista, os homens (com o desejo de influir) fazem a história, mas sempre sob determinadas restrições⁶³. O relevante é identificar⁶⁴ quais as “chamas” que o motivaram a incorporar, a partir de seu estilo de vida subalterno, as promessas da modernidade paulista de um modo tão singular, inclusive o que o fez ser uma das suas exceções a não incorporar o “tipo ideal” de imunidade política no ambiente científico de São Paulo, à revelia de sua reconhecida contribuição⁶⁵. Ou seja, constatar que, mesmo sob determinadas restrições, os homens (com o desejo de influir) não deixam de fazer a história.

Esta ressalva se justifica porque um dos objetivos aqui é justamente demonstrar a hipótese de que os escritos do “último Florestan”, atravessadas pelo viés da militância (ou seja, o desejo explícito de influir), comportam (ainda que não produzidos sob condições “ideais” de trabalho acadêmico) insumos valiosos para o conhecimento de uma realidade social determinada. Com isto, não se quer afirmar que “o equacionamento da inserção social dos intelectuais” deva estar restrito às suas próprias perspectivas⁶⁶, já que a simples “sucessão de posturas identitárias”, como bem alerta Miceli (1999, p. 117), pode esvaziar “a credibilidade histórica da argumentação”. No entanto, esse “equacionamento”, para a sua devida realização, não pode prescindir dos retratos que estes mesmos intelectuais fazem de si

⁶² Não é a primeira vez que Florestan recorre a um argumento aparentemente “pouco ortodoxo” ou “antiintelectualista”. Ela já havia feito isso falando de sua formação, no texto “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, quando recorre ao “orgulho selvagem” da concepção agreste do mundo rústico das “pequenas aldeias do norte de Portugal”, de onde origina a sua família, assim como a “filosofia *folk*” sob a qual organizou a sua “primeira forma de sabedoria sobre o homem, a vida e o mundo” (FERNANDES, 1977, p. 143-144).

⁶³ “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1974a, p. 335).

⁶⁴ Sem desconhecer “que a excepcionalidade da vida de Florestan é indissociável das perspectivas e promessas extraordinárias” do tempo e espaço em que viveu (GARCIA, 2002, p. 173).

⁶⁵ Miceli (1987), autor desta distinção, aponta duas exceções entre os integrantes da escola sociológica paulista, que não conseguiram ficar imunes aos foros de militância política no estado: Antonio Candido e Florestan Fernandes.

⁶⁶ “[...] como se eles mesmos pudessem dizer o que são e a que tarefas (reformistas, modernizadoras ou revolucionárias) se sentem impelidos, de que perspectivas de dispõem a falar e quais as concepções do universo político com que justificam suas tomadas de posição” (MICELI, 1999, p. 117).

e das interpretações que dão às suas tarefas⁶⁷ – especialmente quando tratamos do pensamento social brasileiro produzido na época em que viveu Florestan Fernandes:

Os intelectuais brasileiros, produtores das interpretações que foram objeto de análise⁶⁸, estiveram prisioneiros das questões de identidade – quem somos nós – e procuraram construir retratos de si próprios e do país que respondessem a essas questões. Igualmente se detiveram na produção de projetos comprometidos com o *dever ser* e que garantiriam o pertencimento à modernidade (LIPPI, 1999, p. 167).

Florestan, de acordo com Garcia (2002, p. 41), também foi afetado pelo que Alfredo Bosi definiu, em *Histórica concisa da literatura brasileira*, de “paixão inteligente pelo homem brasileiro”, uma tradição cultural nacionalista e militante que é inaugurada com Euclides da Cunha, em *Os sertões*, e se radicaliza no *Jeca Tatu* de Monteiro Lobato e nas obras de Lima Barreto e Amadeu Amaral. Já para Candido (2001), ele dá continuidade ao que denomina de “tendência renovadora” da intelectualidade brasileira, tendência essa que, na hipótese do literário, havia começado com o sertão jornalístico de Euclides da Cunha, em contraposição aos estudos elitistas de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre.

Uma outra base dessa sociologia florestaniana, como já visto, está na proposta de integração entre prática e teoria, a partir do exemplo confesso de Marx – que ganhará diferentes enfoques ao longo de sua trajetória, mas que nunca estará ausente de sua visão de mundo, mesmo enquanto “força subterrânea” (CANDIDO, 2001, p. 60). Tal integração, no momento de consolidação do *militante da ciência*, fará prevalecer nele a crença de que as ciências sociais se desenvolviam sob o signo da ação, como um promissor instrumento de intervenção e controle da vida social pelos homens, assim como havia ocorrido – sempre se ressaltando as especificidades e os limites de cada dimensão respectiva – no domínio científico da natureza⁶⁹. Dentro desta perspectiva, o sucesso do cientista social depende da

⁶⁷ Nesse sentido, vale seguir a recomendação de Miceli (1999, p. 112) de não se tomar os “relatos memorialísticos” pelo seu “valor de face”, como indícios de verdade, mas como “repositórios privilegiados de informações ‘objetivas’ e representações ‘subjetivas’” que ajuda na elaboração do perfil intelectual analisado. Com esse cuidado é que se visa, além de tomar Florestan como caso paradigmático do ambiente cultural paulista, (MICELI, 1987), compreender como ele lidou com esse mesmo meio, observando quais foram as motivações que levaram a fazer determinadas escolhas. Pois se “não é a consciência dos homens que determina seu ser” (MARX, 1971, p. 29), e sim o inverso, não chegaremos a esse “ser social” se não passarmos pela mediação de sua “consciência”.

⁶⁸ Lippi (1999) fala da produção do Grupo de Trabalho Pensamento Social Brasileiro, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), realizada entre 1983-1995.

⁶⁹ Em “A sociologia: objeto e principais problemas”, publicado originalmente como verbete na *Enciclopédia Delta*, em 1957, Florestan – numa hodierna perspectiva, podemos dizer, interdisciplinar e *ecologista* – faz uma interessante distinção entre os campos da biologia, da psicologia e da sociologia, destacando suas especificidades e complementaridades: “As abordagens biológicas e psicológicas, apesar de sua enorme importância para a caracterização do que é ‘social’ nas relações vitais, [...] [contribuindo] para revelar as bases orgânicas e

criação de instrumentos intelectuais que contribuam, efetivamente para a compreensão e a organização racional da sociedade – projeto que começa a ser radicalmente perseguido por Florestan.

Um ponto importante é que, já naquele momento, Florestan não assume a tradição sociológica de forma passiva (ainda que experimente, intensamente, os limites de todas as suas correntes), ciente da distância que havia entre os resultados práticos alcançados e as teorias acadêmicas então produzidas. Ainda em 1946, resenhando um livro sobre lendas indígenas no Brasil, Florestan afirma que faltava às ciências sociais então predominantes o exercício efetivo da crítica ao projeto civilizatório que encarcerava o saber e o fazer científico em uma prisão colonizadora.

Uma das coisas que mais me impressionam em Hebert Baldus é a sua decidida vocação de defensor dos índios, na qual só foi excedido ou igualado, contemporaneamente, por homens como Curt Nimuendaju e como o General Rondon. Distingue-se de ambos, porém, senão pela natureza fortemente emotiva das reações, pela possibilidade que tem de as transmitir em suas aulas. Cria destarte, em seus discípulos, o ânimo necessário para continuarem a campanha por um ambiente mais propício ao “índio brasileiro” – figura geralmente heróica na literatura romântica do “civilizado”, mas vítima constante de sua falta de simpatia ecumênica⁷⁰ (FERNANDES, 2003, p. 206).

Para chegar à “medula” do conteúdo do livro, indica Florestan, “é preciso recompor os fios centrais de uma concepção do mundo e do homem que sacudiu o pensamento alemão e europeu pós-hegeliano, definida historicamente com muita justeza como *humanismo realista*” (FERNANDES, 2003, p. 207). O exemplo de Baldus ajusta-se, portanto, à perspectiva de que a razão científica não prescinde de uma prática orientada pela teoria, sendo que essa última é sempre atravessada pela dinâmica social – tal como sugerido por um dos pensadores que viveram sob a concepção de mundo e de homem acima citada:

A questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica mas *prática*. É na *praxis* que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade e o poder, a ceterioridade de seu pensamento. A disputa sobre a efetividade ou não-efetividade do pensamento-isolado da *praxis* – é uma questão puramente *escolástica* (MARX, 1974b, p. 57).

biopsíquicas das reações e atividades sociais dos organismos ou da integração delas em totalidades configuradas socialmente [...], negligenciam a vinculação inversa, que poderia sugerir até que ponto a interação social pode ser considerada como base dos demais processos de vida. Cabe ao sociólogo explorar, teoricamente, esta perspectiva, realizando investigações que permitam estabelecer em que sentido as condições sociais de existência tendem a refletir-se, especificamente, nas capacidades adaptativas e nas possibilidades de sobrevivência ou de evolução dos seres vivos” (FERNANDES, 1971b, p. 18).

⁷⁰ “Lendas dos índios do Brasil”. *Jornal de São Paulo*, 21 mai. 1946.

Florestan passa, desde já, a indicar para si o terreno da missão política do “professor”, que encarava a universidade como um “partido”, cujo “programa” está numa produção científica que explique as estruturas constitutivas das sociedades – germe do que mais adiante vamos identificar como a sua “pedagogia socialista”, que se manifestará de forma madura no articulista do final do século. Sua presunção era de que a partir de hipóteses expositoras dos problemas políticos, podem emergir políticas institucionalizadas de “interesse sistêmico” e não o tratamento fragmentário dos problemas sociais – muito comum nesses dias “pós-modernos”. No capítulo a seguir, veremos que toda a trajetória do “engraxate que virou sociólogo” (SANTOS, 2002, p. 37), desde o episódio do “abandono” da militância em prol da vida acadêmica, indica que o socialista que fala nos anos 80 e 90 do século XX não é exatamente um “segundo Florestan”, radicalmente diverso do “primeiro Florestan” das décadas de 40 e 50, mas uma vida-obra marcada por uma dupla adesão: à investigação sociológica da sociedade e ao projeto de racionalização do mundo social – que, como no caso de Sacchetta, ainda que em outra seara, estava posto sob um “horizonte intelectual e político centrado na pureza da utopia” (FERNANDES, 1992a, p. 79). O fato de nos livros mais relevantes desse período⁷¹ Florestan não deixar explícita sua posição política, afirma Martins (1998, p. 29), não deve ser visto como uma questão maior:

Nem era necessário que ficasse, penso eu. Porque transparente foi desde o começo seu inegável compromisso com o que se poderia chamar de sociologia crítica, que era também um compromisso radical com as lutas pela transformação da sociedade brasileira numa sociedade democrática, justa e desenvolvida.

⁷¹ No qual se entrega à “luta aguerrida pela defesa da autonomia da ciência”, à “disposição inquebrantável de estabelecer as bases da sociologia científica no Brasil” e ao “empenho total para contribuir com o desenvolvimento da teoria sociológica” (GARCIA, 2002, p. 124).

Capítulo 2

O OBJETIVO: METODOLOGIAS PARA UMA SOCIOLOGIA NO BRASIL

O sociólogo está tanto mais armado para descobrir o oculto quanto mais armado cientificamente, quando ele utiliza melhor o capital de conceitos de métodos, de técnicas acumulado por seus predecessores, Marx, Durkheim, Weber, e como outros, é quando é mais “crítico”, quanto a intenção consciente ou inconsciente que o anima é mais subversiva, quando tem mais interesse em desvendar o que é censurado, contido, no mundo social.

Pierre Bourdieu, *Questões de sociologia*⁷²

No seminário *O saber militante*, realizado em homenagem a Florestan Fernandes, em maio de 1986, na Faculdade de Filosofia, Educação, Ciências Sociais da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), no Campus de Marília⁷³, a socióloga Bárbara Freitag (1987) dividirá a trajetória de Florestan em duas fases: uma acadêmico-reformista; outra político-revolucionária. Segundo essa autora, de um lado teríamos o “jovem” ligado à ortodoxia científica, à institucionalização acadêmica da sociologia e ao reformismo liberal. Do outro, o “maduro” que rompe com a concepção racionalista da neutralidade da ciência, adere à crítica aos padrões contemporâneos de profissionalização e institucionalização das ciências sociais e, finalmente, opta pelo radicalismo político orientado para a revolução socialista. Com base em depoimentos biográficos e autobiográficos, Garcia (2002, p. 70) faz uma interpretação crítica da classificação de Freitag, defendendo a hipótese de que

[...] muito antes de conhecer a sociologia, Florestan tinha uma história de enfrentamento com o mistério da internalização da dominação, com a inaceitável desrazão de pessoas que agem contra a própria emancipação, uma história vivida por inteiro e de maneira extremamente tensa na infância

⁷² Apud Löwy (2003b, p. 217).

⁷³ Cujos resultados podem ser encontrados em D’Incao (1987).

e na adolescência, que colocava frente a frente e em mútuo antagonismo sua capacidade de entendimento do mundo e a realidade da dominação social.

Como demonstração de que os anos de formação e socialização foram condicionantes políticos para as eras críticas e militantes, recorre ao próprio Florestan:

Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e a socialização pré e extra-escolar que recebi, através das duras lições de vida. Para o bem e para o mal – sem invocar-se a questão do *ressentimento*, que a crítica conservadora lançou contra mim – a minha formação acadêmica superpôs-se a uma formação humana que ela não conseguiu destorcer nem esterilizar. Portanto, ainda que isso pareça pouco ortodoxo e antiintelectualista, afirmo que iniciei a minha *aprendizagem* “sociológica” aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto, no conhecimento do que é a *convivência humana* e a *sociedade*, em uma cidade na qual não prevalecia a “ordem das bicadas”, mas a “relação de presa”, pela qual *o homem se alimentava do homem*, do mesmo modo que o tubarão come a sardinha ou o gavião devora os animais de pequeno porte⁷⁴ (FERNANDES, 1977, p. 142).

A existência de diversas fases na trajetória de Florestan também não significa, a nosso ver, que as transições se deram em rupturas, mas numa dimensão ética que coaduna o percurso de maturação individual e as condições históricas. Essa dimensão ética diz respeito a sua forma de incorporar a crença na racionalização da vida social, durante o processo de sua ascensão profissional⁷⁵. A história de vida de Florestan, mesclando realismo e idealismo, fornece-nos uma obra voltada para a explicação racional da realidade social, mas também uma subjetividade marcada por uma certa utopia de racionalização da convivência humana⁷⁶. Mesmo quando adere aos equívocos de seu tempo, já que seus escritos refletem sempre o “espírito de uma época”⁷⁷, Florestan se posta como um intelectual exemplar por não se

⁷⁴ Por outro lado, sob a mobilidade imposta pelo emprego de doméstica de sua mãe, que o fez conhecer inúmeros bairros de São Paulo e vários tipos de vizinhança, pelas frestas das brincadeiras e das amizades com os “meninos de rua”, Florestan diz ter descoberto as nuances de caráter humano, percebendo que o “‘grande homem’ não é o que se impõe aos outros de cima para baixo ou através da história; é o que estende a mão aos seus semelhantes e engole a própria amargura para compartilhar a sua condição humana com os outros, dando-se a si próprio, como fariam os meus Tupinambá. Os que não tem nada que dividir repartem com os outros as suas pessoas” – eis o ponto de partida da “filosofia *folk*” (FERNANDES, 1977, p. 144).

⁷⁵ Processo que, no caso em questão, desenvolve-se durante a sedimentação da modernidade paulistana, como já localizada no capítulo anterior, calcada nos princípios liberais adquiridos em uma nação periférica e atravessada pela experiência no respectivo sistema universitário (GARCIA, 2002).

⁷⁶ Ou, como sugere num outro momento, refletindo sobre as suas tentativas de associar “a pesquisa sociológica à revolução democrática na sociedade brasileira”, uma obra marcada pelas ilusões “‘realistas’ (algumas) ou ‘românticas’ (outras)” que são inevitáveis “quando se quer fazer alguma coisa do ponto zero” (FERNANDES, 1976a, p. 9).

⁷⁷ Afinal, se “a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver” (MARX, 1971, p. 29), imaginemos um homem. Conferir, por exemplo, o balanço que faz sobre os seus escritos de 1959 a 1962, quando estava imbuído em servir à filosofia de uma “reforma educacional democrática” (da qual iremos tratar no capítulo 4):

adequar totalmente às circunstâncias, buscando sempre um destino singular que leva o coletivo à frente, muito diferente do destino habitual “daqueles que, muito bem socializados, identificam-se totalmente ao espírito do presente, jamais o desrespeitam e por isso sempre fazem uso dele, sabendo aproveitar todas as oportunidades que lhes são oferecidas em qualquer ocasião” (GARCIA, 2002, p. 174). A seguinte avaliação que Florestan faz sobre a tradicional divisão do “jovem” e “velho” Marx, mostra que ele estaria de acordo com a autora de *Destino ímpar*:

Há, pois, uma *integridade básica* em K. Marx – como homem, pensador, cientista e revolucionário. Essa integridade não foi quebrada por sua evolução intelectual. Ao revés, ela tornou *necessária* essa evolução, porque ela sempre o obrigava a ir tão longe quanto lhe fosse possível naquilo que fizesse. Carece de sentido, portanto, contrapor o Marx “maduro” ao “jovem” Marx, embora a sua produção na idade madura refletisse o clímax de sua poderosa imaginação criadora (FERNANDES, 1989a, p. 46).

Oswaldo Coggiola (1995) defende a hipótese de que a militância de Florestan está na base de sua sociologia, mesmo aquela considerada por alguns como determinada pelo *funcionalismo-positivista*. A dedicação à “militância” científica foi, a seu ver, a solução encontrada para a sua “crise de consciência” por ter sublimado a castração política com uma prática intelectual exigente. Segundo Coggiola, as opções metodológicas que faz Florestan não obedecem, aos princípios de um “ecletismo bem temperado” (COHN, 1987) ou de uma “síntese original”⁷⁸ de teorias contraditórias, mas a posicionamentos estratégicos resultantes das condições de vida e luta – quando, por exemplo, lança mão de autores não-marxistas para desbloquear a ortodoxia então reinante no pensamento marxista oficial.

Insistimos em que a dimensão especificamente política dessa “conciliação” (termo pouco apropriado: seria melhor falar em enfrentamento bem-sucedido, se é que se trata disso) foi dada pelo fato de: 1) Florestan ter acedido à militância política antes que à academia; 2) Tê-lo feito apoiado na corrente político-intelectual mais avançada no marxismo e do socialismo internacional (aquela encabeçada por Leon Trotski), embora extremamente minoritária e, justamente por isso, “de vanguarda”, que esteve longe de

“De minha parte, não repudio as idéias que as circunstâncias me levaram a defender. [...] Ainda hoje me identificaria com os mesmos propósitos, embora projetando minhas insatisfações e aspirações *profissionais e políticas* em um sistema de referências mais radical. [...] Nada tenho a repelir naqueles ensaios. Se eles se converteram em documentos antes de alcançar maior eficácia, isso nada tem a ver com a sua contribuição intrínseca. O esforço foi feito, as energias foram investidas, os riscos foram assumidos. Os resultados melancólicos não põem em xeque o mérito dos argumentos expostos nem das causas defendidas. Se evidenciam alguma coisa, eles nos ensinam que devemos manter a luta, fazendo maiores esforços, investindo energias ainda mais fortes e, principalmente, *correndo todos os riscos*” (FERNANDES, 1976a, p. 9;10;11).

⁷⁸ Termo utilizado por Emília Viotti (1995, p.8) para designar o uso por Florestan de vários autores para conciliar rigor acadêmico e militância política, “questão que tem atormentado, senão mesmo paralisado, muitos intelectuais do nosso tempo”.

deixar uma marca apenas superficial no seu espírito⁷⁹ (COGGIOLA, 1995, p. 14).

Ao tentar fundar uma sociologia científica no Brasil, integrada a uma matriz marxista não-dogmática⁸⁰, Florestan acaba por se aproximar da seguinte definição de padrão sociológico defendido por Pierre Fougeyrollas (apud COGGIOLA, 1995, p. 13):

A pretensa conciliação entre ciências sociais e marxismo – objetivo confesso de um certo ecletismo universitário – é comparável ao casamento da água com o fogo, cujo resultado só poderia ser a extinção do fogo... Entre a ideologia das ciências sociais e o marxismo, como crítica radical de qualquer ideologia, é preciso escolher. E, escolhendo o marxismo, é possível integrar os saberes fragmentários fornecidos pelas ciências sociais, enquanto que, escolhendo as ciências sociais como tais, é completamente impossível integrar o marxismo.

Um indício de que é o marxismo que integra às outras correntes de pensamento da sociologia clássica na obra de Florestan está em “Os problemas da indução na sociologia”, publicação original de 1954, que é, na verdade, uma preleção feita pelo sociólogo aos professores de sociologia de escolas normais inscritos no Curso de Extensão Cultural promovido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, realizado em janeiro daquele ano. Ao situar as contribuições dos clássicos para solucionar os problemas de indução na sociologia, Florestan descarta a exposição cronológica, colocando a obra de Marx como a mais avançada para dar conta da questão esboçada:

⁷⁹ De acordo com Renan Freitas Pinto (1992, p. 207), “o apoio a essa posição de busca das mais variadas contribuições teóricas, Florestan Fernandes vai buscá-lo no próprio Marx, sendo segundo ele surpreendente o número de teorias antagônicas aproveitadas por Marx e, de modo semelhante, cabe ao sociólogo de hoje realizar uma constante revisão crítica dos fundamentos teóricos da sociologia, extraíndo das teorias sociológicas, sejam elas conservadoras, acadêmicas, pós-acadêmicas, marxistas, pós-marxistas, todo o seu conteúdo positivo”. Já para Oliveira Filho (1996, p. 84), ao se dar um sentido muito genérico ao termo ecletismo, não se levando em conta uma abordagem estrutural e dinâmica da construção das teorias, “desconhecendo a importância dos procedimentos lógicos e semânticos das definições para a análise conceitual”, passa-se a considerar ecléticos todos os autores que apresentam densidade teórica ou, numa posição extrema, todos os que efetuam qualquer forma de reelaboração conceitual – tal como fizeram Marx e Florestan.

⁸⁰ Segundo Jacob Gorender (1995, p. 33), a realização de uma obra de alta significação para a cultura brasileira “salvou Florestan da submissão ao marxismo dogmático imperante em nosso país, de tal maneira que se contam pelos dedos de uma só mão os intelectuais comunistas que, durante décadas, conseguiram produzir uma obra relevante”. Essa relevância, segundo o respectivo autor, pode ser medida pelo seguinte fato: “Observe-se que, dez anos depois de Florestan [...] o sociólogo britânico Anthony Giddens levou a termo o mesmo empreendimento de exame das contribuições de Marx, Durkheim e Max Weber à moderna teoria sociológica. Giddens seguiu inspiração própria, que não cabe aqui avaliar, mas é notável que houvesse percorrido exatamente a mesma trilha seguida pelo colega brasileiro com um decênio de antecedência. O que denota, sem dúvida, a força da percepção intelectual do mestre paulista, bem como de sua extraordinária afinação com a contemporaneidade” (GORENDER, 1995, 33). Para uma comparação, conferir Fernandes (1980c) e Giddens (1994).

As duas teorias expostas [de Durkheim e Weber] apresentam em comum a mesma tendência a eliminar do campo da análise a pretensão de compreender a realidade social como *algo concreto*. [...] Em suma, suas teorias não compreendiam todos os problemas que podem cair no campo da indução sociológica e são insuficientes para explicar os fenômenos de mudança nos seus aspectos concretos mais instáveis. [...] [Será nas investigações de Karl Marx] que vamos encontrar a única teoria consistente, já elaborada no moderno pensamento sociológico, sobre a interpretação indutiva de uniformidades de seqüência, encaradas historicamente. [...] Foi por isso, e não por outra razão, que preferimos abordar por último a contribuição de Marx, quando ela antecede, realmente, as outras duas, no tempo (FERNANDES, 1980c, p. 96; 100; 105; 107).

Não por acaso, como já visto, a “saída” de Florestan do movimento trotskista coincide com a defesa de sua primeira tese acadêmica (o mestrado, em 1947)⁸¹. Concomitantemente, em companhia de Antonio Candido, passa a trabalhar em tempo integral na Faculdade de Filosofia. Dando continuidade a sua carreira acadêmica, inicia um programa de pesquisa sobre a teoria das ciências sociais como forma a evidenciar suas qualidades científicas e consolidar seu prestígio no meio acadêmico. Tal pesquisa vai culminar, em 1951, com o título de doutor recebido com a tese *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*⁸² – trunfo com o qual torna-se primeiro-assistente de Sociologia I⁸³, preparando o caminho para substituir ninguém menos que Roger Bastide. A partir dessa obra Florestan Fernandes revela-se o maior herdeiro dos mestres estrangeiros, o “‘produto puro’ e mais bem acabado do novo sistema de produção intelectual e acadêmico implantado na capital paulista” (GARCIA, 2002, p. 125-126). No entanto, a repercussão pública e acadêmica do texto ficou bem abaixo do que esperava o autor, apesar de sua convicção de que o trabalho havia alcançado a maior contribuição possível para uma investigação empírica explicativa do sistema cultural tupi⁸⁴.

Penso que mostrei que se pode explorar a reconstrução histórica com o mesmo rigor que a pesquisa de campo e que demonstrei que éramos capazes de estudar as sociedades tribais, por nossa conta e com os nossos meios, segundo os requisitos descritivos e interpretativos da ciência moderna (FERNANDES, 1978a, p. 89).

⁸¹ De acordo com alguns depoimentos do sociólogo, sua saída definitiva do PSR foi em 1952 – mantendo, portanto, contato com a organização durante todo o período de doutoramento, ainda que com diminuta atividade militante (COGGIOLA, 1995, p. 14).

⁸² A tese teve sua primeira publicação em 1952, na cidade de São Paulo, pelo Museu Paulista. Trabalhamos aqui com a segunda edição, Fernandes (1970).

⁸³ Como primeiro-assistente da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Florestan vai trabalhar de 27 de novembro de 1952 a 31 de dezembro de 1954.

⁸⁴ Em livro recente sobre o tema, Fausto (2005, p. 92) afirma que a obra de Florestan é ainda hoje a melhor síntese dos relatos dos cronistas estrangeiros feita no Brasil.

As incompreensões sobre a sua contribuição, “um marco nas investigações das sociedades primitivas no Brasil” (FERNANDES, 1978a, p. 88), tem dois vieses explicativos. O primeiro está no estilo antiliterário do texto que “não oferece deleite algum aos leitores; antes exige muita paciência e concentração para enfrentar uma linguagem de extremo rigor conceitual e lógico” (GARCIA, 2002, p. 128) – bem diferente, por exemplo, das reconstruções históricas de sucesso naquele momento, tal como a alcançada por Gilberto Freyre, cujo estilo era tido como mais acessível pelo seu caráter ensaístico. Mas, a insatisfação de Florestan não se exaure nessa fria repercussão do ambiente cultural mais amplo, estendendo-se, sobretudo, ao pouco reconhecimento obtido no meio acadêmico especializado. Nesse caso, o sintoma seria o modismo que começava a substituir a análise estrutural-funcional “por não sei que tipo de ‘estruturalismo’” (FERNANDES, 1978a, p. 89). Florestan, numa atitude que dá legitimidade à citada hipótese de Coggiola, descartará com veemência as críticas à sua suposta perspectiva conservadora de análise funcional das relações sincrônicas de reprodução da comunidade tribal analisada, colocando dúvidas sobre a possibilidade de se tratá-las numa perspectiva dialética sem descambar para uma dupla falsificação; ou da dialética, ou das relações sincrônicas:

Não há talento que resista a essa prova. Ou então, a análise dialética não é uma tentativa de explicar a transformação da sociedade; é uma tentativa de mistificar [...] Não devemos exorcizar nem a palavra função, nem a análise causal resultantes das elaborações estruturais-funcionais. Elas são instrumentais. O que se deve exorcizar é uma concepção naturalista de ciências sociais: esse é o busílis da questão (FERNANDES, 1978a, p. 87; 105).

Marisa Peirano, ao analisar a antropologia “esquecida” de Florestan, a partir da perspectiva *maussiana* de que é preciso se investigar em que contexto uma obra é escrita e as possíveis razões de sua aceitação e rejeição⁸⁵, traz a seguinte questão: “por que os estudos de Florestan Fernandes sobre os Tupinambá não são abertamente reconhecidos como sua *fase antropológica*, ao invés de serem considerados exemplos da *fase funcionalista* de sua *sociologia*?” (PEIRANO, 1992, p. 52). Uma primeira apreciação sobre o problema será feita através da posição de um importante antropólogo brasileiro, para quem Florestan escreveu “livros muito bonitos”, que foram importantes do ponto de vista teórico, mas não estavam vinculados com a “nossa temática” – o preço, na visão de Darcy Ribeiro, pago por Florestan

⁸⁵ “Como nos ensinou Mauss, é a sociedade que legitima algumas de suas criações, seja a magia ou o trabalho do antropólogo. Sem o reconhecimento da sociedade, o trabalho do cientista social não existe socialmente” (PEIRANO, 1992, p. 52).

para ser aceito e respeitado na universidade⁸⁶. Sobre este último aspecto, Antonio Candido dará a mesma versão (ou seja, fenômenos referentes ao “ponto zero” do descobrimento do Brasil não faziam parte das “questões nacionais”), acrescentando o já citado desagradável estilo de escrita do autor – fato este que merece a seguinte observação da autora:

Hoje, quando a antropologia passa a questionar de maneira sistemática a forma estilística das monografias, os livros de Florestan Fernandes parecem refletir o ultrapassado formato do ‘realismo etnográfico’. Este estilo se caracteriza basicamente pelos seguintes aspectos: 1) a estrutura da narrativa visa à ‘etnografia total’; 2) o etnógrafo elimina ao máximo sua presença do texto; 3) a ênfase recai sobre um denominador comum de forma a legitimar a cultura ou a sociedade como objeto de estudo. Nos livros sobre os Tupinambá, tais características se combinam a um estilo pesado e denso. O leitor é forçado a seguir os passos do autor em sua lógica da descoberta, o que faz com que o rigor que Florestan Fernandes tinha em mente se transforme, muitas vezes, em exaustiva repetição (PEIRANO, 1992, p. 65).

À revelia do estilo, porém, Marisa Peirano afirmará a modernidade do trabalho, se levado em conta as preocupações contemporâneas da antropologia. Um primeiro aspecto se refere à forma como Florestan colhe os dados de sua pesquisa, fazendo com que o resultado analítico resulte numa convergência de postulados teóricos e dados etnográficos suficientes para a reconstrução do sistema social visado – somente a partir daí é que a respectiva totalidade é avaliada. A busca de Florestan era evitar a superposição apriorística de elementos teóricos, especialmente de uma teoria exógena à sociedade estudada – “abertura teórica e metodológica” que, segundo Peirano (1992, p. 66), contradiz a imagem criada em relação ao autor (sobre o seu suposto adesismo, nesta fase, a uma única concepção de ciência) – “especialmente quando se leva em conta que, na época, já era sensível a influência marxista em suas leituras”. Um exemplo dessa abertura está na continuação de sua reflexão sobre a especificidade da análise dialética:

⁸⁶ Em um livro autobiográfico, Darcy Ribeiro (1997, p. 142) faz, na verdade, uma autocritica coletiva sobre o período em que ele e Florestan estudaram na ELSP: “Ao me fazer cientista em Sampa eu estava sendo, de fato, contrapolitizado. A temática dos meus estudos sobre arte plumária, o desenho kadiwéu, seu parentesco, sua religião e mitologia, bem como os copiosos estudos eruditos de Florestan Fernandes sobre a organização social e sobre a guerra na sociedade tupinambá, eram mais do que legítimos, mas deixavam o Brasil à distância”. Apenas para um contraste, analisando um dos livros do antropólogo sobre o ensino superior no Brasil, Florestan fará o seguinte comentário sobre Darcy: “Para entender um livro como este é necessário fazer uma biografia. Situar os vários homens e os vários tipos de intelectual que coexistem na mesma pessoa e que usam o autor para se concretizarem. Sobretudo, é indispensável não esquecer que nenhum desses homens e de tipos de intelectual foi domesticado pela variedade brasileira de ‘vida universitária’; Darcy Ribeiro nem como etnólogo nem como educador nem como homem de ação nunca gravitou dentro ou em torno de qualquer provincianismo universitário e, em particular, nunca se ‘profissionalizou’ como universitário. Daí resultam algumas deficiências de suas idéias e ‘utopias’. Mas aí reside, também, a sua força” (FERNANDES, 1975a, p. 264).

Ou a gente falsifica a análise dialética, no sentido vulgar da palavra falsificar – para converter a análise dialética em uma espécie de cafiaspirina – ou então a gente procura a especificidade da análise dialética, descobrindo que a análise dialética só é válida para determinados tipos de problemas e, principalmente, para os problemas que aparecem nos povos que têm um determinado tipo de história, a qual nasce da estrutura antagônica do modo de produção e de organização estratificada da sociedade, e se caracteriza pelo fato do presente negar o passado, como um elo com um futuro que não repete as “estruturas existentes”, porque no processo de se objetivarem e se reproduzirem elas se transformam (FERNANDES, 1978a, p. 90-91).

Ressalva-se, porém, que, para Florestan, a análise estrutural-funcional serve também à investigação das sociedades de classe (capitalista ou socialista):

As pessoas que atacam, a partir de uma perspectiva ideológica (por causa de uma suposta posição revolucionária), a análise estrutural-funcional, esquecem-se de que a análise estrutural-funcional é muito importante para lidar com problemas humanos a curto prazo [...]. Além disso, quando a intervenção racional possui um escopo limitado, como ocorre com o “controle dos problemas sociais” em uma sociedade capitalista, em que ela só apanha a rede de efeitos e não a das causas – pois se trata de ajustar os indivíduos e as instituições à ordem existente – a única via consistente de análise é a estrutural funcional. Não por culpa do investigador, certamente, que poderia desejar ir mais longe e associar a análise dialética à revolução social. A impugnação da análise funcional, que se baseia na idéia de que o marxismo repele a análise estrutural-funcional, acaba colidindo com o que ocorre numa sociedade onde o socialismo de Estado está criando condições novas de passagem para uma sociedade comunista. [...] A análise dialética é importante para o planejamento quando se trata da estratégia dos planos. Mas, quando se trata da tática dos planos, aí a análise estrutural-funcional é que vem a ser importante (FERNANDES, 1978a, 106-107).

Este exercício de “fidelidade aos fatos” vai ser uma das marcas do etnólogo Florestan, o que lhe permitirá questionar os depoimentos dos cronistas utilizados, assim como o valor etnográfico de desenhos e gravuras. O objetivo dessa estratégia foi fazer com que a sua avaliação dos dados recolhidos se processasse em base similar a uma observação direta, mas que ambicionava ainda unir a essa sistematização à ordenação estrutural consciente e inconsciente da sociedade estudada. Um último aspecto relevante estava no recorte escolhido para a análise:

Demonstrada a importância da guerra tanto para os cronistas que a documentaram quanto para o funcionamento da sociedade, este fenômeno serviu como porta de entrada para o exame do sistema de parentesco, da economia, da religião, dos padrões morais, da cosmologia, da estrutura individual de personalidade. A guerra permitiu, desta forma, “uma leitura por cima dos ombros” dos Tupinambá, no dizer de um antropólogo contemporâneo [Clifford Geertz] (PEIRANO, 1992, p. 67).

A ênfase na exegese nativa, como em Victor Turner; a utilização de uma instituição para através dela falar sobre outros aspectos da sociedade analisada, como feito por Gregory Bateson e Clifford Geertz; a distinção de níveis de consciência e consciência da realidade social, tal como sugere Claude Lévi-Strauss; e, por fim, a tentativa de se fazer antropologia de um evento histórico, a partir de documentos da época, tal como fez Marshall Sahlins com a morte do capitão Cook no Hawaí, trinta anos depois. Eis algumas intuições de Florestan sobre os caminhos que a antropologia poderia seguir, boa parte delas hoje classificadas de “etnografia experimental”, tendência que visa integrar no texto monográfico as preocupações epistemológicas do processo interpretativo. Fica, então, para a autora a hipótese de que o estilo “ultrapassado” de Florestan mascara “uma tentativa genuína de revisão das convenções tradicionais em nível de conteúdo mais profundo” (PEIRANO, 1992, p. 68) – mascaramento para o qual também contribuiu a opção pela suposta abordagem “funcionalista”. Mas, pergunta a autora, com que concepção de “funcionalismo” Florestan trabalhou? Para ela, destaca-se a sua distinção em relação à sociologia sistemática de Talcott Parsons⁸⁷, a distancia de um método reduzido ao empirismo e a questão da utilização equivocada de conceitos gerados em meios exógenos, conceitos esse que forjados em condições diferentes de existência podem gerar interferências deformadoras.

O funcionalismo de Florestan Fernandes, caracterizando-se, portanto, por uma postura relativizadora, antietnocêntrica, que procura a “reconstrução intelectual” de totalidades sociais a partir de uma fidelidade aos dados como realidade empírica e teórica, levou o autor ao que hoje seria aceito, simplesmente, como uma postura antropológica convencional. Especificamente, a antropologia de Florestan Fernandes se percebe no extremo cuidado com que o autor aplicou conceitos de nossa sociedade aos Tupinambá; na arbitrariedade que verificou na divisão tradicional entre economia, política, parentesco, religião; na constatação da possibilidade de uma hierarquia entre as várias esferas reconhecidas pela “nossa mentalidade” (por exemplo, o fato de que entre os Tupinambá a religião engloba o parentesco, a política, a economia e a guerra). Inspirado em Mauss, Florestan Fernandes mostra um interesse marcante em descrever os sistemas de significação nativos como claramente diferentes dos nossos (PEIRANO, 1992, p. 69-70).

⁸⁷ Segundo Florestan, “é inegável que o uso da análise funcional na sociologia sistemática privilegia a estabilidade da ordem, o que poderia e deve ser criticado; não se pode negar à ciência social, entretanto, o interesse de conhecer aspectos da realidade ‘sem os quais a sociedade’ e a ‘vida em sociedade’ não poderiam existir. O erro seria, naturalmente, de concentrar as investigações só nesses aspectos e de supor que uma ‘visão estática da ordem’ é intrínseca à análise funcional” (FERNANDES, 1978a, p. 106).

Foi isso, talvez, que levou Florestan a seguir uma direção diferente da tendência dos antropólogos brasileiros de então, inclinados a tratar a questão indígena pelo tema-problema da relação entre os índios e a sociedade nacional, tomando os estudos destes grupos como *parte* do Brasil – tendência que tem no trabalho de Darcy Ribeiro a sua maior referência. O trabalho de Florestan, indo por um outro lado, toma a sociedade indígena determinada como um todo, em seus próprios termos, se aproximando *um pouco* dos antropólogos estrangeiros, que tenderam a se preocupar com as características intrínsecas dos grupos indígenas que habitaram o Brasil. Mas, antes de qualquer acusação de adoção de um estilo *colonizado*, uma nota de cautela, afirma a autora, torna-se necessária:

Florestan Fernandes também não se identifica totalmente com a concepção “estrangeira” – os Tupinambá não foram construídos como objeto em termos de um grupo distinto *situado* em território brasileiro: os Tupinambá *representavam* o território brasileiro, eles *eram* o Brasil de 1500⁸⁸. Está é mais uma das sutilezas que envolvem este monumental trabalho, mas que, no entanto, de novo passou despercebida (PEIRANO, 1992, p. 74).

Uma outra sutileza percebida por Marisa Peirano está na constatação de que a fase “positiva-funcionalista” de Florestan estava, ao contrário de algumas interpretações, informada sim por um tipo de “interesse nacional”, ainda que em sintonia à urgência de um determinado contexto social: agindo como “cidadão do mundo”, destacando a universalidade da ciência, ele não deixa de defender que o Brasil, caso queira progredir, precisa participar de sua elaboração (PEIRANO, 1992, p. 84). Essa seria, pois, uma primeira dimensão do que estamos chamando de *militante da ciência*.

Mas, um dos fatos mais interessantes a se constatar no fenômeno analisado, segundo a autora, é que se os livros sobre os Tupinambá não “pegaram”, o autor “pegou”. Mesmo desconhecido do público em geral e ignorado (o seu conteúdo, vale dizer) pela comunidade acadêmica especializada, os estudos sobre os Tupinambá “legitimou mais o autor que a própria obra e, em termos sociológicos, diríamos que foi a *performance* de Florestan Fernandes que o colocou em condições de assumir a liderança da sociologia paulista” (PEIRANO, 1992, p. 76). Nesse sentido, afirma a autora, não houve erro de cálculo, já que há

⁸⁸ Essa perspectiva de que os Tupinambá *representavam* o Brasil em 1500 é fortalecida num ensaio que Florestan escreveu para tentar explicar porque os índios “soçobraram” diante dos brancos. A resposta, segundo o sociólogo, não está na questão tecnológica, já que “com a tecnologia nativa e o controle dos recursos fornecidos pela terra, tendo-se em vista a precariedade do equipamento adaptativo dos portugueses, eles poderiam ter condições de resistir à colonização” (FERNANDES, 1978a, p. 91-92). O problema estava na falta de flexibilidade do sistema tribal, que não permitiu a união entre os indígenas. Isso possibilitou aos portugueses usá-los uns contra os outros e impediu a geração de uma evolução independente capaz de gerar um outro tipo de estrutura societária.

indícios que sua grande ambição naquele momento, mais do que se tornar um sociólogo popular, era vencer dentro da academia – o que aconteceu com a contradição de *suplantar* os mestres estrangeiros com o apoio significativo deles, com destaque para Baldus, Bastide e o “contestado” Métraux⁸⁹. A aparente contradição entre se fortalecer como sociólogo apostando num trabalho de caráter mais antropológico se resolve na ciência de Florestan de que os trabalhos sobre os tupis, que seriam vistos na tradição alemã e americana dentro do campo da etnologia ou da etnografia, na tradição francesa – que predominava na Faculdade de Filosofia, na qual Florestan fazia o seu doutoramento – o estudo dos “povos primitivos” recaíam no campo da sociologia (FERNANDES, 1978a, p. 92).

Antes de concluir clamando por uma nova apreciação deste momento da obra de Florestan⁹⁰, Peirano destaca que o ponto negativo desse processo foi que, com a opção dele em se voltar para o campo sociológico propriamente dito, deixando para trás o *treino antropológico*, os livros sobre os Tupinambá acabaram incluídos nos termos do novo campo de atuação, passando – por distinção ao período de maturidade, denominado “dialético” – a representar a “fase funcionalista” de sua sociologia⁹¹. Contribuiu para isso a própria aceitação do Florestan desta qualificação, que ao invés de procurar uma caracterização que destacasse o aspecto antropológico de seu trabalho, preferiu enfrentar a situação fazendo apenas ressalvas ao mau uso que se faz do conceito de “funcionalismo”. O marcante, segundo a autora, é que na época da publicação, os *Tupinambá* foram categorizados como “etnossociologia” (referência genérica ao estudo dos aspectos sociais das culturas indígenas no Brasil), como

⁸⁹ A pesquisa sobre os Tupinambá nasceu de um exercício crítico das interpretações de Métraux sobre o respectivo grupo indígena. Entusiasmado com o resultado, Baldus, seu professor na Escola Livre de Sociologia e Política, sugeriu que Florestan fizesse uma comparação com os relatos de outros cronistas, o que originou o projeto de dissertação. Anos depois, o “contestado” Métraux será o responsável pela publicação na França de parte da tese de Florestan (PEIRANO, 1992, p. 76).

⁹⁰ “Hoje, os critérios de avaliação mudaram – podemos apreciar a contribuição analítica, etnográfica e teórica de uma obra como os *Tupinambá* e, inclusive, reconhecer a sua potencialidade como instrumento de construção de uma identidade nacional cujo projeto incluía a elucidação de suas raízes”, o que para tanto será preciso enfrentar “o sentimento de injustiça que, ciência social e ideologia à parte, permanece vivo quando relemos estes pesados, densos, monótonos, mas brilhantes *Tupinambá* de Florestan Fernandes” (PEIRANO, 1992, p. 84).

⁹¹ Duas outras interessantes análises sobre a “antropologia” de Florestan encontram-se em Cardoso de Oliveira (1996) e Laraia (1996). O primeiro destaca os elogios de Alfred Métraux (do qual lembra ter ouvido que gostaria de ter escrito os *Tupinambá*), Robert Murphy (do qual leu artigo em que afirmara que Florestan havia recriado o método funcionalista por mostrar sua eficácia no trato de dados bibliográficos) e Talcott Parsons (que numa conversa demonstrara grande conhecimento sobre a obra do sociólogo brasileiro, destacando especialmente o seu domínio da teoria sociológica) ao cientista brasileiro. Já o segundo, percorre os passos da “antropologia” florestaniana de 1949 a 1964: “Enfim, Florestan Fernandes se definia, e é definido, como sociólogo, mas deixou uma obra antropológica que o situa entre os maiores que este país produziu. Como antropólogo, me orgulho de ter sido seu aluno” (LARAIA, 1996). O nível de “esquecimento” da antropologia florestaniana pode ser medido na pesquisa feita por Simon Schwartzman (2000) sobre os principais cientistas sociais brasileiros do século XX, na qual Florestan foi citado, pelo mérito, por 20% dos sociólogos, 23,1% dos cientistas políticos e 14,3% dos economistas. Na antropologia, nenhuma referência. Pela influência, ele teve 20% dos votos dos sociólogos, 7,7% dos cientistas políticos e 14,3% dos economistas. Novamente, nada no campo antropológico.

denominou Baldus, ou mesmo de “etnologia”, como fez o próprio Florestan num artigo posterior, a definindo como o estudo dos condicionamentos, das orientações e dos efeitos supra-individuais do comportamento humano.

O quadro é paradoxal: vemos que o que se entendia por “etnossociologia” na década de 40 hoje se classifica como antropologia; o que reconhecemos como “antropologia” de Florestan Fernandes é para muitos sua “sociologia funcionalista”; o que chamaríamos genericamente de “ciências sociais” Florestan qualifica como “etnologia”. Tal situação aponta a aparente arbitrariedade das divisões interdisciplinares, sugerindo que as classificações e os rótulos de uma disciplina em diferentes momentos são também fenômenos sociais e culturais, que adquirem sentido somente quando se leva em conta o contexto em que foram gerados (PEIRANO, 1992, p. 78).

O fato é que, talvez escolhendo o caminho mais difícil, com o *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia* (sua tese de livre-docência, produzida em 1953⁹²), Florestan continuará defendendo sua concepção de “funcionalismo” como instrumento científico válido para a análise de determinados fenômenos sociológicos, reafirmando que as críticas permanecem injustas e deslocadas.

Não só elas ignoram o que eu pretendia, podia e devia fazer; elas deixam completamente de lado que a ciência não se faz de “um dia para o outro”. Naquele momento, eu não era, apenas, um jovem abrindo *o seu caminho* dentro da Sociologia. Eu abria também caminho para outros, que vinham depois e, de modo mais geral, para o desenvolvimento do pensamento sociológico no Brasil. A análise estrutural-funcional que pratiquei foi instrumental em todas as direções (FERNANDES, 1978a, p. 90).

Em um outro texto, Florestan confirma a estratégia, afirmando que não foi apenas a influência dos professores estrangeiros “que nós aprendemos a obedecer a uma certa tendência ao ecletismo. Foi também como um modo de defesa diante de uma repressão que se manifestava por todos os meios” (FERNANDES, 1987, p. 315). Portanto, mais do que uma “síntese de conveniência” ou um mesmo “ecletismo teórico”, o que marca a obra de Florestan é o valor-primeiro impresso em uma *utopia* que identifica como problema fundamental da sociologia a investigação sobre os obstáculos à emancipação humana – questão está presente na reflexão de Durkheim sobre a anomia social, na investigação weberiana em torno do problema da irracionalidade e, sobretudo, no trabalho de Marx acerca da alienação. Mais do que uma ciência *do* capitalismo, ainda que gerada *no* modo de produção capitalista, a sociologia, desde sua gênese internacional, afirma Peirano (1992, p. 81) carrega consigo “o

⁹² Reproduzida em Fernandes (1980c).

paradoxo da existência institucional de uma ciência social crítica que se opõe [em diversos graus] aos interesses estabelecidos da sociedade que a abriga”⁹³. Ela cita, como exemplo, o caso da França do início do século XVIII, quando, nos estertores da Revolução Jacobina,

a sociologia foi chamada a dar o impulso para uma nova nacionalidade no *Institut National*. Uma moralidade secular se fazia necessária em substituição à jurisdição da Igreja, uma moralidade com a qual todos os “homens de boa vontade” pudessem concordar, e a sociologia prometia transformar a ciência em mecanismo de aprimoramento da vida social, especialmente no que dizia respeito às políticas nacionais. [...] quando a seção de ciências humanas foi suprimida no *Institut National* em 1803 por ordem de Napoleão Bonaparte, foi também suprimida a esperança de as ciências sociais contribuírem para o processo de construção nacional (PEIRANO, 1992, p. 81).

No Brasil, justamente no período de constituição do cientista social Florestan Fernandes, era a sociologia “a disciplina que abrigava as esperanças de construção de uma sociedade destinada ao desenvolvimento e compatível com o ‘melhoramento do espírito’” (PEIRANO, 1992, 80). Não por acaso, a sociologia de Florestan, lastreada por sua condição social de origem e por uma militância política socialista radical, terá como “valor-primeiro” a identificação com os que sofrem o drama do desencontro (GARCIA, 2002. p. 26). Nesse sentido, torna-se não desprezível a hipótese de José de Souza Martins de que é justamente o contato inicial com a obra de Marx que permitirá ao sociólogo paulista repensar o conceito durkheimiano de anomia para o reconstituir como um instrumento de explicação da “demora histórica” (*cultural lag*).

Durkheim faz da anomia, do desencontro entre as transformações no substrato das relações sociais e as representações e normas sociais que deveriam corresponder-lhes, o centro de sua sociologia. Como Marx, faz também do atraso da consciência em relação às relações sociais que ela mediatiza, faz da alienação, o núcleo de sua sociologia. Do mesmo modo, Florestan Fernandes toma o desencontro do homem com sua obra como, no fundo mesmo, o seu objeto central de estudo (MARTINS, 1998, p. 95-96).

⁹³ Löwy (2003b, p. 135-136), analisando o tratamento que Gramsci faz do problema da autonomia da ciência, afirma que “a atividade científica contém ao mesmo tempo uma *dimensão ideológica* e uma *dimensão cognitiva*, razão pela qual um grupo social pode se apropriar da ciência elaborada por um outro grupo social sem aceitar sua ideologia. Não seria necessário ignorar o ponto de vista do adversário, mas saber incorporá-lo, talvez como momento subordinado, na própria construção científica e teórica: em outros termos; ‘compreender e julgar de forma realista a posição e as razões do adversário... significa estar liberado da pressão das ideologias (no sentido pejorativo, da cegueira do fanatismo ideológico) para se situar de um ponto de vista *crítico*, o único fecundo na investigação científica’”.

Uma das características centrais da sociologia de Florestan, segundo Martins, é a busca das mediações que definem a riqueza dos processos sociais e do processo histórico, sempre com base numa concepção da realidade social como totalidade. Seu objetivo é descobrir os nexos visíveis e invisíveis que tecem a realidade, resultando numa sociologia da dinâmica social que tenta identificar os bloqueios que impedem ou retardam o desenvolvimento da sociedade. Florestan pode, com isso, ser considerado um “sociólogo do reencontro” por ter como meta diminuir ou, se possível, eliminar a defasagem existente entre o homem concreto e as suas possibilidades históricas. Seus estudos vão apontar para o fato de que a *verdade sociológica* só pode ser a daqueles que pagam o preço pelo desencontro entre as forças de modernização e conservação⁹⁴. Para Martins (1998, p. 31) “a biografia (e a obra) do professor Florestan Fernandes é a história dos sem-história. É a história da emergência dos pobres na história, como sujeitos de seu destino, com seu próprio nome”.

Essas constatações estão em sintonia com a avaliação de Antonio Candido de que a formação marxista de Florestan, ainda que lenta e compósita, é responsável pela sua fusão harmoniosa entre o rigor da sociologia e uma perspectiva política-revolucionária. O “rio subterrâneo” do marxismo, funcionando como uma “tendência recessiva”, liberou-o do dogmatismo do movimento socialista oficial e possibilitou uma formação teórica diversificada⁹⁵, capaz de lidar competentemente com uma ampla gama de orientações metodológicas, que o amadureceu tanto como cientista social quanto militante, produzindo uma “sociologia crítica” que o “leva não apenas a estudar sistematicamente a realidade, mas a preparar os instrumentos teóricos adequados à sua transformação em profundidade” (CANDIDO, 2001, p. 51). Num processo similar ao de Hans Freyer, autor de *Sociologia como ciência da realidade*, livro que Florestan indicava aos iniciantes em ciências sociais, ele passou por várias correntes sociológicas para constatar que o ponto de chegada era o ponto de partida; ou seja, que o dilema da sociologia já estaria colocado e resolvido em Marx (FERNANDES, 1987, p. 310-311).

Entretanto, Florestan avança instituindo

⁹⁴ Isso não significa, como afirma Löwy (2003, p. 218), que o ponto de vista do proletariado seja garantia suficiente, mas é “o que oferece a maior possibilidade objetiva de acesso à verdade. E isso porque a verdade é para o proletariado uma arma indispensável à sua auto-emancipação. As classes dominantes, a burguesia (e também a burocracia, em um outro contexto) têm necessidade de mentiras e ilusões para manter seu poder. Ele, o proletariado, tem necessidade de verdade...”

⁹⁵ E não eclética, lembra Candido (2001, p. 60): “Marx também explorou diferentes linhas, por vezes potencialmente conflitantes, como a economia liberal, inclusive a teoria de Ricardo, o radicalismo democrático francês, o materialismo filosófico alemão, e nem por isso foi eclético”. Outros que defendem essa posição, de que há, na obra de Florestan, uma articulação qualitativa na reunião das diferentes teorias sociológicas, e não uma simples superposição, são Reis (2005, p. 206) e Martins (1998, p. 29).

[...] um novo tipo de sociologia, transformando a sociologia científica neutra em sociologia participante, sem perder nada do rigor metodológico e da objetividade na investigação. Creio que ele foi o primeiro e até hoje o maior praticante no Brasil desse tipo de ciência sociológica, que é ao mesmo tempo arsenal da práxis, fazendo o conhecimento deslizar para a crítica da sociedade e a teoria da sua transformação (CANDIDO, 2001, p. 60),

Após concretizar a profecia de Fernando de Azevedo, tornando-se professor efetivo da Faculdade de Filosofia⁹⁶, Florestan aproveitará sua nova posição social para intervir no debate sobre os problemas políticos nacionais, sempre a partir de uma postura crítica racional, atuando, neste momento, como um *intelectual moderno*, no sentido apropriado por Garcia (2002, p. 14) da definição criada por Bourdieu: o intelectual como um ser bidimensional que atua como produtor cultural e líder moral-político, dependendo de uma dupla condição: o pertencimento a um campo autônomo, com leis próprias; e atuação política externa com base na autoridade adquirida nesse mesmo campo específico⁹⁷.

É a partir daí que começam a surgir suas reflexões sobre a sociologia como ciência social aplicada e as condições para a consolidação de sua liderança frente a uma equipe de jovens sociólogos da USP – posteriormente denominada como a “escola paulista de sociologia” –, promotora de um elenco de indagações teóricas fundamentais para a ciência social brasileira. Uma escola que vai se definindo, na perspectiva de Martins (1998, p. 18) pela construção de uma sociologia enraizada nas singularidades históricas, sociais e culturais brasileiras, que busca o entendimento das condições específicas de uma sociedade marcada por ritmos desiguais de desenvolvimento, assim como a compreensão de seus agentes sociais – voltando-se, como afirma Miceli (1987), para o estudo dos grupos sociais (operários, empresários, imigrantes, etc.) estratégicos nos processos de industrialização e urbanização.

De fato, sua importância nessa instituição foi enorme, não só em termos dos cursos de formação como também da pesquisa sistemática, instituindo a prática da elaboração de projetos coletivos de investigação sociológica de grande relevância e constituindo equipes de pesquisadores selecionados entre os melhores. Florestan chegou a implantar um centro de pesquisa – o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT)⁹⁸ –, junto à cadeira

⁹⁶ Florestan é contratado para a cadeira de Sociologia I a partir do dia 1º de janeiro de 1954, a qual vai ocupar por mais de uma década, até o dia 23 de fevereiro de 1965.

⁹⁷ Segundo Garcia (2002, p. 14), “quanto maior a especificidade do campo, maior a independência de seus membros dos interesses mundanos, maior a inclinação para afirmar a autonomia criticando os poderes estabelecidos e maior a eficácia simbólica da posição política que toma”.

⁹⁸ “O CESIT [oficialmente criado em 28 de fevereiro de 1962] marca uma transição na linha de pesquisa do grupo de sociólogos uspianos reunidos na Sociologia I. Depois de se deter por vários anos sobre a questão das relações raciais no Brasil, o grupo passa a preocupar-se especificamente com questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro” (ROMÃO, 2003, p. 4).

de Sociologia I, espaço institucional cuja direção ele detinha (CARDOSO, M., 2005, p. 7-8).

Será com uma pesquisa sobre relações sociais no Brasil, iniciada quando ainda desenvolvia a tese de doutoramento, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que ele vai ensaiar os passos dessa “sociologia de intervenção” (ROMÃO, 2003, p. 23), dando provas de sua maturidade autoral e independência de pensamento. O ponto alto desta pesquisa estará em *A integração do negro na sociedade de classes*⁹⁹ (FERNANDES, 1965), obra com a qual Florestan se torna catedrático da USP, promovendo a desconstrução do mito da democracia racial brasileira e combatendo as explicações culturalistas sobre a formação do “caráter” nacional, demonstrando que a dita “não-integração” do negro na sociedade de classes devia-se à pauperização decorrente de sua exclusão do mercado de trabalho. Alimentavam-se, nos termos de Garcia (2002), os passos para a superação de uma sociologia *no* Brasil por uma sociologia *do* Brasil.

Mas ao invés de uma “sociologia nacional”, tal como proposta por Guerreiro Ramos em sua defesa de “redução” dos métodos e procedimentos sociológicos ao “compromisso com a nação”¹⁰⁰, Florestan vai defender que “é preciso associar ambições teóricas à investigação dos fenômenos sem esquecer que se precisa contribuir tanto para o conhecimento sociológico do Brasil quanto para o progresso da sociologia como ciência” (LIPPI, 1995b, p. 106). Reconhece, portanto, o inevitável comprometimento com o meio social e cultural, especialmente as injunções postas no horizonte intelectual do pesquisador, assim como as constrições do ponto final, no momento da utilização dos resultados pela comunidade. Uma análise de sua defesa estratégica pelo resguardo radical dos móveis extracientíficos para um produtivo processo de elaboração do conhecimento deve, a meu ver, levar em conta, mais do que a posteriormente confessada *ilusão romântica* sobre os limites da profissionalização científica no modo de produção capitalista, a importância tática dessa *ilusão realista*¹⁰¹ para o enfrentamento conjuntural de uma tradição intelectual “pré-científica”, própria de um capitalismo *periférico* como nosso.

⁹⁹ A tese foi defendida em 1964. Florestan assume a cátedra em 23 de fevereiro de 1965, função que ocupa até 24 de abril de 1969, quando é afastado por aplicação do Ato Institucional nº 5 durante a ditadura militar.

¹⁰⁰ Numa de suas últimas entrevistas, publicada em Lippi (1995b, p. 157), na qual se intitulava o “maior sociólogo brasileiro”, Ramos fala do aspecto “irônico” e “circunstancial” de seu nacionalismo: “Eu digo que a nação é uma coisa provisória, que desaparece [...] Eu nunca me senti nacionalista. [...] Quer dizer, aquilo era uma tarefa, tinha-se que ser nacionalista, era a coisa mais viável naquele momento, mais positiva. Agora, para os outros não, era um negócio absoluto, a nação é uma categoria... A nação nunca foi para mim uma categoria, ela é existencial”.

¹⁰¹ Sobre as *ilusões romântica e realista* de Florestan, conferir a nota 76.

Mesmo Oliva (1997, p. 203), crítico feroz da suposta confiança *naïf* de Florestan Fernandes na “inferência indutiva”, reconhece:

O indutivismo que estrutura o projeto de sociologia científica de Florestan pode ser visto como uma saudável reação ao desprezo que algumas correntes sociológicas no Brasil nutriam pela aferição das bases de sustentação empírica das inferências que faziam em suas pesquisas. Num ambiente cultural muitas vezes dominado por uma verborragia pedante que, em sua pretensa auto-suficiência explicativa, legitima seus resultados circularmente sem especificar qualquer domínio de evidência confirmadora ou refutadora, foi mais do que oportuno o surgimento de uma postura metodológica, como a de Florestan, que conclamava os discursos com pretensões científicas a enfrentarem o tribunal dos *fatos*.

Com a implantação de um novo padrão de trabalho intelectual no país, Florestan Fernandes revela uma segunda dimensão de sua *militância científica*. Uma ciência social que ao requisitar uma “cidadania brasileira”, levando a marca “feito-no-Brasil” (PEIRANO, 1992, p. 84), se destaca pelo envolvimento com os destinos da nação sem questionar o caráter universal dos procedimentos teóricos e metodológicos – o que inclui a luta por boas condições de ensino, pesquisa e aplicação da atividade científica, garantias para que ela possa ser desenvolvida de modo contínuo e orientada pelos melhores motivos *possíveis*. A partir daí, iniciando a passagem de uma “sociologia da esperança” para uma “sociologia da intervenção” – os esteios de uma futura “sociologia do confronto” –, os temas que surgem se destinam a avaliar as potencialidades de resolução dos “dilemas” brasileiros, acabando por desembocar na idéia de uma “revolução democrática” – idéia esta que “se impôs como uma hipótese necessária e se desenvolveu mais amplamente quando Florestan Fernandes abordou os temas ‘sociedade de classes’ e ‘subdesenvolvimento’” (PEIRANO, 1992, p. 84), buscando desvendar a realidade subjacente ao nosso capitalismo dependente.

Capítulo 3

A QUESTÃO: REVOLUÇÃO BURGUESA E CAPITALISMO DEPENDENTE

Ao concretizar-se, a Revolução Burguesa transcende seu modelo histórico – não só porque está superado. Mas, ainda, porque os países capitalistas retardatários possuem certas peculiaridades e se defrontam com um novo tipo de capitalismo no plano mundial. A burguesia nunca é sempre a mesma, através da história.

Florestan Fernandes (1975b, p. 220)

Era mais um dia de trabalho em seu gabinete quando Florestan Fernandes recebeu a visita de Roger Bastide, para um novo convite: participar de um projeto que objetivava investigar as relações raciais no Brasil. Com outros compromissos, especialmente o doutorado¹⁰², o assistente recusa a oferta. Bastide insiste com o argumento de que só participaria do trabalho se pudesse contar com sua ajuda. Sob nova recusa, o professor francês sai do gabinete, volta logo em seguida e, da porta, faz sua última tentativa: “O senhor não aceita só escrever, eu colho os dados para o senhor?”¹⁰³ Tocado pela humildade do mestre, Florestan se rende e decide aderir “a coisa mais importante que aconteceu em minha vida de sociólogo profissional e de militante socialista” (FERNANDES apud PEREIRA, 1987, p. 152).

O chamado “Projeto Unesco” foi um conjunto de pesquisas sobre relações raciais, realizado no início dos anos 50, em algumas regiões do país, com o intuito de apresentar ao mundo uma experiência de interação racial tida, na época, como muito bem-sucedida. Tudo começou em meados de outubro de 1949, quando Arthur Ramos, assumindo o Departamento

¹⁰² Além da tese, Florestan dedicava-se a uma pesquisa sobre “A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo” (*Etapas*, ago. 1956), sob a orientação de Émile Willems. Segundo Lépine (1987), a questão das relações raciais não era uma novidade na obra do cientista social brasileiro, já que ela estava subjacente nos estudos sobre o folclore – buscando entendê-lo como fonte de estereótipos – e na própria pesquisa sobre os índios Tupinambás.

¹⁰³ Como reproduzido em Fernandes (1978a, p. 94).

de Ciências Sociais da Unesco, delineou um plano de trabalho que viria a ser aprovado em junho de 1950 – só que com um porém: o seu idealizador tinha falecido. Mesmo sem participar de seu desenho definitivo, Maio (1999, p. 142), considera que as investigações de Ramos foram balizas fundamentais do desenvolvido posteriormente, especialmente sua crença de que os estudos raciais teriam a ganhar com a crescente institucionalização das ciências sociais no Brasil, que estava superando a fase dita “livresca”, baseada em explicações ensaísticas – criticadas não para se contestar as suas grandes sínteses, mas para colocar alguns parênteses sob a verificação que fizeram da realidade brasileira.

Em abril de 1950, o antropólogo Alfred Métraux assume o recém-criado Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco e, junto com Ruy Coelho, ex-aluno de Bastide na USP, torna-se responsável pela coordenação do projeto a ser realizado no Brasil. Depois de algumas conversas iniciais, Bastide, reconhecido por seus trabalhos sobre a cultura afro-brasileira, recebe, no final daquele ano, o convite para dirigir a pesquisa em São Paulo. A capital paulista, por seu rápido processo de industrialização e urbanização, serviria como contraponto à Bahia, produzindo-se assim um contraste sobre as relações raciais no Brasil. No entanto, este último estado acabou não sendo incorporado ao trabalho. A decisão foi por concentrar as investigações em São Paulo, tendo como comparação um estudo de Costa Pinto no Rio de Janeiro e outro do Instituto Joaquim Nabuco (IJN) em Recife, entidade criada por Gilberto Freyre. De acordo com Maio (1999, p. 150), a hipótese de que a escolha sobre os lugares da pesquisa tenha tido como base o prestígio intelectual não pode ser descartada.

O resultado é que o Projeto Unesco, ao invés de encontrar soluções para os problemas raciais, acabou por identificar uma forma específica de preconceito e discriminação. O Brasil, como laboratório, mostrou-se oposto à idílica idéia de que o seu modelo de escravidão teria sido “mais humano” do que outros e, o mais importante, suas conseqüências estavam longe de confirmar o mito da democracia racial que se havia propagado – inclusive por alguns estudos acadêmicos¹⁰⁴. Nesse processo, o sociólogo que adquiriu maior visibilidade foi o antes reticente Florestan Fernandes (MAIO, 1999, p. 152), que além da participação na pesquisa em si, aproveitará essa experiência para impulsionar o seu trabalho frente à cadeira de Sociologia

¹⁰⁴ Gilberto Freyre, por exemplo, “ao discutir os estudos de autores racistas, formula uma interpretação do Brasil como sociedade constituída, na base, por uma democracia racial, resultado da interpenetração de várias etnias e culturas em harmonia. Interpenetração essa conseguida graças a uma organização social desenvolvida no trópico, tendo por base o patriarcalismo, sustentáculo de relações sociais nunca marcadas pelo antagonismo” (BASTOS, 1987, p. 140).

I da Faculdade de Filosofia da USP¹⁰⁵. Além de publicações conjuntas com Bastide¹⁰⁶, alguns de seus assistentes irão consolidar suas carreiras com o tema, tal como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni¹⁰⁷. No seu caso específico, o destaque foi a tese *A integração do negro na sociedade de classes*, com a qual se tornou professor titular da USP.

Nesse livro, recusando a perspectiva conservadora sobre a questão racial no Brasil, Florestan toma como unidade de análise sua cidade natal, o maior centro urbano tipicamente burguês do país, devido ao alto desenvolvimento de sua divisão social do trabalho. Em termos temporais, o estudo abarca principalmente “o período da desagregação do regime servil, a emergência da ordem social competitiva e sua consolidação” (BASTOS, 1987, p. 141), sob uma concepção tradicionalista, do final do século XIX até 1930, e dentro de um quadro mais capitalista a partir daí. Na São Paulo em que se articulam o *velho* e o *novo*, a condição do *negro* seria o ponto de inflexão, cujos estudos desvendariam as relações entre o macro e o microcosmo. Do campo da cultura, o debate sobre as relações chega à organização social, tendo como ponto de partida a singularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Desse modo, mesmo estando num espaço marcado por relações sociais modernas, o negro livre acaba por apegar-se a condições de existência social não tipicamente capitalistas. Nessa constatação Florestan Fernandes enfatiza um aspecto: a ausência de um processo de *ressocialização* do negro para a nova ordem estabelecida (BASTOS, 1987, p. 143).

A mutação de uma cidade de matriz rural (com a prevalência do sentido comunitário, coletivo e tradicional) para uma de matriz urbana (mais individualista e com base na ordem social competitiva) torna a condição dos antigos escravos ainda mais adversa – o que se agrava com a política oficial de apoio à imigração. Sem ressocialização, a ordem inclusiva é resistida a partir de elementos morais, com a descrença no sistema contratual e a percepção do trabalho sob critérios não-capitalistas – deixando o negro à margem da estrutura sócio-econômica. A ordem social competitiva é invadida por formas de vida e hábitos patrimonialistas, o que torna lenta a democratização das relações sociais pela concentração dos instrumentos de ascensão social nas classes dominantes. A grande luta do ex-escravo, nessas condições, é a definição desse seu espaço social, fora da sociedade inclusiva. Vive,

¹⁰⁵ De acordo com Heloísa Martins (2004, p. 292), um dos traços marcantes da ação de Florestan foi o fato de que, “pela primeira vez na Universidade de São Paulo, um pesquisador trouxe os pesquisados para o interior da instituição e criou um grupo de pesquisa”.

¹⁰⁶ Tal como *Branços e Negros em São Paulo* (FERNANDES; BASTIDE, 1971), cuja primeira edição é de 1959.

¹⁰⁷ Os dois assinaram *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, publicado pela Companhia Editora Nacional, em 1960. Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, doutora-se, em 1962, com *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Já Ianni publica ainda *As metamorfoses do escravo* (pela Difel, em 1962) e *Raças e classes sociais no Brasil* (pela Civilização Brasileira, no ano de 1966).

portanto, num círculo vicioso em que as suas novas atividades se restringem a atividades similares ao do antigo regime – sem contar com o abrigo dos velhos costumes, dada a crise de sua herança cultural. O meio negro, assim, reforça e recria fórmulas de ajustamento com raízes passadistas, ajudando a promover o bloqueio de sua ressocialização pela falta de modernização do estoque de idéias, comportamentos e valores nas áreas vitais do processo de urbanização, enquanto os brancos alargam a distância em relação aos novamente excluídos.

O negro muda em função de uma história que não é a dele, mas a do branco. O homem de cor é, de modo geral, um homem dividido, dilacerado. Socializado no seio da cultura dominante do branco, ele aprende desde pequeno a internalizar os modelos, os valores, os ideais dos brancos. Sofre um processo de embranquecimento psíquico compulsório: “existe nele um brancor”; “ele deveria ser uma coisa, e ele é outra” (LÉPINE, 1987, p. 134).

A prova de que o mito da democracia racial, “assentado na afirmação de que não se forjaram barreiras, de modo consciente, à ascensão social do negro” (BASTOS, 1987, p. 147) não passa no crivo histórico-sociológico.

Florestan Fernandes aponta para o caráter hipócrita da formulação, mostrando que o mito baseia-se na afirmação de que a ordem social competitiva é aberta a todos igualmente, forjando-se a crença de que há um paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial da sociedade brasileira. [...] O mito da democracia racial funda uma *consciência falsa* da realidade, a partir da qual “acredita-se” que o negro não tem problemas no Brasil, já que não existem distinções raciais entre nós, e as oportunidades são iguais para todos¹⁰⁸. [...] Não se trata de uma formulação sem sentido. Serve a uma constelação de interesses, entre os quais isentar as elites de culpas e evitar a realização efetiva da integração racial democrática. É a forma pela qual as elites exorcizam a ameaça dos movimentos sociais (BASTOS, 1987, p. 148).

A “limitação” que Florestan vê nos movimentos sociais não significa, como acredita Saes (1997, p. 77), que ele, tenha sido “pouco sensível, na análise do processo histórico brasileiro, à presença política das massas”. Segundo Arruda (1996, p. 199), o sociólogo reconhece que “o protesto negro, muito embora não fosse suficientemente forte para superar as desigualdades raciais”, representa “a construção de uma nova era histórica na qual os

¹⁰⁸ Para Florestan, mesmo a tendência em definir a miscigenação como índice da ausência de preconceitos e como fator determinante de ascensão social não encontra uma comprovação analítica consistente. Uma coisa é constatar que “o padrão endogâmico resultante da ordem matrimonial existente era contrabalaçada por uma vida sexual livre e ativa, através da qual se processava a miscigenação entre negros e brancos”. Outra é perceber que “o preconceito de cor contribuía para perpetuar a ordem senhorial vigente à medida em que ele operava como um fator de segregação social. Ele não visava evitar nem mesmo restringir a miscigenação. Mas, ao contrário, fazer que esta se processasse sem afetar substancialmente as posições recíprocas dos dois grupos de raças no sistema social” (FERNANDES, 1971a, p. 90).

herdeiros do cativo começam a afirmar-se como homens livres e cidadãos”. Isso evidencia que Florestan, apesar de “comprometido até a sua morte com o programa socialista” (SAES, 1997, p. 77), não se permite uma leitura idealista sobre as possibilidades concretas dos que sofrem as consequências mais nefastas de um determinado modo de produzir e viver – como ocorreu no estudo das relações raciais, apesar da confessa “projeção endopática” com a situação humana do negro. Poder-se-ia ressaltar que o próprio Florestan reconhece que uma das limitações de *A revolução burguesa no Brasil* é que “a estrutura antagônica da sociedade de classes foi apanhada do ângulo dos estratos dominantes das classes possuidoras” – defendendo, porém, que “esse constitui um bom método explicativo, quando não se procura dissimular ou mistificar os antagonismos de classes” (FERNANDES, 1980a, p. 61). A crítica de Saes (1997), ainda assim, mostra-se equivocada por não se limitar a uma apreciação metodológica de um livro específico, mas sim a uma aferição genérica sobre a suposta contradição entre o “socialismo” e a “sociologia” de Florestan com base em apenas *um* exemplar da vasta produção do respectivo autor. Só para exemplificar a improcedência de tal aferição, deve-se considerar a leitura da comparação que Florestan faz de sua participação num outro debate público (questão tratada no próximo capítulo) com o papel desempenhado por José do Patrocínio nas lutas abolicionistas, “descontados naturalmente os coeficientes históricos e pessoais (o processo abolicionista foi realmente revolucionário e aquele ilustre tribuno possuía dotes de que não me posso vangloriar)” – afirmação que pode ser encontrada em Fernandes (1966, p. XIX-XX), antes, porém, da própria publicação de *A revolução burguesa no Brasil*¹⁰⁹.

O mais importante, no entanto, é que o sociólogo, mesmo sob uma análise *pessimista*, permanece acreditando “no poder que os grupos possuem, através da educação, da

¹⁰⁹ Quem também questiona – novamente analisando *apenas* o mesmo livro – o enfoque que Florestan dá aos “fatores estruturais” em detrimento da “dimensão da ação social consubstanciada na tematização dos grupos e classes suportes do processo de modernização” do Brasil é Lopes (2004). Com base na obra de Jessé Souza (2003), Lopes afirma que Florestan interpreta o respectivo processo de modernização segundo a “escola do patrimonialismo”, contrapondo a “moderna” São Paulo com o resto do país (“atrasado, personalista e corrupto”). A nosso ver, a vocalização da interpretação florestaniana como propositora de um “dualismo geográfico” não procede, já que, como demonstraremos ainda neste capítulo, suas análises vão apontar justamente para os equívocos das perspectivas endógenas do desenvolvimento capitalista sobre o globo, especialmente por estas não reconhecerem que o que se apresenta como “atraso” é sempre o coetâneo complementar do “moderno”. A lembrança que Lopes (2003, p. 70) faz de que os “desníveis regionais são uma constante do desenvolvimento capitalista”, já era uma lição há muito apreendida por Florestan, como se pode constatar nessa afirmação colhida do artigo “A universidade e o desenvolvimento do Nordeste” (*O Estado de S. Paulo*, 05 fev. 1961): “O Nordeste não pode voltar as costas para o passado recente de São Paulo: o que vivemos ontem ou estamos vivendo hoje poderá ser seu futuro amanhã. O mesmo já aconteceu inversamente, quando o Brasil meridional constituía a região subdesenvolvida da sociedade colonial” (FERNANDES, 1966, p. 290-291).

conscientização e da atuação política¹¹⁰, de modificar a orientação da evolução das estruturas sociais e de dirigir o seu próprio destino” (LÉPINE, 1987, p. 137). Isto porque, para Florestan, a investigação do passado tem seu interesse mais profundo ligado “ao futuro e aos processos que deverão realizar uma verdadeira revolução social dentro da ordem¹¹¹” (LÉPINE, 1987, p. 137). No caso em questão, o importante foi observar

[...] o negro como pessoa, sujeito de si mesmo e de uma história que foi negada, mas que, não obstante, transcorreu como ação dos oprimidos (daí a importância da passagem da condição de vítima passiva para a de agente do movimento negro, da frustração subjetiva para a rebelião e a “Segunda Abolição”). Desse ângulo, o aparecimento do regime de classes confere aos negros e mulatos novos papéis históricos emergentes (FERNANDES apud PEREIRA, 1996, p. 41).

Se o inconformismo negro não teve como vencer, ele não pôde desistir. Para Florestan, como lembra Cohn (2000, p. 399), a validade de um movimento não se mede apenas pelo êxito em viabilizar os alvos perseguidos, mas, sobretudo, pelo vigor combativo que foi capaz de oxigenar as condições concretas de uma determinada sociedade. E numa sociedade de classes, o vigor de um movimento negro deve ser medido por sua capacidade de articular duas categorias: “Para ser ativada pelo negro e pelo mulato, a negação do mito da democracia racial no plano prático exige uma estratégia de luta política corajosa, pela qual a fusão de ‘raça’ e ‘classe’ regule a eclosão do Povo na História”¹¹² (FERNANDES, 1998, p. 36). A questão racial na obra de Florestan, portanto, não está descolada da classista já que ela é a base da negação da “questão social” pela burguesia ascendente que, para impor seu projeto político, deita raízes em alianças com os setores tradicionais, bebendo de seus valores, de suas práticas e de suas idéias – garantindo uma forma de encaminhamento “pelo alto” da transição “modernizadora” que aqui se desenrola.

O estudo do negro e das relações raciais no Brasil não representa, pois, na obra de Florestan, algo secundário ou marginal, mas, segundo me parece, o problema concreto de onde partem suas reflexões posteriores, sua análise da formação e da evolução da sociedade brasileira (LÉPINE, 1987, p. 130).

¹¹⁰ Florestan inclui como arena de atuação destes grupos os veículos de “opinião pública”. Ao analisar a luta abolicionista em São Paulo, ele vai salientar que “graças ao aparecimento de uma opinião pública que revelara crescente sensibilidade contra ações desse gênero, as práticas repressivas e punitivas se suavizaram ou foram abolidas completamente, muito antes que em outras zonas do Estado” (FERNANDES, 1971a, p. 108).

¹¹¹ Na década de 80, num artigo intitulado “O mito revelado” (*Folha de S. Paulo*, 08 jun. 1980), Florestan afirmará: “O protesto negro antecipou a substância da realidade histórica do presente que estamos enfrentando com tantas angústias e sobressaltos. Cabe às classes subalternas e às camadas populares revitalizar a República democrática, primeiro, para ajudarem a completar [...] o ciclo da revolução social interrompida, e, por fim, colocarem o Brasil no fluxo das revoluções socialistas do século 20” (FERNANDES, 1998, p. 35).

¹¹² “O mito revelado” (*Folha de S. Paulo*, 08 jun. 1980).

Os estudos de Florestan sobre o *dilema racial brasileiro*¹¹³ integram, assim, um conjunto de reflexões sobre os limites da ordem social competitiva instalada no país – reflexões essas que vão culminar na obra *A revolução burguesa no Brasil* (FERNANDES, 1975b), mas que se originaram ainda em meados da década de 50¹¹⁴ e se mostraram maduras entre 1965 e 1967¹¹⁵. Mais do que uma “inflexão” em sua produção, Miriam Limoeiro Cardoso afirma que os textos produzidos neste último período concluem a construção de seu esquema teórico de referência para a explicação do Brasil, com base no trinômio subdesenvolvimento-dependência-heteronomia.

Deste esquema, ele fornece as primeiras indicações em 1955¹¹⁶ (em termos de “dependência cultural”) e já expressa descobertas decisivas para elaborá-lo desde os textos de 1959¹¹⁷ (formuladas enquanto “estado de dependência fundamental” e como “heteronomia econômica, política e social dos países subdesenvolvidos”) e de 1960¹¹⁸ (quando formula que a dependência econômica é a responsável pela heteronomia ideológica e moral, quando vincula a possibilidade de desenvolvimento fundamentalmente à dinâmica das relações entre as classes sociais e quando entende que o desenvolvimento autônomo das nações dependentes supõe como necessidade a aceleração da revolução social por que vêm passando). Em 1965 e 1967¹¹⁹, completa a sua definição de capitalismo dependente, então já como um conceito, articulado a toda uma elaboração teórica e avança significativamente na pesquisa sobre as classes sociais sob o capitalismo dependente (CARDOSO, M., 1996, p. 91).

Apreendendo e construindo seu objeto como totalidade histórica, nestes textos o sociólogo está refletindo sobre a constituição da “lógica da dominação burguesa” no Brasil, procedimento que contém os elementos definidores do materialismo dialético – o que faz Miriam Limoeiro Cardoso (1987, p. 242) identificar um Florestan Fernandes operando, desde

¹¹³ Segundo Arruda (1996, p. 200), tal dilema configura-se no contraponto entre o modo fragmentário e incompleto com que se deu a absorção do negro e a crença na inexistência de preconceito racial no país.

¹¹⁴ No artigo “Retaliações e pressões” (*Jornal de Brasília*, 04 out. 1988), Florestan confirma esta hipótese: “Venho examinando essas razões [da debilidade e da condição de dependência da *burguesia nacional*] há muito tempo (desde o fim da década de 1950) e lhes dediquei alguns livros e ensaios” (FERNANDES, 1989b, p. 363).

¹¹⁵ Numa palestra intitulada “Repensando ‘A revolução burguesa no Brasil’”, aula inaugural do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFLCH) da USP realizada em 20 de agosto de 1979, Florestan indica que o respectivo livro foi “concebido, em linhas gerais, em 1964; redigido em 1966, reformulado e concluído em 1974” (FERNANDES, 1980a, p. 61).

¹¹⁶ A autora se refere especialmente a “Ciência e sociedade na evolução social do Brasil e Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil”, reunidos em Fernandes (1958).

¹¹⁷ Conferir, por exemplo, “Relações culturais entre o Brasil, o Ocidente e o Oriente”, publicado em Fernandes (1979a).

¹¹⁸ Conferir “Padrão e ritmo de desenvolvimento na América Latina”, publicado em Fernandes (1976a).

¹¹⁹ Conferir, especialmente, “A revolução brasileira e os intelectuais”, “A dinâmica da mudança sócio-cultural no Brasil”, “Crescimento econômico e instabilidade política no Brasil” e “O desenvolvimento como problema nacional”, todos em Fernandes (1968).

já, de acordo com a problemática marxista – ou seja, ciente de que a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco.

Os elementos definidores da dialética marxista a que me refiro são aqueles que Karl Marx expressa no “Método da Economia política”. Relembrando rapidamente: 1) Marx nos ensina que a reconstrução do real é um produto teórico que se eleva do abstrato ao concreto (pensado) pela via do pensamento; que opera, pois, desde o começo com conceitos. 2) Mas ensina também que tal reconstrução só é possível sobre o desenvolvimento concreto mais rico, vale dizer, quando um modo de produção está implantado e, portanto, *sua* lógica comanda o social. [...] 3) Assim, tendo-se tornado inteligível o novo modo de produzir, na racionalidade que lhe é própria, a partir do estudo da realidade histórica mais desenvolvida que lhe dá forma, só então o passado que o antecede e do qual se distingue qualitativamente também se torna inteligível (CARDOSO, M., 1987, p. 243).

Florestan Fernandes se deterá nas especificidades de nossa burguesia para precisar os contornos do seu conservadorismo e buscar as razões da fragilidade da democracia entre nós. Ao invés de exaltar o seu passado revolucionário, sua ênfase recaíra sobre a lógica da dominação burguesa e a identificação de suas contradições – postura que visa iluminar os caminhos para uma nova ordem social. Nessa análise, três aspectos se destacam: a) a debilidade congênita da burguesia em criar um espaço político próprio, tornando inviável uma revolução nacional sobre o seu comando; b) o mandonismo oligárquico que se consolida como uma forma de dominação conservadora de origem rural, perpassando o ideário legalista da ordem social competitiva, integrando ao discurso liberal-republicano práticas autocráticas de dominação política; c) um capitalismo difícil porque dependente, cujo desenvolvimento econômico é refreado pela falta de organização política e de liberdade democrática (CARDOSO, M., 1987, p. 243-245). Para dar conta do problema, a chave analítica para Florestan deve recair sobre as transformações do capitalismo em nível mundial, especialmente ao que se refere à crise do poder burguês sob a transição do capitalismo competitivo para o monopolista. É aí que ele faz a importante “descoberta” de que a *particularidade* Brasil pertence à *generalidade* capitalismo através da *especificidade* capitalismo dependente.

Não é fácil submeter à análise uma particularidade estrutural e histórica cuja especificidade – essa formulação era desconhecida – não se encontra somente nela, mas também além dela, particularidade que assim é preciso apreender não apenas enquanto singularidade, mas, além desta, por dois níveis mais gerais: as suas determinações geral e específica. Florestan manifesta essa dificuldade especialmente quando mantém na análise as designações “interno” e “externo”, ou “dentro” e “fora”, ao se referir quer às relações entre Brasil e capitalismo dependente, quer entre este e o capitalismo em geral (CARDOSO, M., 2005, p. 11).

Mas será superando as amarras conceituais e teóricas de sua sólida formação sociológica – através de um espírito crítico e militante que faz seu pensamento se transformar no ritmo da transformação da realidade¹²⁰ – que Florestan vai dar continuidade à sua teorização com saltos de qualidade que o aproximam do objeto a ser conhecido. No caso em questão, um deslocamento crucial está no vislumbrar da diferenciação interna à expansão capitalista, encontrando: de um lado, os seus “centros”, definidos pela autonomia que tem em relação à direção, ao volume e aos tempos do capital em movimento; de outro, as regiões que se definem pelo oposto, que passam a ser designadas como dependentes ou heteronômicas. É essa última condição de integração que se constitui em seu conceito de capitalismo dependente, uma das formas que o desenvolvimento capitalista assume no desenrolar da sua fase monopolista.

Nesse sentido, entendo que o conceito de capitalismo dependente é, ao mesmo tempo, estrutural e histórico: define-se como parte de um determinado sistema de produção (capitalismo); como parte desse sistema num determinado momento de seu desenvolvimento na história (capitalismo monopolista); e como parte que é uma de suas especificidades nessa fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista) (CARDOSO, M., 2005, p. 15).

A partir daí, não cabe mais tomar como unidade de análise a relação entre um determinado Estado-nação e o respectivo modo de produção, “como se tratasse de uma relação de determinação direta e exaustiva de um geral sobre um particular desse geral. Antes, é preciso identificar a forma de integração específica desse particular ao sistema a que se vincula” (CARDOSO, M., 2005, p. 12). Em relação ao Brasil, por exemplo, no momento em que Florestan começa a delinear essa nova problemática, o campo de questões da época estavam colocadas sob a hegemonia da chamada “teoria do desenvolvimentismo”¹²¹, que em sua perspectiva economicista tomava como modelo de (re)produção societária os países “desenvolvidos” do modo de produção capitalista, cujas etapas de evolução deveriam ser seguidas pelas sociedades “subdesenvolvidas”¹²². Trabalhando sob a conceituação de

¹²⁰ “Florestan Fernandes tem, sem dúvida, formação sociológica sólida, sempre presente à sua reflexão. Nele, porém, tal solidez sociológica não se petrifica, porque ele aplica a teoria para torná-la fecunda, buscando a construção rigorosa do objeto e a explicação da realidade social” (CARDOSO, M., 1987, p. 246).

¹²¹ Os expoentes dessa corrente de pensamento político – que Bresser (1982, p. 273) denomina de “a interpretação nacional-burguesa” – são, no Brasil, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e, no continente, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

¹²² Segundo Miriam Limoeiro Cardoso (1996, p. 110), “o desenvolvimentismo faz convergir as atenções para o econômico. Sua proposta central é o crescimento econômico, avaliado por indicadores basicamente econômicos.

capitalismo dependente, Florestan vai enfrentar um dos pontos centrais desse projeto que está sendo proposto para regiões como a América Latina: a idéia de “união nacional”, que está sustentada na suposição de que há sempre, em cada Estado-nação, uma comunidade de interesses interna que está envolvida pelo afã coletivo do desenvolvimento que, em tese, afetaria – de forma positiva – todos os seus integrantes. O problema, segundo Florestan, é que as relações de dependência ou heteronomia não se instalam propriamente entre nações, nem mesmo entre burguesias hegemônicas e hegemônicas. A produção, acumulação e reprodução do capital se dá pela ação das frações burguesas envolvidas no processo, inclusive com as frações locais desempenhando um papel fundamental, tanto na relação com o trabalho, quanto nas relações com o Estado-nação, que implementa as políticas que concretizam as opções do capital.

Por essas razões o conceito de capitalismo dependente acaba por conduzir aos “desmascaramento simultâneo” da dominação imperialista e das burguesias nacionais. De acordo com Florestan, identificar dependência e dominação externa constitui um equívoco grave – tanto teórica quanto politicamente –, cuja consequência principal é excluir da crítica a exploração/dominação “interna”, ou seja, é retirar a responsabilidade que de outro modo recairia sobre a parcela local da burguesia pela exploração do trabalho, pela dominação e pelo suposto “atraso”. Limitar o caráter dependente à dominação externa, constitui, na verdade, argumento usado pelo setor local da burguesia para melhorar suas condições de colocar na pauta política a questão da “união nacional pelo desenvolvimento” e assim aumentar a sua capacidade para conseguir adesão “nacional” ao projeto de desenvolvimento do grande capital internacional (CARDOSO, M., 2005, p. 19).

Pelo forte entrelaçamento entre a ordem econômica mundial e a ordem social local, o Estado-nação continua a ter relevância analítica e política, mas o que o determina é o movimento do próprio capital, especialmente a relação que este estabelece com a sua classe antagônica – “deste modo, se, sob certos aspectos, é uma questão nacional, de fato a questão não se resolve no plano nacional estrito, até porque ele não existe como tal” (CARDOSO, M. 1996, p. 105). Se é indispensável que a análise do desenvolvimento capitalista recorra ao nível das relações entre nações, esta, por sua vez, não pode prescindir da análise das relações entre as classes sociais fundamentais, articulando o que acontece nos pólos hegemônicos e nos sem autonomia. Nessa medida, o conceito de capitalismo dependente não pode ser tomado como sinônimo de “subdesenvolvimento”, mas produzido por uma outra lógica conceitual, deve ser

As discussões que suscitavam eram, desse modo, socialmente conduzidas para o campo econômico, desde que o desenvolvimentismo se tornou dominante como ideologia no Brasil”.

entendido a partir da forma como o modo capitalista se produz e reproduz. Logo, não é um estado que se realiza a partir de dentro de um Estado-nação, mas por fatores estruturais e conjunturais da economia mundial. A superação dessa situação não está posta em um “projeto de desenvolvimento”, mas no repúdio à condição de dependência que, em si, deve expressar a negação do modo de produzir vigente.

Dizendo de outra maneira, sob o capitalismo dependente, o “desenvolvimento” não é capaz de superar o “subdesenvolvimento”, ou ainda, o “desenvolvimento” pode, sim, acontecer; mas, se e quando possível, tende a fortalecer e não a superar o caráter dependente desse capitalismo, conseqüentemente fortalecendo (e não superando) todo rol de desigualdades e exclusões que caracterizam o capitalismo dependente (ideologicamente rotulado como “subdesenvolvimento”) (CARDOSO, M., 2005, p. 32).

Assim, opondo-se a presunção de uma “união nacional” para a “aceleração do desenvolvimento” – vale lembrar, desenvolvimento esse que representa a internalização das relações de dependência causadoras do próprio “subdesenvolvimento” –, Florestan coloca em voga a necessidade de uma revolução social como condição para a superação das iniquidades sociais oriundas de um suposto “atraso”.

Para Gorender (1987), um dos efeitos perversos dessa definição de capitalismo dependente esboçada por Florestan estaria na constituição da chamada “teoria da dependência”, com a qual se defenderá a hipótese de que o capitalismo pode se desenvolver num país periférico e inserido no sistema da economia mundial, mas só sob o impulso dinâmico dos países centrais e a eles subordinado. Mas, segundo Miriam Limoeiro Cardoso (1997, p. 13), Florestan Fernandes não pode ser classificado como um “dependentista”. Diante do conceito florestaniano de capitalismo dependente, pelo seu alcance teórico e político, a suposta “teoria” ou “escola” da dependência aparece apenas como um recuo, oferecendo-se como alternativa a dois modelos de análise¹²³: de um lado, às “teorias do subdesenvolvimento”; de outro, às teorias do imperialismo. Em termos metodológicos, o dependentismo confere supremacia analítica ao Estado-nação, identificando dependência com dominação externa. Desta forma, coloca o “problema” como uma ameaça que estaria “do lado de fora” e que poderia ser enfrentado com uma nova espécie de “união nacional”, de caráter

¹²³ Miriam Limoeiro Cardoso (1997, p. 13) alerta que “mesmo sob o risco de assumir a aparência de uma generalização excessiva, por não especificar diferenças de enfoque no interior desta corrente de pensamento, [...] aqui vou me restringir a apontar alguns traços que julgo serem efetivamente gerais entre os que participam desta ‘escola’ ou contribuem para esta ‘teoria’. [...] As características que destaco a seguir são as que sobressaem especialmente a partir de uma leitura de Florestan Fernandes e de seu capitalismo dependente”.

defensivo, mas que não deixa de fortalecer o projeto de inserção internacional da fração local burguesa.

Os dependentistas denunciam a dependência, mas a própria forma como a pensam e como formulam a sua denúncia encaminha não para o enfraquecimento da dominação, mas para o seu fortalecimento pela via interna, buscando a construção de um consenso nacional em torno da burguesia local e sob a direção dela. Sob a aparência de uma crítica radical, portanto, se esconde a submissão ao projeto econômico do capital, por meio do fortalecimento da fração deste capital, como se tal fortalecimento por si só e sem a pressão dos demais setores da sociedade conduzisse à autonomização nacional. Neste sentido, o recurso à nação é usado como camuflagem dos mecanismos diretos de dominação, que ocorrem a partir da produção enquanto exploração e dominação do trabalho (CARDOSO, M., 1997, p. 15).

Como define Martins (1998, p. 170), a “teoria da dependência” seria uma tentativa de “ajustar o desenvolvimento do país a possibilidades reguladas fora dele, no plano internacional, pelos grandes conglomerados econômicos, pelos governos estrangeiros dos países ricos”. Porta-se, desta forma, como uma política de adesão estratégica para “cobrar tratamentos preferenciais, agindo simultaneamente no plano da economia e da política internacionais”, base de um projeto de reinserção lateral na economia capitalista, com a exploração de nossas “vantagens comparativas”. Essa perspectiva, na visão de Miriam Limoeiro Cardoso (1987, p. 247), não se sustenta, já que ela é

[...] incapaz de lidar com as diferenças históricas no interior do próprio capitalismo na sua relação com as diferentes regiões do desenvolvimento desigual. E é ainda menos capaz de permitir pensar aquilo que, dentro do desenvolvimento desigual capitalista, opera a transformação efetiva desse modo de produção e aponta para a possibilidade da construção de um modo de produção novo, ou seja, qualitativamente diferente.

Fundamentando perspectivas políticas que representavam os interesses do capital, “a ‘teoria da dependência’ retrocedia¹²⁴ e abandonava [...] a contundência contestadora da concepção de capitalismo dependente, tal como elaborada por Florestan Fernandes” (CARDOSO, M., 2005, p. 36). Sem abandonar o termo “dependência”, Florestan consegue enxergar que a questão central está no desenvolvimento capitalista em seu conjunto (e nas

¹²⁴ A seguinte afirmação de Sader (2005, p. 164) também vai na direção de apontar a “teoria da dependência” como *neo-desenvolvimentista*: “Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto formulam a dependência numa versão neo-cepalina, em que nossas sociedades estão inseridas num ‘marco internacional’ que as condiciona, sem as densas relações que a teoria do imperialismo impõe”. Não por acaso, talvez, na denominação de Bresser (1982, p. 287) essa corrente vai se chamar: “a interpretação da nova dependência”.

forças sociais em confronto), como ele indica ao defender a hipótese de que ainda hoje o Brasil é um país “colonial”:

Nele o colonialismo não foi destruído até o fim e até o fundo. Essa afirmação vale tanto no que concerne a uma tradição colonial – que vinca a mentalidade e certos aspectos do modo de ser das elites das classes dominantes e da capitulação passiva entre os humildes e destituídos – quanto no que respeita à submissão às nações capitalistas centrais (na esfera do interesse, do estilo de vida, das correntes literárias, artísticas ou filosóficas em moda etc.) (FERNANDES, 1991a, p. 28).

Dessa forma, argumenta Miriam Limoeiro Cardoso (1987, p. 247):

Fiquemos com a sua orientação – que dispõe inclusive de uma teorização mais rica, mais fecunda e mais coerente sob a teoria do imperialismo – e relativizemos a forma conceitual “dependentista” sob a qual essa orientação às vezes aparece “sobrecarregada”. Essa sobrecarga pode pesar, mas não deve desviar do fundamental: para estudar a revolução burguesa numa região como o Brasil, a questão central só pode ser adequadamente pensada tomando como referência básica o desenvolvimento capitalista sob o imperialismo.

Na acepção florestaniana, a transformação revolucionária da sociedade burguesa depende de uma avaliação correta das especificidades da sua dominação, o que abrange tanto as formas estabelecidas quanto os conflitos criados pela exploração e pelo controle do trabalho por parte do capital. Essa avaliação, em consequência, deve estar atenta aos princípios presentes não apenas no projeto do capital para a exploração econômica e o controle ideológico e político, mas também nas contradições que as tentativas de realização desse projeto criam no interior das classes dominantes, no interior das classes dominadas e na relação entre capital e trabalho.

Para tanto, é preciso se atentar para o fato de que, apesar de sócia menor, a burguesia local lança mão de um poder tirânico para a condução e a organização social da ordem capitalista, monopolizando os privilégios como se fossem direitos e conquistando níveis elevados de expropriação e exploração do trabalho, para partilhar o lucro com as frações burguesas hegemônicas. A burguesia “brasileira”, salienta Gorender (1987), apesar de incapaz de concretizar sua revolução¹²⁵, não é uma *lumpemburguesia*. Sob o capitalismo dependente, ela não é capaz de criar sozinha uma alternativa de desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado, mas é forte o suficiente para oprimir o proletariado pelo alto grau de

¹²⁵ Como defende Matui (2001), inspirado em Florestan, não se pode confundir “revolução burguesa no Brasil” com “revolução burguesa brasileira”.

consciência e articulação que possui. A burguesia industrial, em especial, é a mais influente no aparelho de Estado e na economia, sendo hegemônica pelos meios de formação e informação que congrega, ainda que (e, talvez, por causa disso) em associação ao capital estrangeiro. No cortejo dessa “revolução”, os interesses externos são seguidos, fazendo com que seus líderes sejam adeptos da ordem e não da transformação. Como afirma Marx (1975), em *As lutas de classes em França*, a diminuição do lucro da burguesia nacional pelas “finanças” (o que um antigo líder político brasileiro chamaria de “perdas internacionais”) não tem importância se comparada à possibilidade de supressão de todo o lucro pelo proletariado (FERNANDES, 1989a, p. 52).

Não é que na periferia seja impossível uma revolução burguesa, e que a forma de revolução burguesa acaba não correspondendo às necessidades da massa da população. A revolução burguesa ocorre, mas ela ocorre como uma revolução secundária, uma revolução que se dá ao nível de estruturas que são transferidas pelo capital do núcleo central para a periferia. Portanto, o desenvolvimento capitalista promove a transformação do capitalismo (FERNANDES, 1995a, p. 70).

Tradicionalmente, a dominação burguesa, nessas condições, converte a si mesma numa força social totalitária e o Estado nacional em instrumento político institucionalizado dessa força, possibilitando “a emergência de um tipo específico de dominação burguesa, que não faz a história através da revolução nacional e de sua aceleração. Mas, ao contrário, pelo caminho inverso, de sua contenção e esvaziamento”¹²⁶ (FERNANDES, 1995a, 126).

Burguesia nacional e burguesia estrangeira estão associadas nessa forma de revolução burguesa, que não responde a nenhuma necessidade histórica coletiva, pois só responde às necessidades básicas da dominação estrangeira e do crescimento do capital nacional. Essa modalidade de revolução burguesa é extremamente nociva e precisa ser combatida com a mesma energia com que se combate a dominação externa (ambas são a mesma coisa) (FERNANDES, 1995a, p. 70).

Para a reversão da condição de dependência, para a constituição de um país dono do seu destino histórico, com capacidade de alterar sua posição relativa diante de outras nações, deve haver uma alteração profunda da ordem social vigente pela destituição dos estamentos e dos grupos sociais privilegiados – o primeiro requisito estrutural e dinâmico para a constituição da “sociedade nacional”. Mas, segundo Miriam Limoeiro Cardoso (1996, p. 124):

¹²⁶ “El dilema brasileño: democracia e desarrollo”. *La Opinión Cultural*, 30 set. 1973.

Aqui, a “sociedade nacional” não é unidade de análise, não é referencial teórico, é objetivo político, é projeto, que, para concretizar-se, precisa da constituição e da ação de um “querer coletivo”, este não como uma vontade consensual, mas como vontade nacional, que os três quartos de banidos das estruturas de poder possam opor ao privilégio das minorias.

As revoluções, na concepção de Florestan, não são acidentes históricos – “o socialismo nunca cairá do céu”¹²⁷ (FERNANDES, 1995a, p. 98) – e só ocorrem quando os *interessados* ousam defender com intransigência seus interesses reais na luta contra a velha sociedade: “O oprimido é o principal elemento dissolvente, produzido pela ordem social capitalista, e dele dependerá a destruição dessa ordem social e os surtos subseqüentes da civilização”¹²⁸ (FERNANDES, 1995a, p.41). No caso específico dos países de origem colonial, nos quais as elites não realizaram por completo as revoluções capitais (a descolonização, a revolução nacional e a revolução democrática) e fizeram apenas parcialmente as revoluções infra-estruturais (as reformas urbana, agrária e industrial), as tarefas históricas não-cumpridas são transferidas para as classes subalternas. Mas não se trata, avisa Florestan, de adotar um ponto de vista exclusivamente reformista e “pagar um preço inútil” por uma revolução predestinada ao malogro:

Para que a democracia desencadeie efeitos seculares é necessário que ela adquira vitalidade indestrutível, um ímpeto irrepresável de desenvolvimento e capacidade de aperfeiçoamento contínuo. Em um país que ainda não conseguiu sequer envolver os cidadãos, os partidos e o aparelho estatal na prática corrente dos princípios democráticos elementares, aí se acha um tremendo desafio histórico¹²⁹ (FERNANDES, 1976a, p. 88).

Como já assinalado, a preocupação de Florestan com a “revolução burguesa” não expressa uma obsessão pelo “passado” não realizado, menos ainda com a “consolidação da democracia burguesa” *per si* – cuja luta “só pode ser transitória” e só pode ser vislumbrada com o seguinte objetivo tático:

[O] fortalecimento da participação do proletariado na vida pública, em geral, e na esfera política, em particular, e na conseqüente “mobilização política” de todos os destituídos, explorados e oprimidos. [...] No limite, *por aí também os dinamismos políticos da sociedade de classes podem transcender à ordem burguesa*. Esta é instrumental para a passagem da democracia

¹²⁷ “Lênin e o socialismo”. *Voz da unidade*, São Paulo, 21 jan. 1984.

¹²⁸ “A atualidade de Marx”. *Folha de S. Paulo*, 13 mar. 1983.

¹²⁹ Um desafio maior e mais importante, acredita Florestan, do que “aumentar o excedente econômico e aplicá-lo produtivamente. A própria economia continuará sufocada se não nos revelarmos capazes de alterar o arcabouço social que a aprisiona, retendo ou comprimindo o impacto do crescimento econômico sobre o progresso social e cultural” (FERNANDES, 1976a, p. 88).

restrita para a democracia de participação ampliada e a plenitude da democracia burguesa sob o “pluralismo democrático” (FERNANDES, 1980a, p. 31-32).

Ciente de que o grau de desenvolvimento capitalista condiciona as possibilidades e as perspectivas de uma revolução social, Florestan nos incita a desenterrar e refinar duas clássicas noções da literatura socialista: a de “revolução dentro da ordem” e a de “revolução contra a ordem” (FERNANDES, 1995b, p. 41) – termos que terão presença marcante nos seus textos de articulista após a década de 70. Resistir à possibilidade de conjugação dessas noções é sinal de falta de confiança num projeto de transformação social e, o que é pior, o referendar da hipótese de que a única “alternativa” é a perpetuação da barbárie como *slogan* da “civilização”: “Uma sociedade civil que repele a civilização para todos e um Estado que concentra a violência no tope para aplicá-la de forma ultra-opressiva e ultra-egoísta envolvem uma barbárie exasperada específica”¹³⁰ (FERNANDES, 1995b, p. 152).

Não se trata, ainda, de buscar uma revolução exógena, “mas de debelar os problemas e dilemas sociais provocados pela inércia das elites dos estamentos (no passado remoto) e das classes sociais (no passado recente e no presente)” (FERNANDES, 1995b, p. 48). Nessas condições, é preciso despertar a consciência social para reformas que abram um espaço democrático nas relações sociais e ter coragem de descobrir e defender até mesmo métodos que exijam “soluções burguesas” provisórias, mas que abram caminhos para a democracia da maioria, na qual se deseja conjugar liberdade e igualdade – até porque não há anseio de renovação sem uma cultura socialista sedimentada.

É primordial democratizar a sociedade civil e o Estado. O desenvolvimentismo criou esperanças que nasciam frustradas, porque ignorava as reformas e revoluções decorrentes do capitalismo maduro. Não é preciso repetir o elenco das mudanças estruturais. É suficiente colocá-las em seu lugar e ressaltar que elas são transitórias para os que almejam o socialismo como meta final. Dadas as alterações ocorridas nas relações de classes e a capacidade de impor mudanças capitalistas de baixo para cima, o conjunto de transformações profundas confunde-se com a revolução *dentro* da ordem. O capitalismo não voa em cacos pelos ares (FERNANDES, 1995b, p. 49).

A “revolução permanente”¹³¹, portanto, assume feições complexas na atual periferia. Sob o capitalismo dependente, o projeto de formação de uma consciência social

¹³⁰ “Carlos Marighella: a chama que não se apaga”. *Folha de S. Paulo*, 12 nov. 1984.

¹³¹ Conceito que engloba as categorias de “reforma” e “revolução”, “processos que ocorrem historicamente, forjando oportunidades para ajustamentos antagônicos à ordem existente” (FERNANDES, 1995b, p.121). Ele

revolucionária, que tem como horizonte uma democracia radical, não pode deixar de levar em conta os embates que envolvem a construção de uma sociedade civil democrática e de um Estado capitalista democrático¹³². Um dos grandes desafios para a prolongação dessa luta política está em desmontar o “horizonte intelectual burguês” que se fortalece, principalmente, através dos órgãos de formação cultural, tal como a escola e os meios de comunicação, instituições-chave da ordem, que se não forem devidamente consideradas, continuarão a fortalecer o seguinte processo: “O universo mental burguês se consolida, enquanto outros universos mentais – como o dos operários e seus aliados orgânicos – se enfraquecem” (FERNANDES, 1991a, p.52).

Há na sociologia de Florestan, em seu projeto para o Brasil, uma preocupação evidente com a questão educacional, um dos vetores de modernização das relações sociais, considerado por ele como o maior instrumento de difusão de uma consciência científica da sociedade e um importante instrumento de mudança social, que tem como base a relação entre educadores e educandos (MARTINS, 1998, p. 35). A seguir, identificando as reflexões sobre o *dilema educacional brasileiro* na obra de Florestan, acompanhando a transição do *militante da ciência* para o *professor da política*, será possível analisar as lutas travadas por ele no campo do ensino para ocupar os vazios deixados pela interrompida “revolução” burguesa. Poderemos, assim, encontrar insumos para combater o “universo mental” que hoje parece estar satisfeito com os limites de uma “cidadania restrita” e de uma “democracia como estilo”, padrão cultural que, caso permaneça hegemônico, irá perpetuar as desigualdades sociais, as condições indignas de vida e a ignorância pública – efeitos diretos da falta de oportunidades educacionais e do incremento da apropriação privada do conhecimento produzido socialmente.

está diretamente subordinado à “lei” trotskista de “desenvolvimento desigual e combinado”, sob a qual Florestan constrói sua noção de “revolução burguesa interrompida”, que pressupõe uma concepção de revolução socialista para além das fronteiras nacionais, já que só a generalização da revolução poderia criar um sistema de apoio e sustentação e, com isso, impedir sua deformação (FERNANDES, 1995a).

¹³² Lembrando as críticas de Marx aos “socialistas inconsistentes”, Florestan afirma que não se pode extrair o capitalista do capital (FERNANDES, 1989a, p. 86).

Parte 2:
O PROFESSOR NA POLÍTICA

Capítulo 4

UM OBJETO: A EDUCAÇÃO COMO DILEMA

Poucos países, no mundo moderno, possuem problemas educacionais tão graves, quanto o Brasil. Como herança do antigo sistema escravocrata e senhorial, recebemos uma situação dependente inalterável na economia mundial, instituições políticas fundadas na dominação patrimonialista e concepções de liderança que convertiam a educação sistemática em símbolo social dos privilégios e do poder dos membros e das camadas dominantes. O fardo era pesado demais, para ser conduzido, com responsabilidade e espírito público construtivo, num sistema republicano que se transformou, rapidamente, numa transação com o velho regime, do qual se tornou mero sucedâneo político.

Florestan Fernandes (1971b, p. 192)

Com essas palavras¹³³, Florestan apresentava, no final dos anos 50, sua apreciação sobre o “dilema educacional brasileiro”, pela qual observava o desajuste qualitativo e quantitativo de nosso sistema de ensino frente às necessidades da nação e de suas regiões. A estabilidade e a evolução do regime democrático estariam exigindo a extensão das influências socializadoras da escola às camadas populares, assim como a transformação rápida do estilo de trabalho didático tradicional, que não era propício à formação de personalidades democráticas. Na medida em que o sistema educacional restringia a procura dos candidatos à escolarização e se tornava inerte em relações às mudanças solicitadas, incluía-se entre os fatores adversos ao desenvolvimento social. “Por conseguinte, em vez de acelerar a difusão e o fortalecimento dos ideais de vida, consagrados legalmente, ele interfere no processo como fator de demora cultural¹³⁴” (FERNANDES, 1971b, p. 197).

¹³³ Que fazem parte de “A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada”, texto escrito para o Simpósio sobre os Problemas Educacionais Brasileiros, organizado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP), no ano de 1958 (FERNANDES, 1971b).

¹³⁴ A expressão “demora cultural” (*cultural lag*) foi criada pelo sociólogo norte-americano W. F. Ogburn para identificar as diferenças nos ritmos de desenvolvimento entre os aspectos materiais e culturais de uma determinada sociedade. O fenômeno seria corriqueiro em sociedades com rápida industrialização, nas quais as

O tal “dilema” funciona como um círculo vicioso no qual as condições de subdesenvolvimento geram problemas cuja gravidade aumenta em função das dificuldades materiais ou humana em resolvê-los. A intervenção conjuntural deliberada, ainda que topicamente bem-sucedida, acaba por contribuir pouco para alterar a situação estrutural. O esforço, por isso, precisa ser repetido diversas vezes para que não se perca a pequena vantagem conquistada.

Pensamos que este esboço remata a caracterização do que chamamos de “dilema educacional brasileiro”. A relação entre meios e fins, no que concerne às perspectivas de controle dos problemas educacionais mais prementes, não prenuncia nenhuma espécie de êxito seguro e rápido. Tal circunstância indica, de ângulo inteiramente positivo, que a transformação do sistema educacional de um povo em fator de desenvolvimento depende, de modo direto, da intensidade, do volume e da direção das esperanças coletivas, depositadas na educação sistemática (FERNANDES, 1971b, p. 198).

A esperança coletiva na universalização qualitativa da educação escolar sistemática, portanto, deveria persistir para a transformação da ordem. Isso porque, segundo Florestan, “não há dúvida de que a educação modela o homem. Mas é este que determina, socialmente, a extensão das funções construtivas da educação em sua vida” (FERNANDES, 1966, p. 71). Mantendo fé nas possibilidades das mudanças sociais planejadas, Florestan advoga pela associação entre educadores e cientistas sociais para a elaboração de projetos que contribuam para a descoberta de meios adequados, econômicos e rápidos para uma intervenção racional na estrutura e no funcionamento do ensino brasileiro¹³⁵. Ainda que envolva ônus financeiros severos para um país pobre e destituído, inclusive, de uma rede escolar para atender as emergências, a respectiva associação abre perspectivas encorajadoras, “por permitir articular a solução dos problemas educacionais ao conhecimento e ao controle efetivo dos fatores

antigas instituições sociais não conseguem se ajustar ao novo tipo de organização econômica. Segundo Romão, na trajetória florestaniana, o termo não deixa de ser utilizado, mas sob a progressiva apropriação para denotar a particularidade de um tipo de desenvolvimento que não se encaixam na perspectiva sociológica tradicional. “Não se tratava de mero conservadorismo, nem de uma forma de ‘desajustamento social’ prevista pela teoria clássica. [...] A percepção da particularidade brasileira faz com que progressivamente percam força, na sociologia de Florestan, as idéias dualistas do tipo Brasil arcaico/Brasil moderno, que haviam marcado sua produção acadêmica até então. Ocorre que sua reflexão sociológica passa a deslocar-se, a partir dos textos do início dos anos 60, para o campo da política, do embate das classes sociais” (ROMÃO, 2003, p. 47).

¹³⁵ Segundo Florestan, para a ampliação do horizonte cultural do homem na moderna civilização científica e tecnológica, a educação deveria caminhar junto à ciência social aplicada como operadora de tendências dinâmicas de controle da mudança social: “A ciência aplicada, como fonte de conhecimentos e de técnicas de explorações prática imediata na solução de problemas novos; a educação, como mecanismo de preservação ou difusão de tais conhecimentos e técnicas ou, principalmente, como influência formativa do horizonte cultural, que fez da mudança provocada um recurso adaptativo essencial da civilização científica e tecnológica” (FERNANDES, 1971b, p. 171).

responsáveis pelo estado de pauperismo, de subdesenvolvimento e de desequilíbrio institucional da sociedade brasileira” (FERNANDES, 1971b, p. 193).

No entanto, três aspectos precisam ser considerados. O primeiro é o cuidado em combater a noção de que o cientista social tem condições de “resolver”, *per si*, os “problemas educacionais”. Para Florestan, semelhante perspectiva não tem fundamento já que “os problemas educacionais brasileiros só poderão ser resolvidos através da mudança social organizada” (FERNANDES, 1971b, p. 193), dependendo ainda da forma como o cientista social for incluído no processo e das potencialidades de mudança do meio social ambiente. O segundo, em decorrência do anterior, é que para o sucesso da associação entre cientistas e educadores, a comunicação social aparece como um terceiro vértice do triângulo:

A imprensa, a divulgação da leitura e outros meios modernizados de comunicação têm tornado o conhecimento de senso comum mais acessível à contribuição dos educadores e, mesmo, dos cientistas sociais. Vice-versa, estes vêm demonstrando maior interesse pelas manifestações dos leigos, chegando a estimular movimentos que os convertem em grupos de pressão na área de reconstrução educacional (FERNANDES, 1966, p. 104).

Isto porque, afirma o sociólogo, qualquer conhecimento positivo produzido sobre a situação educacional brasileira será impotente, por si mesmo, para alterar a qualidade e a eficácia da reação societária aos problemas educacionais. “Essa circunstância só se alterará, presumivelmente, na medida em que se puder combinar, produtivamente, esse conhecimento com a atividade regular dos educadores militantes e com o conhecimento do senso comum escolarizado” (FERNANDES, 1966, p. 110).

Ao fim, além dos conhecimentos sobre a situação e os alvos a serem alcançados, os especialistas devem dispor de boas condições de trabalho para que possam regular, institucionalmente, sua participação na elaboração, na aplicação e no controle dos planos de intervenção esboçados. Daí, afirmará Florestan, a importância da existência de organizações como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais¹³⁶ (CBPE), que regiam os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE) em alguns estados da federação:

Ele [o CBPE] introduz o planejamento, como processo social, na esfera da educação sistemática no Brasil e confere ao sociólogo, dentro dele, papéis sociais que lhe permitem colaborar, regularmente, nas fases de elaboração e de aplicação de planos de controle educacional em que se imponha a utilização de conhecimentos sociológicos (FERNANDES, 1971b, p. 194).

¹³⁶ Um breve histórico sobre a gênese da instituição encontra-se em “O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais”, a contribuição de Florestan para os planos de organização do CBPE, publicada como o quarto capítulo da parte final de Fernandes (1966).

Percebe-se, portanto, como Florestan estava vinculado ao movimento de fomentação e consolidação das pesquisas educacionais no Brasil, que tem entre seus maiores representantes Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, respectivamente, diretores do CBPE e do CRPE/SP¹³⁷, organizações criadas com a pretensão de fazer com que as atividades educacionais alcançassem “condições científicas” através da colaboração das ciências sociais.

Pesquisa no Brasil lembra sempre coisas feitas um pouco no ar. Um prédio de cerca de 200 metros de longo e 20 de largo para pesquisas parece um absurdo. E pesquisas de educação? Ainda mais. É que não pensam que o setor de documentação, o de programas, o de psicologia, o de testes e medidas, o de administração, o de livros e material do ensino são imensos departamentos, que o meu Centro, apesar de grande, acabará por não comportar. Medicina é, sem dúvida, um imenso campo de pesquisas. Pois bem: o de educação não é, mas *devia ser* bem maior (TEXEIRA apud FERREIRA, 2001, p. 11).

O que se dá aos Centros não se subtrai, mas se acrescenta à solução dos problemas da educação nacional. Gasta-se hoje, mas para economizar depois. Gasta-se, não importa se pouco ou muito, nas atividades científicas de pesquisa, de levantamento de situações, de colocação de problemas, de procura de soluções adequadas, mas para cortar rente nas despesas e reorganização, para aplainar dificuldades, para cercear abusos, contra sensos e erros, de conseqüências irreparáveis (AZEVEDO apud FERREIRA, 2001, p. 12).

Vale lembrar que essas reflexões são feitas num momento marcante na história educacional do país, quando se abre oportunidade de organizar o sistema de ensino nos debates para a configuração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo Florestan, o lado construtivo deste clima propício à “mudança cultural provocada”¹³⁸ foi o fato dele ter sido imaginado, pelos educadores brasileiros, como um expediente para

¹³⁷ Um levantamento documental e bibliográfico sobre o CRPE/SP pode ser conferido em Ferreira (2001).

¹³⁸ “O que distingue a mudança cultural provocada da mudança social espontânea [...] não é o conteúdo intencional dos processos que as produzem, mas a maneira pela qual ele é elaborado. Assim, na primeira espécie de mudança, o conteúdo intencional adere a um horizonte cultural que confere aos agentes humanos a possibilidade de escolher fins alternativos ou exclusivos e de pô-los em prática através de meios que assegurem, no mínimo, controle racional do desencadeamento e das principais fases do processo. Em outras palavras, isso quer dizer que o horizonte cultural em questão permite basear a escolha dos fins e dos meios na desirabilidade de certos efeitos, cuja relação com determinadas necessidades pode ser posta em evidência antes de eles serem produzidos e cuja produção pode ser prevista, regulada e dirigida pelos agentes humanos” (FERNANDES, 1971b, p. 171). Florestan ressalta que “a diferença entre a mudança cultural espontânea e a mudança cultural provocada (quanto ao papel do elemento racional, encarado nos limites da civilização tecnológica e industrial), é antes de *grau*, que de *natureza*. Uma e outra são processos da mesma ordem, que preenchem funções análogas. Distinguem-se uma da outra somente com referência aos recursos técnicos e intelectuais, postos à disposição do homem no campo do comportamento inteligente e do controle deliberado de ‘forças’ conhecidas no meio ambiente” (FERNANDES, 1971b, p. 190).

modificar a orientação de manutenção e extensão das oportunidades educacionais como mecanismo de privilégio às camadas mais bem sucedidas na competição econômica, social e política. Surgiu como a primeira grande chance

[...] que tivemos de submeter uma vasta área de nossa vida escolar a uma disciplina nova, mais coerente com as necessidades educacionais fomentadas pela formação e desenvolvimento da sociedade de classes, do regime democrático e da civilização tecnológica-industrial no Brasil (FERNANDES, 1966, p. 130).

A seu ver, “jamais se vira semelhante movimento de opinião em torno dos problemas educacionais brasileiros”¹³⁹ (FERNANDES, 1966, p. 355) desde o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, que tinha como objetivo nortear a criação de um sistema de educação de caráter orgânico e integrado, capaz de submeter as tendências de diferenciação e descentralização a um conjunto comuns de fins e princípios diretores básicos. A principal contribuição do *Manifesto* foi ter influenciado a Constituição de 1934, especialmente os artigos 5 e 150, que estabelecia como competência da União traçar as diretrizes educacionais, assim como a fixação de um plano nacional que compreendesse todos os níveis de ensino, com a responsabilidade de coordenar e fiscalizar sua execução. Após o *vácuo* ditatorial do Estado Novo, a Constituição de 1946 manteve essa determinação, dispondo que competia à União legislar sobre ela. No ano seguinte, a pedido de Clemente Mariani, então ministro da Educação, uma comissão foi constituída para preparar um esboço do projeto de lei, que foi encaminhado ao Congresso Nacional em outubro de 1948.

Os trezes anos decorridos entre 1948 e 1961 são uma etapa particularmente ideologizada do conflito público-privado na área educacional. O período iniciou-se com o já citado projeto de lei de Clemente Mariani, que conjugava, segundo Xavier (1990, p. 120), os arroubos típicos da “retórica progressista nacional”, além de um diagnóstico surpreendentemente correto do resultado das reformas anteriores, com a denúncia do tradicional dualismo da educação brasileira, que havia sido aprofundado pelo regime autoritário e cuja correção deveria ser efetuada pelo governo democrático. Entretanto, o projeto não passou de um conjunto de propostas moderadas para a solução de diversos problemas da educação brasileira, como, por exemplo: o conflito centralização *versus* descentralização (através da busca de harmonia entre as funções dos estados e da União, pela unidade nos objetivos e variedade nos métodos); e, para a articulação dos vários ramos de ensino (através de uma nova reforma do ensino médio com a superação de barreiras entre o

¹³⁹ “Objetivos da campanha da escola pública” (*O Estado de S. Paulo*, 24 mai. 1961).

estudo acadêmico e o técnico). Além disso, apesar de indicar o dever do Estado na garantia de educação para todos, partindo do pressuposto da “escola equalizadora”, o projeto original admitia incentivos para o ensino privado e induzia a uma concepção supletiva da ação estatal, reforçando o seu caráter moralizador e fiscalizador. De novidade, somente a referência às novas elites, a flexibilidade que se abria a outros grupos sociais de acesso ao ensino superior, através da equivalência entre os ramos técnicos e o secundário. Desta forma, as pretensões democráticas do projeto Mariani assumem as dimensões reais compatíveis com a realidade econômica e política subjacente, mantendo a formação dual e discriminatória.

Não se eliminava, assim, a barreira educacional entre as classes sociais, mas ampliava-se a oferta de oportunidades educacionais para uma classe média em rápida expansão, foco central das pressões sociais e das políticas “democratizadoras”, na sociedade brasileira em transição (XAVIER, 1990, p. 126).

O motivo para rejeição e arquivamento do projeto Mariani não foi, como registram alguns estudos¹⁴⁰, o seu caráter “democrático” e “progressista”, mas sim, uma questão de ordem política, relativa a interpretações específicas sobre a questão da centralização-descentralização. Em seu parecer à Comissão Mista de Leis Complementares do Congresso Nacional, o deputado Gustavo Capanema – ministro da Educação durante o Estado Novo – destaca a inconstitucionalidade do projeto pela sua extremada concepção de descentralização. Na opinião de Capanema, que reconhece o esmero científico e técnico e a elevação de propósitos culturais contido no documento, o projeto pecava pela atribuição aos estabelecimentos de um desmedido arbítrio para organização de seus conteúdos de ensino e pela ampla competência que dava aos estados e municípios na organização dos diversos ramos de ensino. Entretanto, segundo Xavier (1990), as interpretações conflitantes se orientavam pela ambigüidade, quiçá estratégica, das determinações legais.

O projeto foi arquivado e ficou sem andamento até julho de 1951, quando a Comissão de Educação e Cultura da Câmara solicita ao Senado o seu desarquivamento. A resposta de extravio fez com que a mesa da Câmara determinasse sua reconstituição, o que aconteceu a partir da criação de várias subcomissões, da anexação de um projeto da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da consulta a vários educadores. Em 1955, 14 processos já tinham se

¹⁴⁰ De acordo com Romanelli (1999, p. 174), o projeto Mariani era, em síntese, um documento “que, embora merecesse ressalvas, não ‘pecava pela base’. Estava dentro do espírito da Constituição e refletia bem as mudanças por que passava a sociedade brasileira. Pelo menos acenava com a possibilidade de atendimento a muitas das reivindicações da filosofia dos educadores e denunciava um grau de abertura que a legislação anterior não possuía”.

somado ao projeto, incluindo um primeiro substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Lacerda, cujo texto estava próximo do projeto original. Em 1956, após o parecer favorável de mais uma comissão, o projeto voltou a ser debatido no Legislativo.

O primeiro discurso de grande impacto foi o do padre Fonseca e Silva, no dia 5 de novembro, cujo mérito foi “obrigar os interesses conflitantes a se manifestarem num jogo político aberto” (BUFFA, 1979, p. 21). Em sua fala, o deputado adverte o então ministro da Educação contra a presença de Anísio Teixeira e Almeida Jr., respectivamente, na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos¹⁴¹ (INEP) e na presidência do I Congresso Estadual de Educação, em São Paulo. Alega para tanto, que tais professores não passam de “agnósticos” e “comunistas”¹⁴², que ocupam altos postos para liderar uma campanha contra a “formação religiosa” do povo brasileiro¹⁴³. No dia 10, Fonseca e Silva envia um memorial ao ministério, reforçando as críticas e alertando para as restrições sofridas pelo patrimônio moral e espiritual da Igreja, denunciando que estaria sendo desenvolvido um movimento contra o ensino particular brasileiro. Em fins de novembro, o deputado Luís Vianna responde às acusações, dando a conhecer à Câmara dois documentos: um do ministro Clóvis Salgado e outro do próprio Anísio Teixeira, todos refutando as idéias contidas no discurso de Fonseca e Silva, principalmente no que se referia aos vínculos com a ideologia marxista¹⁴⁴. Posteriormente, a polêmica sai do Congresso, atravessa círculos intelectuais e chega à opinião pública, envolvendo disputas através da imprensa e manifestações de diversos tipos.

Só em 1957, em parte sob a pressão dos educadores e o clamor da opinião pública esclarecida e em parte sob a exigência de circunstâncias imperiosas, o assunto passou a tramitar com maior rapidez pela Comissão de Educação e Cultura. No entanto, as forças que se opunham ao feitiço laicista-liberal do projeto primitivo, responsáveis pela estagnação do processo, conseguiram imprimir novos rumos à discussão e à votação da matéria (FERNANDES, 1966, p. 425).

¹⁴¹ A sigla “INEP” tem atualmente o seguinte significado: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

¹⁴² Designados como “agitadores comunistas” também serão os universitários que, no início da década de 60, lutavam por sua representação nos órgãos de administração e direção das universidades brasileiras, como lembra Florestan no artigo “A representação dos alunos”, que – ressalta-se – foi recusado pelos jornais paulistas e publicado somente pela revista *Anhembi*, em setembro de 1962 (FERNANDES, 1966).

¹⁴³ Sobre a gênese da posição da Igreja Católica no debate sobre a escola pública, conferir o artigo “A orientação do clero católico” (*O Estado de S. Paulo*, 14 fev. 1962), na qual Florestan identifica os pressupostos da tentativa de se converter “a República em *escrava e instrumento* da Igreja” (FERNANDES, 1966, p. 420).

¹⁴⁴ Segundo Nunes (2001, p. 9), apesar de simpatia por algumas idéias comunistas, “Anísio nunca abandonou a concepção de educação como uma prática atravessada pela ciência e, ao mesmo tempo, pela arte que relativiza o peso da ciência na educação. É pelo seu amor a ambas que, mesmo tendo escrito um programa partidário no momento em que sua obra estava ameaçada, se afasta dos partidos. Ele recusava a noção de ordem, lealdade, hierarquia e o desprezo pela discussão teórica, comuns nas hostes partidárias de então”. Na base de sua formação, estavam o próprio catolicismo e o pragmatismo de John Dewey.

Em meio à disputa, segue a tramitação do projeto na Câmara. Em 29 de maio de 1958, a Comissão de Educação e Cultura aprova um novo substitutivo, que em segunda discussão, em novembro do mesmo ano, recebe três emendas, o que o faz retornar à Comissão. Em dezembro de 1958, o deputado Carlos Lacerda, “amigo da livre iniciativa” (FERREIRA e OLIVEIRA, 1997, p. 34), apresenta mais um substitutivo, não colocado em debate. Em janeiro de 1959, o deputado apresenta um terceiro substitutivo, dando uma reviravolta na direção das discussões, fazendo com que a questão educacional assumisse definitivamente um novo caráter ideológico, com a polêmica “descentralização *versus* centralização” sendo substituída definitivamente pelo conflito “escola pública *versus* escola privada” (ROMANELLI, 1999). De acordo com Florestan, o “substitutivo Lacerda” era estratégico: “levou tão longe o favoritismo à escola privada, que deveria servir, forçosamente, como peça de composição” (FERNANDES, 1966, p. 425).

Vale ressaltar que o documento apresentado pelo deputado estava calcado nas conclusões do 3º Congresso Nacional dos Estabelecimentos Privados de Ensino¹⁴⁵, realizado há mais de dez anos, com a exacerbação de alguns pontos já presentes no projeto Mariani, principalmente no que se referia ao caráter complementar da ação estatal e ao ensejo da cooperação entre a iniciativa privada e o governo. Previa que a admissão gratuita de alunos nas escolas particulares ou a redução da contribuição seria compensada por bolsas e outras vantagens do governo. O “substitutivo Lacerda”, como ficou conhecido, no seu Título IV, deixava explícito o caráter supletivo do ensino público pela vedação do favorecimento ao monopólio estatal e pela igualdade de condições entre as escolas oficiais e particulares, no que tocava, inclusive, à distribuição de verbas (através de bolsas de estudo, financiamentos para construção, reforma de prédios escolares e equipamentos).

Sob o impacto desse substitutivo, a sociedade se mobiliza e recrudesce-se o embate das “ideologias em conflito”, no qual Buffa (1979) identifica dois grandes grupos em confronto: um *a favor do ensino privado*; outro *a favor da escola pública*. No primeiro, a autora encontra como principal articuladora a *Igreja Católica*, que levantou a bandeira da liberdade de ensino como liberdade de escolha do tipo de escola pela família, objetivando, entre outras coisas, a subvenção pública e a não ingerência do Estado¹⁴⁶. Subordinada a ela,

¹⁴⁵ Um resumo das proposições do respectivo congresso, realizado em 1948, ano de fundação da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEN), encontra-se em Oliveira (2002a, p. 57-60).

¹⁴⁶ Segundo Florestan, no artigo “Em defesa da escola pública” (*O Estado de São Paulo*, 30 jan., 06 e 13 fev. 1960), as bandeiras levantadas pelos defensores da escola particular não passavam de “sofismas”, já que o ensino privado nunca esteve ameaçado: “Ao contrário, ele foi reconhecido e protegido pelas leis, colhendo mesmo contínuos benefícios legais e até ilegais, dos poderes públicos – da isenção tributária a favores diretos, na doação de terrenos, de equipamentos e de recursos ou em subvenções de várias espécies, de que se beneficiam

estariam as *escolas particulares leigas*, que sem uma doutrina própria, apoiavam-se na da Igreja para defender interesses “principalmente financeiros”. Ressalta-se, porém, que a participação das escolas leigas, apesar de sua menor visibilidade, continha um significado político importante por representar a gênese de uma identidade empresarial (a FENEN) que, no futuro, se fortalecerá em torno dos chamados “interesses financeiros” (OLIVEIRA, 2002a). Antecipando este argumento, Florestan já apontava, em pleno debate, que os “motivos estritamente pecuniários” era o fulcro de toda mobilização privatista:

As escolas particulares leigas, abrindo mão do princípio de que “a escola particular para ser livre precisa ser economicamente independente”, deram relevo à maior participação do Estado no financiamento de empresas de ensino lucrativas, por motivos estritamente econômicos. Está claro que a situação educacional brasileira exige que o Estado intervenha segundo novo estilo no crescimento educacional. Se isso acontecer e o sistema público de ensino absorver a capacidade de intervenção do Estado, o caminho para a progressiva diminuição da clientela das escolas particulares estará aberto. Vê-se que não temem, propriamente, a concorrência com as escolas públicas na situação atual. Temem, isto sim, as medidas que poderiam transformar em adversas as vantagens existentes no momento, graças à própria omissão do Estado em suas tarefas educacionais. As escolas particulares católicas, como e enquanto empresas econômicas, são movidas pelos mesmos motivos. Graças a razões espirituais, acrescem a esses motivos a defesa da posição dominante que a Igreja Católica sempre ocupou na formação intelectual e moral do homem na ordem tradicional. Essa posição foi mais ou menos ameaçada pela expansão do sistema público de ensino, o que estimulou os sacerdotes católicos a lutarem aberta e denodadamente por novos meios de revitalização do sistema escolar submetido ao controle direto da Igreja Católica (FERNANDES, 1966, p. 132).

No outro flanco, os defensores escola pública dividiam-se em: os *liberais-idealistas*, que viam a educação com o objetivo supremo de afirmação da individualidade, em termos universais e eternos; os *liberais-pragmáticos*, que utilizando argumentos de ordem prática, preconizavam a maior eficiência da escola pública e o seu maior atendimento às necessidades imediatas do país; os de *tendência socialista*, que viam no ensino público um instrumento eficaz na superação do “subdesenvolvimento” político, econômico, social e cultural (BUFFA, 1979). Desse grupo, a manifestação de maior impacto foi, sem dúvida, a “Campanha em

principalmente muitas escolas católicas. Em outras palavras, o Estado democrático, que tolerou e amparou a coexistência da escola pública e da escola particular, acaba sendo acusado de pretender destruir a segunda para beneficiar ou alargar a primeira. De minha parte, não nego que tenho decidida predileção pela alternativa. A realidade, porém, é que o Estado brasileiro nunca pretendeu, até o presente, ‘favorecer o monopólio do ensino’ e não está em condições de suportá-lo economicamente em nossos dias” (FERNANDES, 1966, p. 388). Quanto ao primeiro tópico, ele afirma que não consentir à família o direito de educar a prole, se fosse esse o caso, seria “menos prejudicial à coletividade que o direito da família de educar a prole em detrimento do estilo democrático de vida” (FERNANDES, 1966, p. 386).

Defesa da Escola Pública”, do qual participaram líderes sindicais, antigos educadores do movimento escolanovista (tais como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira), estudantes e intelectuais universitários – entre eles, Florestan Fernandes¹⁴⁷, “a liderança mais expressiva e combativa do movimento em defesa da escola pública naquele período”, afirma Saviani (1996, p. 79), baseando-se nas palavras de um outro partícipe do movimento, Roque Spencer Maciel de Barros:

Não podemos deixar de registrar o trabalho pertinaz do professor Florestan Fernandes, levando para todos os cantos do nosso estado – e mesmo para outras unidades da Federação – uma palavra de esclarecimento sobre os defeitos e perigos do projeto que a Câmara dos Deputados aprovou em janeiro último, numa autêntica “peregrinação cívica e pedagógica” que é um fato inédito nos anais de nossa história da educação. Dezenas e dezenas de conferências fez o professor Florestan Fernandes, tornando-se credor da admiração e simpatia de todos os que lutam pela causa da educação nacional (BARROS apud SAVIANI, 1996, p. 79).

Desse grupo saiu um novo substitutivo que foi levado à Câmara pelo deputado Celso Brant, ainda em 1959 (ROMANELLI, 1999, p. 176). Em linhas gerais, os defensores da escola pública indicavam as seguintes medidas para o ajustamento “da educação aos requisitos econômicos, políticos, sociais e culturais da ordem social vinculada ao regime democrático, à economia mecanizada e à civilização tecnológica-industrial”:

Em primeiro lugar, impõe-se estender o ensino primário a todos os indivíduos em idade escolar (ou acima desta, quanto não o possuam) e assegurar a todas as regiões do País, independentemente de sua estrutura demográfica e de suas riquezas econômicas, meios para incentivar esse desiderato. [...] Em segundo lugar, impõe-se diferenciar internamente o sistema educacional brasileiro, de modo a dar maior amplitude às funções educacionais dos diferentes tipos de escolas, ajustando-as convenientemente às necessidades educacionais das diversas comunidades humanas brasileiras. [...] Da escola primária à escola técnica e à escola superior, democratização do ensino, aqui, significa, literalmente, revolução educacional: leva-nos primordialmente para a mudança de mentalidade e de hábitos pedagógicos, redefinindo o uso social da educação através de novas concepções educacionais e da correspondência efetiva para com as exigências educacionais de nossa época. [...] Em terceiro lugar, por fim, impõe-se abolir a seleção educacional com fundamento em privilégios (de riqueza, de posição social, de poder, de raça ou de religião) (FERNANDES, 1966, p. 128-129).

¹⁴⁷ De acordo com Romão (2003, p. 40), além de participar da Campanha “com todas as suas forças”, Florestan mobilizou para ela alguns de seus assistentes na USP, tais como Fernando Henrique Cardoso, Marialice Foracchi, Octavio Ianni e Luiz Pereira.

A seguir, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara nomeia uma subcomissão para examinar os dois substitutivos (o de Lacerda e o da Campanha), as emendas apresentadas pelos deputados e elaborar um último anteprojeto; aprovado em janeiro de 1960. Nos meses posteriores, continuam as discussões na imprensa. Alguns membros da Campanha, entre eles Florestan Fernandes, chegam a formar uma comissão para ir a Congresso e pressionar contra o documento aprovado. No relatório sobre a respectiva visita, para a efetiva rejeição do texto aprovado, a comissão alerta para a necessidade de mudança de estratégia, já que – frente aos recursos financeiros e a influência do setor privado – só uma maior mobilização popular poderia obter êxito para romper o “isolamento” do legislador brasileiro, o que para tanto seria fundamental a preparação de novos documentos, de caráter mais técnico, e a propagação de novos núcleos em defesa da escola pública e da educação popular.

A nossa campanha tem se concentrado no debate das deficiências orgânicas e profundas da lei, insistindo principalmente nas lacunas pedagógicas e estruturais do projeto de lei. Essa orientação está certa, situando-nos no plano do debate construtivo dos problemas. Mas, é preciso complementar esse esforço de esclarecimento, alargando mais as bases e os influxos populares do *movimento de defesa da escola pública*. Se os estudantes, os professores, os trabalhadores, os intelectuais e os chefes de família em geral não exprimirem de modo mais organizado e viril suas reivindicações contra o projeto de lei, dificilmente os senadores participarão do diálogo com ânimo de nos atender. Em outras palavras, sem imitar as forças que se opõem à revisão do projeto de lei e reproduzir seus métodos de luta, devemos incrementar o poder de persuasão da nossa campanha e aumentar a importância das manifestações puramente leigas contra aquele calamitoso esbulho da educação popular (FERNANDES, 1966, p. 520).

No entanto, os resultados do processo acabam por convencer Florestan de que “os chamados ‘controles indiretos’ só produzem efeitos positivos onde os mecanismos da democracia funcionam com um mínimo de eficácia” (FERNANDES, 1966, p. 508-509).

Cometeu-se um crime contra o ensino, atendendo-se às pretensões das correntes privatistas e às pressões reacionárias de círculos católicos obscurantistas. A verdade insofismável é que o Congresso parece ser cativo dessas forças, não tendo, por isso, meios de consolidar a democracia na esfera do ensino. Acomoda-se, quando devia revoltar-se; omite-se ou tergiversa, quando devia decidir e impor soberanamente as soluções mais convenientes à democratização do ensino e à diferenciação qualitativa do sistema educacional brasileiro (FERNANDES, 1966, p. 514).

A única ressalva feita sobre as forças parlamentares da época foi em relação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que, através de seus líderes na Câmara e no Senado (o deputado Almino Afonso e o senador Camilo Nogueira Gama), se mostrou interessado “na solução dos

problemas da educação popular e de democratização do ensino” (FERNANDES, 1966, p. 513). Finalmente, em junho de 1961, o último projeto – favorável à iniciativa privada – é aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado, que o legitima, no dia 3 de agosto, por 33 votos a 11. Em 20 de dezembro daquele ano, sancionado pelo presidente João Goulart, o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional converte-se, finalmente, na Lei n. 4.024 (ROMANELLI, 1999, p. 179). Sobre o “gesto de soberano desprezo” do presidente diante da democracia e da educação popular, Florestan, numa entrevista a um jornal paulista¹⁴⁸, diz-se não surpreso, apesar da carreira política de João Goulart estar apoiada nas mesmas forças que defendiam a escola pública:

No poder, o Sr. João Goulart redefiniu completamente sua linha de ação política. Membro e representante de camadas sociais privilegiadas e conservadoras, não tem nenhum interesse em pôr em prática uma autêntica filosofia de atuação política democrática, que o obrigue a valorizar o ensino público e a estender sua influência na dinâmica do regime representativo (FERNANDES, 1966, p. 522).

No mesmo pronunciamento, uma menção a Oliveira Brito, o então ministro da Educação:

Os que deviam nos resguardar de riscos dessa natureza comprometem-se na empreitada e tornam-se paladinos de uma triste causa, disfarçada atrás de *fórmulas altas*, como a enunciada pelo senhor ministro da Educação, [...]: “O ensino é um só. Público ou privado, ele se define pela qualidade que oferece”. Essa data ficará na história da educação no Brasil como o dia da “transação final”, um dia nefasto, em que os homens incumbidos de velar pela coisa pública decidiram pôr a República em leilão, ferindo-a diretamente no próprio cerne vital da vida democrática – o ensino público (FERNANDES, 1966, p. 525).

Com sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública, a opinião pública, nas palavras de Fernando Henrique Cardoso (1987, p. 24), passa a conhecer um novo Florestan, complementar ao “trabalhador intelectual” que inaugurou um modo novo de fazer sociologia no Brasil:

Antes de falar no seu trabalho intelectual, gostaria de ressaltar um outro aspecto que sempre coexistiu com o aspecto de Florestan universitário: uma espécie de ira sagrada contra a injustiça. Doía nele, como dói até hoje, a desigualdade, doía nele, como dói até hoje, a discriminação contra os negros, doía nele como dói até hoje, a apropriação privada de bens coletivos, como,

¹⁴⁸ “Diretrizes e Bases: a sanção do Presidente”. *O Estado de S. Paulo*, 28 dez. 1961. A entrevista foi publicada em forma de artigo assinado.

por exemplo, a educação. E houve um momento em que nós todos esquecemos um pouco nossos aventais e nos lançamos a uma peregrinação por São Paulo para fazer uma campanha – a Campanha em Defesa da Escola Pública. Este outro Florestan também foi um Florestan seminal, também foi um Florestan que marcou, porque mostrou que o acadêmico pode e deve, em certas circunstâncias, lançar-se a posições concretas de luta para melhorar as condições de vida de seu país. [...] Foi uma mobilização intensíssima, uma mobilização que nos levou àquilo que então ainda era raro: o encontro da universidade com os trabalhadores. Andamos por sindicatos sem fim, pregando. Andamos por escolas, andamos pelo interior, pregando, discutindo modificações concretas em uma lei que iria dar as normas fundamentais ao processo educativo no Brasil (CARDOSO, F., 1987, p. 25).

Como já se pôde perceber pelas citações acima, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre os problemas educacionais, visando ao exercício legítimo da pressão política, o “publicista” Florestan defendeu, através de uma série de artigos¹⁴⁹, a democratização do ensino como mecanismo de abolição das barreiras que restringem o uso da educação para a manutenção dos privilégios sociais. Florestan faz isso atravessando diversas dimensões da realidade, sintetizando aspectos micro e macrosociológicos, permitindo um entendimento do “campo educacional” como uma síntese entre a sociedade, o sistema escolar e o plano pedagógico.

Tanto o discurso como a atuação permanente levam-no a se estender sobre outras conseqüências da democracia. Deste modo, ao lado de reforçar o papel da educação como liberadora da ignorância e também da insegurança, da servidão moral e da miséria, Florestan Fernandes não deixa, simultaneamente, de arrolar as críticas ao caráter antidemocrático e sociopático da estrutura do sistema educacional brasileiro, quando examina o divórcio entre o ensino e as condições sociais de existência. [...] Fechando o quadro de referência mais compreensivo para a análise do processo de educação – com especial ênfase na educação escolarizada – Florestan Fernandes ressalta o papel do elemento político no raciocínio, nas opções e nas influências dos educadores, consideradas as condições da vida social na moderna sociedade de massas. Tese das mais abrangentes anteriormente mencionadas, formando um só corpo: o Estado democrático, o direito à educação, o impacto negativo do meio social, a ciência e a tecnologia

¹⁴⁹ Os artigos foram publicados principalmente no jornal *O Estado de S. Paulo*, um dos principais divulgadores da campanha, material reunido em *Educação e sociedade no Brasil* (FERNANDES, 1966). Além dessa atividade, a participação de Florestan na Campanha implicou em: “39 conferências dedicadas à análise e crítica do projeto de Diretrizes e Bases, feitas em auditórios de composição e níveis intelectuais variados; quatro comunicações sobre temas educacionais, desenvolvidas em convenções formais; participação de 3 mesas redondas, em canais de televisão, e 2 mesas redondas em recintos fechados, para públicos especiais; 1 exposição no decorrer de um comício preparado por entidades sindicais operárias; 5 conferências em que o assunto foi debatido do ângulo de algum problema educacional básico, preparadas para públicos orgânicos. Se considerarmos só as 44 conferências em conjunto, veríamos o seguinte: 19 foram realizadas na capital do Estado de São Paulo; 16 foram realizadas em comunidades urbanas no interior do Estado de São Paulo; 8 foram realizadas em grandes capitais de outros Estados brasileiros; 1 foi realizada em uma comunidade urbana no interior do Estado de Minas Gerais” (FERNANDES apud MAZZA, 2003, p. 254).

científica, o uso social da inteligência, a libertação do homem da servidão e da miséria... (NAGLE, 1987, p. 191).

A vitória privatista no episódio da LDB, na análise de Florestan, ocorreu pela conjugação de duas variáveis conjunturais: a) pela forte associação da Igreja Católica com o setor empresarial do ensino, com a primeira lutando para recuperar o monopólio da educação e o segundo tentando evitar a competição com o sistema público em crescimento; b) pela qualidade do representante dos interesses das escolas particulares, o deputado Carlos Lacerda, uma “mente poderosa” com alta “capacidade da ação parlamentar” (FERNANDES, 1991b, p. 39). Mas essas variáveis de conjuntura apenas indicavam a complexidade do *dilema social brasileiro*, que consiste na resistência sociopática das elites brasileiras a qualquer proposição de mudança social mais profunda, sintoma de uma ação político-cultural incompatível com a retórica liberal e às inovações demandadas pela própria ordem econômica.

O dilema social brasileiro caracteriza-se como um apego sociopático ao passado, que poderá ter consequências funestas. Ostenta-se uma adesão aparente ao progresso. Professa-se, porém, uma política de conservantismo cultural sistemático. Os assuntos de importância vital para a coletividade são encarados e resolvidos à luz de critérios que possuíam eficácia no *antigo regime*, ou seja, há três quartos de século. Enquanto isso, as tensões se acumulam e os problemas se agravam, abrindo sombrias perspectivas para o futuro da nação. É patente que os adeptos dessa política estão cultivando, paradoxalmente, uma gigantesca revolução social, altamente sangrenta e destrutiva em sua fase de explosão. Qualquer que seja a posição que se tome, individualmente, diante de semelhante eventualidade, parece óbvio que se tornou crucial apontar aonde nos conduz, no momento, o ódio contra o radicalismo e a conseqüente paralisação de esforços nos âmbitos da reeducação dos homens, da renovação das instituições e da reconstrução da ordem social (FERNANDES, 1976a, p. 212).

No caso em questão, o mais preocupante não foi o combate discursivo aos pressupostos “estatizantes” das correntes socialistas, mas o massacre ideológico sobre as “concepções burguesas” de revolução educacional – representadas, especialmente, nas figuras de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira¹⁵⁰. Os esforços dessa “tangente burguesa” na área educacional buscavam colocar o Brasil num novo patamar. Era uma utopia “reformista” de

¹⁵⁰ Apreciações recentes de Florestan sobre os respectivos educadores encontram-se em: “Reforma educacional: a contribuição de Fernando de Azevedo”, parte 3 de Fernandes (1995b); e “Anísio Teixeira e a luta pela escola pública”, em Fernandes (1992b). Já em Fernandes (1966), encontram-se dois artigos de jornais publicados, respectivamente, nas décadas de 40 e 50: “Fernando de Azevedo e a sociologia educacional no Brasil” (*Jornal de S. Paulo*, 03 nov. e 10 nov. 1946); “Anísio Teixeira e a democratização do ensino” (*O Estado de S. Paulo*, 13 jul. 1957). Para uma comparação entre a relação “projeto nacional e educação” em Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, conferir José Souza (2002). Já em Nunes (2000), encontra-se uma ampla e profunda análise da vida e obra educacional de Anísio Teixeira.

superação de etapas, mas uma utopia que visava a oferecer a todas as classes sociais um mínimo de dignidade. No entanto, essas “inteligências radicais”, seguidoras da obra abolicionista, não lograram atingir os objetivos. Por quê? Porque no Brasil, segundo Florestan, o que importava para as elites das classes dominantes era deseducar, não educar. Educar os filhos das elites e deseducar a massa, mantendo-a fora da escola ou dentro de uma escola funcional à reprodução de mão-de-obra qualificada ou semiquificada, de acordo com os vários graus de desenvolvimento econômico (FERNANDES, 1995b, p. 195).

Em plena era de “aliança para o progresso”, sob a hegemonia da ideologia desenvolvimentista, a questão educacional continuava a ser tratada da mesma forma das eras colonial, imperial e da gênese republicana¹⁵¹.

Por aí se tem um horizonte cultural claramente delimitado, porque, afinal de contas, a cultura cívica era a cultura de uma sociedade de democracia restrita, inoperante, na relação da minoria poderosa e dominante com a massa da sociedade. Essa massa era a gentinha; e, para ser a gentinha, a educação seria uma pérola, que não deveria ser lançada aos porcos (ou então, seria uma espécie de *ersatz*, uma coisa elementar, rudimentar, que ajudaria a preparar máquinas humanas para o trabalho) (FERNANDES, 1989d, p. 162).

Daí a importância, segundo Florestan, ainda que ciente dos seus limites, de apoiar, naquele momento, as reformas baseadas numa “filosofia democrática da educação”, que visava “reeducar os homens” para transição a uma nova ordem social (FERNANDES, 1966, p. 129).

A sociedade pode funcionar como o cemitério das inteligências mais lúcidas e ousadas, pouco importando as categorias abstratas de reforma e revolução sociais. Neutralizar o reformista é tão conseqüente com a resistência à mudança quanto privar de espaço político os revolucionários. Em limites

¹⁵¹ Numa exposição feita na Câmara Municipal de São Paulo, em 26 de setembro de 1961, intitulada “A educação popular no Brasil” (publicada posteriormente na *Revista Brasiliense*, em fevereiro de 1962), Florestan faz os seguintes comentários: “Será inútil falar em fórmulas mágicas, como ‘desenvolvimento econômico’, ‘progresso social’ ou ‘democracia’, enquanto não se substituir o sistema educacional que possuímos, montado para elites, por um sistema educacional aberto a todos, capaz de preparar o homem para uma sociedade na qual o trabalho é uma fonte de dignificação da pessoa e todos aspiram à liberdade, à igualdade de oportunidades e à segurança social. [...] Os anseios de desenvolvimento econômico e de progresso social permanecem inócuos em relação à inversão de *capital social* [sem grifo no original] no campo da educação e, principalmente, à utilização consciente e organizada da instrução como fator de mudança social” (FERNANDES, 1966, p. 349; 352). Já na conferência “Obstáculos extra-econômicos à industrialização do Brasil”, realizada na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em 6 de agosto de 1959, alertava para o risco da “ideologia do progresso econômico”, compartilhada por inúmeros segmentos da população, estar restrita à simples mecanização, em detrimento da incompreensão da importância do ensino básico e científico para a preparação do *elemento humano qualificado*: “A introdução de máquinas, no país, é encarada com um fim em si mesmo; e incentivada não tanto como um meio para aumentar a riqueza ou a produção, mas como símbolo de progresso social. [...] Em lugar de uma política de desenvolvimento econômico, contamos com uma política de expansão de setores privilegiados da produção” (FERNANDES, 1979a, p. 84-85).

extremos, um pode ser tão perigoso quanto o outro, impondo-se mantê-los ao alcance de controles sociais estritos e rígidos (FERNANDES, 1995b, p. 181).

Especialmente sobre Anísio Teixeira, Florestan faz o seguinte comentário, ainda em meados da década de 50:

Um país como o Brasil precisa de intelectuais bastante íntegros para descerem à arena da luta efetiva pelo progresso da Nação. Semelhante atividade é, com frequência, árdua e espinhosa, porque acaba ofendendo direta ou indiretamente, interesses egoísticos e concepções tradicionais, que desfrutam de poder coativo. No setor da educação, em particular, muitas e poderosas são as forças que tentam silenciar as inteligências mais lúcidas, expondo-as à exprobação pública, deformando seus intuitos ou relegando-as ao ostracismo e à inação. Ao assumir uma posição de liderança no movimento dos educadores brasileiros pela “escola pública, universal e gratuita”, Anísio Teixeira expôs-se aos riscos mais severos, mas está contribuindo de forma excepcionalmente positiva para o progresso de padrões democráticos de concepção de ensino em nosso País¹⁵² (FERNANDES, 1966, p. 564).

Florestan, apesar do socialismo declarado, exalta o “radicalismo burguês”, cujos exemplos nos países autônomos demonstram a importância das reformas nas áreas de educação, urbanização, distribuição e forma de propriedade da terra, inclusive a igualdade formal de todos os cidadãos diante da lei, um rol de adaptações das superestruturas à infraestrutura do sistema econômico, político e cultural – “reformas sociais com implicações revolucionárias para a transformação da ordem estabelecida” (FERNANDES, 1995b, p. 177). Segundo o sociólogo, a importância dessas “revoluções dentro da ordem” pode ser medida pela dedicação dos países centrais em formar técnicos e especialistas em “reforma social”, profissionais que lidam setorialmente com a precipitação e a eficácia das técnicas e ideologias que alimentam o pensamento abstrato, mas o subvertendo para criar um substrato cultural das inovações mais urgentes e, assim, equilibrar e aperfeiçoar as instituições-chave da sociedade. O exemplo brasileiro mostra que também há investimentos desse tipo nas sociedades periféricas, mas no limite dos desejos impostos pelas elites dominantes, dispostas a frear qualquer instrumento de equalização social, inclusive a instrução pública.

O problema é que no “capitalismo selvagem”¹⁵³ essas reformas essenciais são bloqueadas pelas resistências internas e externas, fazendo com que suas realizações efetivas

¹⁵² “Anísio Teixeira e a democratização do ensino”. *O Estado de S. Paulo*, 13 jul. 1957.

¹⁵³ De acordo com Miriam Limoeiro Cardoso (2005, p. 21), a expressão “capitalismo selvagem”, usada por Florestan na década de 70, “causou grande impacto e tornou-se uma referência em certos círculos, durante algum tempo, mas não o suficiente para que o conteúdo do conceito florestaniano de capitalismo dependente fosse

dependam da conjugação com outras importantes batalhas: a descolonização, a revolução nacional e a universalização da cidadania. O “erro” dos radicais liberais foi justamente não perceber que para transformar as instituições é preciso alterar outras dimensões da sociedade. Baseados em experiências exógenas, sob pressupostos de um contexto histórico, cultural e institucional típico de uma nação capitalista avançada, colocavam suas radicalidades no limite da conservação da ordem, inspirados que estavam por concepções *liberais*¹⁵⁴ ou *pragmatistas*¹⁵⁵ que têm como fronteira a democracia liberal e a ilusão do progresso contínuo das transformações sociais. Ainda sim, afirma Florestan, não se pode negar o lado positivo dessas contribuições (a qualidade, consistência e exequibilidade nos alvos centrais de mudança institucional), cujas potencialidades podem ser medidas pela rapidez com que suas propostas de reforma foram solapadas.

Os donos do poder tolhem a irradiação dessas reformas típicas, engolfados em sua resistência tenaz a uma sociedade de classes aberta e democrática. O reformador, como o revolucionário, é definido de modo intolerante como se ele incitasse a “inquietação contra a ordem”, inimigo dissimulado de sua estabilidade social e política. Esse é o ingrediente compulsivo da revolução burguesa em sua manifestação segmentada, como uma revolução burguesa interrompida em todos os seus ritmos históricos, lentos ou relativamente acelerados, durante lapsos curtos ou longos de tempo. A tenacidade do reformador desse porte é fundamental à compreensão das inconsistências da mudança social e à necessidade de interromper reformas e revoluções capitalistas antes que elas cheguem a afetar os dinamismos de uma sociedade imantada em interesses, preconceitos e controles que resguardam o *status quo* de ondas reformistas ou revolucionárias “dentro da ordem”, que ameaçam direta e indiretamente os privilégios e as posições de dominação

efetivamente assimilado ou mesmo compreendido nos sentidos mais profundos que trazia, nem devidamente discutido na mudança de perspectivas analíticas que apresentava, considerando a agudeza da sua crítica e o alcance das suas conseqüências teóricas”. Sobre o tema, conferir o capítulo anterior.

¹⁵⁴ De acordo com Florestan, no artigo “Os educadores e as exigências educacionais do presente” (*O Estado de S. Paulo*, 14 fev., 07 mar. e 04 abr. 1959), “o arsenal de idéias utópicas dos filósofos da Ilustração teve, então, sua importância, por permitir que se acreditasse que a educação formal seria a chave da solução dos problemas econômicos e políticos do Brasil. [...] Todavia, é patente que convicções dessa ordem mantêm-nos aferrados a uma noção obsoleta de educação formal, entendida como panacéia social. Deu-se importância exclusiva a um dos lados do triângulo, como se o todo não existisse: a escola, encarada como meio para atingir certos fins, foi o único alvo visado pelas reflexões e pelas tentativas de reforma. Tomou-se por assentado que, constituídas as escolas, seus fins seriam fatalmente atingidos; e que a sociedade brasileira encontraria, assim, a senda que lhe abriria o caminho do progresso” (FERNANDES, 1966, p. 549).

¹⁵⁵ No mesmo artigo citado na nota anterior, Florestan reconhece o valor de Dewey, especialmente seu repúdio ao princípio da autoridade externa numa sociedade fundada no sufrágio popular. No entanto, ressalva que o pragmatismo não se atentou para “uma realidade chocante”: “O desenvolvimento da democracia foi condicionado e tolhido pelas possibilidades que a organização em classes sociais oferece à expansão e à integração de uma ordem social igualitária. Por isso, o que assistimos de fato, foi a formação de um sistema escolar que se funda, formalmente, em valores democráticos mas funciona, na prática, segundo interesses e acomodações variavelmente pré ou antidemocráticos. Idealmente, tal sistema escolar deveria garantir igualdade de oportunidades para todos os indivíduos em condição de receber determinado tipo de instrução. Na verdade, porém, ele atende, apenas, aos segmentos da população escolar que conseguem anular (ou não são afetados) pelas barreiras invisíveis à educação democrática” (FERNANDES, 1966, p. 541).

racial, econômica, social, política e ideológica das classes altas (FERNANDES, 1995b, p. 12).

A resistência à reforma educacional, portanto, é o emblema do atraso como técnica de dominação social e defesa cega da estabilidade política, que faz o Estado aceitar ser, passivamente, “o coveiro de suas próprias escolas” através do “assalto legalizado” dos recursos públicos que deveriam ser destinados a manutenção do ritmo de crescimento e de aperfeiçoamento do sistema nacional de ensino¹⁵⁶ (FERNANDES, 1966, p. 400-401). É dessa forma que Florestan justifica sua “adesão” ao movimento social em prol da universalização da escola pública, ainda que o mote principal fosse a esperança “durkheimiana” de “fazer as reformas educacionais para que não se faça a revolução nas ruas” (FERNANDES, 1995b, p. 181). Tal concepção, referendada por dois significados básicos e contraditórios da democracia moderna¹⁵⁷, tinha como ideal um sistema de ensino em que educação popular de massas e formação especializada apareciam como complementares, sendo, portanto, um mecanismo eficiente e não-autocrático de recrutamento dos mais capazes indivíduos de todas as camadas sociais. A perspectiva dos “pioneiros”, portanto, corrobora uma noção democrática de elite, baseada na educação¹⁵⁸.

À medida que a educação for estendendo a sua influência, despertadora de vocações, vai penetrando até as camadas mais obscuras, para aí, entre os próprios operários, descobrir “o grande homem, o cidadão útil”, que o Estado tem o dever de atrair submetendo a uma prova constante as idéias e os homens, para os elevar e selecionar, segundo o seu valor ou a sua incapacidade (AZEVEDO *apud* GARCIA, 2002, p. 52-53).

É evidente que Florestan preferia essa visão “ético-liberal”, nos moldes de John Stuart Mill, crente na possibilidade do contínuo aperfeiçoamento individual¹⁵⁹, à visão

¹⁵⁶ Trecho do relatório enviado, em 10 de fevereiro de 1960, pela Associação dos Antigos Alunos da FFCL da USP a João Goulart, então presidente do Senado – publicado como “A posição dos licenciados” (*O Estado de S. Paulo*, 11 fev. 1960).

¹⁵⁷ Em sentido descritivo (como forma de governo e modo de vida de uma sociedade de mercado e capitalista) ou normativo (como forma de governo e modo de vida de uma sociedade interessada em garantir a liberdade necessária à concretização das capacidades de todos os cidadãos) (GARCIA, 2002, p. 51).

¹⁵⁸ Xavier (1990) chega a sustentar que a derrota dos “pioneiros da educação nova” foi relativa. Se os princípios de “extensão” democrática não foram vitoriosos, a concepção elitista de democracia que representavam não deixou de estar presente nas premissas das políticas educacionais das décadas de 40, 50 e 60, ainda que em alguns casos como pura retórica.

¹⁵⁹ O pensamento de Mill repousa sobre uma concepção de liberdade-participação estendida de uma minoria ao conjunto do corpo social. Seu *liberalismo de transição* (de maior preocupação com a distribuição da riqueza) tem como característica a tentativa de ultrapassar a rígida oposição entre o indivíduo e o Estado, conciliando liberdade e progresso social, no qual se destaca a proposta de colocar a educação como “bem público” – ainda que resguardada do “despotismo” estatal. “Contra todo voluntarismo político que tenderia a pretender impor ao povo sua própria felicidade, o pensamento político de John Stuart Mill coloca à frente o exercício individual da

“benthaminiana” do indivíduo faminto pela maximização de seu próprio prazer¹⁶⁰. Mas deve-se reconhecer que o espírito *democrático* da primeira concepção limita-se à formação social da elite, não chegando ao funcionamento do sistema político, nem de suas potencialidades de desenvolvimento social. A essa visão de educação baseada na verificação *histórica* de que a preparação das elites é antecedente à instrução das massas, Florestan vai corroborar, desde daquela época, uma concepção mais igualitária¹⁶¹ que tem por base a esperança de que, feita a *revolução* nas escolas, esta contribua para que o povo faça uma outra nas ruas.

Na China, em Cuba, na Rússia, o povo fez a revolução nas ruas. Mas, em um país como o Brasil, é necessário criar um mínimo de espírito crítico generalizado, cidadania universal e desejo coletivo de mudança radical para se ter a utopia de construir uma sociedade nova que poderá terminar no socialismo reformista ou no socialismo revolucionário. Eu prefiro a última alternativa. Fernando de Azevedo optaria pela primeira. Ambas são alternativas que nos põem no fluxo da história, embora eu não tenha a mesma relação de vontade, de poder, que ele possuía: ser uma expressão histórica das forças intelectuais na sociedade brasileira (FERNANDES, 1995b, p. 200).

Florestan Fernandes, afirma Saviani (1996, p. 81) tinha consciência de que, apesar de “líder máximo da Campanha”, não detinha a hegemonia do respectivo movimento, que estaria nas mãos dos *liberais-idealistas*, capitaneados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Participam da Campanha de Defesa da Escola Pública pessoas de diferentes credos políticos. Pois bem, nenhum de nós deu precedência às suas convicções íntimas sobre o objetivo comum. Limitamo-nos a defender idéias e princípios que deixaram de ser matéria de discussão política nos países

própria autonomia e pela sociedade de seu governo. Nessa dupla condição, a felicidade ganha contra as crenças avança no mesmo passo que a liberdade, essa liberdade faz o homem sair da solidão de seus interesses privados para encontrar na sociedade os meios para dar sentido à sua vida” (BOURETZ, 1993, p. 826).

¹⁶⁰ Jeremy Bentham é um ícone do utilitarismo jurídico e político. Crítico feroz do princípio do “direito natural” e dos “direitos do homem”, seu pensamento visa prevenir a invasão das “leis positivas” sobre a liberdade individual. Para Bentham, o Estado deve se restringir à função judiciária e à garantia da segurança dos bens particulares, por julgar que o interesse privado “é a fonte mais eficaz de um crescimento da riqueza que beneficiará definitivamente o maior número de pessoas” (RENAUT, 1993, p. 119).

¹⁶¹ Essa concepção é essencialmente democrática, já que, desde então, não coloca em cheque a “qualidade do nosso homem”, independente da origem regional, étnica, classe, gênero, etc. O que importa é a qualidade das influências que devem ser mobilizadas, organizadas e aplicadas através das escolas. Daí, segundo Florestan, a relevância de não se reproduzir um modelo pedagógico anacrônico e a necessidade de instituir referências plurais que possuam o seguinte traço dinâmico fundamental: “o que se impõe fazer, antes de mais nada, é criar modelos de organização das escolas que permitam elevar de modo contínuo, rápido e crescente o rendimento das instituições escolares. Ou seja, escolas em condições de interagir com o meio social circundante, de ajudar o homem, em cada circunstância, a aspirar e obter a *maior soma de poder possível* [sem grifo no original] sobre as forças naturais, psico-sociais e sócio-culturais do ambiente, pelo menos daquelas que já podem ser submetidas a controle deliberado através das técnicas sociais integradas à civilização de que compartilhamos. Escolas assim organizadas estariam aptas para preencher várias funções sociais construtivas, quer na integração das instituições escolares à ordem social existente, quer como fatores de inovação psico-social e sócio-cultural” (FERNANDES, 1966, p. 89-90).

adiantados. Tudo se passa como se o Brasil retrocedesse quase dois séculos, em relação à história contemporânea daqueles países, e como se fôssemos forçados a defender, com unhas e dentes, os valores da Revolução Francesa! É uma situação que seria cômica, não fossem as conseqüências graves, que dela poderão advir. A nossa posição pessoal pesa-nos como incômoda. *Apesar de socialista* [sem grifo no original], somos forçados a fazer a apologia de medidas que nada têm a ver com o socialismo e que são, sob certos aspectos, retrógradas¹⁶² (FERNANDES, 1966, p. 427).

Em carta à Bárbara Freitag, no ano de 1971, fazendo considerações sobre o fato de ter recorrido à noção de “Estado-educador” em seus textos na Campanha, Florestan justifica da seguinte maneira sua adesão circunstancial às proposições liberais:

Se você me perdoa, você tomou a nuvem por Juno... De fato, o que você leu são trabalhos de polêmica e propaganda políticas. Eu estava engajado numa merda de uma política pequeno-burguesa, na qual os pressupostos do jogo político consistiam em nossa fraqueza. Um punhado de intelectuais, de estudantes, de líderes sindicais e políticos de esquerda, tentando enfrentar a avalanche da fome católica pelo controle das consciências e dos setores conservadores pela destruição da *escola pública independente*. Naquela situação, recorri a um equivalente da simulação: os pressupostos ideais do *Estado democrático*. Uma maneira de fazer a “crítica moral”, que desarma os inimigos e cria aliados, por ser irretorquível. Funda-se nos dados e nas exigências do “sistema”. Se ele existe, logo tem de manter-se e de aperfeiçoar-se. Nesse quadro, no qual imergia como uma *putaine respectuese* e com dor de cornos (tendo de falar ao público reiteradamente – o que às vezes não consta dos escritos – que aquilo não correspondia aos valores de minha posição pessoal, socialista), o argumento era por essência político e visava fazer aliados. O que consegui (e outros comigo). [...] Portanto, tenho direito de pedir uma moratória e uma nova leitura. Eu não criei a sociedade brasileira como ela é. Quem estava usando a idéia do Estado democrático educador não era o sociólogo, mas o ativista empenhado numa campanha, que usava a razão como podia e o ponto de vista sociológico como uma dimensão do pensamento crítico (FERNANDES apud FREITAG, 1996, p. 152).

Mas, longe de ter sido uma experiência frustrante, Florestan aproveitou as vantagens advindas de sua condição de *sociólogo militante* para (além de travar contatos com diversos setores da sociedade brasileira¹⁶³) observar, analisar e interpretar o tempo e espaço em que vivia para, com isso, descobrir os véus de um quadro sombrio e doloroso, expostos nas debilidades das correntes radical-democráticas, nas deficiências do movimento socialista, no

¹⁶² Trecho de “Análise crítica do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, texto publicado previamente em 1960, no livro *Diretrizes e Bases da Educação*, organizado por Roque Spencer Maciel de Barros, pela Livraria Pioneira.

¹⁶³ “Tive contatos intensos e profundos com os diferentes setores da sociedade brasileira, dos operários e estudantes às elites liberais e tradicionais, dos educadores, jornalistas e líderes sindicais aos maçons, espíritas, pastores protestantes e sacerdotes católicos” (FERNANDES, 1977, p. 200).

obscurantismo violento das forças conservadoras, na utilização do Legislativo e do Executivo pelos interesses particularistas das classes e setores sociais dominantes – aspectos sintomáticos da persistente “reação sociopática à mudança social”, através da qual submergem as inovações democráticas esboçadas pela sociedade brasileira. Tal quadro o conduz à seguinte conclusão:

Pela primeira vez em minha vida era provocado a definir a consciência burguesa em termos de uma equação concreta, que me ensinava que o controle burguês da sociedade civil estava bloqueando e continuaria a bloquear de modo crescente, no Brasil, a revolução nacional e a revolução democrática de recorte especificamente capitalista (FERNANDES, 1977, p. 200).

Para Saviani (1996, p. 84), a experiência prática na militância em defesa da escola pública foi decisiva no amadurecimento do cientista, inclusive para as suas prementes investigações sobre o capitalismo dependente e a revolução burguesa no Brasil. No entanto, Florestan nunca se curvou ao mito de que “todo o problema da época moderna é um problema educacional” (GARCIA, 2002, p. 43), muito menos concebeu a educação como “panacéia” – “Ninguém deve esperar que a solução dos problemas educacionais brasileiros pressuponha, por si mesma, a solução dos demais problemas que nos afligem” (FERNANDES, 1966, 352) –, ainda que considerasse a educação popular “a mola propulsora da evolução do mundo moderno”:

A inexistência da educação popular está na raiz dos males com que nos defrontamos e que nos revelamos impotentes para resolver. Sem perdermos de vista que a reconstrução educacional não é tudo e que ela jamais deve ser encarada como um fim em si mesma, temos de concentrar boa parcela de nossas energias na criação de um sistema de ensino capaz de responder positivamente aos requisitos materiais e morais da educação democrática (FERNANDES, 1966, p. 353).

Sob a concepção de que “a grandeza das nações repousa na grandeza de seus homens”, estava já assinalado que ao identificar na “pessoa humana” o “fator humano estratégico” de qualquer sociedade, especialmente nas “nações subdesenvolvidas”, jazia a percepção de que o fim de uma “reforma educacional” não é o indivíduo isolado, visto em si mesmo, mas o indivíduo considerado como parte de uma sociedade, levando-se em conta o “grau de adequação que deve existir entre o comportamento humano inteligente e as condições

vigentes de existência social”¹⁶⁴ (FERNANDES, 1966, p. 140). Ou seja, Florestan não desconhecia o fato de que a educação é sempre expressão de uma estrutura societária, no caso presente, de uma sociedade de classes que mina seus próprios ideais democráticos (FERNANDES, 1971b, p. 184). Assim, se a “reconstrução educacional” deve ser pensada sob o respectivo pano de fundo, o mesmo acontece em relação à questão da “democracia”, que também não era vista como “um fim em si mesma”, já que – como mostrava a tradição sociológica – ao longo da história de cada povo ela está sujeita a adaptar-se à maneira pela qual a respectiva sociedade concebe os direitos fundamentais da pessoa humana.

A educação serve à democracia na medida em que se decide usar as técnicas pedagógicas democraticamente, para amparar e expandir as convicções fundamentais da concepção democrática do mundo, formar personalidades democráticas e robustecer tendências do comportamento fundadas no estilo democrático de vida (FERNANDES, 1966, p. 534).

A questão, portanto, se a escola vem na retaguarda ou na vanguarda das mudanças não faz muito sentido para o sociólogo. O fato é que, dependendo da sociedade e da conjuntura histórica, a educação tende a desempenhar funções dinâmicas ou estáticas, sendo variavelmente (e à revelia dos desejos) um fator de conservantismo ou inovação.

Na realidade, esses dois tipos de função se interpenetram e se completam. Qualquer que seja o grau de estabilidade do sistema social, a educação escolarizada sempre desempenhará dentro dele algumas espécies de influência inovadora, correspondendo assim às transformações das situações de existência selecionadas positivamente pela organização da sociedade. Doutro lado, qualquer que seja o grau de instabilidade do sistema social, para haver continuidade das formas sociais de existência, as escolas terão de preencher regularmente um mínimo de funções sociais construtivas na perpetuação de extensas parcelas da herança social e desempenhar, por conseguinte, certas influências estáticas vitais (FERNANDES, 1966, p. 85).

As mudanças sociais no sistema educacional (seja para criar um mínimo de espírito crítico generalizado, o que podemos chamar de “conscientização”, ou para o seu bloqueio) precisam ser provocadas.

¹⁶⁴ Florestan segue, aqui, ainda que falando de “reforma educacional” nos marcos do capitalismo, a indicação do pedagogo ucraniano Anton Makarenko sobre o princípio básico de uma educação pós-revolucionária: “A pedagogia socialista deve centrar sua atenção na educação do coletivo e aí, sim, estará educando o novo caráter coletivista de cada criança em particular” (MAKARENKO apud LUEDEMANN, 2002, p. 3). Makarenko foi responsável pelas experiências educacionais autogestionárias desenvolvidas na Colônia Gorki e na Comuna Dzerjinski, nos anos 20 e 30, na Ucrânia – experiências essas que foram a antítese do “modelo da maquinaria escolar” instaurado no período stalinista, que se voltava estritamente para a formação de profissionais, atendendo a necessidade da divisão social do trabalho e do industrialismo, com base na educação individual e na manutenção das diferenças sociais marcadas pela oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual (LUEDEMANN, 2002, p. 30).

Embora se saiba que a mudança social não constitui uma função da consciência alcançada, intelectual ou socialmente, sobre os fatores, os efeitos e as possibilidades de controle dos problemas sociais, tal consciência representa o primeiro passo a ser dado na luta do homem pelo domínio de suas condições reais de existência (FERNANDES, 1971b, p. 208).

E essa “consciência”, afirma Florestan, “se adquire através da Educação” (FERNANDES, 1991b, p. 31). A questão, portanto, não é saber se a educação é fonte de conservantismo ou radicalismo, mas como ela se *torna* isto ou aquilo para atender às necessidades educacionais do ambiente.

Essa conclusão leva-nos, diretamente, ao que é fundamental. A educação escolarizada tanto pode ser compreendida como “produto” da mudança social, quanto como seu “requisito” e até como seu “fator específico”. O que significa que as relações de ambas, vistas sociologicamente, são reversíveis, e embora existam situações nas quais as escolas aparecem como foco de estabilidade social e de resistência à mudança, também existem situações nas quais sucede o contrário, cabendo às escolas preparar o caminho para a transformação de hábitos, comportamentos e ideais de vida (FERNANDES, 1966, p. 85).

Assim, reforça-se, a educação será sempre uma mudança social provocada inserida num processo social de mudança. No caso brasileiro, o “dilema” é que se o processo solicita inovações, o mesmo ambiente que demanda essas inovações não consegue mobilizar forças para implementá-las. Como já indicado, na visão que Florestan tem sobre o papel do ensino há uma interdependência estrutural e dinâmica entre o homem e a educação, na qual a primeira forma o segundo e o segundo, por sua vez, define o valor social da primeira, determinando a extensão de suas funções no meio social.

É preciso ter em mira esses dois pólos do problema; os estudiosos tendem a dar muita importância ao primeiro, negligenciando mais ou menos o segundo. No entanto, a importância da educação como técnica social e as funções que ela chega a desempenhar na formação da personalidade dependem estreitamente do modo pelo qual os homens entendem socialmente, por causa de suas concepções do mundo e das suas condições de existência, as relações que devem se estabelecer entre a educação e a vida humana (FERNANDES, 1966, p. 71).

Nessa perspectiva, concepções *céticas* ou *dogmáticas* sobre a função da escola nos processos de mudança social pouco ajudam. De um lado, os leigos e letrados das camadas sociais dominantes que revelam um pessimismo sobre a eficácia das nossas instituições e uma indiferença pelo funcionamento das escolas e pelo trabalho docente e discente, manifestando

– menos que um ceticismo a respeito da capacidade do “povo” em aproveitar os benefícios da educação escolar sistemática – um temor pelas consequências da democratização do ensino. De outro, o educador que tende a operar como agente de difusão cultural e não como intérprete realista das demandas da educação brasileira, o que faz com que as inovações defendidas resultem de confrontos que conduzem a superestimação das nossas potencialidades. Em confronto, elas acabam por sabotar as possibilidades de consenso sobre o significado das escolas e dos serviços educacionais como “valor social”.

Em conjunto, as duas tendências contribuem, de formas diferentes, para manter o rendimento das instituições escolares em níveis de subaproveitamento das oportunidades ou dos recursos educacionais do ambiente. Seus conflitos geram, além disso, o maior obstáculo à expansão e à diferenciação do sistema educacional brasileiro, que consiste na falta de diretrizes médias, universalmente aceitas, sobre a importância da educação sistemática para a formação moral do homem, para o equilíbrio social e, em particular, para o desenvolvimento da sociedade brasileira (FERNANDES, 1971b, p. 210).

A escola está no meio de um conflito, sendo ela uma importante arma, que, no entanto, por ser um artefato, não tem condições de determinar *a priori* qual é o seu alvo. A mudança social, em seus variados níveis, afirma Florestan, é sempre uma realidade política, que pode começar a partir da fome e da miséria, mesmo da riqueza e do desenvolvimento. “Mas o que alimenta a mudança e a resistência à mudança é sempre uma posição política nas relações de classe” (FERNANDES, 1991b, p. 33). No que diz respeito à educação escolarizada, portanto, deve-se evitar o perigo e inocuidade de se cair num raciocínio de tipo “mecanicista”:

Nenhuma fatalidade compele a educação a atuar, inexoravelmente, como uma força unilateral e cega, pelo menos dentro dos limites em que ela possa ser encarada através de reguladores psico-sociais ou sócio-culturais. Ela pode, em outras palavras, *formar o homem* de diferentes maneiras e é o próprio homem quem decide, através de comportamentos sociais inteligentes, as variações em questão (FERNANDES, 1966, p. 71).

Na década de 80, na proeminência de mais uma moda intelectual (quando da subsunção do estruturalismo pelo pós-modernismo), num debate sobre “a formação política e o trabalho do professor”, Florestan afirmará que também é preciso evitar inculcar nos educadores a perspectiva de “ódio às instituições”: “‘Vamos acabar com as escolas, elas são prisões. Todas as prisões precisam ser destruídas’. Não se trata disto. Instituições e valores são sempre redefinidos na marcha das civilizações. O homem nunca se livrou de certas instituições” (FERNANDES, 1989d, p. 173).

Um ponto fundamental para a *tomada de posição* do sistema educacional e seus agentes, para a efetiva adequação da escola às necessidades sociais de conservação ou transformação, está no papel desempenhado pelo professor como um agente promotor da mudança social. De acordo com Matui (2001, p. 89), na perspectiva florestaniana, “se o cidadão é o agente histórico preparado com técnicas democráticas de organização do poder para a transformação da sociedade, o professor é o agente de formação desse cidadão”. Logo, não que dependa *exclusivamente* do agente educador a resolução do dilema educacional brasileiro, mas passa por ele a possibilidade de se constituírem instituições de ensino que venham a satisfazer às necessidades escolares da nação, principalmente dos grupos *excluídos* do processo civilizatório.

Num pequeno retrospecto histórico, refletindo sobre as causas de uma suposta crise da democracia brasileira¹⁶⁵, Florestan afirma que a República, do ponto de vista pedagógico e cultural, com seus “ensaios de reforma de ensino”, foi uma revolução abortada pela pressão conjunta de condições estruturais desfavoráveis, somada à falta de coerência ideológica das nossas elites e à ausência de inspirações políticas revolucionárias em outros setores da sociedade. O sociólogo, já nessa época, afirma ter ciência que o Estado, em qualquer lugar, exprime “mais os interesses econômicos e os ideais políticos das classes dominantes que os do povo como um todo” (FERNANDES, 1979a, p. 104). Contudo, num raciocínio que lembra Tocqueville¹⁶⁶, realça que em países da Europa ocidental e nos Estados Unidos os interesses essenciais da coletividade alcançam maior expressão pela existência e densidade de uma comunidade política que conforma a organização do Estado sob um espírito mais democrático – o que não acontece em países como o Brasil, em que a maior parte da população se mantém afastada do exercício contínuo, exigente e motivado dos direitos civis.

Em casos como esse, em que a educação para a democracia começa nas práticas políticas, mas não se exaure nelas, a tarefa do educador passa a ser a preparação de *personalidades democráticas* para uma nova ordem social, com capacidade de atender a determinados fins práticos, tais como o desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e dos direitos e deveres do cidadão – o que pressupõe a capacidade de julgamento autônomo

¹⁶⁵ Refiro-me a conferência “Existe uma crise da democracia no Brasil?”, pronunciada no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política do Ministério da Educação, em 28 de junho de 1954, publicada inicialmente na revista *Anhembi* e reproduzida em Fernandes (1979a).

¹⁶⁶ Obviamente sem a ilusão do autor de *Da democracia na América* de que “a democracia é aí ao mesmo tempo todo-poderosa e está em toda parte, na medida em que a ação da sociedade sobre ela mesma figura aí como o essencial da vida política e, no entanto, moderada, se for verdade que a paixão igualitária é protegida aí contra seus próprios excessos” (FURET, 1993, p. 1235). Segundo Florestan, tal confronto analítico não pretende insinuar que, nas comunidades européias ou norte-americanas, “a civilização industrial tenha se desenvolvido de modo orgânico e perfeito” (FERNANDES, 1979a, p. 83).

de pessoas, valores e movimentos sociais (MATUI, 2001, p. 63). O educador não pode estar alheio a essa dimensão. E, o que é muito importante, se ele se colocar do lado da *mudança* – atento, porém, aos possíveis sentidos que ela pode ter¹⁶⁷ – terá que realizá-la em dois níveis: dentro e fora da escola.

Assim, é possível arrolar vários problemas e temas que mostram a necessidade de o professor, no seu cotidiano, ter uma consciência política aguda e aguçada, firme e exemplar. Não que ele deva se tornar um Quixote ou espadachim. Mas ele precisa ter instrumentos intelectuais para ser crítico diante dessa realidade e para, nessa realidade, desenvolver uma nova prática, que vá além da escola (FERNANDES, 1989d, p. 170).

A antiga e sempre premente questão colocada por Marx (da educação do educador¹⁶⁸) encontra aí uma nova formulação. O educador progressista precisa fundir dois papéis (o de professor e o de cidadão¹⁶⁹) para a construção de uma cultura cívica que atravesse a escola e permita a generalização de uma cultura crítica no meio social – só assim se protege de ser reduzido à condição de mero instrumento no entrechoque de interesses e conflitos sociais “que operam além e através das funções preenchidas pela educação sistemática na ordem social estabelecida”¹⁷⁰ (FERNANDES, 1966, p. 544-545).

Cabe ao professor reeducar-se a si próprio como condição para aperfeiçoar-se e pôr-se acima das contingências do meio. É tomando consciência da situação e das exigências todo especiais que ela impõe ao educador que os professores brasileiros poderão arcar com o extraordinário dever de advogado ex-officio dos interesses educacionais descurados da comunidade

¹⁶⁷ “A mudança, em qualquer sociedade, é um processo político. É fundamentalmente uma tentativa das classes dominantes de manterem a dominação, de as classes intermediárias se associarem em seu proveito à dominação ou alterarem o seu conteúdo e as suas formas. Em sentido inverso, é uma tentativa das classes subalternas no sentido de modificar ou destruir a dominação” (FERNANDES, 1989d, p. 166).

¹⁶⁸ “A doutrina materialista sobre a mudança das contingências e da educação se esquece que tais contingências são mudadas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Deve por isso separar a sociedade em duas partes – uma das quais colocada é colocada acima da outra. A coincidência da alteração das contingências com a atividade humana e a mudança de si próprio só pode ser captada e entendida racionalmente como *praxis revolucionária*” (MARX, 1974b).

¹⁶⁹ Nos anos 80, ocorreu no Brasil um intenso debate sobre o suposto conflito entre o compromisso político e a competência técnica na educação – polêmica que, segundo Saviani (apud NOSELLA, 2004, p. 11), tinha por base o equívoco da vinculação “entre neutralidade e objetividade”. Florestan, lembrando Weber, “tido como o maior paradigma do sociólogo liberal”, faz a seguinte distinção entre esses dois conceitos ao colocar em questão a suposta ética da “neutralidade” no campo científico: “Ele [Weber] dizia que não há campo para a neutralidade na ciência, porque isso seria irresponsável. O problema é de objetividade: o conhecimento precisa ser um conhecimento verificável, objetivo, que outros investigadores possam controlar. Neutralidade, no sentido de indiferença, do cada um que faça o que achar melhor, isso já seria admitir que o intelectual vai além do mandarim, livre para desfrutar todos os benefícios sem precisar dizer a sociedade a que ele vem. Em suma, ele teria o privilégio de fazer parte de um jogo cujas regras ele próprio determinaria e que o excluiria da comunhão com outros seres humanos responsáveis da mesma sociedade” (FERNANDES, 1989d, p. 196). Para uma releitura da polêmica no campo educacional, conferir o texto de Nosella (2004).

¹⁷⁰ “Os educadores e as exigências educacionais do presente”. *O Estado de S. Paulo*, 14 fev., 07 mar. e 04 abr. 1959.

brasileira. Contra tudo, contra todos e até contra motivos pessoais egoísticos precisa lutar o educador brasileiro para atender e pôr em prática uma filosofia educacional construtiva, capaz de mudar a mentalidade do homem através da educação das novas gerações e da reeducação das velhas¹⁷¹ (FERNANDES, 1966, p. 122).

No caso de Florestan, a fusão entre o educador e o cidadão teve início ainda nos tempos de professor de sociologia, quando conseguiu superar seu “comensalismo predatório” para compreender melhor sua função docente.

A fase inicial foi dura para mim e para os estudantes. Como todo professor jovem, eu não estava preparado para ensinar em cursos de graduação. Esses cursos, ao nível introdutório, requerem professores de longo tirocínio, maduros no trato com a matéria e com o ensino. Ora, eu estava também reaprendendo. Em consequência, excetuando-se um curso semestral de comentário crítico de *As regras do método sociológico*, que dei em 1945, professei cursos inevitavelmente indigestos, nos quais os “meus pontos de chegada” se convertiam nos “pontos de partida” dos estudantes. [...] Aos poucos, esse tipo de ensino conturbado e perturbador foi desaparecendo: ao digerir as minhas leituras e ao compreender melhor as minhas próprias funções docentes tornei-me um professor mais experiente e competente. Então, já podia encarar o estudante e o ensino de sociologia de outra maneira (FERNANDES, 1977, p. 176-177).

Ainda como assistente, Florestan desenvolveu, junto com Antonio Candido, um conjunto de transformações na cadeira de Sociologia II, na USP, simplificando programas, introduzindo novas matérias, orientando diretamente pequenos grupos de alunos e, na tentativa de adaptar o ensino da sociologia às condições brasileiras, reabilitou um instrumento execrado pelos professores franceses (os manuais), fazendo com que os cursos introdutórios se tornassem mais “formativos”. Isso não significava um rebaixamento das exigências de formação científica, mas um ponto de partida adequado para o domínio teórico do campo sociológico e para a manipulação precisa dos conceitos. “Os estudantes deixavam de ser minhas vítimas e o próprio ensino se transformava em um eixo de gravitação de minha capacidade de lidar com o pensamento sociológico” (FERNANDES, 1977, p. 178).

¹⁷¹ Como afirma Mandel (2001, p. 20), o educador marxista não se comporta como um “educador” unilateral, “nem em relação ao proletariado nem ao movimento histórico (às peripécias da luta de classes). Ele aprende constantemente com o real, que está em contínua transformação. Ele acredita que os educadores também têm necessidade de serem educados, que apenas a práxis revolucionária coletiva, enraizada na práxis científica por um lado, e na práxis real do proletariado por outro, permite essa auto-educação dos revolucionários e de toda a humanidade trabalhadora”. Vale destacar ainda a lembrança de Mészáros (2005, p. 74) de que “a ‘auto-educação de iguais’ e a ‘autogestão da ordem social reprodutiva’ não podem ser separadas uma da outra”, fator fundamental para se alcançar o objetivo de uma pedagogia socialista: “Educar é – citando Gramsci – colocar fim à separação entre *Homo faber* e *Homo sapiens*; é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias” (JINKINGS, 2005, p. 9).

Tal percurso continuou quando assumiu a cadeira de Sociologia I, fazendo com que alguém que não era um “especialista em educação”, se tornasse – contra a visão do próprio¹⁷² – um “verdadeiro educador”, no sentido apontado por Saviani (1996, p. 72) como “aquele que pratica a educação com a consciência clara de que a está praticando, o que o leva a formular conceitos de máxima significação para o conhecimento da essência própria dos fenômenos educativos”.

A radicalidade com que Florestan Fernandes assumiu a condição humana o levou a assumir também radicalmente as atividades em que se empenhou, aí incluída a ação docente. Nesse contexto, em lugar de se constituir simplesmente como professor – sem dúvida sério, consistente e responsável, ministrando um ensino de qualidade a sucessivas turmas de alunos conforme a expectativa social e institucional estabelecida – foi levado a converter a cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que ficou sob sua responsabilidade a partir de 1952-1953, num verdadeiro espaço educativo destinado a formar quadros de alto nível no campo das ciências sociais (SAVIANI, 1996, p. 72).

Ou seja, mesmo no auge de sua *militância científica*, Florestan revelava uma percepção clara sobre a diferença entre pesquisa (“fazer crescer o saber”) e ensino (“fazer crescer o aluno”), não desconsiderando a “natureza propriamente pedagógica dos processos de ensino-aprendizagem” – o que o faz alcançar, nas palavras de Saviani (1996, p. 73) o ponto culminante do processo educativo, “que se define pelo ‘ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”’.

Ao considerar que o ensino da sociologia e a pesquisa sociológica provocaram “o aparecimento de uma segunda natureza dentro de mim”, Florestan está apontando para a essência da educação, isto é, um processo que visa à transformação interna dos sujeitos pela incorporação de elementos que não são dados naturalmente e nem adquiridos espontaneamente mas que, uma vez incorporados pela mediação da ação educativa, passam a operar como se fossem naturais (SAVIANI, 1996, p. 73).

¹⁷² Florestan, à época da Campanha, afirmara que sua adesão foi circunstancial e acessória, já que não era um especialista na área: “Elas [as condições da Campanha] me ajudaram a compreender melhor aquele dever e me incentivavam a servi-lo de um modo que me seria inacessível de outra forma. Com as limitações de formulação intelectual de alguém que não era nem é especialista em assuntos educacionais, atirei-me a uma luta desigual, que mais me parecia uma cruzada, na qual nunca deixei de considerar-me como o representante fortuito dos interesses e valores educacionais das massas populares” (FERNANDES, 1966, p. XX). No início da década de 90, falando sobre sua contribuição ao desenvolvimento educacional brasileiro, continuou a questionar sua condição de “educador”: “Sou um professor, sou um sociólogo, sou um intelectual, mas acho que ainda seria preciso alguma coisa mais para eu me apresentar de público como educador. É a imaginação dos outros que me transforma em educador” (FERNANDES, 1991b, p. 44).

Ao fazer a equivalência entre a “sala de aula” e o “laboratório”, em termos de formação e amadurecimento intelectuais, Florestan demonstra sua preocupação com a forma de se comunicar com os alunos:

Como o pesquisador, o professor precisa reduzir o conhecimento acumulado previamente ao que é essencial e, mais que o pesquisador, deve defrontar-se com o dever de expor tal conhecimento de modo claro, conciso e elegante [...]. Ao atingir esse patamar, o ensino perdeu, para mim, o caráter de um “fardo” e a relação com os estudantes passou a ser altamente provocativa e estimulante para o meu progresso teórico como sociólogo (FERNANDES, 1977, p. 176).

Ao descobrir, portanto, que “o professor não passa, no fundo, de um aluno pelo avesso”¹⁷³, ainda que sob uma concepção muito própria, destacando que “o professor é prisioneiro do ensino quando ele não pode aproveitar a experiência (e principalmente a in experiência) do estudante” (FERNANDES, 1980d, p. 13), Florestan se aproxima da pedagogia transformadora de Paulo Freire (1996), que também nos ensina que, na sala de aula, o educador se educa na relação com o educando. Segundo o próprio Florestan, “eu tenho definido [o drama da educação] de uma forma parecida com a de Paulo Freire, só que numa direção mais radical. Ele fala de liberação dos oprimidos e eu falo na incorporação¹⁷⁴ dos excluídos” (FERNANDES, 1991b, p. 46).

E se a fusão educador/cidadão em Florestan vai se tornar “pública” com sua participação nos debates que antecedem à LDB de 1961, veremos, a seguir, que ela se mostrará madura quando, fora da escola, depois do sociólogo passar pelas agruras da cassação profissional¹⁷⁵, do exílio político e da difícil incorporação à academia no período “pós-anistia”, o ex-militante trotskista advoga para si a missão de elaborar uma pedagogia socialista capaz de colaborar para o aprofundamento do processo de redemocratização do país – processo que vai redundar em três caminhos: na filiação a um partido político, que representava uma novidade institucional por ser expressão direta do movimento trabalhista-sindical; no uso da tribuna parlamentar como canal de denúncia das mazelas sociais

¹⁷³ “Os alunos vão e vêm; a sua aprendizagem tem um ponto de partida e outro de chegada. Com o professor tudo é diferente. Permanecemos em aprendizagem contínua. O ‘ensino’ é, sob esse ângulo, uma dura forma de aprendizagem, pela qual entramos em confronto com a verdade na sala de aula [...]. O professor nunca acaba de aprender e quando pensa que já domina um assunto, descobre que deveria começar de novo” (FERNANDES, 1980d, p. 11).

¹⁷⁴ Fazendo jus à pedagogia freiriana, devemos ter em mente que o sentido de “liberação” contido em sua proposta pressupõe também a idéia de “incorporação”, uma incorporação autônoma fundamental para a constituição de uma solidariedade de “iguais” (FREIRE, 1996).

¹⁷⁵ Em 24 de abril de 1969, Florestan é afastado do cargo, sob aposentadoria compulsória e com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, por aplicação do Ato Institucional nº 5.

brasileiras; e, finalmente, na sua consolidação como um dos principais articulistas da imprensa nacional, quando o “professor” Florestan torna-se um reconhecido “publicista”, que tem como característica básica de seus textos a cuidadosa articulação entre política e ciência.

Além da produção de conhecimentos e de sua transmissão institucionalizada, Florestan, afirma Saviani (1996, p. 82), nunca descurou da sua difusão pública, o que se comprova pelo fato dele ter freqüentado assiduamente as páginas da imprensa durante toda a sua trajetória, “divulgando incansavelmente um saber crítico da sociedade encarado como instrumento para a necessária ação transformadora a ser protagonizada pelos de baixo”. Desta forma, ele acaba por cumprir magistralmente, “em sentido crítico e revolucionário”, as três grandes funções universitárias: a pesquisa, o ensino e a extensão¹⁷⁶. Ao praticar todas elas, buscando a integração numa ação pedagógica revolucionária, Florestan atingirá o núcleo constitutivo da natureza educacional, a qual Saviani (1996, p. 82) identifica com a concepção gramsciana de “catarse”, entendida “como a ‘assimilação superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens’”.

Sob o exposto, vale o adendo de que a visão que ficou na literatura sobre o suposto hermetismo da linguagem florestaniana não costuma levar em conta sua gradual transformação em intelectual público – consagrando as expectativas do ex-aluno do Curso Riachuelo –, com a sempre presente preocupação de adequar-se aos interlocutores conjunturais. Como afirma Fernando Henrique Cardoso (1987, p. 29), o hermetismo da linguagem florestaniana, num determinado momento, “não era afetação. Era busca do conceito. Era a tentativa para mostrar que se fazia na Sociologia algo muito importante e que a Sociologia era uma ciência. Não era uma linguagem simplesmente para diferenciar, para tornar mais difícil ao outro, mas para tornar rigoroso o pensamento”. Depois, segundo o ex-aluno, “ele mesmo poliu a linguagem e se liberou de seu peso”. Fundamental para isso foi o exercício em seus textos de “trincheira”, de caráter “para-sociológico”, nos quais o sociólogo teve a coragem de improvisar para “travar um diálogo dramático sobre as raízes econômicas,

¹⁷⁶ No início da década de 60, no artigo “A universidade e o desenvolvimento do Nordeste” (*O Estado de S. Paulo*, 5 fev. 1961), Florestan afirmava: “É indispensável que haja uma interação contínua e ativa entre os ‘acadêmicos’ e os ‘leigos’, para que as instituições universitárias não fiquem segregadas dos problemas materiais e humanos da sociedade. No entanto, mesmo em São Paulo, ainda não conseguimos forjar as bases dessa interação. De um lado, por causa da deformação dominante da mentalidade média dos universitários. Mesmo os melhores acabam prezando demais os critérios ‘fechados’ de seleção e de avaliação do seu labor intelectual. Distanciam-se, assim, do meio, de suas necessidades e dos seus valores, num *esplêndido isolamento* que aniquila a cultura e seu influxo criador sobre a vida prática e moral do homem. De outro, em virtude do nível intelectual médio muito baixo, imperante em todos os círculos sociais, inclusive nas chamadas elites dos homens de ação. Sem possuir elementos para julgar apropriadamente o rendimento do labor universitário, seus centros de interesse e seus produtos, os leigos ou se abstêm diante dos problemas universitários brasileiros ou tomam posição ruínosa, por excesso de oposição ou por excesso de entusiasmo” (FERNANDES, 1966, p. 289-290).

políticas e sócio-culturais dos graves dilemas educacionais que nos defrontamos” (FERNANDES, 1966, p. XV). Ao formular, em linguagem inteligível para os leigos, a natureza sociológica dos nossos problemas educacionais, Florestan reencontrava-se com suas origens¹⁷⁷ e, ao mesmo tempo, combatia o conformismo deliberado que vinha contaminando as ciências sociais, já naquela época:

Hoje [29 jan. 1971], aprende-se mais lendo um bom artigo de orientação crítica – quando os jornalistas fazem uma descrição “honestas” – ou um romance, do que se lendo obras de cientistas políticos, sociólogos, economistas de “alto nível”, os “modelos” sofisticados e o vazio total que eles envolvem; uma ciência útil para quem comanda burocraticamente e pode pagar um “preço funcional” pelas decisões impostas de cima para baixo (FERNANDES apud FREITAG, 1996, p. 151).

É um tipo de jornalismo (e de literatura, cinema, poesia, música, ensaio, etc.), “intérprete das demandas sociais”¹⁷⁸ (FERNANDES, 1971b, p. 182), potencialmente próximo de uma noção de “saber científico” capaz de assinalar “a maior revolução já ocorrida na história cultural do homem”, que utiliza seus argumentos e avaliações para se opor “a todas as formas possíveis de alienação de pessoas, de grupos ou de coletividades humanas”, desmascarando seus fundamentos antinaturais e supra-rationais – “nas relações dos homens com as mulheres, dos pais com os filhos, dos adultos com os jovens, dos civilizados com os

¹⁷⁷ “Tudo se passou como se me transformasse, de um momento para outro, em porta-voz das frustrações e da revolta dos meus antigos companheiros da infância e da juventude. O meu estado de espírito fez com que o professor universitário falasse em nome do filho da antiga criada e lavadeira portuguesa, o qual teve de ganhar a vida antes mesmo de completar sete anos, engraxando sapatos ou dedicando-se a outras ocupações igualmente degradadas, de maneira severa, naquela época” (FERNANDES, 1966, p. XIX).

¹⁷⁸ No campo da literatura, conferir o artigo “Memórias do cárcere” (*Folha de S. Paulo*, 20 ago. 1984), sobre o livro homônimo de Graciliano Ramos, no qual Florestan faz o seguinte comentário: “O vigor do livro, na minha memória, prende-se à revolta íntima, ao afã de denunciar e de desmascarar *além e acima* dos limites do inconformismo ideológico e político, de buscar uma objetividade tão intransigente e penetrante que nos lembra a *verdadeira ciência*, no sentido de Marx. Ao sobrepujar seu rancor e as humilhações sofridas, o intelectual descobre o significado da prisão e da violência que imperam em toda a sociedade brasileira, de modo a identificar o microcosmo dentro do qual fora lançado como limite mais brutalizado e esquecido do todo, mas, ao mesmo tempo, o mais expressivo e revelador. De um golpe, o Estado Novo e as várias franjas psicológicas, policiais, militares ou políticas da opressão mostravam-se *no que eram*, em sua realidade histórica específica e nas projeções que a soldavam ao passado escravista e colonial mais ou menos remoto e recente, ou seja, em sua realidade histórica ‘estrutural’” (FERNANDES, 1986a, p. 243-244). Sobre cinema, conferir o mesmo artigo citado na nota anterior, em que Florestan faz a seguinte menção sobre o filme “Memórias do Cárcere”: “Nelson Pereira dos Santos explora a técnica cinematográfica como Graciliano Ramos a técnica literária, como recurso de descoberta da verdade, arma de denúncia intelectual e instrumento de luta política” (FERNANDES, 1986a, p. 245). Já na poesia, conferir “Poesia e verdade” (*Folha de S. Paulo*, 12 ago. 1984), sobre “A implosão da mentira ou O episódio do Riocentro”, de Affonso Romano de Sant’Anna, artigo que contém a seguinte apreciação sobre a respectiva expressão artística: “Não existe verdadeira poesia que não seja *política*. Por apanhar a condição humana em sua maior complexidade e profundidade, cabe à poesia exprimir o histórico e o permanente, o específico e o geral na forma mais sintética e universal. A poesia sempre pode ir mais longe que outras criações simbólicas porque elabora todas as dores, vence o medo, sublima o desespero, recorta as esperanças e a negação utópica da realidade” (FERNANDES, 1986a, p. 247).

primitivos, dos poderosos com os desprotegidos, dos cultos com os incultos, etc.” (FERNANDES, 1971b, p. 175). A tarefa de preparar o homem para agir nos marcos de “semelhante moralidade racional”¹⁷⁹, no entanto, acredita Florestan, só será finalizada “quando a escola for capaz de despertar, *em todos os indivíduos* [sem grifo no original], os sentimentos de equidade, as atitudes de tolerância simpática e os ideais de autonomia na solidariedade requeridos pelo pensamento racional científico” (FERNANDES, 1971b, p. 176).

¹⁷⁹ Bem diferente, portanto, da presente organização do trabalho científico, estreitada que está pela “predominância dos interesses econômicos e comerciais sobre as conveniências científicas, as razões humanitárias e, mesmo, a segurança ou o bem-estar das nações” (FERNANDES, 1971b, p. 181).

Capítulo 5

A TAREFA: UMA PEDAGOGIA SOCIALISTA

O que é o político profissional brasileiro – “representante do Povo” ou doméstico de privilégios poderosos? A resposta que se pode dar a essa trágica interrogação é uma só. Cumpre educar o Povo para a democracia, se quisermos instaurá-la de fato e fortalecê-la incessantemente na sociedade brasileira. Enquanto o Povo não for o árbitro supremo e final das decisões políticas tomadas em seu nome, os seus “representantes” no Poder não terão forças, mesmo que o queiram, para agir com inteira liberdade e civismo no trato de questões que envolvam interesses substanciais. Porém, para que o Povo preencha essas funções, é imprescindível que ele seja preparado para tanto, que ele possa tomar consciência da natureza daqueles interesses e dispor de meios intelectuais para resguardá-los de qualquer perversão ou corrupção das instituições políticas. Aí está, sem rebuços, o dilema da situação política brasileira, que associa o destino da democracia entre nós ao que soubermos fazer em prol da modernização do ensino e da educação popular.

Florestan Fernandes (1966, p. 509)

Em sua resistência à ditadura que se instaura em 1964, Florestan Fernandes vive um momento de profunda transformação pessoal. Certo de que foi punido, cassado em 1969, não por ter sido um “subversivo clandestino”, mas pelos “dados no currículo” (a condição do negro, a função dos partidos, o papel do planejamento social, a luta pela democratização do ensino e a autonomia do campo científico), o sociólogo parte para o exílio questionando sua forte identificação com a academia – sua condição de *militante da ciência*. A perda do “chão institucional” e a solidão no exterior vão abalá-lo¹⁸⁰, mas não o suficiente para abandonar a

¹⁸⁰ “Exílio, êxodo, migração, errância; experiências de separação, de perda das raízes, da terra, do lugar, da casa. Atravessar cercas, muros, fronteiras. Ser invadido pelo medo, solidão, insegurança, tornar-se um estranho e um estrangeiro. Costurar o que foi rompido com os fios da saudade e da nostalgia. Saudades da querência, cultura da ausência. Florestan inicia essa dolorosa experiência *recorrente e secular* de milhões de camponeses brasileiros e latino-americanos” (FERNANDES, H., 2005). Segundo Florestan, em “Um amargo quarto de século” (*Jornal do Brasil*, 01 mai. 1989), “não podemos esquecer que a ditadura militar massacrrou pessoas, destruiu mentes e corações – os germes da vida construtiva – e reprimiu e oprimiu como se fosse um regime colonial [...]. O ‘perdão recíproco’ é uma balela. [...] Não há ódio em não esquecer e em não perdoar. Existem males que

luta – não pela “redemocratização” do Brasil, já que “isso de dizer ‘vamos voltar à democracia’, como muitos fazem, é uma balela”¹⁸¹ (FERNANDES, 1986a, p. 189) – por uma derradeira “revolução democrática”¹⁸² capaz de fazer com que as classes trabalhadoras completem “o circuito de seu desenvolvimento independente como classe social” e adquiram “pleno acesso a *todos* os direitos civis e políticos que lhes são tirados na prática”¹⁸³ (FERNANDES, 1986a, p. 147).

Ainda em 1964, alguns meses depois do golpe, Florestan foi detido por três dias, devido a um inquérito instaurado junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Mesmo constantemente vigiado¹⁸⁴, participa de inúmeras atividades de combate à repressão, as quais conjuga com viagens ao exterior, tal como a experiência, de meados de 1965 a janeiro de 1966, como *visiting-scholar* na Columbia University, nos Estados Unidos¹⁸⁵. A partir de 1968, Florestan torna-se mais duro e crítico em suas intervenções, tendo seu nome constantemente citado na imprensa. No dia 31 de março, por exemplo, o diário carioca *Correio da Manhã* traz uma entrevista sua sobre a morte do estudante Edson Luís, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, acontecimento que foi seguido por uma série de protestos estudantis. Florestan, além de definir a ação como uma “violência estúpida”, gerada pela “ingerência militar em assuntos que não afeitos às Forças Armadas”, apontava a única maneira de se enfrentar a situação:

Ela consiste em lutar contra o comportamento fascista do setor militar que empolgou o Governo. Acho que o povo brasileiro precisa levantar-se contra esse tipo de opressão, como já fez contra a ditadura do Estado-Novo. Se os militares não aceitarem a normalização democrática, nós teremos de impô-la mesmo que seja à força. Esse é o sentido da atual situação que exige de cada cidadão a coragem de opor-se à violência, se for preciso, apelando para a violência (FERNANDES apud SEREZA, 2005, p. 150).

precisam ser lembrados a cada minuto, para que não se repitam; o esquecimento, por sua vez, é uma manifestação de autodestruição e masoquismo” (FERNANDES, 1990, p. 197).

¹⁸¹ “O povo nas ruas”. *Folha de Londrina*, 17 abr. 1984.

¹⁸² Vale ressaltar que ao falar de “revolução democrática” Florestan advoga – numa conferência publicada em 1978, chamada “Revolução e contra-revolução” – a necessidade de uma “operação semântica” de essência puramente política: é preciso “tirar o conceito de democracia do limbo” em que ela foi colocada pelas forças contra-revolucionárias, o que para tal “é essencial liberar a mente dos entraves de um totalitarismo de classe que proíbe qualquer proposição igualitária do que deve ser a *revolução democrática*, quando não se luta pelo capitalismo mas contra ele, pelo imperialismo mas contra ele. É por aqui que se coloca a chamada *questão da democracia*” (FERNANDES, 1994, p. 118).

¹⁸³ “Os trabalhadores e a democracia”. *Folha de S. Paulo*, 31 out. 1984.

¹⁸⁴ De acordo com Sereza (2005, p. 141), o acompanhamento das atividades de Florestan pelo Departamento de Ordem Pública e Social (Deops) “remonta à década de 1940. Mas ele se intensifica na década de 1960”. O processo contra Florestan Fernandes durante o regime militar encontra-se em Lemos (2004).

¹⁸⁵ Essas viagens foram utilizadas pelo advogado Saulo Ramos para livrar seu cliente de um pedido de prisão preventiva, ainda de 1964, argumentando que se a “‘revolução’ de 1964 fosse comunista, Florestan seria acusado de manter vínculos com instituições de ensino de países imperialistas” (SEREZA, 2005, p. 149).

Inimigo declarado do regime ditatorial, o sociólogo não vai escapar dos efeitos diretos do Ato Institucional nº 5 (AI-5), editado em 13 de dezembro de 1968. Em 28 de abril de 1969, é publicado um decreto aposentando compulsoriamente 42 pessoas, entre elas alguns professores da USP, incluindo Florestan Fernandes. Tendo seus recursos financeiros diminuídos, já que a “aposentadoria” era proporcional ao tempo de serviço, sendo ainda – a partir do Ato Institucional nº 10 – impedido de exercer qualquer atividade de ensino ou pesquisa no Brasil, parte, no mesmo ano, para o Canadá, onde se torna professor de Sociologia, como *Latin American in Residence*, na Universidade de Toronto – na qual, em 1970, ganha o título de professor titular (CERQUEIRA, 2004a, p. 181).

Na condição de *outsider*, sofrendo com a distância da família, dos amigos e do “chão institucional” que ajudou a criar na cidade de São Paulo, Florestan “franqueia” à sua sempre declarada identidade socialista um novo projeto, que Netto (1987, p. 295) vai denominar de “pedagogia revolucionária”. A rigor, vendo-se como “fragmento radical” de uma “geração perdida”, Florestan assevera que depois de muita mistificação sobre a neutralidade científica “o sociólogo *redescobre* [sem grifo no original] que a explicação sociológica, ao nível macro-histórico, não pode ser dissociada do pensamento crítico e de uma posição militante sem se perverter. O que *volta a unir* [sem grifo no original] sociologia e socialismo” (FERNANDES, 1977, p. 125). Com essa *redescoberta* e essa *re-união*, evidenciando a validade da hipótese de Candido (2001) sobre o “rio subterrâneo” do marxismo na trajetória florestaniana, estavam dadas as condições subjetivas e objetivas para a reconfiguração dos contornos de sua “sociologia crítica e militante”. Assim, depois de uma produção, de meados de 1960 ao início da década de 70, que nunca foi posta como “contribuições de cunho marxista puro”¹⁸⁶ (FERNANDES, 1978a, p. 156), Florestan pôde ajustar, sem pudor, seu papel de “professor” ao de “intelectual marxista”.

Nem mesmo tentei simular, passando por “análise dialética”, o que eu sabia que não o era. Poderia fazer a ressalva, não obstante, de que mantive uma patente fidelidade para com os meus ideais socialistas e uma congruência que foi posta à prova muitas vezes. O que não me desobriga de reconhecer que, em nenhuma ocasião, tentei ou pude fazer um trabalho no qual eu surgisse como um marxista puro. A única vez em que, como professor, me ajustei ao papel intelectual de sociólogo marxista, de maneira bastante

¹⁸⁶ Florestan Fernandes se refere aos seguintes livros: *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), *A revolução burguesa no Brasil* (1975b) e *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1975c).

dogmática, foi durante o período em que estive em Toronto¹⁸⁷ (FERNANDES, 1978a, p. 156).

O questionamento de Florestan sobre o seu papel acadêmico não significava – como já defendido – uma cisão com a perspectiva de utilização da ciência como instrumento de racionalização social. Como afirma Coggiola, ele sempre teve clareza sobre a validade da conhecida definição de Anísio Teixeira (apud COGGIOLA, 1995, p. 15): “Em rigor, as ciências sociais são ciências políticas, só podendo ser aplicadas quando forem aceitas politicamente, ou seja, quando aceitas pela estrutura do poder”. Como indício, ainda no final da década de 50, Florestan já apontava que o uso das técnicas sociais, de forma isolada, não seria suficiente para a resolução dos problemas educacionais:

Como ocorre com outras formas de cooperação [entre educadores e cientistas sociais, para o tratamento do “dilema educacional brasileiro”], também aqui o resultado final deve ser visto como produto da conjugação de iniciativas e de realizações. Contudo, convém não exagerar os efeitos inovadores, socialmente construtivos, dessa colaboração. Ela é insuficiente, por si mesma, para libertar a educação sistemática das teias invisíveis, que restringem ou deterioram as funções das escolas brasileiras, como fatores de progresso social. Com isso, queremos dizer que impõe associar as reformas e os planos educacionais a outras modalidades de intervenção na realidade. A compartimentalização, imperante nos serviços públicos brasileiros, revela-se notoriamente no funcionamento das instituições educacionais e na mentalidade com que os educadores procuram enfrentar os problemas educacionais brasileiros. Ela precisa ser combatida, para ceder lugar a um estilo de ação que nos leve a considerar a solução dos problemas educacionais à luz dos vários fatores, que concorrem em sua produção e, por isso, precisam ser manipulados simultaneamente (FERNANDES, 1971b, p. 219).

Mais do que a busca de conjugação dos serviços públicos, Florestan alerta que a eficácia das medidas educacionais será sempre ilusória, “enquanto elas não encontrarem condições de vida social organizada suscetíveis de preservar ou de renovar a espécie de ‘melhoria’ que acarretarem” (FERNANDES, 1971b, p. 219).

Em certa ocasião¹⁸⁸, Florestan confessou que o apelo ao Estado educador¹⁸⁹ e o discurso reformista fora um artifício para confrontar o Estado burguês com

¹⁸⁷ Em comparação com sua atuação na USP, Florestan afirma que atuou, nesta última, “acima de tudo, como um professor eclético”, no sentido de dar em sala de aula igual importância às diferentes correntes da sociologia – estratégia que “simplificava o meu ajustamento intermediário e me dava certa força para ‘remar contra a corrente’” (FERNANDES, 1978a, p. 157).

¹⁸⁸ Conferir Freitag (1996, p. 152).

¹⁸⁹ O “Estado educador” seria um agente de mudanças estruturais e institucionais que asseguraria educação gratuita em todos os níveis de ensino, mais autonomia, liberdade e financiamento para a transformação das universidades em centros de cultura, inovação científica e modernização tecnológica (FREITAG, 1987).

suas próprias contradições, forçando-o a cumprir sua promessa de educação pública e gratuita para todos os brasileiros. Em outra ocasião, admitiu que numa conjuntura autoritária radical o apelo à ordem social competitiva podia significar um avanço e não um retrocesso, já que permitia a abertura de um espaço para iniciar a verdadeira luta democrática (FREITAG, 1987, p. 168).

Mesmo considerando, por exemplo, as “contradições” de suas posições sobre os objetivos da universidade, que, em parte, acabaram por ser incorporadas às reformas do ensino superior promovidas pelos militares nos anos que abrem a ditadura, o auto-exame que realiza sobre o episódio (numa nota explicativa que antecede o ensaio “A universidade em uma sociedade em desenvolvimento”, publicado originalmente no ano de 1966), mostra que Florestan tinha consciência de que poderia cometer equívocos; mas, ao mesmo tempo, condição para superá-los:

Sempre me coloquei à frente dos que acham que a função do intelectual consiste em negar a ordem, em nome do pensamento crítico e das forças de transformação revolucionária da sociedade de classes. Se esses temas não comparecem na presente discussão ou só aparecem em termos de certas conexões da mudança social com a seleção das funções sociais construtivas da universidade, isso se deve aos aspectos do assunto que me cabia abordar. Minha participação no movimento de reforma universitária iria intensificar-se e radicalizar-se somente em 1967 e 1968, alterando toda a minha perspectiva do assunto. O ensaio, como um todo, no entanto, não foge a tudo que tenho tentado fazer de minha vida, em constante confrontação com o pensamento conservador e o controle externo da universidade (FERNANDES, 1976b, p. 144).

Segundo Freitag (1987), ao defender com o mesmo ardor a necessária *democratização* do ensino e o aumento de sua qualidade, Florestan não parecia se dar conta de que esses objetivos poderiam ser conflitantes e que a concretização de apenas um deles poderia gerar efeitos desastrosos – o que acabou acontecendo. Ao fim, a ditadura militar promoveu a *democratização* através do apoio ao ensino privado, garantindo a qualidade necessária ao seu projeto de desenvolvimento investindo em núcleos de excelência fora e dentro da universidade pública. No entanto, a *democratização* da universidade (e mesmo da educação em geral, como visto no capítulo anterior) em Florestan nunca ficou restrita à questão do acesso *per se*. A concretização do *modelo democrático* não poderia, para o sociólogo, prescindir da qualidade necessária para o desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive com base na gratuidade e no acesso livre ao ensino superior como garantia de deselitização do saber. Lembrando novamente uma citação de Fernando Henrique Cardoso, a ira do sociólogo

“contra a injustiça” da privatização do ensino superior era antiga¹⁹⁰. No prefácio à segunda edição do livro que reúne os textos publicados sobre a respectiva reforma universitária, Florestan alerta que os ensaios reunidos buscavam ser apenas uma contribuição positiva para a passagem de uma escola superior tradicional (a “universidade conglomerada”) a uma universidade nova (a “universidade multifuncional e integrada”) (FERNANDES, 1979b, p. IX). Já no prefácio à primeira edição, afirma: “participo desse protesto pequeno-burguês e cheio de contradições e de ambigüidades, mas rico de perspectivas e que nos arranca da apatia em que se alicerça a continuidade do poder conservador” (FERNANDES, 1979b, p. XIX).

Para além de uma “ruptura” epistemológica, psíquica ou política, afortunada “pelos processos políticos que se radicalizavam no Brasil” (FREITAG, 1987, p. 168), percebemos que o cientista passava por uma fase de amadurecimento da percepção que, sob o capitalismo, a luta pela sobrevivência, de indivíduos e grupos, colocava a ciência sob os ditames de controles externos que reprimiam a imaginação criadora, criativa e transformadora. No modo como o capitalismo tardio apropria-se da racionalidade cognitiva, a produção científica passa a ser orientada segundo os fins específicos da reprodução da ordem e da dominação, atingindo de forma violenta “a força emancipatória potencial, historicamente constituída, do pensamento racional e da atividade intelectual profissionalizada nas universidades e institutos e laboratórios de pesquisa” (GARCIA, 2002, p. 164).

Com a boa receptividade de sua condição militante de *sociólogo-socialista* (e não mais de um *socialista* que é também *sociólogo*) pelos estudantes canadenses, especialmente os de “esquerda ou radicais”, Florestan acreditava que poderia ter ficado por lá. Mas o “desenraizamento”, as dificuldades cotidianas, os problemas de saúde¹⁹¹ e o desejo de travar uma luta direta contra a ditadura militar o faz retornar, em 1973, ao Brasil. Essa luta, mesmo sem “cátedra”, será travada através de uma pujante produção intelectual, que inclui atividades editoriais¹⁹², o relançamento de antigos livros e uma quantidade considerável de novas

¹⁹⁰ “Doía nele, como dói até hoje, a desigualdade; doía nele, como dói até hoje, a discriminação contra os negros; doía nele, como dói até hoje, a apropriação privada de bens coletivos, como, por exemplo, a educação” (CARDOSO, F., 1987, p. 25).

¹⁹¹ Hipertensão e complicações cardíacas, segundo Sereza (2005, p. 160).

¹⁹² Destaque para a revista *Debate e Crítica*, que na apresentação de seu primeiro número, traz a seguinte mensagem: “Numa época em que a **neutralidade ética** justifica todos os crimes contra o objeto e as funções das ciências sociais, nós nos insurgimos contra ela e defendemos uma posição explicitamente crítica e militante para o cientista social. Aos que confundem repressivamente ‘ciência social’ e ‘subversão’, nós opomos o zelo à verdade, a que nos obriga nossa formação intelectual e nossa responsabilidade social. Aos que confundem ‘ciência social’ com ‘apologia da ordem’ e com ‘propaganda’, nós respondemos com o dever que pesa sobre nós de não recuarmos diante de um conflito que não criamos e que, de fato, decidirá se produziremos ciências sociais ou um sucedâneo cômodo em seu lugar” (FERNANDES; PINSKY; MARTINS, 1973, p. 5-6). Além de “Revolução burguesa e capitalismo dependente”, de Florestan, constam dessa edição, entre outros: “Populismo e

publicações¹⁹³ – “reunindo e dando novos sentidos a artigos publicados ao longo da vida em revistas acadêmicas e mesmo na grande imprensa” (SEREZA, 2005, p. 161). Numa carta à amiga Bárbara Freitag, de 25 de agosto de 1978, Florestan faz o seguinte balanço:

Consegui abrir minha coleção sobre “Pensamento socialista” com *O que fazer?* de Lênin, para a qual fiz uma apresentação curta mas que está sendo muito apreciada. Além disso, saiu o meu livrinho sobre Lênin, pela Ática, e foi um estouro editorial. A edição já está se esgotando, em menos de dois meses! A Hucitec republicou a minha entrevista para *Trans/Form/Ação* como livro (com o título *A condição de sociólogo*, pois repeli o título original da revista, muito pretensioso: sobre o trabalho teórico...), e lançou uma reorganização de velhos ensaios com o título *O folclore em questão*. Fora isso, tive três reedições de *A integração* e de *Fundamentos* (aliás, esta obra teve várias reimpressões, que não contaram). Portanto, o ausente está presente, como sempre. Também dei algumas conferências, antes da doença e já nesta semana; e, no primeiro semestre, dei o curso sobre “A sociologia numa época de crise de civilização”, para alunos pós-graduandos da PUC (FERNANDES apud FREITAG, 1996, p. 165).

Com estes escritos, contrapondo e conjugando as perspectivas de *revolução dentro da ordem* e de *revolução contra a ordem*, Florestan participa dos debates sobre os rumos da democracia no país, dando contornos a um tipo de orientação socialista que tem como base a antiga esperança de racionalização da vida social. Depois de um esforço de auto-afirmação e de luta pela sobrevivência, que justificava a obsessão cientificista e metodológica, na qual a passagem pela universidade o fez ter uma atuação docente radical, constatava que teria encontrado naquelas condições históricas o *seu* limite de atuação no respectivo campo. Se houve, em algum momento, um *superdimensionamento* da universidade, a experiência acadêmica lhe permitiu um profundo aprendizado de liberação mental, política e ética:

classes subalternas”, de Octavio Ianni; “O ‘modelo brasileiro’ de desenvolvimento”, de Fernando Henrique Cardoso; e “Desenvolvimento e repartição de renda no Brasil”, de Paul Singer.

¹⁹³ Buscando compreender a proposta intelectual elaborada por Florestan Fernandes entre aos anos de 1969 e 1983, quando sua obra se localiza “entre a academia e o partido”, Rodrigues (2005, p. 21-25), num estudo ainda em gestação, faz a seguinte divisão das fontes: a) *artigos e livros*, nos quais constam os textos que constituem uma avaliação crítica, com teor predominantemente analítico, e através dos quais é possível observar “o esforço de inserir a produção científica e a condição intelectual no quadro global de compreensão acerca do desenvolvimento do capitalismo e dentro do esquema interpretativo da ‘revolução burguesa no Brasil’”; b) *artigos sobre outros intelectuais*, que trazem reflexões sobre a responsabilidade, a militância e a autonomia intelectual, e nos quais ganha centralidade, além da temática da “revolução”, o marxismo como “linhagem teórica que tem como um de seus fundamentos o esforço pela unidade entre teoria e práxis”; c) *prefácios, notas explicativas e introduções*, que além do valor pelas informações acerca dos textos que antecedem, tornam-se “um procedimento através do qual o autor se remete às suas idéias, passadas e presentes, e às polêmicas causadas por seus escritos, em evidente exercício de metalinguagem”; d) *entrevistas, depoimentos e compactos críticos*, “conjunto de textos cujo teor é dado pela narrativa da experiência em primeira pessoa”, no qual encontra-se “a construção de uma imagem de si, e de seu passado”, onde “a experiência subjetiva se amalgama com a vontade coletiva”; e) *correspondência com Bárbara Freitag*, em que o tema da “condição intelectual” é um dos mais constantes.

Não se trata de negar as distintas fases de sua trajetória, marcada, em especial, pela passagem teórico-prática do funcionalismo¹⁹⁴ ao marxismo e do *scholar* ao militante político, mas de considerar como a mudança se faz sem se configurar uma ruptura na perspectiva geral a partir da qual Florestan coloca-se diante dos problemas que enfrenta. O ponto em questão envolve a possibilidade de uma *coerência de base* [sem grifo no original] na conduta pessoal que aponta para o rigor do procedimento da conduta científica e pública, da direção sociológica e política, da obra e da vida. Trata-se, em suma, de reconhecer a importância fundante da dimensão ética na posição cientificista de Florestan (GARCIA, 2002, p. 171).

A tensão entre os ideais socialistas e a opção profissional, que está presente em toda a trajetória de Florestan, toma, nesse momento, uma direção política que revela uma dinâmica inédita no seu modo de pensar a realidade brasileira, o que não significa que “a inflexão operada no pensamento de Florestan, no confronto (teórico e prático) com a contra-revolução (burguesa)” se plasme num corte absoluto com o seu trabalho anterior efetivado nos marcos da sociologia (NETTO, 1987, p. 295). A observação de Mészáros, em *El concepto de la dialéctica en Lukács*, obra de 1973, sobre as principais linhas esquemáticas de uma idéia sintetizadora fundamental presentes na mente de um “filósofo”, ajuda-nos a entender a dinâmica de pensamento de Florestan. Segundo o pensador húngaro, as linhas esquemáticas têm de estar presentes

[...] na mente do filósofo quando este desenvolve, num texto determinado, algumas de suas implicações concretas em contextos particulares. É claro que uma tal idéia pode experimentar transformações importantes (...). [Mas] não se pode entender adequadamente o pensamento de um filósofo sem alcançar, através dos seus vários estratos, aquela síntese original que o estrutura dialeticamente, em todas as suas manifestações sucessivas (MÉSZÁROS apud NETTO, 1987, p. 296).

No caso em questão, “a idéia sintetizadora fundamental” que está na base do pensamento de Florestan é “a pesquisa da realidade brasileira”, idéia presente desde o início de sua profissionalização até a constituição de uma *pedagogia socialista* destinada ao fortalecimento da “consciência” social proletária, objetivo que tem por base uma concepção sociológica vinculada ao pressuposto *iluminista* da racionalidade humana como instrumento de racionalização da ordem social, do qual o marxismo é um crítico-tributário. A culminância dessa pedagogia socialista vai se dar na constituição de Florestan como um verdadeiro “tribuno do povo”, que, como na conceituação de Lênin, é capaz de reagir contra toda e

¹⁹⁴ A qual, como Peirano (1992), preferimos designar como sua “antropologia esquecida”. Conferir o capítulo 2 deste trabalho.

qualquer manifestação de arbitrariedade e opressão, aproveitando todo e qualquer espaço para a exposição das convicções socialistas e das reivindicações democráticas¹⁹⁵. O mesmo Lênin que Florestan Fernandes (1995a, p. 102) definiu como um “publicista de partido”, mas que, como ele, se opõe à “profissionalização” da atividade revolucionária – isto é, não deseja ser um simples “ventríloquo” do operariado –, sabendo que sua tarefa é irradiar, o máximo que puder, o marxismo como teoria e prática de transformação do mundo. Não é por acaso, segundo Silveira (1987), que a partir do trabalho mais profundo com a herança leninista, o pensador paulista passará a se referir como um publicista que “não se vê no mundo de Alice” (FERNANDES, 1986b, p. 62). Longe de “uma fantástica casa de espelhos”, ele se percebe dentro de “um universo histórico agreste, duro e cruel”, dedicando-se a publicações explicitamente vinculadas ao socialismo revolucionário¹⁹⁶ – ultrapassando, inclusive, as fronteiras do país.

Nos anos de 1970, Florestan [...] debateu, por intermédio de artigos em revistas, jornais, livros e palestras, a situação da América Latina, as lutas de libertação na África, a situação da União Soviética, Albânia, Polônia, a socialdemocracia na Europa, as ditaduras fascistas de Franco, na Espanha, e de Salazar, em Portugal, e muitos outros temas correlatos, sempre sob o crivo do marxismo. Assumiu o combate aos problemas do capitalismo com coragem e abnegação¹⁹⁷ (SEREZA, 2005, p. 115).

Esses, por sua vez, foram alguns dos temas das novas experiências docentes de Florestan Fernandes no seu retorno ao Brasil, na segunda metade dos anos 70, especialmente

¹⁹⁵ Especialmente no período que antecede a Revolução Russa, de 1917, Lênin se volta prioritariamente à imprensa, deixando em segundo plano outros tipos de atividades, tais como palestras e reuniões, chegando a declarar: “Agora a imprensa é o principal”, destacando sua importância como veículo de organização e propaganda. Segundo Žižek (2005, p. 11), o que chama atenção nesses textos é a sua legibilidade, a clareza quase clássica com que traça os contornos da luta da qual participava o seu autor. E a “grande lição” do publicista Lênin, para os dias de hoje, aproxima-se muito com o que o publicista Florestan apresentará em seus textos jornalísticos, nas décadas de 80 e 90: “Paradoxalmente, é só dessa maneira, problematizando a democracia – deixando claro que a democracia liberal *a priori*, em sua própria noção (como teria dito Hegel), não pode sobreviver sem a propriedade privada capitalista – que nos poderemos tornar verdadeiramente anticapitalista” (ŽIŽEK, 2005, p. 297).

¹⁹⁶ Florestan é responsável pela publicação, no final da década de 70, de *O Estado e a revolução* (LÊNIN, 1979a) e *Que Fazer?* (LÊNIN, 1979b), assim como pela organização de uma antologia dedicada a Lênin (FERNANDES, 1978b). No mesmo período, lança os seguintes livros: *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana* (1979c); *Brasil em compasso de espera* (1980a); *Movimento socialista e partidos políticos* (1980b); *Poder e contrapoder na América Latina* (1981); *A ditadura em questão* (1982); *O que é revolução* (1984b); e a antologia *Marx/Engels – História* (1989a), cuja primeira edição é de 1983.

¹⁹⁷ Os temas internacionais estarão presentes também na ação do publicista dos anos 80, como pode ser exemplificado pelos seguintes artigos, publicados em Fernandes (1994): “Cuba: poesia e revolução” (*Folha de S. Paulo*, 24 set. 1984); “Brasil e Estados Unidos: novas perspectivas” (*Folha de S. Paulo*, 01 dez. 1984); “Em defesa da Nicarágua” (*Folha de S. Paulo*, 09 abr. 1985); “Quem defende Pinochet?” (*Folha de S. Paulo*, 07 ago. 1986); “El Salvador: impasse na dualidade de poder” (*Folha de S. Paulo*, 26 fev. 1990). Sobre Cuba, ver ainda “A vitória da revolução cubana” (*Folha de S. Paulo*, 1º jan. 1984), publicado em Fernandes (1998).

os cursos realizados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)¹⁹⁸. Mas se os títulos e conteúdos de todos esses trabalhos falam por si, não será de menor importância a sua participação nos debates sobre os rumos da democracia brasileira, como se pode constatar pela leitura dos artigos publicados durante 1984 e 1986, que foram reunidos em *Que tipo de república?* (FERNANDES, 1986a), coletânea que, segundo Antonio Candido, é uma verdadeira “arma de luta”.

O autor escreve com tensão combativa, mas canalizada nos limites rigorosos da análise política e sociológica – combinação difícil que é todavia uma das marcas de Florestan Fernandes. A sua vida intelectual pode ser vista de vários ângulos. Inclusive como longa tentativa de usar o rigor do conhecimento para intervir lucidamente nos graves problemas do nosso tempo. Nele, o sociólogo, o antropólogo, o pensador construíram uma base científica sólida sobre a qual se ergueu a plataforma do revolucionário. Como poucos no Brasil, ele é capaz de fazer do escrito um ato de combate que se nutre corretamente da força conferida pelo saber rigoroso¹⁹⁹ (CANDIDO, 2001, p. 33).

Pensando em sua especialidade, o crítico literário afirma que seu interesse centra-se na formação da “prosa política” que Florestan alcança, com um teor altíssimo de expressividade comunicativa. Partindo da “escrita pesada” na mocidade, “cheia de matéria e sem complacência com o leitor, como ocorre freqüentemente nos que se orientam pela busca da verdade acima de tudo” (CANDIDO, 2001, p. 33-34), progressivamente o sociólogo foi

¹⁹⁸ Florestan foi professor do curso de extensão cultural no Instituto Sedes Sapientiae, entre 1976 e 1977. É contratado pela PUC-SP no último trimestre de 1977. A partir de 1978, torna-se professor titular desta instituição (CERQUEIRA, 2004a, p. 181). Com a anistia, há um movimento de retorno dos professores cassados às universidades. Mas, no caso da USP, que exigia dos professores cassados e aposentados compulsoriamente um pedido de reintegração, houve muitas resistência, como foi o caso de Florestan – para quem o convite deveria partir da universidade. Por outro lado, como afirma Sereza (2005, p. 162), “os cargos e as posições na universidade haviam sido ocupados, a própria estrutura hierárquica dos departamentos fora modificada, e a volta de Florestan e de Ianni, entre outros, se não indesejada, certamente desequilibraria as novas relações de poder”. Com isso, Florestan retorna à instituição apenas para participar de eventos específicos, tal como a palestra comemorativa dos cinquenta anos da universidade paulista, em 1984, palestra essa registrada em *A questão da USP* (FERNANDES, 1984a). Nessa obra, Florestan reconstrói a história da universidade, destacando os conflitos políticos, culturais, pedagógicos e institucionais que a constituíram, assim como a sua participação, sua luta “para afastar os obstáculos que se impunham ao desenvolvimento das pesquisas sociais no Brasil e pelo fim dos privilégios presentes na hierarquia universitária que dificultava o exercício da democracia” (MAZZA, 2002, p. 377).

¹⁹⁹ A mesma constatação feita por Lincoln Secco ao analisar a contribuição de Florestan Fernandes para a Revolução dos Cravos, em Portugal, quando, através de múltiplas atividades – tais como palestras, artigos e entrevistas, com destaque para a sua participação no jornal *Portugal Democrático* – o intelectual brasileiro ajudou a animar a resistência de muitos ativistas por aqui: “O que impressiona nas avaliações políticas de Florestan é a simbiose entre o publicista engajado, político e homem de ação, preocupado com a persuasão e o convencimento de seus leitores e ouvintes, e o sociólogo, o cientista, comprometido com o conhecimento objetivo da realidade. Simbiose difícil, sempre perigosa e incompleta, mas que em Florestan Fernandes era, para todos aqueles que o conheceram de perto na militância política e como sociólogo engajado, quase um traço de sua personalidade” (SECCO, 1998, p. 77). Conferir: “A natureza do Caetanismo” (*Portugal Democrático*, nov. 1972), “A era da esperança” (*Portugal Democrático*, mai. 1974) e “Entrevista com Florestan Fernandes” (*Portugal Democrático*, dez. 1974), todos reproduzidos em Fernandes (1994).

construindo uma forma mais flexível, para a qual foi fundamental a combinação crescente entre os intuítos políticos com os intelectuais, a junção entre “paixão” e “convicção”. Ao final, traçou um estilo refinado e ao mesmo tempo comunicativo, sem perder a precisão, a solidez da informação e o rigor do argumento – uma síntese rara de ciência e prática, com densidade intelectual e clareza de entendimento, que acabou se transformando num “grande trabalho pedagógico/político através da publicação periódica de seus textos em grandes jornais” (CARDOSO, M., 1995, p. 30).

Cabe-me apenas dizer que como deputado socialista Florestan Fernandes efetuou um movimento culminante na sua luta, inclusive porque se tornou simultaneamente um dos jornalistas políticos mais eficientes e penetrantes que temos tido, forjando um instrumento ajustado ao combate pela imprensa e se tornando, junto a públicos vastos, intérprete do que se poderia chamar de pensamento socialista cotidiano. Da sala de aula ao grande público, ele modulou em escala cada vez mais ampla a sua atuação de analista da sociedade e de combatente do socialismo (CANDIDO, 2001, p. 40).

No caso específico do livro em questão, que analisaremos com mais acuidade no tópico a seguir, com textos escritos majoritariamente para a *Folha de S. Paulo*, jornal que se destacava no processo de abertura política, Candido enfatiza a função cumprida pelos artigos de Florestan, que buscava mostrar à militância política de esquerda a necessidade de mobilização popular para a efetiva transformação e superação do regime ditatorial.

Este é um dos motivos condutores do seu pensamento nesse livro, que procura entre outras coisas mostrar como a autêntica luta política tem de vir “dos de baixo”, “*los de abajo*”, que Mariano Azuela descreveu há tanto tempo no esforço revolucionário do México. Daí a dureza com que desmascara os mecanismos de conluio, pseudo-reforma, cortina de fumaça, acomodação, personalismo que estão na base do comportamento político das classes possuidoras através dos seus representantes (CANDIDO, 2001, p. 34).

5.1 – O publicista-guerrilheiro e a “Nova República”

Nos artigos publicados na seção “Tendências/Debates”, que ao abrir espaço para representantes de várias correntes ideológicas²⁰⁰ ajudou a *Folha de S. Paulo* a consolidar sua imagem de jornal “progressista” – visão que, segundo Mario Souza (2002, p. 111), lhe deu

²⁰⁰ Na nota explicativa de *Que Tipo de República?*, Florestan, por exemplo, agradece a Otávio Frias Filho, então diretor da *Folha de S. Paulo*, pela sua “paciência de esperar que eu vencesse o sectarismo do ‘guerrilheiro político’ isolado” (FERNANDES, 1986a, p. 13).

“uma áurea de credibilidade e respeito nos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira”²⁰¹ – Florestan aborda com severidade as transações políticas que configuraram o que se convencionou chamar de “Nova República”, vendo-a como uma falsa promessa de transformação, um mecanismo para despistar os móveis de continuidade da “autocracia burguesa”, que sob nova forma, tornava-se mais sofisticada e imperiosa. Seu alvo não era a “ditadura militar” em si, mas as forças sociais que a sustentavam, visando levar à discussão e à análise dos problemas políticos brasileiros para o maior número possível de pessoas, especialmente os “inconformistas” e “dissidentes”.

No fundo, cada artigo surgia como se eu estivesse escrevendo cartas aos leitores, largando a pele do sociólogo em troca do papel de publicista, agarrando com tenacidade às causas das classes oprimidas, à ótica socialista da luta de classes e à difusão da desobediência civil como o patamar inicial de uma revolução democrática de cunho proletário e popular. Solitário e impotente para ir mais longe, dediquei-me a uma espécie de *jornalismo político* [sem grifo no original] que partia da conjuntura para os movimentos mais fundos de transformação da sociedade, combinando o saber sociológico acumulado ao longo dos anos à necessidade de servir à imensa maioria dos espoliados e àqueles que, como eu, estão dispostos a tudo para que o Brasil supere para sempre uma degradante tradição de embrutecimento e de exclusão dos oprimidos (FERNANDES, 1986a, p. 11).

Para Florestan, o fato desses “escritos de combate” terem “duas faces”, uma negativa e outra positiva, com a evidente contradição entre a realidade descrita e o futuro previsto, não pode ser entendido sob a simples oposição entre “pessimismo” e “otimismo”²⁰². Ao se opor frontalmente aos desígnios do que sobrou do “golpe de 1964”, a tentativa de implantação de uma “república institucional” encabeçada pelos e para os opressores nacionais e estrangeiros

²⁰¹ A *Folha de S. Paulo* surgiu na década de 60 com a fusão da *Folha da Noite* (1921), da *Folha da Manhã* (1925) e da *Folha da Tarde* (1949). Na década de 80, através do que se denominou “Projeto Editorial da *Folha de S. Paulo*”, assumiu a posição de maior jornal do país, ultrapassando os seus três concorrentes diretos (*O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Estado de S. Paulo*), que se destacavam pela influência entre as elites culturais, políticas e econômicas, entre os formadores de opinião de outras mídias (tais como televisão, rádio e revistas) e ainda sobre os jornais de outras capitais e cidades do interior do Brasil (SOUZA, M. 2002). O “Projeto Folha”, como ficou conhecido, vislumbrava a possibilidade do jornal “dar um salto na história e tornar-se o veículo impresso mais influente do Brasil. As bases para essa mudança estavam asseguradas graças ao sucesso da ousada estratégia de se aliar ao *Movimento das Diretas Já* num momento em que toda a imprensa brasileira se mostrava cética quanto aos seus resultados” (NOVELLI, 2002, p. 191). Ainda sobre o “Projeto Folha”, conferir Abramo (1991), que faz uma reflexão sobre a preocupação com a imagem pública do jornal e sobre as ações de marketing, reforma editorial e produção de notícias implementadas pelo respectivo veículo na década de 80.

²⁰² A não ser que consideremos, com Przeworski (1989, p. 279), que o “pessimismo não passa de um otimismo bem-informado; assim sendo, nem sequer julgo serem pessimistas meus pontos de vista; considero-os simplesmente bem-informados”. O que nos leva a uma outra questão: o otimismo seria então um pessimismo mal informado? Certamente, nem sempre, ainda que se deva reconhecer que, nos “textos de combate”, o viés militante, pelo voluntarismo própria dessa condição, possa ofuscar questões fundamentais – o que não invalida os insumos que os mesmos podem proporcionar para o entendimento de uma determinada realidade sócio-histórica.

do grande capital, e ao expor as condições e os meios que pudessem ajudar para o surgimento de uma substantiva “democracia da maioria” – não a “maioria eleitoral”, mas a maioria dos destituídos, oprimidos e excluídos, com “peso e voz” na sociedade civil –, o publicista vislumbrava combater o “impacto da cultura industrial de comunicação de massa e da falsa ‘desideologização’ da hegemonia de classe da burguesia” para acirrar a resistência dos oprimidos, “que carregam a história em outra direção e são portadores de uma mensagem inversa, que traz consigo a civilização sem barbárie” (FERNANDES, 1986a, p.12).

Aí está, em sua essência, o significado do movimento proletário e das revoluções proletárias e dos seus vínculos inexoráveis com o anarquismo, o socialismo e o comunismo. A História não está morta! Palpita no coração dos homens e ilumina sua imaginação, bem como suas esperanças e exigências. Não fosse isso, a alternativa para a periferia e para as “Nações pobres” seria o suicídio coletivo, algo semelhante com o que Rivers já interpretou como o fator psicológico do despovoamento da Melanésia. Ora a resposta é outra: construir uma nova civilização que o capitalismo, com todo o seu poderio e grandeza, se revelou incapaz de atingir. O que quer dizer História viva, História em processo, produzida pelos homens, eternos portadores de história (FERNANDES, 1986a, p. 12-13).

E, naquele momento, uma das manifestações dessa “história” era o movimento das “Diretas já”, cujo significado – como todo processo de importância coletiva existente numa sociedade de classes – vai ter as mais variadas dimensões. Com a ditadura “em seu leito de morte”, era preciso estar atento tanto para a “descoberta tardia de um ardor democrático epidérmico” das elites, que indicava uma articulação burguesa para “novas oportunidades de assalto ao poder do Estado e ao comando da Nação”²⁰³ (FERNANDES, 1986a, p. 201), quanto para as potencialidades da mobilização operária, camponesa e dos destituídos, que junto com o grito de “fim da ditadura”, poderiam alcançar um novo ponto de partida para a conquista de condições mínimas de organização, com um conjunto de forças sociais mais ativas e influentes. No meio dessa polarização, encontravam-se os estratos da classe média e da pequena burguesia, que sob uma impulsão política democrática densa e dinâmica, tinham suas demandas expressas pelos “ideólogos da revolução dentro da ordem, da democracia como um valor absoluto”, agitadores tenazes com a pretensão de transformar a inquietação social em reforma política.

Florestan, no entanto, não considerava que a aprovação, em si, das eleições diretas para a presidência da República fosse a questão de fundo. Dever-se-ia levar em consideração

²⁰³ “Significado político das eleições diretas”. *Folha de S. Paulo*, 21 mar. 1984.

que o que acontecia no Congresso Nacional não passava de uma “batalha parlamentar”²⁰⁴ (FERNANDES, 1986a, 192), que expressava, de forma clara, o fato de não termos partidos políticos no Brasil – os que existiam foram criados, condicionados e enquadrados pela ditadura, os chamados “partidos” de oposição e situação (todos “da ordem”), representando alternativa alguma ao regime vigente. O fundamental era a existência de uma pressão popular que ultrapassava a via institucional, a expressão de uma “Nação” que buscava organizar a si para a “criação de uma ordem legalmente republicana e politicamente democrática”²⁰⁵ (FERNANDES, 1986a, p. 187). Refletindo sobre a derrota das “Diretas já”, o publicista faz a seguinte constatação:

Os resultados da discussão e votação da emenda Dante de Oliveira colocam um desafio à imaginação política: *o Povo foi derrotado?* Ocorreu uma imensa mobilização política, os estratos mais firmes e decididos das massas populares saíram às ruas e tomaram conta da praça pública, um frêmito de esperança percorreu todo o Brasil, *para nada?* Ora, é preciso que se convenha, em troca de uma “derrota parlamentar” ganhamos um exército pronto para o combate político e, pela primeira vez em vinte anos, a ditadura não só foi virada pelo avesso, posta no pelourinho e desafiada por milhões de cidadãos conscientes e dispostos a tudo – *foi batida dentro do campo da ordem ilegal que ela forjou*²⁰⁶ (FERNANDES, 1986a, p. 179).

Para Florestan, era uma ingenuidade acreditar que bastaria “uma emenda” para derrubar a ditadura, que resistiu por vinte anos com o apoio de incontáveis cúmplices. A validade da movimentação na sociedade civil estimulada pelo deputado Dante de Oliveira foi ter forçado os partidos então existentes a saírem do imobilismo e procurar diálogo com suas bases sociais, colocando a nu suas raízes e suas funções. Além disso, ao mobilizar as massas, permitiu que elas tornassem expressas seus desejos por meios de auto-afirmação e pela conquista de posições permanentes e dinâmicas na sociedade civil e na sociedade política. Se o movimento popular, “multiclassista” e “contraditório”, não obteve sucesso na aprovação da emenda, conseguiu, ao menos, fazer com que o Parlamento fosse “bafejado pelo sol da vida que é o calor humano das massas mais ou menos ativas do Povo. É tarde demais para retrocessos e transações engenhosas. *A luta continua*, mas como luta popular pela revolução democrática”²⁰⁷ (FERNANDES, 1986a, p. 182). Para Florestan, a sociedade brasileira estava “grávida de revolução social”, contrariando a tradicional visão sobre a *apatia* das massas, na qual “a exclusão foi é a representada como um ato de omissão da vontade coletiva das vítimas

²⁰⁴ “O povo nas ruas”. *Folha de Londrina*, 17 abr. 1984.

²⁰⁵ “O significado de 16 de abril”. *Folha de S. Paulo*, 24 abr. 1984.

²⁰⁶ “Diretas-já: uma derrota?”. *Folha de S. Paulo*, 03 mai. 1984.

²⁰⁷ “Diretas-já: uma derrota?”. *Folha de S. Paulo*, 03 mai. 1984.

de uma dominação econômica, cultural e política tão cruel e perversa, quão infernal”²⁰⁸ (FERNANDES, 1986a, p.172).

A dissociação e a contradição chegam a um extremo tão chocante que as classes possuidoras precisam restringir o *mundo dos homens* – as fronteiras da Humanidade – ao seu pequeno universo social e usar os demais, a massa da população (especialmente o seu setor majoritário miserável e mais oprimido), como *bode expiatório*. Eles são a fonte e a razão de ser de todos os males: da seca do nordeste; do atraso econômico; do obscurantismo cultural; da impraticabilidade de um regime democrático, etc.²⁰⁹ (FERNANDES, 1986b, p.17).

As massas, longe de serem uma “maioria silenciosa”, dentro de suas possibilidades, sempre estiveram presentes nos processos de mudança, mesmo os que ficaram – como corrente na tradição política latino-americana e brasileira – num “democratismo de superfície”, batizados de “populismo”. Naquele momento, cabia às forças de esquerda abandonar às “ilusões institucionais” e, nadando “contra a corrente”, com base na vontade coletiva inexorável dos cidadãos mais conscientes, lutar por uma política sem meio-termo, de forte rejeição a qualquer “compromisso” entre ditadura e democracia: “A Nação quer *democracia já*, se possível pelo processo incruento, civilizado e pacífico do sufrágio universal”²¹⁰ (FERNANDES, 1986a, p. 170). As classes trabalhadoras precisavam da democracia para completar o seu desenvolvimento independente como classe social e para adquirir pleno acesso aos direitos civis e políticos que tinham sido lhe surrupiados:

A parte mais decidida da massa popular [...] foi além da contestação dirigida e contida, ultrapassando o limiar da desobediência civil: *varrer o que aí está*, não para uma “troca nos poleiros”, mas como premissa e ponto de partida de uma verdadeira revolução democrática. As “classes subalternas” querem conquistar peso e voz na sociedade civil; querem instaurar um Estado democrático no qual possam dispor de influência real e sobre o qual possam exercer controles políticos efetivos²¹¹ (FERNANDES, 1986a, p. 148).

A luta por uma “democracia participativa”, para Florestan, entendida como “movimento social”, constituía-se como uma alternativa à “democracia pluralista” vigente nas sociedades ocidentais capitalistas, dependentes ou não, por se insurgir contra a manipulação de pessoas, interesses econômicos e valores políticos por uma parte das elites, respaldadas por

²⁰⁸ “Os de baixo”. *Folha de S. Paulo*, 20 jun. 1984.

²⁰⁹ “A esquerda e a Constituição”. *Folha de S. Paulo*, 11 jun. 1986.

²¹⁰ “A ditadura sem máscara”. *Folha de S. Paulo*, 06 jul. 1984.

²¹¹ “Ainda as diretas”. *Folha de S. Paulo*, 16 out. 1984.

“eficientes” partidos em confronto nos sistemas representativos abertos²¹². Segundo o publicista, a relação histórica das classes trabalhadoras “com a democracia permite situá-las como *classes revolucionárias*, pois a sua necessidade política de democracia não se esgota com a revolução dentro da ordem, apenas se inicia com ela”²¹³ (FERNANDES, 1986a, p. 147). Mas, enquanto os trabalhadores lutam por uma “democracia de conteúdo social”, os conservadores, os liberais e os radical-democratas se preocupam apenas em “restaurar [ou resguardar] a democracia”. Nos Estados Unidos, por exemplo, o “modelo” liberal por excelência, os limites desse tipo de democracia são patentes:

Passadas as eleições, o poder fica nas mãos de oligarquias partidárias, de *lobbies* bem organizados e dotados de fundos sólidos, de grupos de interesses e de pressão, e de organizações governamentais que operam numa escala aparentemente democrática mas, de fato, de forma autoritária. Os *problemas* são suscitados segundo incentivos e modelos democráticos. Sua solução, porém, se dá de forma “racional” e “responsável”, isto é, por meio de comissões e técnicas de planejamento, distante das massas e incontroláveis a partir dos movimentos e preferências das bases. Daí a oposição entre “democracia plebiscitária” e a “democracia participativa”, já que esta procura manter aceso o fogo sagrado do controle democrático permanente do comportamento político dos representantes do Povo, em situações concretas cruciais. Seria uma saída para a questão-chave: *quem controla os legisladores e os executivos, perante quem eles são legitimamente responsáveis, a quem devem servir?*²¹⁴ (FERNANDES, 1986a, p. 159-160).

Nada de retórica política ou propaganda partidária. Para Florestan, essa questão, de raiz anarquista, precisa ser reconquistada pelas pessoas, partidos e movimentos sociais que se preocupam com as formas de influência, decisão e controle desejáveis numa *democracia popular* pujante, na qual se pretende a não deterioração das instituições políticas por um sistema de poder que não passa de serviçal dos mais poderosos (econômica e/ou politicamente). Só assim será possível quebrar o freqüente congelamento dos partidos, que acabam por se transformar em instrumentos da ordem e da reprodução do *status quo*. Na

²¹² Um panorama sobre a questão do “pluralismo democrático”, em paralelo com a “teoria das elites” (Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels) e o “monismo elitista” (Charles Wright Mills), encontra-se em Grynszpan (1996).

²¹³ “Os trabalhadores e a democracia”. *Folha de S. Paulo*, 31 out. 1984.

²¹⁴ “Repressão participativa”. *Folha de S. Paulo*, 30 ago. 1984. As questões colocadas por Florestan são, por exemplo, candentes no “pluralismo democrático” de Robert Dahl (1997), que define a democracia como uma “poliarquia”: um sistema no qual os cidadãos comuns exercem um grau relativamente alto de controle sobre seus líderes, com uma contínua competição política e garantia efetiva do direito das minorias. Mas, apesar da existência plural dos elementos de influência do poder, Dahl salienta, sob uma perspectiva naturalística, que existem duas parcelas de cidadãos: a) os do estrato político, os poucos interessados que participariam das grandes discussões e ações da sociedade; b) e os apolíticos, a grande parte da população, que fariam suas escolhas não por um cálculo racional, mas como produto “da inércia, do hábito, de lealdades, de vínculos pessoais”, a partir de orientações não-ideológicas.

opinião do sociólogo, foi isso que se deu, por exemplo, com o “banco de cérebros do PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro]”, que na campanha do candidato a governador Franco Montoro para o governo de São Paulo, em 1982, tratou o tema como retórica política pura, tendo influência posterior no “conjunto de peripécias” que redundou na conciliação com a chamada “Frente Liberal”.

O PMDB escolheu a conciliação como técnica política de desgaste do regime vigente. Mentor e parceiro-mor da Aliança Democrática, o PMDB despiu-se da manta de cordeiro, revelando as garras das oligarquias que controlam ferreamente o poder político institucional, com ou sem ditaduras... Por ele não passa, nem poderia passar, a “democracia participativa”. Na melhor tradição brasileira, ele é o avesso dessa alternativa, que pode atravessar os sonhos de seus intelectuais e de alguns de seus notáveis mais ou menos radicais, mas são, em confronto com a realidade, miragens de cunho demagógico²¹⁵ (FERNANDES, 1986a, p. 160-161).

Florestan mostrava preocupação, após a derrota das “Diretas Já”, com o “processo de produção de candidatos” à eleição indireta que seria decidida pela “farsa” do Colégio Eleitoral, que daria continuidade à “transição lenta, gradual e segura” do regime militar²¹⁶ (FERNANDES, 1986a, p. 156). A chamada “abertura política” não passava de um expediente adaptativo da ditadura à perda de seu poder político, “um meio para reciclar-se e manter-se à tona, preservando ou revitalizando tudo o que era crucial à sua sobrevivência como uma forma sinistra de absolutismo irresponsável”²¹⁷ (FERNANDES, 1986a, p. 152). A “rota burguesa” da “transição democrática”, segundo o publicista, estava apenas preocupada em adaptar a ditadura às condições históricas da última crise mundial do capitalismo, que se expressava na especulação financeira desenfreada, na inflação galopante, no desemprego em massa, no crescimento da miséria, na migração incontrolável dos mais pobres (que já não eram mais um “exército industrial de reserva”), na nova taxa de exploração da mais-valia relativa (institucionalizada pelo arrocho salarial e outros mecanismos de pressão sobre os trabalhadores), no endividamento e na expropriação do excedente econômico nacional pelo grande capital estrangeiro. Seu objetivo premente era enfrentar a ofensiva dos trabalhadores, que a partir de 1976 e 1977, encetavam, partindo da luta meramente defensiva para a luta ofensiva, um movimento de autodefesa que nascia das fábricas e dos sindicatos, sob um forte ativismo de base.

²¹⁵ “Repressão participativa”. *Folha de S. Paulo*, 30 ago. 1984.

²¹⁶ “Perplexidade e imobilismo”. *Folha de S. Paulo*, 17 set. 1984.

²¹⁷ “A luta política”. *Folha de S. Paulo*, 07 out. 1984.

Tanto os padrões quanto a ditadura se viram presos numa espiral de lutas econômicas e políticas que não se esgotavam mais em acordos e arranjos de cúpula. Essa alteração do comportamento operário coincidia com os movimentos paralelos no campo e nas cidades, que envolviam índios, negros, posseiros, favelados, mulheres, homossexuais, anistia política, etc., e a pressão dentro da ordem mas firme e generalizada das comunidades eclesiais de base. A resposta a esse conjunto de alterações exigia uma modificação da estratégia militar da opressão política. O poder burguês via-se, de novo, desafiado como durante a década de cinquenta e início da década de sessenta. Contudo, a ditadura não dispunha mais de um excedente de poder que lhe conferisse o recurso aos métodos brutais aplicados anteriormente. Teve de absorver os descontentamentos dos estratos dominantes e mais ou menos privilegiados da burguesia e de contra-atacar reorganizando o sistema ditatorial de partidos, de eleições e de uso da violência militar explícita ou dissimulada (FERNANDES, 1986a, p. 139-140).

Foi por isso que o PMDB, nascido como “oposição consentida”, encarou sua responsabilidade política pelos parâmetros da “lealdade de classe” de seus integrantes, não considerando os termos de sua “representação política” frente às massas populares, que corriam o risco de serem “varridas das ruas e das praças públicas, em nome de um pseudo-ataque final à ditadura ou da instauração da ‘normalidade democrática’” (FERNANDES, 1986a, p. 139-140). Novamente, Florestan alerta para não se confundir a mobilização popular em defesa de uma democracia de conteúdo proletário com os “comícios” táticos.

Os trabalhadores precisam partir, desde já, de seus próprios interesses, pois a “transição para a democracia” não começa amanhã, ela se inicia no aqui e agora. Se os alvos do movimento não podem ser as eleições diretas, eles serão outros, como a liberdade política de *todos os cidadãos*, a reforma agrária, as condições de trabalho, os níveis de salário, a conquista da moradia, o combate à fome e ao desemprego, a liberdade dos partidos operários radicais e revolucionários, etc. O essencial é que os trabalhadores lutem por suas causas de forma independente e tendo em mira conquistar autonomia na sociedade civil e presença ativa no controle do Estado (FERNANDES, 1986a, p. 143).

“Palavras velhas podem compor conceitos novos”, alertava Florestan num artigo em que identificava as similaridades entre o “pacto social” preconizado pela “Nova República” e a ideologia “desenvolvimentista” das décadas de 50 e 60. Sob o reforço da propaganda e o peso do condicionamento ideológico, a maior parte da população acaba por ficar indefesa diante da renovação de palavras familiares, combinação que facilita a conquista de corações e mentes pelos políticos profissionais e intelectuais orgânicos da ordem, que “como não podem transformar o *Brasil real*, esmeram-se na fabricação de fórmulas que autonomizam e

conferem realidade ao *Brasil ideal*²¹⁸ (FERNANDES, 1986a, p. 135) – produzindo um discurso com *palavras-chaves* que abrem todas as portas aos interesses dos setores mais conservadores e reacionários da alta burguesia (de dentro e fora do Brasil). Era o que estava acontecendo, novamente, naquele momento:

O pilar de qualquer desenvolvimentismo, em sociedades de classes mais ou menos consolidadas, é o pacto social entendido como um acordo (implícito ou explícito, formal ou informal, etc.) do grande capital com o trabalho. Os pólos antagônicos se curvam por algum tempo às “exigências imperiosas da situação” e transferem *sine die* qualquer luta política, ambos ganhando, em troca, diferentes vantagens desiguais. O trabalhador descobre o paraíso; enquanto o grande capital põe em prática, de uma só vez, todos os mandamentos da “santa religião”. Cria-se, assim, as premissas de uma aceleração do desenvolvimento econômico que beneficiaria o trabalhador sem prejudicar os patrões, assegurando a todos o melhor dos mundos possíveis, em franco desmentido às leis da economia capitalista, bem como ao passado e ao presente da Europa e dos Estados Unidos. Viva a *paz social* e a *unidade* de patrões e trabalhadores!...²¹⁹ (FERNANDES, 1986a, p. 135-136).

Se essa “farsa” teve seu apogeu durante o Estado Novo e foi reeditada sob vestes mais sofisticadas durante os governos Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros²²⁰, reconfigurava-se naquele período de forma tão acintosa que, para Florestan, assumia “a aparência de um pesadelo”. A identificação do “pacto social fictício”, com o qual os “senhores do capital” pretendiam assegurar a “ordem” contra a “anarquia” e a “rebelião”, começava nas afirmações de Tancredo Neves, o candidato de “oposição” ao regime militar²²¹, de que a questão das greves, por exemplo, não seria “resolvida” porque a existência do pacto excluía a necessidade de tal recurso – pacto, portanto, muito interessante para o capital e “sinistro” para os trabalhadores. Segundo Florestan, os que defendiam o tal “pacto social sem reciprocidades”,

²¹⁸ “Pacto social e a Nova República”. *Folha de S. Paulo*, 21 jan. 1985.

²¹⁹ “Pacto social e a Nova República”. *Folha de S. Paulo*, 21 jan. 1985.

²²⁰ Sobre o tema, conferir a tese de Miriam Limoeiro Cardoso (1978), que, segundo Florestan Fernandes (1978c, p. 11-13), ao apanhar “o momento de oscilação mais agudo na transição para o capitalismo monopolista, quando os setores dominantes das nossas classes burguesas ainda pensavam articular o tipo de imperialismo emergente no pós-guerra”, se posta como representante do “novo patamar interpretativo atingido pela sociologia crítica, que se recusa a aceitar qualquer compromisso da investigação científica com o envolvimento ideológico institucional da ordem existente. [...] Sua contribuição teórica é essencial para compreender-se sociologicamente que, atrás do ‘desenvolvimento com estabilidade’ e da ‘revolução pelo desenvolvimento’, se encontra um formidável fortalecimento da reação e a germinação de uma contra-revolução prolongada, com o seu estilo específico de tirania burguesa”.

²²¹ Segundo Florestan, no artigo “Brasil e Estados Unidos: novas perspectivas?” (*Folha de S. Paulo*, 01 dez. 1984), Tancredo era um político de carreira “esmeradamente preparado para ser um intelectual orgânico da ordem” (FERNANDES, 1994, p. 87). Já num jornal dos alunos da PUC-SP (“Tancredo: não ou Sim?”. *Porandubas*, 12 mar. 1985), o publicista afirmará que tal candidato “não era o representante político nem o ponto mais alto de uma conciliação de classes na qual o ímpeto revolucionário das massas tivesse uma acolhida efetiva. *Representa*, de fato, uma bem-sucedida manobra para sair por dentro do movimento e pôr-lhe um bridão conservador” (FERNANDES, 1986a, p. 123).

com base em análises paralelas com o ocorrido na Espanha, na Suécia, na Alemanha e no Japão, estavam cometendo um grande equívoco.

Seja porque os pactos sociais, sob o capitalismo imperialista da era atual, possuem mão única, favorecendo desigualmente o capital e o poder. Seja porque no Brasil as condições imperantes são de extrema crueldade e de superexploração da mais-valia dos assalariados, exige o subdesenvolvimento relativo e o esmagamento global do pólo do trabalho. Sob a ditadura ou sob a “democracia” esta realidade não se altera, o que transforma em miragem a idéia de um pacto social reciprocamente consentido²²² (FERNANDES, 1986a, p. 42).

Frente a tal situação, o publicista faz mais um alerta:

O acordo de cúpulas entre os vários ramos das elites *não interessa à Nação* – a não ser à *nação burguesa* que, para se fortalecer e reinar, não trepida diante de nada. Destruir a ditadura, hoje, de uma perspectiva proletária, quer dizer acabar com as condições que tornam as ditaduras necessárias e a democracia uma ficção (ou um escárnio). Não adianta transferir para a próxima Assembléia Nacional Constituinte o começo de tudo. Se a “Nova República” conseguir impor o renascente projeto burguês de pacto social, a futura Constituição estará a serviço do *Brasil ideal* (como a de 1946), não da Nação como totalidade concreta²²³ (FERNANDES, 1986a, p. 138).

Porém, o fato do *regime derrotado*, por enquanto, ser o *principal vitorioso*, o momento de “ilusão coletiva” se apresentava como uma nova oportunidade para as classes trabalhadoras, que envoltas com seus problemas reais e cotidianos, formando uma maioria inquieta e em desespero econômico, se apresentavam como um “barril de pólvora preste a explodir”. Estavam dadas, portanto, as premissas morais, as pressões psicológicas e as bases materiais para uma profunda mudança política – que demandava, entretanto, um esforço organizativo para dar sentido àquela força espontânea. Todavia, cedendo à compulsão do “mudancismo” patronal e plutocrático, os agrupamentos políticos e seus intelectuais – a começar pelo “novo governo” eleito – optaram pela manutenção da “paz social”.

É aqui se situam os novos rumos, que assinalam os caminhos das forças sociais e políticas que lutam pela revolução democrática. Em nome desta não se poderá legitimar, impor-se arrasadoramente uma paz de cemitérios, a voz dos mortos e dos velhos hábitos de mandonismo político “esclarecido”. O que já foi já foi! A história se abre de hoje e de amanhã para a frente. Não se trata de combater um governo que está comprometido (e também obrigado) a realizar *certas mudanças políticas* como se fosse o sucedâneo e o equivalente da ditadura em colapso. Esse é um erro de perspectiva idiota.

²²² “Quem paga o pacto?”. *Folha de S. Paulo*, 28 dez. 1985.

²²³ “Pacto social e a Nova República”. *Folha de S. Paulo*, 21 jan. 1985.

[...] Agora, trata-se de lutar contra a continuidade da ordem ilegal que submeterá o próximo governo a uma cadeia invisível e anulará o ímpeto criativo das forças sociais das classes trabalhadoras e da massa popular. Agora, trata-se de colocar à frente o impulso de insatisfação política dessas forças, nas relações com o próximo governo e, acima de tudo, com o que é essencial: a construção de uma *nova sociedade*. [...] Haverá uma *Nova República* se as forças sociais substantivamente democráticas se lançarem ao combate e *não deixarem só nas mãos do governo* a solução de nossos problemas vitais. Elas farão a revolução democrática – não o governo²²⁴ (FERNANDES, 1986a, p. 133-134).

Deixado a seu gosto, o futuro governo alimentaria mal o “débil mudancismo” que representava e – como a ditadura, que não construiu sozinha a miséria do povo, a ruína da Nação e a deterioração do Estado²²⁵ – herdaria e “modernizaria” tal estado de coisas com os padrões políticos de tipo neocolonial impostos pela “colaboração” estrangeira, o que continuará a fazer do Brasil um reles “símbolo do novo colonialismo, o espelho do que se poderia esperar do êxito do capitalismo monopolista na periferia”. Fundamental para isso era o “novo” pacto social que assegurava às forças reacionárias o “melhor dos mundos”, satisfazendo a fração burguesa nacional – que apesar de “espoliada” continua a lucrar muito – e oferecendo ao povo “a corda na qual será enforcado”.

É desse jogo que se precisa sair. Muitos intelectuais e políticos da “esquerda” – antigas vítimas da ditadura, lutadores de proa nas décadas de sessenta ou do início dos setenta e grandes esperanças do radicalismo democrático e do socialismo – aderiram a esse jogo, sem rebuços. O mesmo acontecendo com organizações e entidades políticas que deveriam ser proletárias e se mostram “aliancistas”. [...] Conformam-se aos papéis de campeões da “normalização institucional”, como cauda do movimento político conservador, cérebros de “mudancismo” e mão civil da “transição lenta e segura”²²⁶ (FERNANDES, 1986a, p. 128).

Por trás dessa “tática” estava o “velho e nocivo” entendimento de que não existiam as “condições objetivas e subjetivas” para a organização, autonomização e emancipação das massas. Segundo Florestan, mais uma “lenda” dos que se submeteram a uma “retórica neo-iluminista”, de caráter estritamente liberal, fortalecida com a devida anuência dos “donos do poder”. Se não faltaram as condições objetivas – cujo sintoma estava no pânico das hostes burguesas mais conservadoras e reacionárias –, o publicista salienta que as condições subjetivas se criam *na* e *através* da luta política, condição para que as classes subalternas se

²²⁴ “Novos rumos”. *Folha de S. Paulo*, 04 fev. 1985.

²²⁵ Segundo Florestan, no artigo “O cachimbo e a boca” (*Folha de S. Paulo*, 05 dez. 1985), “fica claro agora que ninguém serviu à ditadura contra a vontade. A regra geral, nos planos civil e militar: as elites das classes dominantes serviram-se da ditadura e do Congresso” (FERNANDES, 1986a, p. 49).

²²⁶ “O pacto social dos oprimidos”. *Folha de S. Paulo*, 11 mar. 1985.

tornem uma força social decisiva. E foi “remando contra a corrente” que as massas populares avançaram, apenas com o pequeno impulso que receberam dos movimentos de base, especialmente os de identidade católica.

Vitórias expressivas surgiram em todos os níveis – dos índios e posseiros aos bóias-frias; dos favelados, dos negros, das mulheres, dos homossexuais e das entidades de bairro aos operários sindicalizados e politizados – atestando *sempre* a mesma coisa: o aparecimento e o fortalecimento de condições subjetivas de auto-afirmação do homem pobre oprimido. Na verdade, a classe trabalhadora enfrenta a supremacia burguesa em embates diretos e complexos. Como isso poderia transcorrer sem as premissas psicológicas, sócio-culturais e políticas das ditas condições subjetivas?²²⁷ (FERNANDES, 1986a, p. 129-130).

Faltava, portanto, uma guinada na “conquista da democracia”, uma guinada que levasse em conta o significado das tarefas políticas necessárias para a construção de uma sociedade civil e de um Estado democrático, o passo inicial para “a mais importante batalha política”: a substituição da ordem ilegal instituída pela ditadura por uma ordem legal *legítima e democrática*. Isso, perguntava Florestan, vinha antes do combate à fome, ao desemprego, à inflação e à miséria imperantes? A resposta é sim. E o caminho seria a convocação das massas para os combates cívicos, com a criação, através de seu ativismo, de novos canais de ação política institucionalizada capazes de submeter os poderes da República ao crivo de novas realidades e das soluções que elas exigem²²⁸.

Tudo tem sido vã retórica e continuará a ser pura retórica enquanto *a massa dos cidadãos* estiver excluída do debate político. [...] É fácil condenar a fome, o desemprego, a inflação, a miséria e as interferências estrangeiras em nossa economia e soberania, enquanto todos podem lavar as mãos como Pilatos, deixando o barco correr. Nada os obriga a qualquer norma política de conteúdo ético. [...] “Soltar as massas nas ruas”, sem outros meios de ação política, é um convite aos poderosos: eles dispõem de meios institucionais de ação política, dos sindicatos patronais aos partidos da ordem e ao Estado. Montam a cavaleiro da situação e colhem os frutos das “explosões sociais”, que lhes dizem o que precisam fazer para evitar que tais

²²⁷ “O pacto social dos oprimidos”. *Folha de S. Paulo*, 11 mar. 1985.

²²⁸ Na década de 90, escrevendo sobre a “Crise na educação” (*Folha de S. Paulo*, 18 ago. 1991), Florestan ratifica a importância da relação entre *educação* e *política* na perspectiva de sua pedagogia socialista: “Muitos colocam o combate à fome e à penúria em primeiro lugar. Contudo, educação e consciência social clara são os principais substratos dos pobres na luta de classes. Uma população trabalhadora menos rústica não seria reduzida à condição de substituta e sucessora da população escrava e liberta por tanto tempo, se dispusesse de melhor nível educacional e cultural. Além disso, há os efeitos circulares e reativos. A pressão destrutiva da ignorância e da marginalidade cultural (em relação aos padrões de civilização das classes dominantes) aumentou até limites extremos a violência entre os próprios excluídos, a propensão à capitulação passiva ou zigue-zagues nos conflitos com os de cima” (FERNANDES, 1995c, p. 26).

“explosões” se convertam em “revoluções”²²⁹ (FERNANDES, 1986a, p. 120-121).

Na proximidade de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte (ANC), a tarefa de organizar as massas era mais do que urgente. Segundo o pensamento de Florestan, a Constituição de uma sociedade capitalista não tem que ser necessária e unilateralmente burguesa, desde que os oprimidos e os excluídos consigam ditar sua versão do “bem comum” e inscrever na “carta fundamental” os seus direitos sociais, civis e políticos, estabelecendo uma relação dialética entre meios e fins:

A Constituição é um meio pelo qual os pobres e espoliados exteriorizam, consolidam e exercem a sua condição humana. Por isso, ela é decisiva para eles. A sociedade que os reduz a objeto e os embrutece não pode impedir que se transformem, e, ao transformar-se, a impregnem de sua força emancipadora. [...] Por isso, é indispensável recorrer a meios mais diretos e imediatos de consciência social e de combate político. Nos bairros, nas aldeias, nas fábricas, nas fazendas, nos sindicatos, nas organizações estudantis, nas famílias, nas igrejas, nas escolas, nos partidos, nas escolas de samba, nos centros de cultura, etc. – em todas as situações grupais concretas e cotidianas –, os proletários e oprimidos negam a ordem social capitalista, sua teia de espoliação econômica, de dominação social e cultural, etc.²³⁰ (FERNANDES, 1986a, p. 116-117; 118).

Como contraface positiva da relação contraditória dos oprimidos com o capitalismo, essa negação põe em cena as forças sociais de uma revolução democrática que podem escapar ao poder burguês e enfrentar as forças políticas que estão “divorciadas” da Nação, as quais são responsáveis pelo “triste espetáculo das negociações dos cargos para o provimento dos ministérios” e dos demais escalões²³¹ (FERNANDES, 1986a, p. 112) – os mesmos que representam as elites culturais e econômicas, com os quais comungam o “primeiro mandamento” de uma típica concepção senhorial de mundo, expressa na seguinte fórmula: o Povo “não tem consciência política” – o que explicaria as vitórias sucessivas de Getúlio, Juscelino, Jango, Ademar, Jânio e, além de outros acontecimentos, o desfecho lamentável das “Diretas Já”. Daí a pergunta: trata-se de uma massa condenada à rendição passiva? Segundo Florestan, indagação tão crua carece de precisão sociológica. Uma visão comparativa demonstra que outros povos, inclusive de nações tidas como “avançadas”, também se manifestam eleitoralmente por vias controversas. O que explicaria, por exemplo, os sucessos de Adolf Hitler ou Ronald Reagan? A pergunta que faz Florestan é outra: “Por que se

²²⁹ “O Brasil na encruzilhada”. *Folha de S. Paulo*, 21 mar. 1985.

²³⁰ “A luta popular pela Constituição”. *Folha de S. Paulo*, 28 mar. 1985.

²³¹ “O continuísmo mudancista”. *Folha de S. Paulo*, 23 abr. 1985.

descarrega sobre os plebeus o que é tecido pela nata das elites?” Segundo o publicista, no caso específico de países periféricos, aí é que não há motivos para que se fique embaraçado com este tipo de questionamento:

Um povo econômica e culturalmente atrasado possui o direito à sua ignorância e às suas debilidades políticas; elas não o injuriam, pois se voltam diretamente contra os que fomentam e exploram sistematicamente a ignorância e as debilidades políticas do povo. E prevalece um terrível engano nos que tratam de ler o comportamento coletivo da massa popular através do código cultural dos letrados, dos cultos, dos que se pensam como o fiel da balança e da sabedoria política. O que se precisaria discutir é o significado político e o papel histórico da ignorância e das debilidades políticas do Povo²³² (FERNANDES, 1986a, p. 108).

O “busílis da questão”, segundo Florestan está no fato de que os movimentos e as instituições, os sindicatos e os partidos²³³, não estavam correspondendo às tarefas históricas, acabando por corroborar o projeto de uma burguesia que pouco respeita a vida e a cultura das massas, preferindo sempre a manipulação industrial da “cultura da morte” (através de nomes como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Teotônio Vilela e Tancredo Neves). Esta “cultura da morte” tem a função de ocupar “os espaços criativos da imaginação popular e de impedir que os proletários projetem na cena histórica os seus próprios heróis” – fazendo com que as “vítimas da manipulação” deixem de encontrar em seus movimentos e instituições “um debate sério e clarificador, que reponha os mortos em seu lugar e ilumine as mentes, dando aos mortos o que é dos mortos e aos vivos o que é dos vivos”²³⁴ (FERNANDES, 1986a, p. 104). Sem “mortos ilustres”, condenados a condições de existência e a um modo de ser que mortifica e assassina, minuto a minuto, seus dilemas coletivos, aos proletários resta a conquista da vida e, principalmente, da “qualidade de vida”. Pela relação conflituosa com a ordem existente, sob a necessidade de transformá-la, o devir do proletariado é o do “tempo vivo”, que se relaciona com a conquista da liberdade, da igualdade e da desalienação: “O seu tempo é o da *conquista do futuro*, ou seja, o da revolução democrática, que se abre para a frente e para a construção de uma *nova sociedade*”²³⁵ (FERNANDES, 1986a, p. 106).

²³² “Evidências negativas”. *Folha de S. Paulo*, 06 mai. 1985.

²³³ Em entrevista a estudantes gaúchos, publicada sob o título “Limites da contestação à ditadura” (*Jornal do DCE/UFRGS*, jun. 1985), Florestan vai afirmar que, naquele momento, “nenhum dos partidos políticos que se chamam de esquerda, nem mesmo o PT, tiveram um ritmo veloz suficiente para acompanhar o movimento das classes trabalhadoras e das massas populares. [...] [O PT ficou] contido por uma composição de forças que não leva a luta contra as contradições de uma sociedade capitalista até o fim, até o fundo. Há grupos de diferentes orientações e muitos não assumem de uma maneira aberta a luta de classes, a necessidade da luta de classes, etc.” (FERNANDES, 1994, p. 122).

²³⁴ “Além da mistificação”. *Folha de S. Paulo*, 20 mai. 1985.

²³⁵ “Além da mistificação”. *Folha de S. Paulo*, 20 mai. 1985.

Sob uma “Nova República” que lembrava a Academia Brasileira de Letras – “um imenso ovo, como um enorme ovo de chocolate barato de casca delgadíssima, adornado para seduzir a imaginação infantil”²³⁶ (FERNANDES, 1986a, p. 100) –, a corrupção atingia fundamente a sociedade brasileira, reforçando uma mentalidade capitalista perversa e predatória, que se aninhava em todos os níveis de organização do Estado. Se na ditadura o Legislativo e o Judiciário pareciam se curvar à mão curta e forte do Executivo, na hodierna situação tudo apodrecia em conjunto. A questão, portanto, não era somente o “entulho autoritário” a ser removido, mas o fato que nenhuma “transição democrática” seria possível sem o extirpar do complexo de causas e efeitos circulares que produzem o “apodrecimento do sistema de poder”.

As cavaliças estão entupidas de alto a baixo e só a indignação popular maciça e a cólera coletiva do Povo poderá varrer para longe e para sempre as incalculáveis toneladas de lixo que asfixiam a sociedade civil e o Estado. [...] Como diria Joaquim Nabuco, as fendas e rachaduras rasgam a sociedade brasileira em todas as direções. Não há como soldar as partes quebradas. É preciso compor uma sociedade nova, com a presença ativa e construtiva das classes trabalhadoras e dos deserdados da terra. [...] Nem no futebol o chute dá certo, como prova a amarga experiência do técnico Evaristo de Macedo. Os políticos “profissionais” que aprendam com ele!²³⁷ (FERNANDES, 1986a, p. 101-102).

Além da corrupção do Estado, a ditadura, cortando a evolução natural dos partidos engendrou um fictício quadro institucional, dominado por dois sustentáculos da ordem (um oficial, outro de “oposição consentida”) que não tinham forças para tocar na influência inibidora de uma outra debilidade orgânica do país: a que se refere às relações orgânicas entre o capital nacional e o estrangeiro, relações essas submissas ao modelo de desenvolvimento imperante no capitalismo monopolista. Sem a fonte de segurança política (o regime ditatorial) diante da comunidade internacional, à “burguesia nacional” apresentava-se o seguinte dilema: “ou sai da concha estatal autoprotetora e se torna politicamente ofensiva diante do capital estrangeiro, ou se fortalece por via econômica, ‘transferindo’ para si as grandes empresas estatais ou semi-estatais”²³⁸ (FERNANDES, 1986a, p. 84). As soluções estruturais, de qualquer maneira, eram bloqueadas pelo “aliado principal”, a comunidade internacional de negócios, cuja capacidade de pressão se dá pela atuação dos banqueiros internacionais e de organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

²³⁶ “O chute”. *Folha de S. Paulo*, 03 jun. 1985.

²³⁷ “O chute”. *Folha de S. Paulo*, 03 jun. 1985.

²³⁸ “Inquietações burguesas”. *Folha de S. Paulo*, 24 jun. 1985.

O que temos é uma incapacidade crônica, que não é intrínseca à burguesia, mas que nasce das relações da burguesia com a forma dependente do desenvolvimento capitalista, com a prepotência e a insensibilidade do imperialismo diante dos sócios menores da periferia e com as forças sociais secretadas pelo modo de produção capitalista e pela organização social, cultural e política correspondente, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas envolvidas. [...] O *capitalismo difícil* da periferia opera como um alcapão. Ao revelar seu preço e suas conseqüências, as ousadias encurtam o espaço histórico do movimento burguês, fechado sobre si mesmo, e deixam patente que a transformação da sociedade de classes é incompatível com a acumulação em espiral de privilégios (FERNANDES, 1986b, p. 10).

O “bloco histórico” interno das classes burguesas fica, portanto, paralisado politicamente e somente a ação das classes proletárias e subalternas, avançando para se fortalecerem como classes independentes, pode engendrar uma sociedade civil mais autônoma e um novo tipo de controle sobre a organização e o rendimento do Estado. Só assim teriam condições de enfrentar “a supremacia e a hegemonia”²³⁹ dos que gozam das “negociações infundáveis” a partir das mais variadas formas de “composições internas”: “Certos setores das elites e dos estratos dominantes das classes altas lançam-se ao mercado – econômico, cultural e político – e vendem-se pelo melhor preço”²⁴⁰ (FERNANDES, 1986a, p. 86). Entre esses setores, está o “biombo parlamentar” que, pelos procedimentos costumeiros da classe política “profissional”, aparecem “como um bando de mafiosos”: “Existem várias pequenas, médias e grandes Sicílias por este vasto mundo”²⁴¹. Segundo Florestan, não se poderia mesmo cobrar dos partidos da ordem, como o PMDB e o PFL (Partido da Frente Liberal), o que não são – ainda que se pudesse cobrar o que alegam ser.

No entanto, a situação se inverte quando diz respeito aos radicais de centro e de esquerda, que se dizem “democratas sinceros”, socialistas e comunistas, mas corroboram para o farisaísmo das “ilusões constitucionais”. Não é que, como afirma Coutinho (2000, p. 261), Florestan suponha que “o *único caminho* [sem grifo no original] para a luta pela democracia e pelo socialismo o Brasil seria o de uma revolução explosiva e violenta”. O que o sociólogo defendia é que qualquer “reformismo” ou “revolucionarismo” consistente deveria ter como proposta inicial o dismantelamento dos costumes políticos e, principalmente, da “ética da conciliação”.

²³⁹ Em seus artigos dos anos 80, para designar a dominação de classe, Florestan utiliza alternadamente dois conceitos: “supremacia” – palavra “que Marx e Engels usam no Manifesto Comunista” (FERNANDES, 1986a, p. 92) – e “hegemonia”, de inspiração gramsciana.

²⁴⁰ “Inquietações burguesas”. *Folha de S. Paulo*, 24 jun. 1985.

²⁴¹ “Golpes dentro dos golpes”. *Folha de S. Paulo*, 11 ago. 1985.

Se os partidos de esquerda misturam seus papéis com os dos partidos da ordem, eles desertam da luta de classes e da defesa dos interesses e valores que só os proletários podem erguer, neste momento, no interior da moldura histórica democrática. [...] Se um banqueiro fica contente e divulga o contentamento, tratando de um partido de esquerda, há algo de errado com esse partido²⁴² (FERNANDES, 1986a, p. 72).

Em *O que é revolução* Florestan vai afirmar:

A lua-de-mel com a burguesia, com o nacionalismo burguês, com o radicalismo burguês ou com o que se queira *está acabada*, chegou a seu termo! Não se trata de sair dando coices, chifradas ou marradas, de ficar na ilusão ingênua do “quanto pior melhor”²⁴³. Mas de estabelecer, como parte da vanguarda da classe operária, como esta deve manejar a luta de classes com objetivos políticos bem marcados, de curto, médio e longo prazos, e para impedir que os antagonismos existentes só produzam dividendos políticos para as classes dominantes (FERNANDES, 1984b, p. 100-101).

A questão, portanto, não está na contraposição entre “guerra de movimento” e “guerra de posição”, tal como posto na leitura dos termos gramscianos feita por Coutinho (2000, p. 261), sob a premissa de que Florestan teria subestimado em seus últimos trabalhos o peso dos setores populares²⁴⁴ – hipótese que as citações acima expostas não corroboram. Para Florestan, “o nó da questão” é que as premissas históricas de uma sociedade democrática são determinadas, inevitavelmente, pelo embate entre as classes sociais de interesses antagônicos – o que faz com que qualquer anuência com os “traficantes do poder” se transforme em obstáculo para que a classe trabalhadora consolide propósitos independentes e conquiste (conjuntamente) um novo “patamar institucional” e uma “consciência política revolucionária”. Se para Coutinho (2000, p. 261) as condições abertas pela “derrota” da ditadura impunham às forças populares a adoção de uma estratégia de luta que substituísse a proposta de uma revolução “explosiva” e violenta pela de uma revolução “processual”, para Florestan não se pode ignorar que “a democracia só existe quando violência e contra-violência podem cruzar-se na cena histórica” – ou seja, “processual” ou “explosivo”, o processo

²⁴² “Golpes dentro dos golpes”. *Folha de S. Paulo*, 11 ago. 1985.

²⁴³ Para Florestan, essa “teoria” não é uma concepção política viável, construtiva ou revolucionária. “Ao contrário, ela é intrinsecamente derrotista e imobilista: na situação em que nos encontramos, ou começamos a lutar pelos meios possíveis, com vistas a consolidar ganhos crescentes, ou facilitaremos a continuidade e a supremacia da contra-revolução. Para se fazer isso, não é necessário sucumbir às concessões. O que se apresenta como extremamente urgente é acabar com o pensamento infantil de que se poderia ‘politizar as massas’ sem começar a luta” (FERNANDES, 1994, p. 119).

²⁴⁴ “Embora denunciasse com lucidez os limites ‘transformistas’ do *projeto* de ‘abertura’, Florestan parece ter subestimado – em seus trabalhos posteriores a *RBB* – o fato de que tal projeto foi atravessado e contraditado por um *processo* de abertura, isto é, por um movimento social objetivo que resultou da ativação da sociedade civil, em particular dos segmentos ligados às classes trabalhadoras” (COUTINHO, 2000, p. 259).

revolucionário é sempre um conflito de violência entre classes, que pode *eventualmente* resultar em concessões mútuas, regulamentação das disputas violentas e penalização da violência destrutiva, anti-social e antinacional.

Assim, se não é irrelevante o debate sobre a hipótese de que Florestan não teria apreendido “corretamente” o sentido de algumas noções gramscianas²⁴⁵ (COUTINHO, 2000, p. 250) – as quais aparecem em número considerável em seus escritos jornalísticos dos anos 80 –, fundamental para a questão aqui em foco é a constatação, como admite o próprio crítico, da validade analítica e política do seu “salutar radicalismo”:

Florestan desmistificou muitas das ilusões que dominavam setores importantes da esquerda em sua avaliação da situação aberta com a chamada “Nova República”, uma expressão que, lucidamente, ele sempre fazia acompanhar de aspas ou de um ponto de interrogação. Quando hoje – à luz do que agora sabemos dos governos [José] Sarney, [Fernando] Collor e [Fernando Henrique] Cardoso – reexaminamos a denúncia florestaniana das tendências regressivas e conservadoras contidas na nova fase histórica que então se iniciava, *somos forçados* [sem grifo no original] a constatar que muito daquilo que a alguns de nós parecia na época manifestação do “sectarismo” do velho Florestan era, ao contrário, a confirmação da sua lucidez analítica e da sua capacidade de previsão (COUTINHO, 2000, p. 263).

O que parece pertinente é que a ojeriza manifestada por Florestan, desde o início de sua profissionalização como cientista social, em relação às “modas intelectuais” se apresenta como uma variável importante para o entendimento das posições do sociólogo frente aos debates políticos das últimas décadas do século passado. Procurando sempre um diálogo com os “modernos” a partir dos clássicos – “por aí, inclusive, era possível selecionar esses modernos, pô-los de quarentena e, por sua vez, ver quais são os problemas que são essenciais para nós” (FERNANDES, 1989d, p. 191) – o sociólogo mostrava-se atento à vigilância subliminar e ao uso da ciência como técnica social de controle, situação própria de uma

²⁴⁵ Hipótese que, como salientou o economista Ricardo Antunes, em depoimento a este autor (em novembro de 2005), para ser confirmada ou refutada não pode prescindir da leitura das anotações que Florestan fez nos seus 18 livros, todos da década de 70, sobre ou de Gramsci, que podem ser encontrados em sua biblioteca pessoal, que desde 1996 compõe o acervo da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Paulo. Segundo Antunes, “Gramsci não se converteu para Florestan no seu autor principal. Mas, certamente, um indivíduo inquieto como Florestan não teria deixado de dar alguma atenção a um autor tão importante”. A título de curiosidade, o número de publicações sobre o intelectual italiano, na biblioteca particular de Florestan, supera o de outros grandes autores marxistas do século XX, tais como Trotski (12), Sartre (10), Lukács (8) e Althusser (10). Todos, como no caso dos livros de Gramsci, absolutamente grifados, com registros de início ao fim, fazendo com que os exemplares se apresentem como verdadeiras “obras comentadas por Florestan”, como bem expressou a bibliotecária Vera Lucia Coscia, uma das responsáveis pela manutenção do acervo, em minha visita à biblioteca da UFSCar, em novembro de 2005.

condição colonial na qual se decide a partir de fora “o que nós devemos pensar, o que nós devemos fazer, em toda e qualquer área do conhecimento”.

Não defendo uma postura antiintelectual, que não se leia este ou aquele autor. O que acho errado é a *postura colonial* que grassa na direita, no centro e na esquerda. É algo tão visceral que em todas as posições nós encontramos a mesma realidade. Quanto à esquerda é fácil apontar os parâmetros externos. Basta olhar ali naquela estante, atrás de vocês, lá estão, Althusser, Sartre, Goldman, Gramsci, Lefort, Castoriadis, Benjamin! Em pouco mais de duas décadas os nossos “esquerdistas” adoraram vários deuses e rezaram diante de vários altares, percorrendo todos os cultos consagrados pela esquerda dos países centrais²⁴⁶. Até os antifilósofos, ao aparecerem na Europa e nos Estados Unidos, encontraram uma vaga de crédito! Aí se revela o “colonizado ingênuo”, satisfeito com sua selvageria. Acho isso algo indigno do pensamento crítico e da consolidação universitária. É preciso autonomizar e isso significa criar as premissas da produção cultural autônoma, do conhecimento original (FERNANDES, 1989d, p. 190).

Foi essa postura que o levou, por exemplo, a rejeitar, sob a influência inicial do marxismo trotskista, o stalinismo na década de 40 e, o que é mais importante, o revisionismo tímido do “socialismo oficial” das décadas de 50 e 60, que formulara uma “imagem do Brasil” integrada à ideologia desenvolvimentista e a uma perspectiva política que colocava a classe trabalhadora como “cauda política”²⁴⁷ (FERNANDES, 1986a, p. 18) da “burguesia nacional”²⁴⁸ – propondo como alternativa a interpretação, como já visto no capítulo 3, de que o Brasil contemporâneo era um país plenamente capitalista, ainda que como resultante de uma revolução burguesa de tipo “não clássico”.

Durante muito tempo prevaleceu a idéia de que o desenvolvimento capitalista podia produzir resultados similares em qualquer parte, dependendo do “estágio” em que ele estivesse e de sua “potencialidade de amadurecimento” ou de atingir uma “forma pura”. [...] No entanto, hoje é claro, sob o capitalismo monopolista e imperialista, que o desenvolvimento capitalista não oferecerá, por si mesmo, novas alternativas às nações latino-americanas que se encontram em situação neocolonial ou em situação de dependência. Elas poderão passar pelos estágios das economias centrais – e isso está ocorrendo nas principais economias e sociedades da região – mas esses estágios não poderão reproduzir os mesmos efeitos, porque o contexto

²⁴⁶ Em relação aos pensadores marxistas, especificamente, Florestan afirma: “Eu não tenho nada contra eles; ao contrário! Eu estou dentro da órbita dos pensamentos deles. Eu só sou contra a moda, contra o fato de eles serem episódicos, em relação ao eixo e aos ciclos do ‘nosso’ pensar... O mal está em ser moda e não moda; moda importada e depois exagerada, convertida em algo vazio” (FERNANDES, 1989d, p. 203).

²⁴⁷ “A esquerda e a Constituição”. *Folha de S. Paulo*, 11 jun. 1986.

²⁴⁸ “De modo extremamente esquemático, poderíamos resumir assim essa ‘imagem’ pecebista: para o PCB, o Brasil continuaria a ser um país ‘atrasado’, semicolonial e semifeudal, bloqueado em seu pleno desenvolvimento para o capitalismo pela presença do latifúndio e da dominação imperialista. Em consequência, careceríamos ainda de uma ‘revolução democrático-burguesa’, que deveria ser feita com a participação de uma ‘burguesia nacional’ supostamente antiimperialista e antifeudal” (COUTINHO, 2000, p. 247).

histórico, a estrutura da economia, da sociedade e do Estado, são diversos sob a forma neocolonial ou dependente de desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 1981, p. 88-89; 92-93).

E se essa mesma postura o levou a empregar os termos “revolução passiva”, “hegemonia” e “sociedade civil” diferentemente do “sentido específico com que os mesmos são utilizados na obra de Gramsci” (COUTINHO, 2000, p. 251), talvez também tenha sido ela que o tenha protegido do “mal uso de Gramsci” no Brasil das décadas de 70 e 80, “mal uso” esse que, segundo Nogueira (2000/2001), serviu para legitimar algumas convicções de que a nova sociedade civil brasileira pode fazer-se a si mesma, na medida em que se diferencie e se oponha ao Estado. Ao separar a sociedade civil da política, essa perspectiva acabou por negligenciar a luta de classes (ou seja, a luta pela hegemonia), favorecendo ao clima de despolitização que diluiu o caráter público do poder – o que acabou por gerar a erosão dos institutos clássicos da política, fortalecendo o ideário neoliberal de uma *sociedade sem Estado*²⁴⁹. Ou, como nas palavras de Florestan, ditas ainda na metade da década de 80, na era da “internacionalização da produção”, tal perspectiva ajudou o “casamento do intervencionismo estatal e da iniciativa privada”²⁵⁰ (FERNANDES, 1986a, p. 31).

Não é sem razão que, justamente para enfrentar essa “reestruturação do poder burguês” e, por consequência, construir uma alternativa “reformista-revolucionária” ao “neoliberalismo”, Coutinho vai tomar o exemplo de Florestan Fernandes como “modelo” para se enfrentar a “democracia de cooptação” vigente a partir dos anos 90:

Agora sabemos, graças entre outras coisas ao radicalismo de Florestan, que a esquerda brasileira não pode travar essa luta se não se libertar de uma dupla ilusão: por um lado, a de que os avanços obtidos na construção de nossa democracia já estejam definitivamente consolidados, mesmo no nível da superestrutura política; e, por outro lado, a de que, ainda que os consigamos consolidar, tais avanços sejam suficientes para realizar a verdadeira emancipação humana do nosso povo. A democracia que começamos a construir na época da transição só se consolidará de modo definitivo e só realizará plenamente seu valor universal no horizonte da sua progressiva radicalização, ou seja, da sua transformação em democracia socialista²⁵¹ (COUTINHO, 2000, p. 264).

²⁴⁹ Refletindo sobre o mesmo período, Sader (2005, p. 176-177), afirma que, junto com a re-importação de um marxismo domesticado pelo eurocomunismo, “Gramsci retornou mais como ‘teórico das superestruturas’” e, assim, “a esquerda se desentendeu com o socialismo, para fixar seu horizonte na democratização. A miséria da teoria abriu caminho para a miséria da política – sem reflexões estratégicas, sem abordagens globais sobre o capitalismo, e, portanto, sem força para recriar um pensamento anti-capitalista”.

²⁵⁰ “A nova etapa da política econômica”. *Folha de S. Paulo*, 27 abr. 1986.

²⁵¹ Ou, como afirmava Florestan em “A nova etapa da política econômica” (*Folha de S. Paulo*, 27 abr. 1986), combatendo “os profetas da utopia” (os economistas burgueses), que prometem o reino da felicidade “em toda parte”: “A massa de pobreza e desigualdade é tão grande e as exigências constrangedoras da acumulação capitalista tão imperiosas, que seria uma loucura esperar do capitalismo a solução dos nossos problemas e

As preocupações de Florestan sobre a possibilidade das elites burguesas brasileiras alterar alguns traços não essenciais do seu modo de dominação, sem, no entanto, renunciar as estruturas autocráticas de dominação – com base na sua análise sobre a “impossibilidade estrutural da burguesia brasileira de ampliar minimamente suas bases de consenso” (COUTINHO, 2000, p. 258) – não vinham, portanto, de um “sectarismo” ou de um “radicalismo” inconseqüente, mas sim da convicção de que só uma união de forças de esquerda, “ainda que ‘tática’ e ‘provisória’”²⁵² (FERNANDES, 1986a, p. 19), seria capaz de evitar os riscos do conciliacionismo com “os de cima”²⁵³. Para o publicista, os esquerdistas, ao invés de se devorarem uns aos outros, deveriam partir de um equacionamento objetivo das tarefas políticas das classes trabalhadoras, da cidade e do campo, e não dos “fantasmas que rondam a imaginação infantil do sectarismo doutrinário” – que, na maioria das vezes, são procedentes de interpretações equivocadas das revoluções proletárias, das “modas” que circulam a partir dos centros culturais imperiais ou de “motivos táticos” dissonantes das realidades particulares de cada conformação social²⁵⁴ (FERNANDES, 1986a, p. 19). Esse “equacionamento” deveria, por exemplo, voltar-se para a questão dos “embates eleitorais” que se aguçavam com a “Nova República”. Entre a rejeição “infantil” da “via eleitoral” e a adesão ingênua ou perversa à politização profissional e institucional das eleições, Florestan propunha que a luta política popular e proletária se desse em seu próprio terreno:

Isso implica engatar a campanha eleitoral à revolução democrática, em partir de ombros dados com os de baixo, engajando-os direta e concretamente nas várias etapas e desdobramentos daquela campanha. Pressuporia aceitá-los como parceiros iguais, como companheiros, e tocar o bonde com eles, segundo um estilo de *fazer política* que forjaria as bases efetivas de uma democracia participativa²⁵⁵ (FERNANDES, 1986a, p. 58).

Refletindo sobre as eleições municipais em São Paulo, de 1985, Florestan rejeitava, ao mesmo tempo: a posição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que confrontava negativamente a eleição municipal aos interesses dos trabalhadores; a postura de seu “amigo”

dilemas humanos. A reforma do capitalismo está fora de nosso alcance, digam o que quiserem os donos da ordem e os seus mais fiéis servidores da *intelligentsia* e da tecnocracia” (FERNANDES, 1986a, p. 32).

²⁵² “A esquerda e a Constituição”. *Folha de S. Paulo*, 11 jun. 1986.

²⁵³ Já em 1978, Florestan duvidava do fato das “classes possuidoras” terem se convertido, em tão pouco tempo, em sua “antítese histórica”: “Como poderia o paladino da contra-revolução converter-se, em treze anos, em um burguês liberal-radical ou uma burguesia tímida e pró-imperialista se metamorfosear em uma ‘burguesia conquistadora’ ou revolucionária?” (FERNANDES, 1994, p. 114).

²⁵⁴ “A esquerda e a Constituição”. *Folha de S. Paulo*, 11 jun. 1986.

²⁵⁵ “Embates eleitorais e luta pela vida”. *Folha de S. Paulo*, 11 nov. 1985.

Fernando Henrique Cardoso (candidato pelo PMDB) em não levantar algumas bandeiras “verdadeiramente socialistas”, tal como a do “engajamento político da maioria pobre e destituída na solução de seus problemas mais prementes”; e, por fim, a campanha de seu candidato, Eduardo Suplicy, representante do PT, que produzia uma “adocicada” propaganda eleitoral, um caminho arriscado para um partido que queria decolar com força própria: “À custa de que preço? De uma social-democratização *a la* moderna e *a la* brasileira, de consciência crítica humanitária mas irônica, galhofeira e ‘pluriclassista’. O candidato vê-se convertido a um equivalente da Kibon”²⁵⁶ (FERNANDES, 1986a, p. 59).

O campo da política destrói os ingênuos, os que querem uma coisa e fazem outra. É preciso enraizar os desenraizados em seus partidos, em suas organizações de luta, em seus meios ideológicos e políticos de atuação defensiva e ofensiva. A batalha eleitoral é uma batalha política. Os trabalhadores e os oprimidos precisam preparar-se para travá-la à sério, até o fim e até o fundo²⁵⁷ (FERNANDES, 1986a, p. 54-55).

Na condição de publicista, como articulista de um jornal de abrangência nacional, Florestan apontava a centralidade da ação político-revolucionária, destacando, nas questões investigadas, a “galvanização” da massa proletária e os problemas concernentes à constituição do sujeito revolucionário. A conversão de Florestan em o *pedagogo da revolução* revelou, como vimos, “um ensaísta do processo sócio-político em curso” que tinha o objetivo de difundir as idéias socialistas entre os trabalhadores (NETTO, 1987, p. 298) – dando conteúdo, forma e prosseguimento ao seu projeto singular, definido por Garcia (2002) como *destino ímpar*. O maior representante da sociologia uspiana, vale ressaltar, não toma isso como uma tarefa “doutrinária”, mas como uma ação que se articula à convicção de que a maturidade política das classes trabalhadoras, a partir da socialização socialista de bases e quadros dirigentes, é imprescindível para o projeto revolucionário. O fim visado era o fortalecimento de uma ótica comunista, com capacidade de clarificar as condições reais da luta de classes, definir interesses políticos estratégicos e, por fim, projetar teoricamente as alternativas em conflito. Concepção próxima à seguinte projeção de Adelmo Genro Filho sobre o processo revolucionário:

Nos momentos de crise revolucionária, as grandes massas passam a adotar, embora de modo impreciso em sua configuração lógica e abstrata, um novo sistema de valores políticos, jurídicos, éticos e filosóficos na forma de um projeto de poder que apresenta duas referências nítidas: a destruição do

²⁵⁶ “Embates eleitorais e luta pela vida”. *Folha de S. Paulo*, 11 nov. 1985.

²⁵⁷ “Quem ganhou?”. *Folha de S. Paulo*, 25 nov. 1985.

existente e a construção de uma nova realidade, a qual vai sendo construída na relação dinâmica entre a experiência cotidiana e a direção política de sua vanguarda. É precisamente esse instinto de classe, essa energia revolucionária, essa consciência rebelde que se incorpora ao senso comum nos momentos de crise revolucionária, que faz das massas sujeitos da história mesmo sem a assimilação abstrata da teoria. [...] A contradição entre a particularidade da ideologia espontânea do proletariado e o sistema global de valores dominantes, que legitimam a exploração, acaba gerando uma explosão na consciência dos dominados que, nesse momento, se autonomiza em relação a certos valores fundamentais da ideologia burguesa (GENRO, 1985, p. 84).

Dessa forma, a pedagogia socialista de Florestan, distante de uma “vulgar pedagogia” típica de um “socialismo de cátedra”²⁵⁸, completava o circuito aberto pela inflexão de seu pensamento, que resultou no resgate do paradigma marxiano e no conseqüente deslocamento da análise teórico-crítica para a ação política. E o avanço dessa atividade militante teve como estofo o exercício de uma concepção pedagógica que se caracterizou pela vinculação entre a reflexão teórica e a intervenção política, sem desintegrar teoria e militância.

O pedagogo socialista não abre mão da condição intelectual (teórica) – esta é ainda mais exigida pela prova da educação coletiva; mas se redefine enquanto só se realiza na medida em que o pedagogo é também receptor (e coesionador) da experiência do coletivo a que se reporta. A pedagogia socialista não funda a consciência revolucionária (desejá-lo seria pretender a substituição da vanguarda, do partido); contudo, desenvolve-a, atualiza-a, potencia-a no seu processamento (e, pois, é parte integrante da ação de vanguarda) (NETTO, 1987, p. 304).

Seu posterior engajamento num partido político, que representava uma novidade institucional por ser expressão direta do movimento trabalhista-sindical²⁵⁹, é a outra face dessa reflexão sobre o conhecimento, a democracia e o papel da educação. A busca de um novo espaço de atuação que não deixa de ser uma recuperação dos tempos de militância²⁶⁰.

²⁵⁸ “[...] na qual o proletariado entra apenas como cobaia para que o ‘saber real’ demonstre toda sua grandeza, pois os mestres e educandos não trocam nunca seus papéis” (GENRO, 1985, p. 81).

²⁵⁹ Esse caráter de novidade era assim explicado por Mário Pedrosa: “Diferentemente de todos os partidos [...] o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores. É único de estrutura, é único de tendências, é único de finalidade. [...] Partido de massa não tem vanguarda. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra, não tem dogmas e pela autocritica refaz seu erro. Por isso, deixamos à sua porta os preconceitos, os pendores, as tendências extras que possivelmente nos moviam até lá” (PEDROSA apud BLOCH, 2003, p.1).

²⁶⁰ E também de alegria de viver, como se pode depreender deste depoimento de Florestan Fernandes Jr, falando sobre o abalo do exílio em seu pai: “Foi nesse início da década de 70 que a doença dele começou a se manifestar. E, além disso, ele ficou meio isolado. Os amigos sumiram e ele não tinha mais o espaço da universidade. Ele não tinha a quem falar. Ele só se reencontrou novamente, recuperou a felicidade, quando entrou para a política partidária” (FERNANDES, H.; FERNANDES Jr., 1995, p. 25). Opinião similar foi registrada por Antonio Candido no documentário dirigido por Stefanelli (2005), quando afirma que, devido à doença, acreditava que

No fim da vida fui levado a uma evolução inversa [uma revolução?], através de acontecimentos que são conhecidos. O professor que se partia pelo meio busca uma crescente participação publicista especificamente política e naturalmente tensa, insurgente, antilite e contra a ordem social capitalista. Novas esperanças e novas lutas, fora dos quadros institucionais da universidade. Encontrei um equilíbrio entre as duas partes do meu ser e uma resposta aos anseios revolucionários? Poderei servir ao proletariado e aos humildes como servi à universidade? (FERNANDES, 1995a, p. 15).

O trabalho parlamentar de Florestan²⁶¹ expressará essa tensão entre *teoria e prática*, revelando a convicção de que a produção de conhecimentos sobre a realidade brasileira, propiciada pela dedicação à sociologia, aporta insumos às forças sociais que podem se colocar objetivos socialistas (NETTO, 1987, p. 295). Não é por acaso que Florestan, como deputado pelo PT, não deixará de estar vinculado, durante a Constituinte de 1987, aos movimentos sociais mais aguerridos (educação, negros, mulheres, índios, sem-terra e de combate à fome), sempre ao lado das bandeiras mais radicais, que visavam o estabelecimento de uma democracia mais incluyente e participativa. Dessa experiência saíra um impressionante “diário” sobre o processo constituinte, documento de grande valor histórico para a compreensão de um importante momento da vida política brasileira.

Guardadas as especificidades, tal documento, que será objeto de análise no tópico a seguir, pode ser comparado aos relatos de Marx (1974a) e Tocqueville (1991) sobre as “jornadas revolucionárias” de 1848 na França. No caso de Marx, a comparação leva em conta a denúncia da representação parlamentar como arena política que reflete o avesso de uma sociedade cindida em classes. No de Tocqueville, refere-se à condição de ambos como protagonistas e testemunhas de experiências parlamentares singulares, cujos registros ajudam não só a elucidar os respectivos processos, mas trazem elementos para uma teorização da prática política em democracias burguesas em conformação.

5.2 – O observador-participante das jornadas constitucionais

Florestan estava condenando-se à morte. O que, felizmente, para a sua surpresa, não aconteceu. O debate eleitoral, segundo Candido, o reanimou e o deixou mais forte.

²⁶¹ Que se inicia com sua eleição de deputado federal constituinte pelo PT em 1987, com 50.024 votos obtidos no Estado de São Paulo, o que fez dele o quarto mais votado do partido. Os resultados eleitorais das candidaturas de Florestan estão publicados em Martinez (1998). Na Assembléia Nacional Constituinte, o parlamentar apresentou 93 emendas, tendo 34 aprovadas. Integrou a subcomissão de Educação, Cultura e Esportes e as comissões de Família, Educação, Cultura e Esportes, de Ciência e Tecnologia e de Comunicação.

O livro em questão – *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político* (FERNANDES, 1989b) – reúne escritos destinados, majoritariamente, à *Folha de S. Paulo* e ao *Jornal do Brasil*²⁶², que continuam e aprofundam as análises iniciadas em obras anteriores, especialmente *Que tipo de República?* (FERNANDES, 1986a). Só que agora, eleito deputado constituinte, depois de alguma relutância em participar do pleito, e mesmo em se filiar ao PT, Florestan podia acompanhar o processo de perto e por dentro²⁶³:

Essa dupla condição de parlamentar e observador não é freqüente; tampouco é bem vista por todos. Os conflitos de lealdade foram por mim solucionados privilegiando a última condição. Penso que o parlamentar não pode isentar-se de uma responsabilidade política maior, e é saudável corrigir a ótica dos interesses ou do viés direto pela perspectiva que nasce de vínculos com entidades externas e pela participação dos movimentos políticos que nascem, vivem e morrem na sociedade. Não se trata de um equivalente técnico da espionagem ou da detração pura e simples. Cada um é responsável pelo que escreve e, se faltar à verdade, fica sujeito à condenação de seus próprios pares. Desenvolvi uma clara consciência desse fato e dos limites dentro dos quais deveria exercer um papel crítico construtivo, sem beneficiar-me da “dualidade ética”, dos dois códigos de moral, que funcionam automaticamente em tais circunstâncias (FERNANDES, 1989b, p. 9).

Florestan Fernandes só se filia ao PT em 1986, sob o convite da direção partidária e a pressão de amigos para concorrer às eleições daquele ano. Apesar de acompanhar o partido desde sua formação, incomodava o sociólogo a falta de um programa que o sustentasse como núcleo político da classe trabalhadora, assim como as ambigüidades advindas das relações entre as correntes mais intelectualistas e as tendências cristã e social-democrata.

Desde o início, senti uma grande simpatia pelo PT. Mas, ao mesmo tempo, tinha medo de entrar para o partido, porque o arco que ia desde movimentos de comunidades de base sem conotação política, de caráter humanitário, passando por um núcleo social-democrático que tinha servido e serve para fortalecer a reforma do capitalismo, até socialistas democráticos e comunistas e socialistas revolucionários, esse imenso arco me assustava²⁶⁴.

²⁶² Fundado em 1891, por Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco, o *Jornal do Brasil* nasceu como crítico do movimento republicano, mas logo – em 1893 – assumiu feições liberais sob o comando de Rui Barbosa. Depois de um período de ostracismo, teve seu grande momento nos anos 50 e 60, quando se deu a famosa “Reforma do *Jornal do Brasil*”, que serviu de paradigma para a imprensa brasileira, pela ampliação do noticiário e a ousadia gráfica. Destaque para a atuação de Alberto Dines, editor do jornal de 1961 a 1973, que consagrou a “reforma do *JB*” dando nova estatura ao jornalismo político (FERREIRA, 1996). Após grandes dificuldades pela oposição ao regime ditatorial, sobreviveu nos anos 80 como antítese do jornal *O Globo*, mas com poucas condições de enfrentar a concorrência do grupo dirigido pelo jornalista Roberto Marinho, comandante de um império empresarial em franca expansão, especialmente pela proximidade que manteve com o poder político durante e após a ditadura militar (HERZ, 1987).

²⁶³ Os discursos do parlamentar na ANC encontram-se reunidos em Fernandes (1988, 2004b).

²⁶⁴ Nessa mesma entrevista, Florestan conta que numa das vezes em que foi instigado a aderir ao partido, respondeu da seguinte forma a pergunta de Lula se ele era “aliado ou inimigo” do PT: “Isso não pega comigo, porque eu tenho origem inferior à sua. Comecei a trabalhar com 6 anos. Para mim, um operário tanto pode aderir

Eu preferia uma concentração mais nítida de valores políticos operários, dentro de uma tradição que teria de ser anarquista ou marxista. Como o anarquismo não tem condições de derrubar uma sociedade capitalista organizada, a única alternativa para mim era a marxista (FERNANDES, 1991c).

Ao decidir se filiar e se candidatar, Florestan via a possibilidade de defender no Congresso as posições que sempre pregou ao longo da vida, como expressa em uma outra entrevista:

Tenho poucas qualificações. Não sou político profissional, mas me orgulho de participar desse processo do PT. Vou falar não em nome, mas através de um partido que defende o socialismo proletário. [...] Com 66 anos ou faço o que posso ou não farei nada. Estou no PT desde maio de 1986, numa tentativa de demonstrar minha coerência, lealdade para com o movimento proletário socialista. Se falhar, falharei com boas intenções²⁶⁵ (FERNANDES, 1994, p. 131).

O “fundador tardio”²⁶⁶ do PT acreditava que o partido tinha condições de se transformar num importante instrumento dos mais pobres para “civilizar” a sociedade civil brasileira, a partir do acirramento da luta de classes e, por consequência, da criação de condições para a instauração de uma real “ordem social competitiva”. No entanto, Florestan já afirmava, desde o início, que, para isso, o partido não poderia ceder às correntes do “socialismo legalista” que abriam caminho para a sua social-democratização, o que seria o primeiro passo para a criação de uma casta burocrático-eleitoreira disposta a entrar no jogo da representação política sem o nível de intransigência necessária para resistir aos apelos da cooptação e, quiçá, da corrupção próprias de uma “democracia” burguesa – preocupação que demonstra, por exemplo, ao prefaciá-lo livro de Adelmo Genro Filho (1987b) sobre as disputas internas do PT, ainda em meados da década de 80.

O socialismo comprometido com a democracia burguesa ainda é uma forma de reprodução do sistema capitalista de poder. A revolução proletária volta-se para a emancipação coletiva dos trabalhadores pelos *próprios trabalhadores*. Ou o PT decifra a solução correta dessa necessidade histórica na cena brasileira ou ele engrossará as fileiras dos partidos reformistas imantados à “reforma capitalista do capitalismo”, ao “capitalismo melhorado

a um movimento fascista como a um movimento socialista, ou ficar indiferente. Eu não sou operário e não me ajoelho diante do deus operário. Para eu entrar no PT, quero que ele defina seu programa, esclarecendo melhor quais as opções que envolvem a sua presença como núcleo político da classe trabalhadora” (FERNANDES, 1991c).

²⁶⁵ “A maioria não está na Constituinte”. *Jornal do Brasil*, 08 fev. 1987.

²⁶⁶ Devido ao à extrema dedicação ao mandato, Florestan se tornou um dos deputados mais conhecidos do PT durante a ANC, inclusive pela sua atuação como publicista, vinculação essa que resultou na difusão equivocada de sua imagem como um dos intelectuais fundadores do partido.

ou ao “capitalismo do bem-estar social”. Penso ser esta a principal resposta deste livro às indagações, às esperanças e às convicções que nos lançam, dentro do PT, à luta pelo socialismo proletário e revolucionário (FERNANDES, 1989c, 215)²⁶⁷.

Já como “observador-participante” da ANC, Florestan afirma que a repercussão de seu trabalho de publicista entre os parlamentares foi positiva, motivo para inúmeras discussões, com muitas palavras de apoio e algumas desaprovações. De acordo com o tema, ele já sabia, por exemplo, quais seriam seus respectivos interlocutores, o que o fazia alargar seu campo de visão, testar as interpretações e escolher novos assuntos – delineando-se uma colaboração espontânea, de influência recíproca, que ia além e acima dos partidos. Entre um “discurso” e um “artigo” – “dois modos de comunicação do pensamento” – o último “mostrou-se mais maleável, com penetração relativa mais ampla e uma influência potencial maior” (FERNANDES, 1989b, p. 9-10).

Nos textos iniciais, percebe-se uma grande expectativa quanto ao processo constituinte, promessa que vai se definindo com o tempo. Ainda assim, Florestan continuará a afirmar que a nova Constituição – “por pouco que dure” – se postava como um ponto de divórcio na “transição transada” que se delineava desde meados da década de 70. Não houve a “ruptura” que vislumbrava, que marcaria o dilaceramento final da “Nova República”. O motivo, segundo o sociólogo foi a ausência de projetos dos “partidos da ordem” (especialmente o PMDB e o PFL) e a falta de espaço para o debate de idéias mais radicais, já que o “nosso reformismo” continuava a não passar de uma variante epidérmica do “conservantismo ilustrado” – o que o impôs a aceitar a realidade e, assim, deixar para mais tarde os diálogos com os leitores que cometeram, como o próprio parlamentar, a confusão comum e lamentável entre a “filosofia do senso comum” e a “filosofia política”.

O leitor descobrirá o quanto é volátil a imaginação humana. Às vezes, com as esperanças no alto, acreditei, com outros companheiros, em avanços que afloraram reiteradamente, sem concretizar-se. Outras vezes, com as decepções fervendo, empenhei-me a fundo no combate contra influências ou deliberações retrógradas, que se desvaneceram ou vingaram. A *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil* viam-se envolvidos na pugna constitucional, evidenciando que a grande imprensa podia desempenhar papéis construtivos no apoio das mais variadas reivindicações democráticas, sem pôr em risco sua imparcialidade. Portanto, as oscilações que se notam, aqui e ali, não

²⁶⁷ A leitura deste prefácio – republicado em Fernandes (1989c) com o título “O PT e o socialismo” – e dos artigos jornalísticos de Florestan dessa época pode, a meu ver, ajudar a esclarecer muitas coisas que correm nos dias de hoje. A começar pelo “registro de que uma das condições que o fizeram aceitar o convite do PT era a obrigação de contribuir com 30% de seu salário para a edificação do partido – situação bem diferente dos que hoje assumem, no mínimo, ter cedido à informalidade do ‘Caixa 2’ eleitoral, sem contar a suspeita de compra de parlamentares pelo ‘mensalão’ de R\$ 30 mil” (OLIVEIRA, 2005b).

representam alteração de opiniões pessoais ou da estratégia do PT na Assembléia Nacional Constituinte. Mostram que o elemento humano na política permanece sempre presente (FERNANDES, 1989b, p. 11-12).

Com isso, se o diário florestaniano das jornadas constitucionais ostenta o grau de grandeza (ou de mesquinharia) dos homens diante dos dilemas históricos de um país capitalista dependente, também torna evidente a carga de utopia necessária para a negação e a superação do “desenvolvimento desigual” – fenômeno que, segundo o publicista, não será alcançado pela simples adesão ao formalismo democrático, mas somente com uma proposta política enlaçada ao desejo de se implementar uma civilização sem barbárie. Tal como a exemplificada pela própria atuação de Florestan Fernandes como deputado constituinte, marcada por sua fidelidade a um conceito ético de política que o tornou imune ao tradicional jogo de negociações da política brasileira – o que não é novidade para quem, na universidade, não separara o compromisso de cientista da responsabilidade moral para com a sociedade.

De acordo com um de seus pares, o deputado Lysâneas Maciel, há na trajetória do sociólogo-político-publicista uma consistência entre as propostas e as atitudes, que faz o exemplo de Florestan lembrar a insistência gramsciana de que todo projeto político coerente contém uma base ética que o torna viável – senão expressas em “vitórias” imediatas, mas como geradoras de elementos subjetivos e objetivos dinâmicos capazes de entusiasmar novos sujeitos coletivos e individuais.

Por essas razões a figura do professor cresceu ao fazer diretamente a política partidária, pois não abandonou em nenhum momento os compromissos feitos em campanha. A firmeza de suas posições se dá exatamente porque, uma vez escolhidos os parâmetros que deveriam nortear sua prática, deles não abriu mão. Isso mostra que sua compreensão da realidade da vida nacional não permitia atitudes que denotassem o esquecimento da população que jurou defender. [...] Quando muitos conchavam, cedem a interesses menores e ao personalismo exacerbado, parece que nos esquecemos do quanto é importante a presença de homens cuja coragem se transforma em símbolo e exemplo (MACIEL, 1989, p. 14-15).

Para Maciel, o que mais honrou a atividade parlamentar de Florestan foi o fato de não ter aberto mão do compromisso com os setores populares, a denúncia constante do caráter de classes das propostas dos grupos que se denominavam “liberais” e, por conseqüência, a denúncia das barganhas políticas por cargos e poder.

O que mais denunciou mestre Florestan foi o prejuízo que essas negociações trariam para o assalariado menor, o camponês, o favelado e os abandonados pelo sistema. Critério ético, puramente? Submissão a uma linha partidária

que não podia, por questões estratégicas, abrir mão de sua plataforma? Obediência a palavras de ordem de grupelhos minoritários de atitudes radicais? O simples enunciado das perguntas mostra que não se trata de nenhuma redução da prática política, mas do engrandecimento da própria maneira de cuidar da coisa pública e de servir à Nação (MACIEL, 1989, p. 14).

Neste sentido, a denúncia de Florestan sobre o “jogo dos políticos” não recai numa tentativa de “moralização da política” (CERQUEIRA, 2005), contrária à visão da “política como arte”, mas na exigência de se cobrar dos “atores políticos” o que está por detrás da própria encenação que decantam, para assim tornar clarividente os “autores” do “politicismo oco das grandes e pequenas figuras das classes dominantes e de seus movimentos políticos”, como faz o publicista em “O politicismo burguês” (*Folha de S. Paulo*, 26 jun. 1986), ao analisar as já citadas eleições municipais da capital paulista:

Esse politicismo vazio, pernicioso e visceralmente atrasado (ele nos remete às ditas “velhas oligarquias” e às suas práticas políticas, embora, ao mesmo tempo, esteja enraizado no jogo de forças do atual capitalismo monopolista dependente e nas irradiações globais da cidade de São Paulo como a megalópolis que sateliza os dinamismos internos do desenvolvimento desigual) é, em si e por si mesmo, o modo pelo qual uma burguesia impotente corrói os dinamismos políticos do desenvolvimento capitalista e, por essa via indireta, debilita a luta política das classes trabalhadoras e das massas populares (FERNANDES, 1989b, 17).

O contraponto desses interesses que fomentam a febre por posições, o constante e renovado assalto aos “castelos do poder” na qual os partidos e as instituições governamentais não passam de meios para ratear os recursos públicos, está, segundo Florestan, na força e nos interesses dos que ficam à margem dessa voracidade generalizada.

Os excluídos formam, assim, as hostes não dos *puros*, mas do que nos permitem aguardar o aparecimento de práticas políticas de outra natureza, isentas do politicismo vulgar e do assalto metódico ao poder como meio para fins inconfessáveis. Isso quer dizer que a maioria, as massas incomensuráveis de vítimas da perversão do político e da perversidade da política, constituem uma retaguarda de recuperação e uma fonte insondável de esperanças sólidas²⁶⁸ (FERNANDES, 1989b, p. 18).

Um exemplo dessa *possibilidade* Florestan vai encontrar na “crise institucional” que levou à desestabilização do regime ditatorial, resultado concomitante e conjugado do processo de adaptação do país à intensificação da internacionalização do sistema de produção

²⁶⁸ “O politicismo burguês” (*Folha de S. Paulo*, 26 jun. 1986).

capitalista. Esse processo aprofundou o controle externo pelos países centrais, assim como produziu impacto sobre a fragmentação da sociedade civil – que acabou por exigir um novo tipo de domínio das minorias oligárquicas e plutocráticas, devido ao aparecimento de um novo padrão de luta política das classes sociais, representadas pelo surgimento de instituições e organizações²⁶⁹ que passaram a interferir mais ativamente sobre questões relativas às iniquidades humanas, tradicionalmente vigentes na sociedade brasileira. Na nova situação, para dar fim ao prolongamento de uma “transição transada”, Florestan preconizava a necessária articulação dos partidos de esquerda com essas forças sociais, fator fundamental para que alcançassem um padrão de intervenção capaz de promover uma alteração no modo de funcionamento do Estado brasileiro. Declarava e lembrava, assim, a lição de Engels de que não é o Estado que determina a sociedade: é esta que determina aquele, embora exista uma relação recíproca quando as coisas funcionam historicamente.

Se a minoria que monopoliza o poder bloqueia o campo das transformações (e da linguagem ou da ação liberal-radical da burguesia), a maioria deve saltar à frente e servir como a alavanca da revolução democrática e da criação de um estado democrático popular. Todas as forças vitais de esquerda, dos sindicatos aos partidos e às organizações culturais de frente devem aprender a lidar diretamente *com seus problemas e segundo uma estratégia própria*. Primeiro, para conquistar o centro dinâmico da ordem e da sociedade; segundo, para conferir a este a capacidade de *alterar as estruturas, os conteúdos e o rendimento do Estado*²⁷⁰ (FERNANDES, 1989b, p. 22).

O “busílis da questão”, diria Florestan, está na necessária capacidade de articulação entre os setores radicais dos trabalhadores organizados e da pequena burguesia com a grande massa de excluídos que congregam as periferias e os subterrâneos de uma sociedade capitalista dependente como o Brasil. Esse, a seu ver, era o “calcanhar de Aquiles” do PT, partido ainda demasiado fraco e incipiente para ampliar suas malhas até os “oprimidos que não conhecem o sal da Terra e sequer podem comer o pão que o diabo amassou”²⁷¹ (FERNANDES, 1989b, p. 21). Segundo o publicista, toda sociedade estratificada produz uma massa variável de indivíduos excluídos da ordem. No passado colonial, por exemplo, havia os “homens pobres livres”, que não eram nem *homens* (do ângulo dos estamentos senhoriais)

²⁶⁹ Florestan, em “A crise institucional” (*Folha de S. Paulo*, 13 jul. 1986), faz referência explícita às seguintes organizações e instituições: a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); as comissões de Justiça e Paz; a Comissão Pastoral da Terra (CPT); a renovada Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); as comunidades eclesiais de bases (CEBs); as comissões de fábrica; as associações de bairro; as organizações de vanguarda dos espoliados da terra, dos indígenas, dos negros, das mulheres, dos movimentos de liberação sexual; das organizações dos favelados, de protestos de menores e de setores carentes (FERNANDES, 1989b, p. 20).

²⁷⁰ “A crise institucional” (*Folha de S. Paulo*, 13 jul. 1986).

²⁷¹ “A crise institucional” (*Folha de S. Paulo*, 13 jul. 1986).

nem *livres* (já que só não eram escravos, até porque estes valiam mais no mercado dos aqueles).

Dessa massa vieram as populações excedentes da transição imperial e republicana que desaguaram na sociedade em industrialização que produziu uma nova gama de excluídos urbanos, cabendo-lhes ser “o exército industrial de reserva, um elemento de desvalorização do valor monetário do trabalho, de desorganização das classes trabalhadoras e de manipulação repressiva das forças policiais”²⁷² (FERNANDES, 1989b, p. 24). A esses se somaram a população expulsa do campo, o que resultou no inchaço das cidades e nas favelas de vários tipos e tamanhos.

Vistas do avião, cidades como Lima e Caracas me deram a idéia de que essas massas humanas excluídas poderiam transformar a conquista do poder em um fenômeno físico. Se elas invadissem os quartéis, as delegacias e outros bastiões da ordem, elas ocupariam todo o espaço e o uso de armas se tornaria impraticável! No entanto, elas são portadoras de culturas tradicionais e de crenças inculcadas pelos “civilizados”, que excluem esse uso da contraviolência e deixam-se cozinhar no banho frio de surdos rancores, pelos quais a frustração lança o ódio para dentro das próprias hostes e a solidariedade não chega a atingir o porte histórico de uma união sagrada autodefensiva e ofensiva contra os de cima. São Paulo, como o Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras, abriga em ilhas dispersas e em áreas contíguas milhões de desenraizados, que se perdem no pó e na poluição humana da Metrópole²⁷³ (FERNANDES, 1989b, p. 24-25).

Metrópoles que, na acepção de Milton Santos (1997), diferentes das do “primeiro-mundo” (que têm trajetórias “tradicionais”, que acompanham o percurso tempo-espacial do modernismo para o “pós-modernismo”), crescem rapidamente e logo se tornam “necrópoles” – quando já não nascem necrosadas. Nessas discontinuidades é que podemos ler o texto silencioso da perpetuação de antigas e a criação de novas estruturas de dominação, exploração e indiferença, nas quais os poderosos trocam por migalhas o apoio das massas vitimadas pela “explosão demográfica” dessa modernização de superfície. “Eu próprio, lembra Florestan de sua infância, *lumpen* e miserável da terra, corria pelas ruas gritando ‘queremos Getúlio’, atrás de outros milhares de pés-descalços ou mal-calçados iguais a mim”²⁷⁴ (FERNANDES, 1989, 25).

O que faz essa população desenraizada ficar tão ávida por compensações e esperanças vãs? Quais são os seus sonhos? Por não terem nada, não pertencendo nem ao *mercado* nem à *política*, se movem por promessas, miragens e anseios esperando o fim da purgação e da

²⁷² “Os desenraizados” (*Folha de S. Paulo*, 21 ago. 1986).

²⁷³ “Os desenraizados” (*Folha de S. Paulo*, 21 ago. 1986).

²⁷⁴ “Os desenraizados” (*Folha de S. Paulo*, 21 ago. 1986).

exclusão, sem se darem conta da combinação auto-explosiva entre trabalho barato e alienação política, que fortalece o sistema de poder. Dessa forma, a condenação moralista do lumpensinado e do desenraizado por sua rusticidade, ignorância e “apatia” não passa de um discurso diante do espelho da própria sociedade civil capitalista, que fabrica seus milhões de excluídos para a necessária reprodução da ordem. É essa reflexão, segundo Florestan, que deveria ser feita naquele momento de ebulição de uma nova ordem, que se queria “democrática”. Reflexão que estava sendo desconsiderada pelos “partidos da ordem”, por motivos óbvios, e pelos “partidos de esquerda”, ressabiados em avançar no terreno minado da ideologia “terrorista burguesa” sobre a violência dos excluídos – a referência básica da violência institucional que se oculta nas atividades legais das classes privilegiadas. Eis, segundo Florestan, o dilema histórico que se colocava: poder-se-ia chegar à democracia, ainda que a democracia ampliada burguesa, por tais meios e com tais fins?

A possibilidade de repetição de mais uma “conciliação conservadora” daria continuidade à estratégia de fechar os horizontes para a eclosão das forças populares na cena histórica, tal como aconteceu com a “transição lenta, segura e gradual” da ditadura, e que fazia da “Nova República” um equivalente civil do regime militar antecedente.

Até o pessoal é o mesmo, os procedimentos tecnocráticos são os mesmos, o desprezo pelo povo é o mesmo... As variações que podem ser apontadas correm por conta do sangue novo que o PMDB levou para o tope, modernizando e refinando a fachada de uma República institucional “civilizada” (FERNANDES, 1989b, p. 27).

“A questão dos partidos” (*Folha de S. Paulo*, 02 set. 1986), portanto, como se intitula o artigo correspondente à citação anterior, é que eles reproduziam esse “mesmismo” mantendo suas forças políticas presas ao enquadramento do poder burguês-militar que se perpetuava, fazendo da chamada “Aliança Democrática” um blefe do conservantismo e do reacionarismo que simbolizavam o peso do poder econômico das classes dominantes na sociedade civil, esmagando a democratização espontânea que as “Diretas Já” colocaram em perspectiva. Às forças sociais organizadas e aos partidos de esquerda restavam o desafio de quebrar esse sistema de manipulação e lutar pela politização independente do proletariado e dos desenraizados para que a “ordem ilegal” fosse desbaratada e o Congresso Nacional Constituinte almejado não se transformasse em um “respiro” para os “fíéis” do poder econômico conseguir resguardar “a transição lenta, gradual e segura”, com tudo o que ela implicava de espúrio no casamento do “poder civil” com o “vértice militar” e a “estratégia global imperialista” soprada de fora.

Florestan, mesmo sob esse duro cenário, mantém um lampejo de otimismo.

Tudo pode acontecer. Contudo, eu não acredito nessa hipótese. Seria sórdido demais, insensato demais, algo muito shakespeariano para a brutalidade tosca dos trópicos e dos países pobres com milhões de oprimidos, que reduzem a revolução social a uma equação da miséria: os partidos mudam seu modo de ser ou a sociedade civil passa por cima deles como um trator, esmagando-os. O tempo não oferece um respiro ao rancor autodefensivo das classes dominantes e à “estratégia de segurança global” do pentagonismo imperialista. Ao contrário, ele põe as burguesias dos países-chave da periferia contra a parede. Ou elas buscam alternativas próprias e independentes, abertas à revolução democrática, ou elas irão pelos ares com sua ordem social pervertida de privilégios seculares²⁷⁵ (FERNANDES, 1989b, 29).

Um dos desafios, segundo o publicista, era combater o já citado mito da “apatia” das massas, que os meios de comunicação ajudavam a professar naquele momento com a divulgação das pesquisas de opinião sobre o suposto desinteresse pela Constituinte. Por ignorância ou complacência, esquecia-se que a incorporação morfológica da maioria de miseráveis da terra e de trabalhadores assalariados livres e semilivres não significava uma inserção social efetiva, dada a falta de peso e voz nessa mesma sociedade civil.

Os senhores da fala, da riqueza e do poder decidem tudo. Aos outros, a imensa maioria de não-cidadãos ou de cidadãos pela metade, sejam ou não eleitores, cabe o papel passivo de sofrer e obedecer. [...] Não há porque culpar o povo. Excluído, este mantém aparente condição passiva de comparsa surdo, mudo e impassível. Falou-se que foi assim que o povo “assistiu” a todos os grandes acontecimentos de nossa história, que não era a história dele. Mas nem isso é verdadeiro. Ele nunca foi agente ativo, porque sempre esteve privado da condição de agente histórico. O que vai, de fato, pelo coração e pela mente do povo? Esta é a pergunta essencial, difícil de responder²⁷⁶ (FERNANDES, 1989b, p. 31).

Para Florestan, o “desinteresse” é um fenômeno de superfície que esconde o vir-a-ser de um proletariado que, gradativamente, vai tomando consciência de suas condições de vida e das tarefas necessárias à sua transformação. As “análises de conjuntura”, nessa perspectiva, nunca podem servir de base para avaliações conclusivas sobre a capacidade de sonho e realização de um determinado agente histórico. No caso da Constituição, o publicista entende que ela é vista pelo povo não como um fim, mas como um meio de se alcançar uma forma política popular de democracia – que longe de ser “um valor supremo em si”, é o alvo

²⁷⁵ “A questão dos partidos” (*Folha de S. Paulo*, 02 set. 1986).

²⁷⁶ “Os subterrâneos da História não entram nas enquetes” (*Leia*, set. 1986).

necessário para tornar os humildes e os proletários em agentes históricos de um novo tipo de sociedade: libertária, igualitária e socialista.

A história profunda não comparece nos inquéritos de opinião e em análises superficiais de conjuntura. Pior para a Nação? Eu não diria isso. Melhor para a negação da ordem existente, para as suas transformações de longa duração e a auto-emancipação coletiva dos trabalhadores. A história que parece estagnada, corre veloz em seus subterrâneos e põe-nos diante de esperanças políticas que transcendem as constituições burguesas e nos obriga a pensar no futuro como a antítese de um presente contraditório e enigmático²⁷⁷ (FERNANDES, 1989b, p. 32-33).

O otimismo de Florestan frente às possibilidades de uma “revolução dentro da ordem”, “que deixou de ser uma ficção”, capaz de engendrar os dinamismo necessários para uma “revolução contra ordem”, que “poderá ou não se configurar no futuro próximo”²⁷⁸ (FERNANDES, 1989b, p. 42), não vem de uma visão idealizada da situação histórica concreta. O sociólogo sabe que na “cabeça do trabalhador” ainda perpassa elementos profundos da ideologia burguesa e dos “resíduos” tradicionais da recente experiência de transmutação de uma sociedade rural-agrícola escravista em urbano-industrial semi-proletarizada. Mais do que um *slogan* ou palavra de ordem, a luta de classes deve ser entendida no seu sentido específico, como um processo social e uma técnica política, que naquele momento deveria se voltar para a aquisição de meios sociais de organização sindical, partidária e cultural, com o objetivo central de elevar a consciência social proletária.

As organizações mencionadas devem realizar essa tarefa política, promovendo a difusão do socialismo proletário e revolucionando, através dele, as mentes e os corações dos trabalhadores. Esse salto não acontece de “modo espontâneo”. A socialização socialista do proletário faz parte do “trabalho educativo” de tais organizações constitui um pré-requisito da luta pela conquista do poder. Não adianta resmungar contra os fatos crus. O melhor é enfrentá-los e superá-los! Ou submeter-se passivamente à “supremacia burguesa”²⁷⁹ (FERNANDES, 1989b, p. 45-46).

É dessa forma que Florestan via a pugna eleitoral recém finalizada, com a qual se tornara deputado federal constituinte. Não será sem razão que ele vai considerar como ápice dessa passagem primeira pela política parlamentar a sua participação na campanha eleitoral, que proporcionaram momentos especiais de articulação de forças, uma interessante

²⁷⁷ “Os subterrâneos da História não entram nas enquetes” (*Leia*, set. 1986).

²⁷⁸ “Movimentos operários, greves e democracia” (*Folha de S. Paulo*, 29 set. 1986).

²⁷⁹ “A cabeça do trabalhador” (*Folha de S. Paulo*, 03 nov. 1986).

experiência de co-educação entre "intelectual" e "massa"²⁸⁰ (FERNANDES, 1994, p. 157). Mas foi também nela que ele percebeu o efeito nocivo do “imediatismo eleitoral” das campanhas políticas no Brasil, especialmente a falta de preparo dos partidos de esquerda para se defenderem das técnicas burguesas de propaganda política, que – ressaltava o publicista – atravessavam os muros de suas próprias fileiras e acabavam por fortalecer as profecias auto-realizáveis dos “extremistas de gabinete”. Os dois grupos não entendiam que o *revolucionário* “agora” era atacar as debilidades organizativas das classes trabalhadoras para enfrentar as forças conservadoras no Congresso Nacional.

Se essas debilidades organizativas não forem reconhecidas e superadas, com a rapidez possível, nunca haverá “luta pela conquista do poder”. Este continuará nas mãos da burguesia e dos seus aliados de classe, que montaram a ditadura, puseram em seu lugar a “Nova República” e já preparam o terreno para que ela assegure a cobiçada “transição lenta, gradual e segura”, com um Congresso Constituinte domesticado e tangido de cima por um Governo disposto a manter os proletários e os oprimidos “em seu lugar”²⁸¹ (FERNANDES, 1989b, p. 50).

Florestan acreditava na força dos “escolhidos pelos mais humildes”, que se não formavam a “maioria parlamentar” representante da minoria detentora dos poderes políticos, econômicos e culturais, eram os mandatários imperativos da maioria dos oprimidos que demandava uma conexão mais orgânica com as forças parlamentares. Se é de baixo que vem a exigência histórica de uma República democrática a serviço de todos – “como instrumento de extinção da fome, da miséria, da ignorância, da violência institucionalizada, alicerces dos privilégios daquela mínima maioria”²⁸² (FERNANDES, 1989b, p. 52) –, os escolhidos pelas forças populares mais conscientes deveriam ser os arautos dessa mensagem de

²⁸⁰ As diretrizes da primeira campanha de Florestan a deputado federal encontram-se na segunda parte de Fernandes (1989c), sob o título “PT: promessa e utopia” – uma campanha, segundo o parlamentar, “de sentido socialista, fundada na solidariedade humana, na fraternidade de idéias e no altruísmo pessoal. *Foi esse apoio que me tornou candidato* e não um simples figurante de eleições rituais e corrompidas pelo poder econômico” (FERNANDES, 1989c, p. 8). Uma campanha, portanto, diferente e crítica ao início de uma “nova” forma de se fazer política no Brasil, que ganhou maior dimensão com a “produção” de Fernando Collor de Mello, que, segundo Florestan, em “A transição democrática” (*Folha de S. Paulo*, 21 ago. 1989), baseava-se em três pilares: na psicologia eleitoral, “de construção da imagem política”; na política prática, “de elaboração do discurso político e sua difusão por meios eletrônicos e impressos, que inculcam a imagem e o discurso”; e no marketing eleitoral no sentido amplo, “de ‘venda’ do candidato aos eleitores e de negociação de suas promessas e alianças” (FERNANDES, 1990, p. 66).

²⁸¹ “Luta de classes e socialismo proletário”. *Folha de S. Paulo*, 28 nov. 1986.

²⁸² “Congresso Constituinte sem sonhos”. *Pasquim*, 11 a 18 dez. 1986. Em outro artigo (“A prática da representação institucional”. *Folha de S. Paulo*, 10 mar. 1987), Florestan vai afirmar: “O Parlamento funciona como se fosse a Nação invertida. A minoria, pelo processo eleitoral corrompido, gera uma maioria inabalável. A maioria, por sua vez, só consegue eleger uma escassa minoria, e esta, mesmo que se distribua entre vários partidos e segmentos de partidos (de esquerda, de centro ou de direita), é impotente para retirar a Nação de sua letargia e estado de desorganização permanente” (FERNANDES, 1989b, p. 72).

“independência” e de ligação entre os tempos históricos que regem o Brasil. Tempos esses engatados numa situação de dependência que tem como símbolo maior a “dívida” imposta pelos figurantes externos da “tragédia” brasileira: as nações capitalistas imperialistas e as suas organizações internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Clube de Paris.

A dívida? Os devedores não devem nada, pois, tratando-se de uma novela, a dívida é uma ficção. Os credores, por sua vez, acreditam na dívida. Ela é a sua razão de ser. Sem ela, sairiam do palco. Todavia, o que eles emprestaram e estão tomando de volta? As coisas não batem entre si. Desse ângulo, a dívida deixa de ser uma ficção e se apresenta em sua verdadeira substância real como *O roubo colonial*, a novela que ninguém ousa levar ao palco ou ao vídeo. [...] Os estratos internacionais não podem tolerar que *A dívida* seja retirada de cartaz, não por refinamento artístico, mas porque isso seria endossar, de moto próprio, a pulverização do sistema capitalista mundial de poder. Não lhes importa que a novela assuma tons galantes e ousados ou, mesmo, *intermezzos* históricos e histriônicos. Esse é um problema dos “lá de baixo”... No fim, eles terão de gemer com o principal, com os juros e com as célebres comissões dos intermediários²⁸³ (FERNANDES, 1989b, p. 55).

Nesse cenário, o Estado aparece como agente direto da acumulação primitiva, gerando e distribuindo privilégios generosos, sem distinguir entre o “nacional” e os “gringos”, mesmo que, ao fim, sirva no discurso de “bode expiatório” para as mazelas da Nação. Produzindo as políticas necessárias, opera como uma “bomba de sucção que tira as últimas gotas de sangue dos trabalhadores manuais (agora, alternativamente, dos assalariados em geral) para inoculá-las nos organismos das empresas, para torná-las sadias e incentivar seu crescimento”²⁸⁴ (FERNANDES, 1989b, p. 56). Nesse modelo de imperialismo, as nações pobres são convertidas em novas fronteiras de acumulação de capital volátil, em prol das nações centrais, especialmente a “superpotência”: os Estados Unidos²⁸⁵.

O imperialismo da era atual carrega consigo uma ocupação específica do espaço das nações hospedeiras e uma revitalização de práticas semelhantes aos laços da relação colonial direta, com taxas ultra-espoliativas do

²⁸³ “Missão impossível”. *Folha de S. Paulo*, 22 dez. 1986. Segundo Florestan, em “Isolamento ou provincianismo?” (*Jornal do Brasil*, 22 nov. 1989), “a dívida desvenda a natureza íntima do tipo de dominação imperialista que a internacionalização da economia capitalista está engendrando e ao mesmo tempo coloca em evidência que sua autodefesa coletiva exige mais do que a unificação ideológica dos ‘povos pobres’” (FERNANDES, 1990, p. 39-40).

²⁸⁴ “Pacto social e desmobilização”. *Folha de S. Paulo*, 08 jan. 1987.

²⁸⁵ Em “O ‘desengajamento’ dos militares” (*Jornal do Brasil*, 09 out. 1988), Florestan destaca que “o papel das nações centrais e, particularmente, a influência aliciadora, corruptora e condutora dos Estados Unidos não recebem o tratamento que merecem. [...] O ‘quintal dos Estados Unidos’ não pode democratizar-se fora e acima de um certo teto. Isso poria em risco os privilégios do centro imperial e ameaçaria as fronteiras do destino histórico que Deus, a Natureza e o Poder lhe conferiram” (FERNANDES, 1989b, p. 368).

excedente econômico, drenado para o Exterior de maneira crescente²⁸⁶ (FERNANDES, 1989b, p. 71).

A perpetuação dessa condição faria com que o Brasil não se universalizasse como “Nação”, continuando a ficar dividido entre várias nações em uma sociedade que se modernizou através da concentração da renda e da multiplicação geométrica das iniquidades econômicas, sociais e culturais, acarretando no distanciamento do sonho de “novo Brasil” como comunidade política nacional e força de integração da América Latina. Embora conhecidas as “descomunais vantagens”, o Congresso Constituinte era uma nova oportunidade histórica, o novo campo de batalha que se apresentava, a chance de fazer do Estado algo mais do que sempre foi: um “núcleo de intermediação da dominação externa e de um estreito monopólio das classes dominantes, vesgas para os interesses mais profundos, e gerais da Nação como um todo”²⁸⁷ (FERNANDES, 1989b, p. 60).

Para tanto, Florestan considerava fundamental o combate às forças políticas que “venderam” as “Diretas Já” por vantagens políticas e que, naquele momento, conspiravam para a ampliação do mandato do então governo, legitimado por um novo “pacto social” inócuo – no qual “os operários entram nessa história como o Chapeuzinho Vermelho na fábula do Lobo Mau”²⁸⁸ (FERNANDES, 1990, p. 181) –, cujo único interesse era a desmobilização do protesto operário e da ira popular, sintoma da superposição de duas crises: uma conjuntural, outra estrutural (de longa duração). Sob elas, os seguintes agentes: de um lado, uma burguesia internacional e seus associados empenhados em resguardar seus privilégios através da defesa do privatismo “liberal”; de outro, uma classe trabalhadora parcialmente organizada para alterar a situação; e no meio, um fraco e retórico governo que herdou a ingrata tarefa de promover a “transição lenta, gradual e segura” em condições concretas inviáveis.

Nessas condições internas e internacionais pode-se falar em uma situação de guerra civil latente. Os de cima perderam a faculdade de decidir e de mandar. Os de baixo avançam de modo oscilante no sentido de não obedecer e de buscar meios próprios de auto-organização, de autodefesa e de ofensiva. Certas organizações ditas da sociedade civil interpuseram-se entre os contendores, com o fito de travar a luta de classes ou de submetê-la a regras de conflito regulado. Ainda aqui se exterioriza o particularismo agressivo das classes privilegiadas: elas desqualificaram a intermediação e

²⁸⁶ “A prática da representação institucional”. *Folha de S. Paulo*, 10 mar. 1987.

²⁸⁷ “Os trabalhadores e a Constituição”. *Folha de S. Paulo*, 02 fev. 1987.

²⁸⁸ “O pacto social improvável”. *Jornal do Brasil*, 03 nov. 1988.

estigmatizaram as organizações em questão como provocativas, agitadoras e perigosas²⁸⁹ (FERNANDES, 1989b, p. 65).

A batalha constitucional, portanto, surgia como uma oportunidade para uma “revolução dentro da ordem”, no sentido de se estimular uma forma política de democracia popular, uma democracia “pluralista” com duas faces: uma proletária, outra burguesa – o eixo histórico da soberania necessária para tornar o Brasil uma verdadeira Nação, com voz e vez para os trabalhadores do campo e da cidade, pondo fim à “transição transada” da “Nova República”, o mais novo “biombo” que escondia das massas a essência falsa de uma República “parlamentar, constitucional e representativa” – que não passava de um Estado de caráter autocrático de difícil superação. Como sair desse “ponto-morto” entre o passado e o presente, que cerra as passagens para um sistema nacional soberano? Segundo Florestan, dois eram os caminhos, não exclusivos, que nos ensinavam a história de outros povos:

O primeiro e principal consiste na mobilização da massa popular e na ativação do pólo proletário da luta de classes. Como um aríete, os de baixo devem derrubar essa bastilha invisível e cruel. O segundo é mais complexo e exigiria o aparecimento de um poder paralelo, como foram os conselhos em algumas revoluções modernas ou como poderia ser, no Brasil, o rápido espraiar do movimento de participação popular. [...] Esse primeiro caminho proporciona frutos mais rapidamente e exporia os parlamentares que “representam” com frequência apenas interesses particularistas à aprendizagem, sob pressão, da verdadeira natureza da representação. O segundo caminho, mais dificultoso e arriscado, acarreta soluções radicais, como a dualidade de poder e a impossibilidade de manter-se, sob coação, um falso regime de representação democrática²⁹⁰ (FERNANDES, 1989b, p. 73).

Para o publicista, aquele era o momento de “todas as forças vivas da Nação” fazerem-se sentir presentes na longínqua Brasília e participarem da criação de um novo Estado democrático. Alertava, porém, que por melhor e mais adequada que fosse, esse Estado não ia gerar por si mesmo uma “sociedade civil civilizada” – no entanto, poderia forjar suas bases políticas e legais, abrindo “opções tanto para o capital quanto para o trabalho”²⁹¹ (FERNANDES, 1989b, p. 76). E as esperanças cresciam pela incorporação, ao regimento da ANC, das chamadas proposições de “iniciativa popular”, demandada pelas forças sociais católico-reformistas, social-democráticas e socialistas-reformistas, com vistas à desmistificação da representação política liberal, que sob a inexistência de partidos orgânicos, faz dos parlamentares os representantes “autônomos” dos interesses da ordem. Mas para que

²⁸⁹ “A crise”. *Folha de S. Paulo*, 23 fev. 1987.

²⁹⁰ “A prática da representação institucional”. *Folha de S. Paulo*, 10 mar. 1987.

²⁹¹ “Autofagia”. *Folha de S. Paulo*, 18 mar. 1987.

essa expressão das “organizações de protesto, de luta e de reforma humanitária”, que se representam como “a sociedade civil”, não acabasse em um “substituísmo” inócuo, dois cuidados seriam necessários. O primeiro: o não esquecimento de “que, sob o capitalismo, a sociedade civil é a sociedade burguesa” e que, no caso de uma sociedade burguesa periférica, é ela “que unifica os estratos altos da burguesia nacional, a burguesia internacional, os militares e os tecnocratas em um bloco histórico”²⁹² (FERNANDES, 1989b, p. 78). O segundo: evitar que se tomassem as entidades pelo povo.

Para evitar tais escolhas, é preciso incentivar a ação direta, o que tem ocorrido, de fato, nas cidades e no campo. Aos poucos, os intermediários desaparecem, e os de baixo ultrapassam a exclusão e a substituição, impondo-se como agentes de seu querer coletivo e os verdadeiros protagonistas da nova História. Por paradoxal que pareça, isso exige que o humanitarismo se extinga e a luta de classes tome o lugar que deve ter no coração e nas mentes dos oprimidos²⁹³ (FERNANDES, 1989b, p. 78).

Era, portanto, a hora das massas populares cercarem o Congresso, penetrarem dentro dele e se revelarem dentro de seu corpo para demonstrar que a Nação não podia continuar acorrentada ao passado e às suas respectivas formas de dominação que a conduzem a uma “colônia disfarçada”. As massas precisavam “tomar a Bastilha” escondida sobre o “parlamentarismo caboclo” para escoimar da Constituição os elementos servis do “idealismo constitucional”, através de uma atuação ativa nas comissões e subcomissões, e a conseqüente conclamação do seu querer coletivo – o que faria do processo constituinte um processo popular de construção de um país “antielite e antiimperialista”, combatendo a “argamassa social” que confunde “privilégio, comando e poder”. Somente assim, segundo Florestan, dando esse primeiro passo, estariam dadas as condições para barrar mais uma “modernização conservadora”, que no Brasil assumiu a coloração de um “conservadorismo ilustrado”²⁹⁴.

Se não se pode fazer dançar os de cima, seria de bom-tom propiciar-lhes alternativas que não chegam à sua imaginação ou são ignoradas por seu egoísmo de classe. Daí a importância de aproveitar a iniciativa popular no que e como for possível. Nas circunstâncias, os pequenos avanços tornam-se decisivos, e evitar certas derrotas equivale a grandes vitórias. O resto virá

²⁹² “O uso da iniciativa popular”. *Folha de S. Paulo*, 03 abr. 1987.

²⁹³ “O uso da iniciativa popular”. *Folha de S. Paulo*, 03 abr. 1987.

²⁹⁴ Conservadorismo esse que, segundo Florestan, em “A raposa mostra o seu rabo...” (*Folha de S. Paulo*, 30 abr. 1987), camufla algo muito mais profundo e perverso, o que havia anteriormente denominado de “resistência sociopática à mudança”: “O que acontece conosco? Fomos contaminados pela lepra do conservantismo crônico nas origens coloniais, e ela se incorporou à estrutura genética dos donos do poder. Como a aranha, que herda a capacidade de tecer a teia, capturar e sugar a mosca, o conservador típico brasileiro, por mais notável, generoso e inteligente que seja, é um inimigo nato dos humildes, aqueles seres indefesos que infestam a paisagem, mas são indispensáveis para manter viva e em funcionamento a máquina da produção” (FERNANDES, 1989b, p. 85).

mais tarde, com a auto-emancipação coletiva dos oprimidos e a construção de uma nova sociedade, que uma constituição deformada não poderá evitar²⁹⁵ (FERNANDES, 1989b, p. 83).

A falta de clareza sobre essa articulação entre medidas de “revolução dentro da ordem” com as de “revolução contra ordem” levaria a perpetuar uma situação em que, para os humildes, sem peso e voz na sociedade civil, o Estado continuaria como equivalente do “sistema colonial”, na qual a luta de classes aparece apenas como possibilidade para o capital – o que denota uma “cultura cívica” que nada pode fazer contra a barbárie travestida de civilização. É por isso que Florestan alertava seus leitores para o necessário protesto contra uma recente tática das forças políticas conservadoras: a limitação do número de pessoas que poderiam ter acesso às galerias, sob a justificativa de “temor à baderna”. Numa fase em que se realizava uma espécie de “auditoria do Brasil real”, a pressão política já se fazia sentir nas subcomissões, com lances que emocionavam o publicista.

Por várias vias, gente de diversas categorias sociais, profissionais, étnicas e raciais surge no centro do palco e assume o papel de agente, de senhor da fala. Um indígena, um negro, um portador de defeito físico, um professor modesto, saem da obscuridade e se ombreiam com os notáveis, que são convidados por seu saber ou lá comparecem para advogar as causas de entidades mais ou menos empenhadas na autêntica revolução democrática²⁹⁶ (FERNANDES, 1989b, p. 87).

Era o antídoto contra o “lobismo” e a possibilidade dos constituintes se abrirem ao diálogo com o povo, para além da cata de votos em período eleitoral. Como paladinos de causas particulares de grande significado coletivo, as pessoas comuns que ali se apresentavam não vinham cobrar “promessas eleitorais”, mas desfraldar bandeiras de esperança e utopia que corroíam o fisiologismo parlamentar e faziam vir à tona a falta de programas partidários²⁹⁷. Era, assim, o Congresso virado pelo avesso: “O Povo inunda a ANC e abarrotas as subcomissões de propostas, de informação e de sonhos. O subterrâneo sobe à tona em todo o seu esplendor e sublinha o quanto o nosso Estado é pobre e o nosso Governo, mesquinho”²⁹⁸ (FERNANDES, 1989b, p. 88). A argúcia dialética da interpretação florestaniana aponta, no

²⁹⁵ “A fragmentação do processo constituinte”. *Folha de S. Paulo*, 12 abr. 1987.

²⁹⁶ “Invasão e desafio”. *Folha de S. Paulo*, 08 mai. 1987.

²⁹⁷ No caso do principal partido da época, por exemplo, Florestan vai afirmar em “As perspectivas do PMDB” (*Folha de S. Paulo*, 26 jun. 1987): “[...] o seu programa de nada lhe adianta. Ele representa o produto de uma fulgurante constelação de cérebros. Não é um programa destilado da prática política. É um programa racional e artificial, que contempla todos os grandes problemas e dilemas humanos do Brasil, sem indagar se o partido possui o poder real de classe e de conflito de classe para ir das fórmulas às soluções concretas” (FERNANDES, 1989b, p. 101).

²⁹⁸ “Invasão e desafio”. *Folha de S. Paulo*, 08 mai. 1987.

entanto, as contradições do processo, que se por um lado indiciava que “o Povo abriu as comportas da História”, não deixavam de evidenciar o seu reverso: a *oportunidade* para os “donos do poder” de dar conta da barbárie que criaram através de uma “revolução dentro da ordem”: “O processo constituinte, abrindo-se às pressões da sociedade civil, libera a vitalidade do movimento democrático da sociedade brasileira e conduz à destruição do que subsiste do complexo ditatorial”²⁹⁹ (FERNANDES, 1989b, p. 89).

Mas, esse caminho não seria tão simples, a começar pela conversão da principal força de oposição ao regime militar em “trampolim” para os políticos que mais se beneficiaram da ditadura. O PMDB, envolvido em um sistema fisiológico de prebendas anti-republicanas, com a vitória nas urnas acabou por adquirir a face do regime vigente na “transição transada”³⁰⁰. Perdeu, assim, a oportunidade de ser o fator de consolidação de um regime efetivamente democrático e ajudou a promover um quadro político global de duas faces: com um “partido da ordem reformista”, “que desmente no plano institucional o seu passado, as suas bandeiras e os seus compromissos com a Nação”; e uma ANC castrada pelo “Poder Executivo” e por sua própria maioria parlamentar conservadora da condição de poder constituinte soberano e originário³⁰¹ (FERNANDES, 1989b, p. 92). Assim, mesmo com a “resistência civil” da participação popular e da militância engajada dos partidos de esquerda³⁰², a ANC, curvando-se “a um governo de opereta”, absorveu os vícios do antigo regime, aceitou o fisiologismo passivamente, rendendo-se ao politicismo barato e clientelismo tradicional, confundindo um fantasioso discurso democrático com uma mirrada prática democrática que visava esconder o essencial: “O Parlamento não gera a democracia. Esta precisa nascer e crescer na sociedade civil, para moldar um parlamento democrático”³⁰³ (FERNANDES, 1989b, p. 97).

Nesse momento de sua reflexão, Florestan faz uma pausa conceitual, como que se desse conta (e quisesse mostrar isso ao leitor) de que, no calor dos debates, a utilização dos termos nem sempre corresponde à pertinência das idéias que vislumbra expressar.

²⁹⁹ “Invasão e desafio”. *Folha de S. Paulo*, 08 mai. 1987.

³⁰⁰ Em “As perspectivas do PMDB” (*Folha de S. Paulo*, 26 jun. 1987), Florestan afirma: “Desaparecido o inimigo principal, que era a ditadura, o PMDB tinha de fazer face a uma transformação profunda, que o adaptasse às alterações que ocorreram nas suas relações com a sociedade brasileira e com o Estado. Não o fez. Ao contrário, protegeu-se por trás do escudo de ser uma frente política, absorvendo resíduos e compensações que o desfiguraram ideologicamente e puseram em contradição com suas raízes populares. Rotinizou-se, como partido da ordem, na tradição dos partidos de clientela política do passado e entronizou-se como o núcleo principal de uma pseudo-Aliança Democrática, pela qual seria o principal partido da ordem a serviço do Governo (e servindo-se dele), o esteio da recomposição modernizadora do conservantismo político” (FERNANDES, 1989b, p. 100).

³⁰¹ “O centro do poder”. *Folha de S. Paulo*, 04 jun. 1987.

³⁰² Florestan cita, além do PT, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

³⁰³ “Constituição e eleição”. *Folha de S. Paulo*, 18 jun. 1987.

Esse é o nosso drama. Os estratos dirigentes das classes dominantes possuem uma visão curta e rústica da democracia. Esta existe na medida em que seus particularismos e interesses de classes se imponham a toda a Nação, através do Estado. Quando os chamamos de “conservadores” incorremos em um erro terminológico. O conservador possui uma concepção realista do mundo, do poder e do Estado. Ele precisa ver objetivamente o que pretende preservar, para selecionar as mudanças inevitáveis e colocá-las em prática, com vistas a manter o *status quo* e afastar do solo histórico as fendas que trazem atrás de si o cataclisma, a revolução social. Uma burguesia que teme a reforma agrária, que fomenta o crescimento demográfico e as migrações de milhões de miseráveis da terra, que é hipócrita até diante do aborto e da autonomia da República democrática, seu instrumento de dominação ideológica e de hegemonia política, não é conservadora nem possui sêmen liberal. Encastelada no Estado e senhora da ANC, ela se enxerga como uma entidade absolutista e converte a Constituição em um retrato de si mesma, sem retoques, como se a *carta magna* fosse um papel de embrulho para empacotar as contradições do desenvolvimento capitalista desigual³⁰⁴ (FERNANDES, 1989b, p. 99).

O quadro que se apresentava era “melancólico”. Sob a hegemonia das classes dominantes, a voz dos políticos profissionais “autenticamente” radical-burguesa foi sufocada pelo reacionarismo e o conservantismo ilustrado que entreveram subcomissões e comissões através de medidas nada democráticas³⁰⁵, fazendo da debilitação dos partidos uma condição *natural* do sistema político brasileiro, situação propícia para que, através da “vontade constituinte” do governo, as respectivas classes pudessem colocar em prática seus instrumentos de pressão e influência, inclusive de corrupção – como lembrou Florestan ao fazer menção à matéria do *Correio Braziliense* que noticiava em primeira mão a colocação de dez mil cargos à disposição dos constituintes.

A notícia causou perplexidade, e o escândalo foi denunciado no plenário da ANC. Contudo, a operação vingou, cresceu vertiginosamente e arruinou a credibilidade popular da ANC, ao mesmo tempo mostrando que a sua soberania era uma ficção. Os partidos da ordem conviveram do melhor modo possível com a intromissão, e o governo Sarney ganhou a batalha, plantando dentro da ANC o seu “grupo de centro” ou a “turma do DO [Diário

³⁰⁴ “Constituição e eleição”. *Folha de S. Paulo*, 18 jun. 1987.

³⁰⁵ Em “Crise de poder e Assembléia Nacional Constituinte” (*Folha de S. Paulo*, 07 jul. 1987), Florestan descreve alguns fatos “pitorescos”: “A defesa de um moralismo retrógrado e da censura policial por determinados líderes evangélicos foi um episódio menor. Grupos de pressão, como o dos militares, lograram converter um relator em advogado convicto de suas causas. Proprietários de terras tomaram conta do cenário e até usaram seus seguranças como agentes de repressão contra constituintes ‘radicais’. Donos de canais de rádio e de televisão decidiram, como constituintes, sobre seus interesses, em conflito ou em cooperação com o ministro das Comunicações, sob a batuta de um dirigente da Abert [Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão] e de um importante advogado que era seu assessor, todos ignorando o que estipula o Regimento Interno da ANC e torpedeando o bom andamento das discussões e o trabalho do bravo relator Artur da Távola. [...] Até o deputado Delfim Netto não conseguiu operacionalizar uma definição técnica de empresa privada e bateu em retirada” (FERNANDES, 1989b, p. 105).

Oficial]”, que conferiu ao Presidente e aos seus ministros que o desejaram a liberdade de manipular todos os assuntos de importância vital para o Executivo, seus acordos políticos, suas alianças com interesses privados e com instituições como a Igreja Católica, ou para adaptar dispositivos constitucionais a negociatas de caráter pessoal³⁰⁶ (FERNANDES, 1989b, p. 106).

Mas a batalha constitucional não estava perdida. Por detrás do “totalitarismo de classe” que queria paralisar o processo constituinte para impedir que a revolução democrática tomasse seu rumo, estava a oportunidade de se elaborar uma *carta magna* capaz de ensinar uma nova sociedade de classes e um novo tipo de República burguesa. Ainda que longe do que muitos aspiravam, este constituía, ao menos, o ponto de partida para as conquistas efetivas que não puderam ser alcançadas. Afinal, se uma constituição não é mais do que a distribuição do poder na sociedade civil e o modo de usar socialmente o poder político estatal, não seria utopia nem ingenuidade manter a esperança que a pressão popular engendrasses a elaboração de um texto constitucional “analítico” e “instrumental”; ou seja, capaz de incorporar as grandes reivindicações populares, que não descarregasse sobre os ombros dos oprimidos todos os custos do desenvolvimento capitalista desigual, e também garantisse o mínimo de respeito à pessoa humana, com certos mínimos de salvaguardas individuais e coletivas, tais como as liberdades políticas.

Acima de tudo, carecemos de uma constituição “viva”, que fomente a transformação de mentes e corações, forje a civilização da sociedade civil e institua a democratização do Estado. Em síntese, necessitamos de uma constituição dinâmica, que nos possa ajudar a construir uma nova sociedade. [...] uma constituição que não se atenha à reprodução da ordem, com as suas mazelas, mas estabeleça a base legal para a extinção das mazelas e para a criação de uma ordem social que consagre “tudo que é humano”³⁰⁷ (FERNANDES, 1989b, p. 110).

Não se tratava, segundo Florestan, de uma ação autoprotetiva, restrita às “conquistas” feitas nas áreas dos “direitos”, individuais ou coletivos, mas de se fazer a *exigência socialista* das reformas capitalistas repudiadas pela própria burguesia. A luta para conseguir e manter

³⁰⁶ “Crise de poder e Assembléia Nacional Constituinte” (*Folha de S. Paulo*, 07 jul. 1987). Em uma nota de rodapé, Florestan faz jus a sua fama de ávido leitor de jornais ao indicar aos seus leitores onde poderiam encontrar as fontes de suas denúncias: “É impossível indicar o vasto material documentativo disponível, note-se, nunca desmentido oficialmente. Só para o leitor tomar pé menciono: Vanda Célia e Rodolfo Fernandes, ‘Turma do DO procura cargos para apoiar Sarney’ (*Jornal do Brasil*, 07/06/1987); o contundente artigo de Jânio de Freitas, ‘O favor secreto de Sarney’ (*Folha de S. Paulo*, 24/05/1987); e, para evidenciar a amplitude da irradiação do ‘centro democrático’ tão-somente, ‘Dissidência ganha no voto’ (*O Estado de S. Paulo*, 07/06/1987)” (FERNANDES, 1989b, p. 106).

³⁰⁷ “Controvérsias sobre a Constituição”. *Folha de S. Paulo*, 16 jul. 1987.

essas reformas capitalistas – que na relação conjuntural entre *reforma* e *revolução* se transformavam em *reformas socialistas* – tinha um significado relevante para o amadurecimento do proletariado como classe, a emanção prévia de uma experiência socialista que, sem se contentar com as “transformações cosméticas” provindas da “participação popular”, fizesse desta o degrau definitivo para um “controle popular” do poder político, econômico e cultural.

Um exemplo de grande *contribuição pedagógica* Florestan vai encontrar nos movimentos sociais vinculados à área educacional, de professores, funcionários e estudantes. Organizações como a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), representavam a ponta de lança na questão das relações do Estado democrático com o ensino público – relações essas que estavam ameaçadas pelas entidades representativas do ensino privado, tais como a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEN) e a Igreja Católica, que se empenhavam a fundo na preservação e na multiplicação das vantagens relativas frente ao ensino público, laico e gratuito. De um lado, as escolas particulares enchendo as galerias do Congresso Nacional com expedientes de pressão e cooptação, principalmente sobre os funcionários de seus sindicatos e empresas. De outro, as forças católicas formando uma equipe de constituintes que funcionaram como “delegados da CNBB” na ANC, rodeados por um verdadeiro exército de freiras, sacerdotes, autoridades eclesiásticas e estudantes de escolas confessionais.

O próprio Florestan foi afetado pela pressão do clero, através de um telegrama enviado pelo padre Raul Paiva, reitor do Colégio dos Jesuítas de Juiz de Fora, o qual reclamava de sua posição “discriminatória” e “antidemocrática” em favor das verbas públicas somente para o ensino “estatal” – o que impossibilitava, na tese da Igreja, a “pessoa humana” escolher a escola de sua preferência. Eis, afirmará o publicista, o que não se esperava: no fim do século, a Igreja Católica continuava com a mesma disposição que a animava no início da República, na busca pela fatia de recursos públicos que lhe facultasse o controle de mentes e corações. O que levava Florestan a levantar as seguintes questões:

Teria razão Althusser: a Igreja Católica quer ser parte estrutural e dinâmica do aparelho ideológico do Estado? [...] É isso que a Igreja Católica desenha como futuro do Brasil, um Estado com punho militar, tendo na cabeça a ilustração sacerdotal e, no coração, a acumulação capitalista acelerada, que faz do lucro o alfa e o ômega da vida humana?³⁰⁸ (FERNANDES, 1989b, p. 122-123).

³⁰⁸ “Educação e constituição”. *Folha de S. Paulo*, 04 ago. 1987.

Cerca de um ano depois, refletindo sobre “O dilema histórico da Igreja Católica” (*Folha de S. Paulo*, 30 set. 1988), Florestan fará a seguinte análise:

A Igreja Católica enfrenta um terrível desafio. Precisa disputar a hegemonia cultural e espiritual entre dois mundos que ameaçam a sua existência e sobrevivência. O capital comercializa a fé e a converte em uma fonte de lucro. Mas dilacera as bases morais e religiosas da fé. O movimento socialista e comunista superou vários preconceitos: mas a sua principal tendência não pode abrir mão de sua filosofia histórica materialista. [...] Uma revolução ecumênica forjou as bases de um entendimento. [...] Tornou-se possível, assim, a superação, a defesa da Humanidade como um valor absoluto primordial³⁰⁹. [...] No entanto, com o correr do tempo, o tradicionalismo e o conservantismo se recompuseram, restabeleceram os centros e os nervos do antigo sistema absolutista e autocrático de poder, e anularam os papéis pastorais do sacerdote e dos núcleos de base. [...] O pior é que prevaleceram os interesses materiais e a missão terrena mais estreita da Igreja Católica, como sistema mundial de poder autocrático. [...] [que, no que diz respeito a países como o Brasil, identifica-se] com a defesa ativa do capitalismo monopolista e da rendição passiva dos “povos em desenvolvimento” (FERNANDES, 1989b, p. 357-358).

Florestan, no entanto, alerta a seus leitores que sua posição não era, necessariamente, pela “destruição” do ensino privado religioso:

Para mim, o correto é o ponto de vista do deputado Nelson Aguiar. Ele me relatou que a Convenção Batista Brasileira dirige várias instituições. Nenhuma recebe dinheiro público, como princípio fundamental (separação da Igreja do Estado). Ele próprio, à testa do Colégio Americano Batista de Vitória enfrentou gravíssima crise em 1986, que foi resolvida com recursos recolhidos na comunidade. Esse é o princípio correto. É preciso deixar o ensino público desenvolver-se, tornar-se acessível a todos e melhorar de qualidade. Essa é a alternativa democrática. A outra equaciona um Estado prebendário, que reparte sinecuras com os poderosos e com as instituições fortes³¹⁰ (FERNANDES, 1989b, p. 122-123).

Ao defender um órgão – o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Educação – que serviria para implementar e dinamizar o Plano Nacional de Educação, Florestan viu, mais uma vez, se voltar contra ele “as iras” do ministério da Educação e dos donos das escolas privadas confessionais e mercantis. Com base no princípio do “planejamento democrático”, o deputado pensava na necessidade de controles racionais de aplicação e avaliação dos recursos públicos, o que parecia não interessar aos “comandantes” do sistema educacional brasileiro –

³⁰⁹ Um estudo sobre a relação da esquerda católica com o marxismo no Brasil dos anos 60 encontra-se em Semeraro (1994).

³¹⁰ “Educação e constituição”. *Folha de S. Paulo*, 04 ago. 1987.

resistência de natureza material e psicológica, mas cujas implicações essenciais eram políticas e econômicas³¹¹ (FERNANDES, 1989b, p. 125).

As vitórias destes setores na área educacional vão evidenciar, para Florestan, que “o povo penetrou dentro da casa, mas não a conquistou”³¹² (FERNANDES, 1989b, p. 128). Mas o apoio da maioria dos deputados da Comissão de Educação, Cultura e Esportes ao anti-republicanismo dos defensores das escolas privadas, a trincheira que reunia o “mercantilismo” da indústria do ensino e o “farisaísmo” das escolas confessionais católicas³¹³ (FERNANDES, 1989b, p. 132), era apenas um dos múltiplos exemplos dos limites da “moderníssima” *carta magna* em gestação.

O mais primário de todos: a redução da importância relativa dos impostos indiretos e a instituição do imposto de renda progressivo até o último grau. Essa exigência elementar ficou de fora. Outro exemplo mais chocante: os produtos industrializados destinados ao exterior estão constitucionalmente isento de impostos! A enormidade maior: a iniciativa privada poderá prevalecer como o deus Mamom de nossa religião oficial. O público é universalmente privatizado sob todas as formas de atividades empresariais. O “estatismo”, identificado como uma encarnação do diabo, funcionará como a alavanca oculta da aceleração política da acumulação capitalista. Permanece, assim, uma terrível e permanente transferência de riqueza, do setor público para o setor privado, isto é, dos trabalhadores e dos pobres para as classes dominantes. O caráter de pilhagem dessa forma originária de acumulação de capital, montada sobre um privilégio odioso, que permite ao rico enriquecer-se ainda mais às custas do que a Nação deveria investir na civilização da sociedade civil (universalização do ensino, do emprego, da saúde, da moradia, de um padrão de vida decente, supressão da fome, etc.)³¹⁴ (FERNANDES, 1989b, p. 143).

O bloco histórico burguês (formado pela burguesia nacional e a comunidade internacional de negócios) financiou a competição eleitoral e levou para o Parlamento (e também para os governos estaduais, as prefeituras, assembleias legislativas e câmaras municipais) os representantes saídos das fileiras do capital, aliados ou submetidos a ele. Com a sub-representação da “massa popular” – que sofre ainda com os efeitos das “técnicas de desinformação em massa”, realizada pela saturação da imaginação propiciada pela volúpia das informações cotidianas registradas, produzidas e reproduzidas pelos meios de comunicação (que compõem o grupo dos “grandes eleitores”) – a aposta na consolidação de uma “democracia ritual”, na tradição dos países capitalistas periféricos, se fortaleceu. A possibilidade do processo constituinte de se converter em uma “revolução pacífica”, com a

³¹¹ “A Constituição em perspectiva”. *Folha de S. Paulo*, 11 ago. 1987.

³¹² “O ‘jeitinho brasileiro’”. *Folha de São Paulo*, 31 ago. 1987.

³¹³ “Um depoimento curto e grosso”. *Jornal do Jornalista*, ago./set. 1987.

³¹⁴ “Uma questão de grandeza”. *Jornal do Brasil*, 25 set. 1987.

pretensão de infundir ao sistema capitalista, ao regime de classes e ao Estado normas mais libertárias, igualitárias e civilizadas, acabou “bitolada” pela dialética destrutiva da transição³¹⁵ (FERNANDES, 1989b, p. 160) – que em nova modalidade não fazia nada mais do que “empurrar o Sarney com a barriga”. O povo, segundo Florestan, estava perplexo e sua ira eclodia em momentos de tensão máxima. O risco estaria no indigitar de qualquer fato, pessoa ou entidade como o “bode expiatório ideal” pelo “serviço de inteligência” da nova ordem discricionária, já que a tática da “conspiração” – como a utilizada entre 1962 e 1964 – não parecia ter sido abandonada, menos ainda seu efeito direto que poderia voltar a ser usado: “o golpe de Estado preventivo”³¹⁶ (FERNANDES, 1989b, p. 163).

Mas, é claro, essa seria a última alternativa, caso falhasse a capacidade de “pressão tentacular” das categorias sociais privilegiadas, que têm a hegemonia nas instituições-chave, tal como a escola, a Igreja, a empresa e o Estado. A própria ANC, pela sua composição, acabou por se curvar “a esse arco convencional imbatível e tentou conciliar a ‘modernização conservadora’ com os ‘interesses estabelecidos pela ordem existente’” – o que naquelas condições históricas era “sociologicamente fatal”³¹⁷ (FERNANDES, 1989b, p. 165). O quadro, anunciava Florestan aos seus leitores, não era uma novidade e já havia sido descrito por ele logo em seu nascedouro, no livro *Nova República?* (FERNANDES, 1986b). A “transição democrática” foi um “negócio político” da burguesia nacional e estrangeira, em associação com seus “partidos da ordem”, para que a “extinção” da ditadura militar não fosse abrupta, sob o risco de se perder o controle sobre seus efeitos. Prisoneiro dos compromissos com esses setores, o governo lançou mão de uma “conciliação conservadora” que, ao contrário do que parecia, reforçava a dominação política e a hegemonia ideológica dos estratos nacionais da burguesia e do sistema capitalista mundial de poder.

Para que tudo isso fosse pelos ares, seria imperativo que a burguesia nacional travasse uma luta de vida e de morte com o sistema capitalista mundial de poder, com a retaguarda garantida pelo vetor militar. Ora, a burguesia nacional não é nem nacionalista nem conquistadora: ela é tão internacionalizada quanto o seu mundo de negócios e de privilegiamento da iniciativa privada... Ela repele o mais tênue “mudancismo” do PMDB! Teme a civilização e a democratização da sociedade civil e, por isso, abomina a ANC, com as ameaças que ela pressupõe de modernização controlada a partir de dentro (com reforma agrária, reforma educacional, reforma urbana, combate à miséria, etc.)³¹⁸ (FERNANDES, 1989b, p. 175).

³¹⁵ “Adeus à transição”. *Jornal do Brasil*, 19 out. 1987.

³¹⁶ “Teoria e prática do golpe preventivo”. *Folha de S. Paulo*, 30 out. 1987.

³¹⁷ “O apogeu do processo constituinte”. *Jornal do Brasil*, 02 nov. 1987.

³¹⁸ “Ser ou não ser estadista”. *Folha de S. Paulo*, 06 nov. 1987.

A prática política como forma de negócio tomava novo ritmo com o avanço das pressões patronais contra os “privilégios” dos assalariados, na crítica aos *abusivos* direitos trabalhistas, e o corporativismo do setor público. Era mais uma tentativa de ampliar a transferência de renda para a iniciativa privada, mecanismo que está na base de fomentação de um desenvolvimento capitalista desigual e perverso. As bases ideológicas da privatização estavam dadas, sem se atentar para o fato de que “onde o poder público recua ou anula, a iniciativa privada não opera como um fator estrutural e dinâmico de compensação. Ao contrário, o subdesenvolvimento funciona como o motor permanente de uma acumulação capitalista originária, que se renova sem cessar”³¹⁹ (FERNANDES, 1989b, p. 177-178), agravando o quadro das várias categorias de espoliados e oprimidos, que se tornam mais desorganizadas, fragmentadas e impotentes para enfrentar as exigências mais elementares de vida e sobrevivência.

Enquanto isso, a “massa reacionária da burguesia” invadia Brasília para exigir dos constituintes um freio às demandas populares e evitar uma “calamidade nacional”: “Ou a Constituinte obedece ao império do poder econômico ou o país se tornará inviável!”³²⁰ (FERNANDES, 1989b, p. 178). O objetivo era eliminar da Constituição os itens que “favoreciam” os assalariados e “prejudicavam” a viabilidade econômica das empresas. Omitiam, no entanto, as muitas medidas de sentido contrário. A estratégia era editar uma unificação pela cúpula das elites, transformando a ANC num equivalente do colégio eleitoral. Os partidos pequenos, especialmente os de esquerda, esmagados pela proporcionalidade, tinham grandes dificuldades de tornar patente suas demandas, enquanto que os “partidos da ordem”, especialmente o PMDB e o PFL, tiveram espaço “para alçar vôo”. O resultado é que “estrangulamos o talento e a competência profissional (ou técnica) e realçamos a liderança e a autoridade como princípios organizativos e de produção intelectual” – e o fator pessoal dos líderes foi o decisivo³²¹ (FERNANDES, 1989b, p. 166).

Florestan cita exemplos de sua própria atuação para ilustrar ao leitor a força dos “acordos de cúpula”. Uma de suas emendas rejeitadas, que logrou chegar à Comissão de Sistematização da ANC, tinha por objeto tirar do Executivo e dar ao Congresso a competência pela concessão dos canais de televisão e rádio, sob a assessoria de um Conselho de Comunicação. Foram 56 votos contra e 25 a favor. Uma outra pretendia restabelecer o republicano princípio de conceder exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas.

³¹⁹ “Opressão de classe e Constituição”. *Folha de S. Paulo*, 12 nov. 1987.

³²⁰ “Opressão de classe e Constituição”. *Folha de S. Paulo*, 12 nov. 1987.

³²¹ “O apogeu do processo constituinte”. *Jornal do Brasil*, 02 nov. 1987.

Nova derrota: 57 contra 27. Segundo o publicista, os dois exemplos assinalam a predominância dos interesses privados sobre os da coletividade.

Primeiro, o capitalismo, depois o respeito à “coisa pública”. Ora a televisão tornou-se um Estado dentro do Estado, uma escola acima das escolas e uma forma subliminar assustadora de manipulação das mentes³²². Ninguém pode proclamar-se democrata e deixar à solta esse processo de concessão de canais, que torna o presidente da República vassalo dos potentados de redes televisivas. Não se tratava da autodefesa da democracia através de restrições da liberdade, mas da proteção da coletividade e do Estado de práticas nocivas, comprovadas reiteradamente³²³. [...] Quanto à educação escolarizada, nada mais há a falar. Prevaleceu a privatização do público, uma saída sutil de proteger os privilégios das organizações privadas confessionais e mercantis contra os direitos dos educandos e contra as tarefas construtivas do Estado democrático na área do ensino³²⁴ (FERNANDES, 1989b, p. 193).

O processo constituinte chegava, assim, ao seu auge, simbolizando a desagregação final de um sistema de poder ditatorial, enquanto que a sociedade brasileira apresentava uma “estranha dicotomia” nesse momento decisivo:

Ela ferve como um caldeirão em sua base econômica e social: poucas vezes, em nossa história, ocorreu essa coincidência. Rangem os dentes os de cima e os de baixo, não só por causa do que a Constituição poderá dar a uns e retirar, ainda que parcialmente, de outros; também porque a crise de conjuntura revela aos de baixo a natureza da crise estrutural permanente, a qual resulta da superposição histórica de vários antigos regimes, que não se desfizeram por completo: convivem e sobrevivem, graças ao desenvolvimento desigual, às terríveis distâncias econômicas, sociais, culturais e políticas existentes entre classes, raças e regiões. O quadro tétrico desnuda-se naturalmente, provocando arrepios de medo nas classes possuidoras e privilegiadas, e crispações de ódio nas classes subalternas e excluídas³²⁵ (FERNANDES, 1989b, p. 181).

³²² Como afirma Semeraro (2004, p. 65), “em um mundo em que a imagem conta mais do que o produto, alastra-se a convicção de que o que não passa na mídia não existe. [...] Entidade ubíqua e sedutora, o ‘príncipe eletrônico’ difunde habilidosamente a visão de mundo prevalecente nos centros mundiais de poder, penetrando sutilmente no inconsciente da multidão cada vez mais degradada entre a sobrevivência cotidiana e as ‘viagens’ no mundo encantado do imaginário e do espetáculo oferecidos diariamente pela mídia”.

³²³ Práticas nocivas que afetam, de início, o funcionamento do Estado brasileiro, que no caso específico do Legislativo não se exaure na capacidade da mídia agendar o Congresso Nacional – tal como indicado por Rodrigues (2002) –, mas sobretudo pelo exercício direto do poder em benefício próprio. Apesar da legislação proibir o exercício da função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão a quem esteja gozando de imunidade parlamentar ou de foro especial, um levantamento realizado em 1995 indicava que das 302 emissoras de TV comerciais no país, 94 pertenciam a políticos ou ex-políticos. Dos 594 parlamentares, 130 possuíam uma concessão de rádio ou televisão, ou mesmo uma combinação das duas. Quando não é pelo controle direto, este se dá através de parentes ou testas-de-ferro. “A propriedade desses canais, em muitos casos, define quem tem ou quem não tem poder político no Brasil”, afirma Cunha (2002, p. 220), lembrando que “os cinco anos de mandato ao presidente José Sarney custaram a distribuição, para parlamentares, de quase duas mil concessões de rádio e televisão. Sem falar na falta de qualquer critério na renovação pelo Congresso das atuais concessões, sempre feitas por votações simbólicas ou de ritos sumários” (CUNHA, 2002, p. 222-223).

³²⁴ “A retranca da direita”. *Jornal do Brasil*, 28 dez. 1987.

³²⁵ “Momentos de indecisão”. *Folha de S. Paulo*, 03 nov. 1987.

No “beco-sem-saída” forjado pela crise econômica, pela dívida pública e pela dívida externa – que se processava sob retaliações externas e omissões internas –, os estratos privilegiados da burguesia empurravam o Estado brasileiro para um impasse, com o agravamento de crises estruturais que não se resolvem exatamente para alimentar o mecanismo brutal de acumulação capitalista sob o desenvolvimento desigual. Tais estratos esperavam por um “milagre”: a permanência sem riscos das desigualdades econômicas, sociais, culturais, raciais e regionais, que desenham um Brasil de “fachada moderna” e de conteúdo social potencialmente explosivo. Ousavam evocar algumas modalidades de liberdade burguesa, especialmente no campo econômico, para ao fim aceitar a submissão ao capital externo, a condição de sócios menores, uma espécie de “vanguarda pró-imperialista” na periferia. Sob o mote ideológico do “mercado como patrimônio nacional”, esta “vanguarda” reforçava o mito de que vivemos “um mundo só”, como se nada pudesse se contrapor à “internacionalização do modo de produção capitalista”.

Para “os de baixo” a luta encontrava-se no elementar, na questão da sobrevivência cotidiana contra a miséria e o desemprego, a conquista de mínimos de uma vida social civilizada e da “condição de gente”. Sob revoltas espontâneas, esboçava-se um grau de consciência social inorgânica, cercada pelo “falso compadrio”, o paternalismo, o clientelismo e o mandonismo que vergam a vontade e a cabeça desses seres humanos – geralmente induzidos à capitulação passiva ou à vingança inoperante espalhada na violência cotidiana. Alguns, porém, conseguem forjar instrumentos de autodefesa e chegam à luta econômica, social e política, ingressando ou criando associações de auxílio-mútuo, sindicatos, centrais sindicais e, inclusive, partidos – que se fortaleciam com as chamadas “emendas populares”. Sob esse “solo histórico” desenrolava-se a ANC, que no momento da votação em plenário, indicava um novo ponto de partida para o erigir de um outro sistema de governo, que só se realizaria sob novas premissas históricas, quando as classes trabalhadoras quebrassem as algemas da subalternização e tivessem condições para enfrentar os “contras”: os “famosos 1% ou 5% dos privilegiados, que moram, nascem, crescem, vivem e morrem aqui, porém não possuem entranhas de brasileiros”³²⁶ (FERNANDES, 1989b, p. 185).

³²⁶ “Os ‘contras’”. *Jornal do Brasil*, 14 dez. 1987. Neste mesmo artigo, Florestan identifica entre os “oprimidos” e os “contras” os “30%” que oscilam entre o “topê” e os “de baixo”, mas “que raramente se empenham decididamente para alterar a realidade. São cultos e refinados demais para isso: temem que os ‘custos sociais’ de uma revolução democrática saiam de seus lombos...” (FERNANDES, 1989b, p. 185).

Para que estes últimos e sua maioria parlamentar – que na ANC ganhou o apelido de “Centrão”³²⁷ – deixassem de domesticar a “maioria real” (e, assim, postergar as revoluções e as reformas educacional, agrária e urbana, dando adeus à revolução democrática e nacional), o Brasil precisava de um “ar oxigenado” pela luta de classes e pelos seus efeitos sobre a incessante transformação da sociedade civil. Florestan sabia que uma constituição nunca foi ou será o equivalente de uma transformação radical. Mas acreditava que o Parlamento, convertido em cenário para o embate político durante o processo constituinte, poderia, ao menos, infundir elementos de liberdade política e direitos sociais que reduziria o despotismo burguês, forjando as premissas da conquista de peso e voz pelos trabalhadores e oprimidos nas instituições-chave, no Estado e na sociedade civil. Com as “ilusões constitucionais” dissipadas, as máscaras caíram, mas a luta por uma “revolução dentro da ordem” ainda não tinha se encerrado, já que os requisitos para uma reorganização “dos de baixo” precisavam ser protegidos.

Esse é o ponto crucial. Os trabalhadores e oprimidos devem lutar politicamente, em todos os níveis possíveis. Contudo, a ANC não é o sucedâneo do partido revolucionário, nem a constituição mais democrática de uma sociedade burguesa é o equivalente histórico da revolução social. Não há, pois, nada de novo. A questão é difundir tais percepções e conhecimentos entre as classes trabalhadoras e as massas populares. O “Centrão” se encarregou dessa tarefa ingenuamente, por falta de experiência na luta política democrática, de seus próceres e de seus militantes. A esquerda mantém-se firme no Parlamento. Mas ninguém esperava milagres de sua ação política. E, o que é mais decisivo, estamos livres das falsas esperanças. As ilusões constitucionais serão naturalmente substituídas pela confiança no confronto direto como fonte de auto-emancipação coletiva dos trabalhadores e oprimidos. A esta altura, eles descobriram que não são os “outros” dos parlamentares. Para transformar o mundo, terão de agir coletivamente e por conta própria³²⁸ (FERNANDES, 1989b, p. 191).

Os de baixo, primeiro, pedem mudanças. Depois, começa a lutar politicamente por elas. Por fim, “levam tudo de roldão e constroem por meios próprios a *sociedade nova*”³²⁹ (FERNANDES, 1989b, p. 202). Mais do que uma lei histórica, Florestan indicava a seus

³²⁷ Falando sobre “As contradições do Centrão” (*Folha de S. Paulo*, 26 abr. 1988), Florestan vai indicar que este agrupamento, compostos por parlamentares dos “partidos da ordem” (especialmente PMDB e PFL), foi “a primeira formação política autodefensiva e ofensiva dos estratos mais altos e privilegiados da burguesia na história brasileira. Ele abrange os principais atores, em termos de ideologias e interesses de classes, do golpe de Estado de 1964, e os arquitetos dirigentes decisivos – não os conciliadores, famintos de poder – do pacto conservador de 1984 e da concepção da ‘Nova República’ como a via prática da transição lenta, gradual e segura (na qual estava compreendida a convocação de um ‘congresso constituinte’ e uma tentativa política de solução pacífica da crise burguesa)” (FERNANDES, 1989b, p. 259).

³²⁸ “Derrota das ‘esquerdas’?”. *Folha de S. Paulo*, 21 dez. 1987.

³²⁹ “Renúncia ou destituição”. *Jornal do Brasil*, 12 jan. 1988.

leitores a necessária radicalidade no tratamento das questões que travavam da criação e do desenvolvimento de uma sociedade democrática no Brasil. Tanto que, no mesmo artigo supracitado, lembra o ensinamento de Marx de que o processo pode ser menos duro e cruel de acordo com “o grau de desenvolvimento do capitalismo” – ainda que o mesmo não garanta o êxito de nenhuma revolução social *per si*. Florestan confessa, porém, que a elaboração da Constituição “incendiou” sua imaginação, o que o levou a enfrentar uma experiência inédita, numa circunstância na qual o país parecia querer se livrar de antigas servidões e constrições.

A visão que eu tinha do Estado brasileiro, até certo ponto, era simplista. Acreditava ser possível, através das representações que os partidos de esquerda conquistaram, introduzir no Parlamento – como no caso europeu – um clima em que o socialismo tivesse algum significado e que as reivindicações populares ressoassem com maior vigor (FERNANDES, 1994, p. 156).

Tal visão começou a ser contraposta quando o seu olhar antropológico, embebido por sua experiência de observador-participante daquelas jornadas constitucionais, percebeu o “ambiente de clube”, com seus constantes freqüentadores, no qual havia se transformado o plenário da Câmara dos Deputados:

Há uma certa rotina. Sabemos o que costumam falar no pequeno expediente e o que dirá cada um, conhecido o assunto que o leva à tribuna. As distâncias ideológicas e políticas são ultrapassadas pelo convívio cordial, que assim se estabelece, e descobrem-se talentos e amigos ou afinidades, que por vezes atravessam aquelas distâncias, a pontos de os extremos se tocarem³³⁰ [...]. Nas poucas vezes em que o afluxo aumenta, o clube vira uma espécie de recreio colegial, com a tagarelice preponderando sobre a seriedade e os oradores falando para o burburinho. Se todos entendem, ninguém os escuta... Um milagre parlamentar e, também, uma vitória do “bom selvagem” sobre o solene “representante do povo”³³¹ (FERNANDES, 1989b, p. 203).

A espontaneidade das comunicações também assustava o “calouro mais velho do Parlamento”, já que seu “ardor socialista” o fazia esperar por um ambiente de discussão ativa e de circulação de idéias, tal como o vivido durante a campanha “feita no seio dos verdadeiros radicais”: estudantes, professores, intelectuais, sindicalistas, operários, favelados e outros

³³⁰ Em depoimento ao vídeo “Florestan Fernandes, o mestre”, dirigido pelo jornalista Roberto Stefanelli, Jarbas Passarinho, por exemplo, ex-ministro do Trabalho, da Educação e da Previdência no regime militar e ex-presidente da Comissão Temática que tratava do papel das Forças Armadas durante a constituinte, afirma que não acreditava que Florestan fosse um “leninista”, que defendesse a tomada do poder pela força, ainda que soubesse que seu afável interlocutor fosse um pujante marxista, com o qual manteve uma relação de respeito e admiração intelectual mútua. O vídeo, produzido pela TV Câmara, foi vencedor, na categoria Documentário, do 26º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, concedido pelo Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, no ano de 2004.

³³¹ “Choque parlamentar”. *Jornal do Brasil*, 26 jan. 1988.

tipos de “gente humilde prestes a explodir”. No início, mesmo com o difícil trabalho nas subcomissões, dado ao entrave conservador e reacionário, a abertura ao convívio entre pessoas que entendiam algo do assunto e o incentivo das “iniciativas populares” prometia um salto qualitativo para a Constituição em elaboração. Não que todas as subcomissões conseguissem o “ideal” – já que todas funcionavam pela pressão conservadora e os interesses externos à ANC –, mas o produto final era positivo, especialmente pelo papel construtivo dos “radicais do PMDB” e da esquerda, que levou a construção de uma carta constitucional aquém das exigências históricas, mas moderna em várias partes e democrática no essencial. O revés, porém, veio com o “formalismo jurídico” da Comissão de Sistematização, que manteve viva uma “tradição nefasta”: a “de converter as constituições brasileiras em falsas fontes de legitimação de uma democracia inexistente”³³² (FERNANDES, 1989b, p. 205).

Nesse processo, o já citado “Centrão” teve papel preponderante. Em termos sociológicos, Florestan vai identificar tal agrupamento com a “utopia” coletiva das elites em sua ambição de dominar o meio social. Como um conglomerado ideológico de várias facções burguesas, o “Centrão” carrega consigo as maldições do capitalismo rústico, perverso e selvagem, mas nenhuma virtude do autêntico liberalismo e do radicalismo democrático. Visavam, sobretudo, sepultar as possibilidades de institucionalização da luta de classes, a expulsando para o seio da sociedade civil, onde restrita faz crepitar efeitos de maneira crescentemente mais densa e violenta. Liquidam, assim, o “pluralismo democrático”, do qual se dizem porta-vozes, a própria livre iniciativa (inexistente onde o Estado patrocina e financia a acumulação capitalista com riqueza coletiva) e, por fim, o próprio “Estado de direito”, uma ficção cruel que não passa de um conceito vazio³³³ (FERNANDES, 1989b, 210).

O efeito perverso desse processo é o recrudescimento da “violência destrutiva” que faz do Brasil o “laboratório natural” do capitalismo selvagem, no qual paga-se o preço de uma neurose coletiva que se expressa no alto consumo de álcool e drogas, a convivência com uma descomunal dualidade ética, o já citado espraiar da violência cotidiana e, sobretudo, a objetificação do ser humano conduzida por uma sociedade civil que, “engendrada pelo capital e pela dominação burguesa, distribuiu desigualmente o progresso e o aplica com critérios diferentes dentro de seus muros e na imensa periferia, que se erige no seu império”³³⁴ (FERNANDES, 1989b, p. 212).

Sob tais reflexões, Florestan perguntava aos seus leitores:

³³² “Choque parlamentar”. *Jornal do Brasil*, 26 jan. 1988.

³³³ “Ideologia e utopia do ‘Centrão’”. *Folha de S. Paulo*, 27 jan. 1988.

³³⁴ “Odiai-vos uns aos outros”. *Folha de S. Paulo*, 09 fev. 1988.

E a “confraternização do Natal”, o nosso entranhado amor à família, a nossa moderação “centrista” na preservação da ordem, a nossa vocação cristã? Onde estariam os “mores”, os fundamentos morais do nosso modo de ser e da nossa sociedade, se o que existe de materialismo vulgar nos EUA e de carnificina coletiva impiedosa no Haiti se reproduzissem aqui? Segundo tradição secular, “Deus corrige de noite o que fazemos de errado durante o dia”. Isso é infantilidade! A noite e o dia estão engolfados em um mesmo processo, que faz com que o desenvolvimento capitalista origine um mundo só, uma composição compacta graças à qual o Brasil cresce e se expande como uma nação que é, dialeticamente, EUA e Haiti, não como entidades distintas ou superpostas, mas como uma unidade complexa e indissociável, em sua diversidade. O que há de EUA no Brasil sobrevive, se reforça e se agiganta à medida que aquilo que é Haiti se perpetua³³⁵ (FERNANDES, 1989b, p. 212).

Cada um de nós, segundo Florestan, têm uma parcela de culpa e uma participação direta e vicária nesse crime de lesa humanidade. Um crime político do qual somos, ao menos, cúmplices dinamizadores da multiplicação da barbárie, cooperadores da fabricação das premissas antiéticas do modo de produção vigente – crime que afugenta um outro padrão civilizatório com capacidade de converter cada ser humano em combatente de um humanismo conciliador de liberdade com igualdade. Mas aos que ainda achavam “estranho que eu, marxista, venha aqui defender a validade de uma constituição burguesa e a renovação de uma constituição burguesa”³³⁶ (FERNANDES, 2004b, p. 209), o publicista alerta que o fato do “idealismo constitucional” ter novamente reforçado a defesa da propriedade, da livre empresa, da privatização do que é público e, por consequência, a rendição passiva ao capital estrangeiro pelas elites das classes dominantes, não permitia concluir que o Brasil não tivesse alcançado um novo patamar político. Embora a Constituição em elaboração estivesse “aquém do que deveria ser e conter”³³⁷ (FERNANDES, 1989b, p. 217-218), esses eram os fatos históricos – “e de fatos históricos inexoráveis não há como fugir”³³⁸ (FERNANDES, 2004b, 209).

Sem medo de continuar a ser, como o abolicionista José Bonifácio, uma “voz solitária no deserto”³³⁹ (FERNANDES, 1989b, p. 215), o publicista insiste na tese de que o caminho a ser percorrido deveria ser o de se buscar “fora do Parlamento” os controles sociais indiretos que anulem suas anomalias. Reconhecer que a ANC, apesar de tudo, ainda era, naquele momento, o centro de poder primordial da República, era a condição inicial para a

³³⁵ “Odiai-vos uns aos outros”. *Folha de S. Paulo*, 09 fev. 1988.

³³⁶ “O significado histórico da Assembléia Nacional Constituinte”. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, 12 fev. 1987.

³³⁷ “A idealização da Constituição”. *Jornal do Brasil*, 22 fev. 1988.

³³⁸ “O significado histórico da Assembléia Nacional Constituinte”. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, 12 fev. 1987.

³³⁹ “A idealização da Constituição”. *Jornal do Brasil*, 22 fev. 1988.

continuidade do projeto de “democratização da sociedade civil e do Estado”³⁴⁰ (FERNANDES, 1989b, p. 239). Assim, dispensando uma “sociologia dos mandarins”, que foge das análises concretas e objetivas das representações sociais através de um suposto “imaginário simbólico”³⁴¹, Florestan vai interpretar a ANC como fruto de uma formação política parida de uma sociedade em crise que se tornou inviável para milhões de excluídos, oprimidos e trabalhadores, todos incorporados morfológicamente a ela, mas privados de peso e voz, com capacidade diminuta de influenciar em sua ordenação e funcionamento. No entanto, os valores, os ideais e as idéias desses “desgraçados da terra”, de alguma forma, penetraram no processo constituinte, forjando um “antiimaginário” contra-elitista que ensejou diversos tipos de “reformas sociais”, ainda que as “grandes” ficassem transferidas para adiante.

O fundamental agora era o fortalecimento da “vigorosa vanguarda proletária”, entre os trabalhadores da cidade e do campo, para que os horizontes abertos pela Constituição ensejassem a luta hegemônica pelo poder político, cultural e econômico e, quem sabe, futuramente contribuir para a formação de uma “constituição verdadeiramente democrática”.

Uma ANC que se curvou à prepotência do sistema de poder existente e, por sua maioria conservadora, representa não o poder originário e soberano do Povo, mas os particularismos das classes privilegiadas e as ambições das Nações capitalistas hegemônicas, tem muito o que aprender e o que temer diante dos ressentimentos e frustrações da massa subalterna dos cidadãos³⁴² (FERNANDES, 1989b, p. 243).

Às organizações populares e aos partidos de esquerda cabia, por conseqüência, a tarefa de evitar antigos erros e lançar mão de todos os meios possíveis – da desobediência civil e, se necessário, do emprego da contra-violência – para não permitir a configuração de mais uma “conciliação conservadora”, expressa no novo “pacto sagrado de salvação nacional” que

³⁴⁰ “O teste parlamentar”. *Folha de S. Paulo*, 03 abr. 1988.

³⁴¹ Segundo Florestan, no artigo “A percepção popular da ANC” (*Folha de S. Paulo*, 11 abr. 1988), “voltamos a Hegel de uma forma perversa, como se a sociedade não tivesse história e esta fosse uma expressão metafísica das ‘construções mentais’ do sociólogo, não ‘a atividade do homem que persegue seus objetivos’ (como escreveu Engels, em 1844)” (FERNANDES, 1989b, p. 240). A reflexão do sociólogo brasileiro assemelha-se a crítica de Slavoj Žižek à lógica pós-moderna do “tudo é uma construção discursiva”, na qual prevalece à idéia de que há, para além da estrutura sócio-econômica, uma “esfera pública” na sociedade civil que é um verdadeiro espaço mediador livre entre o privado e o aparato político/estatal: “O problema é que esse espaço de debate público iluminado foi sempre redobrado pelo medo da multidão irracional/passional que pode, pela contaminação (o que Espinosa chamou de *imitatio affecti*), explodir em violência assassina baseada nas superstições manipuladas pelos padres e outros ideólogos. Então, o espaço iluminado do debate racional foi sempre baseado em certas exclusões: na exclusão daqueles que não eram considerados ‘racionais’ o suficiente (as classes baixas, mulheres, crianças, selvagens, criminosos...) – eles precisavam da pressão de uma autoridade ‘irracional’ para mantê-los no lugar; ou seja, para eles, é válida a conhecida frase de Voltaire: ‘se Deus não existisse, seria necessário criá-lo’” (ŽIŽEK, 2005, p. 184).

³⁴² “A percepção popular da ANC” (*Folha de S. Paulo*, 11 abr. 1988).

estava sendo forjado pelas elites. Era a hora de “espremer o furúnculo”³⁴³ (FERNANDES, 1989b, p. 246) e tentar superar as suas dificuldades históricas. Naquela fase final do processo constituinte, a necessária tática de garantir os avanços que ampliavam a participação dos trabalhadores na sociedade civil e no controle externo do Estado deveria estar conjugada à estratégia de amadurecimento da luta de classes como técnica social de formação de uma consciência proletária voltada para a construção de uma sociedade socialista, para qual a mensagem básica era a difusão do princípio de que a “defesa da ordem” pressupõe a alteração profunda da mesma, nas mais diferentes direções, mas sempre com um “sentido democrático”:

Sentido democrático que quer dizer modificar em profundidade as relações dos oprimidos e dos excluídos com o poder, isto é, com a organização e o funcionamento da sociedade civil e do Estado. Os de cima têm de partilhar o poder com os de baixo, por mais que os considerem companhias indesejáveis, não-confiáveis e perigosas³⁴⁴ (FERNANDES, 1989b, p. 249).

A ruptura não se faz primeiro nas leis e depois nos fatos. Ela vem de baixo, como produto das relações de produção e reprodução material e suas repercussões sociais. No caso da “presente situação brasileira”, destacava-se a deterioração da economia, das condições de vida dos trabalhadores e, no *andar de cima*, a crise moral (não uma “crise de moralidade”) que servia de combustível à corrupção generalizada e desenfreada, instalada principalmente – mas não exclusivamente – na esfera estatal e no clientelismo político. Tal “desorganização” tem uma lógica própria que deriva de sua reprodução e crescimento.

Mas, ressalta Florestan, isso não é uma *anomia* da economia capitalista. Ao contrário, faz parte de seu funcionamento. O tal “jogo de azar” move-se a partir de dentro e a partir de fora. O paradoxal é que, “nesse clima de desordem e crise global, fomentadas pelo tope”, as classes burguesas (do grande capital aos estratos modernos da classe média, incluindo a parte mais sólida da pequena burguesia) continuassem cegas diante da gravidade da situação e acabassem por se apegar ao “privatismo”, incentivando “dentro da ANC os interesses espúrios do capital, primordialmente os do capital estrangeiro”³⁴⁵ (FERNANDES, 1989b, 253), enfraquecendo-a mais ainda do que ela forte poderia suscitar para a democratização do Estado, colocando-o a serviço da Nação.

³⁴³ “O quadro político atual”. *Decisão*, abr. 1988.

³⁴⁴ “Constituição: continuidade ou ruptura?”. *Folha de S. Paulo*, 20 abr. 1988.

³⁴⁵ “Nova Carta e eleições para superar a crise”. *Folha de S. Paulo*, 20 abr. 1988.

Mas nem tudo saiu como o previsto. Ainda que deixando de ser “a cabeça e o coração” da regeneração da sociedade civil, como imaginava Florestan, o processo constituinte não ficou restrito, como queriam as elites, a uma simples “revisão constitucional” da ordem ilegal montada pela ditadura, reformulando, em uma *carta magna sui generis*, as contradições impressas e expressas nas constituições autoritárias de 1967 e 1969. O objetivo de se criar a “constituição autoritária” da “Nova República”, sob as exigências do grande capital, do governo e do “vetor militar”, era manter a ebulição das classes trabalhadoras e dos espoliados em geral sob o devido controle.

Pretendia-se o impossível. Enquanto a crise burguesa se agrava de modo desordenado, queria-se sustentar em ponto morto uma rebelião social que deixou, há tempo, de ser mera potencialidade histórica. Ela só não explodiu por falta de meios institucionais organizados de luta das classes por parte dos três quintos de excluídos e revoltados³⁴⁶ (FERNANDES, 1989b, p. 259).

Para realizar sua pugna constitucional, vale lembrar, o “poder econômico” investiu pesado, jogando toda a sua força no processo eleitoral e montando sua maioria parlamentar. Segundo Florestan, o “milagre político” da moda foi o chamado “Plano Cruzado”, a alavanca da vitória do PMDB. Mas uma demanda estrutural, a reorganização da sociedade civil – pelos efeitos da industrialização maciça, das inovações administrativas nas empresas agrocomerciais e agroindustriais e as conseqüentes alterações na diferenciação e no funcionamento do regime de classes –, que alcançava seu clímax naquele momento, levou o processo numa direção imprevista. O fermento social e político foi canalizado por entidades e organizações que se engajaram nas lutas dos mais pobres, acabando por se fazer representar institucionalmente nos partidos políticos, de setores do PMDB às agremiações de identidade libertária, socialista ou comunista. Sob exigências políticas inesperadas dentro da Constituinte, vários avanços relativos foram impressos nas subcomissões, nas comissões temáticas, na comissão de sistematização e, por fim, no plenário da ANC. Constrangida, a maioria conservadora deu um “autêntico golpe parlamentar”: derrubou o regimento³⁴⁷, aprovado por seus próprios deputados, para bloquear os dispositivos constitucionais “avançados”, “estatizantes” e “comunizantes”.

³⁴⁶ “As contradições do ‘Centrão’”. *Folha de S. Paulo*, 26 abr. 1988.

³⁴⁷ Em “Esperanças ameaçadas” (*Folha de S. Paulo*, 22 mai. 1988), Florestan comenta que “os procedimentos legislativos adotados, as parcialidades da mesa diretora em momentos controversos, os acordos e as fusões de emendas converteram a ANC em um congresso comum, no qual se vota uma carta constitucional” (FERNANDES, 1989b, p. 276).

Safa! Para o Brasil não seria mau que a Constituição tivesse tais “defeitos”, que marcam as constituições mais recentes, de países capitalistas com problemas e dilemas de desenvolvimento econômico desigual, atraso cultural e anemia política na democratização da sociedade civil e o Estado. Agora, o “Centrão” desfruta sua conquista e, ao mesmo tempo, está como alguém que abocanhou um pedaço maior que a barriga. As contradições da sociedade brasileira desabam sobre ele, os seus membros e os seus movimentos. Se os adversários souberem conduzir as batalhas, o “Centrão” acabará como Napoleão na Rússia. De vitória em vitória, chegará a um amargo final³⁴⁸ (FERNANDES, 1989b, p. 260-261).

Florestan apostava numa nova ocupação do Parlamento pelas massas populares e pelas organizações sociais, assim como ocorreu quando das numerosas emendas populares, subscritas por milhares de eleitores, decepcionados com os poucos avanços dos projetos de constituição. Superando os “limites da representação”, poderíamos chegar a uma constituição de respeito à condição humana e de inspiração popular. Para o publicista, os trabalhadores só poderiam confiar em uma coisa: em sua capacidade de organização e de luta política de auto-emancipação coletiva como classe. Sob um “Primeiro de Maio infeliz”, no qual glorificava-se um “sindicalismo de resultados”, degenerescência do antigo peleguismo, que colocava em cheque a luta pela unidade sindical com base na solidariedade e na luta de classes, Florestan refletia com seus leitores:

Como mudar a sociedade civil, conquistar peso e voz para o proletariado na sociedade civil, adquirir influência proletária sobre a organização e o funcionamento e o rendimento do Estado sem que os trabalhadores desfraldem as suas bandeiras, ergam o seu protesto e exijam reformas sociais? [...] Onde está a solidariedade proletária e que resultados são esses, que estraçalham a força coletiva dos trabalhadores no interior de suas trincheiras? [...] Ao grito de guerra: “Trabalhadores de todo o mundo, univos”, assistimos à proliferação de um falso apoliticismo, que troca pequenas vantagens pelos únicos resultados que interessam às classes trabalhadoras em sua totalidade: a sua unidade econômica, social e política pela transformação da ordem existente; e, quando alcançarem poder real para tanto, a criação de uma sociedade nova³⁴⁹ (FERNANDES, 1989b, p. 267).

Ao invés de “abanar o rabo enquanto leva pontapés”, os proletários, malgrado sua relativa fraqueza na organização política, deveriam constranger as classes patronais a assumir maiores parcelas de responsabilidade, para tirar dos ombros do povo o fardo das dívidas

³⁴⁸ “As contradições do ‘Centrão’”. *Folha de S. Paulo*, 26 abr. 1988.

³⁴⁹ “Primeiro de Maio e solidariedade proletária”. *Folha de S. Paulo*, 05 mai. 1988. Segundo Florestan, num outro texto, quando os “sindicalistas de resultados” pensam que estão colaborando para melhorar as condições de trabalho eles só reforçam e difundem entre os trabalhadores “as representações dos capitalistas sobre papéis sociais e funções econômicas que eles não desempenham [...]”. Empurram o trabalhador na direção de refletir com a cabeça dos patrões, não com a dele. E com isso atrasam ou paralisam as classes operárias, colocando como seus os movimentos históricos das classes burguesas” (FERNANDES, 1989c, p. 37).

interna e externa, da inflação, da recessão e do desgoverno. Ao invés de uma “festa de confraternização”, de lamentação ou de solidariedade conformista, Florestan solicitava a reflexão sobre as possibilidades de desobjetivação, desalienação e auto-emancipação coletiva dos trabalhadores, que na luta pelo controle social sobre o “lucro” (“o motor da história”), pode devolver à sociedade a flexibilidade e a humanidade necessária para dissociar, finalmente, a civilização da barbárie, através da conjugação das promessas de liberdade e igualdade – tal como sugerido pelas reflexões Rosa e Gramsci³⁵⁰. É nesse sentido que podemos entender o socialismo como a proposta de um sistema que não seja movido pelos imperativos da maximização dos lucros, da acumulação e do chamado “crescimento”, com seu desperdício e sua degradação (material, humana e ecológica), um sistema cujos valores e impulsos relativos não sejam limitados pelas noções restritivas do progresso tecnológico. É mais do que necessário libertar a capacidade criativa dos imperativos da exploração e da auto-expansão, já que *produtividade* não gera, per si, qualidade de vida.

Naquele momento específico, segundo Florestan, todas as forças deveriam estar voltadas para frear a pressão das classes burguesas sobre a ANC, cujos interesses se engolfavam com a dependência tecnológica, financeira e econômica que ganhava, em meados da década de 80, nova configuração e deixava poucas alternativas para um país periférico e associado ao capitalismo monopolista vigente.

Ele exige a rendição silenciosa e total, impondo a incorporação até o fundo e até o fim e a globalização dos recursos materiais e humanos dos países-vítimas. Do ponto de vista externo, trata-se da internacionalização, vista como única saída do mundo capitalista pós-industrial; do ponto de vista interno, trata-se de captar capital, cérebros especializados, tecnologia avançada e de adequar o desenvolvimento capitalista aos dinamismos da economia mundial. Na verdade, nos dois pólos temos o imperialismo da era do *global reach*: as nações capitalistas centrais transferem suas fronteiras para os países periféricos, que aceitam politicamente essa solução; as nações capitalistas periféricas sofrem uma cirurgia estrutural, que atinge o esqueleto, o coração e alma de sua capacidade de ser e de sobreviver. O “mundo só” contém dinamismos que vêm de fora e absorvem, destroem ou

³⁵⁰ Em “Democracia e socialismo” (*Folha de S. Paulo*, 13 out. 1989), Florestan afirma que “os que encarnaram melhor esse ideário e essa utopia [de igualdade com liberdade como base do socialismo] foram Rosa Luxemburg e Antonio Gramsci”. Tanto Rosa quanto Gramsci, segundo o sociólogo, discerniram que a estatização e a socialização dos meios de produção, inevitáveis na Rússia pós-revolucionária substituta do antigo regime, poderiam conduzir aos ideais democráticos e igualitários do socialismo e do comunismo – especialmente se a revolução socialista se desencadeasse nos países centrais da Europa e se irradiasse pelo mundo. Suas críticas, portanto, não foram “negativas”, tais como as dos social-democratas e outros marxistas, já que os dois perseguiram o “autogoverno coletivo da maioria”, tal como descrito sucintamente por Marx (nos escritos da década de 1840 e também na crítica ao *Programa de Gotha*), “acreditavam nos ‘soviets’ (ou conselhos) e promoviam a exaltação de sua autonomia contra os ‘desvios burocráticos’, registrados por Lênin e acusados com veemência, posteriormente, por Trotsky” (FERNANDES, 1990, p. 157).

anulam os dinamismos internos das economias “internacionalizadas”³⁵¹ (FERNANDES, 1989b, p. 279).

Mesmo sem tocar profundamente nestas questões, a *sensibilidade capitalista* dos parlamentares, dos dirigentes políticos e militares e dos setores privilegiados foi afetada. Formada majoritariamente no exterior, sob a adoração dos valores e dos interesses dessa forma de capital, a cabeça e a ótica “dessa gente”, moldada pelas multinacionais e a “defesa do mundo livre”, ensaiava uma nova modalidade de “modernização controlada à distância”, que já naquela época ganhava a alcunha de *neoliberalismo*, definido por Florestan como uma espécie de “extremismo burguês infantil” que busca a produção de enormes excedentes econômicos para movimentar as molas-mestras do desenvolvimento capitalista no Japão, na Europa e nos Estados Unidos³⁵².

Todos os setores da grande burguesia pressionam os constituintes a endossar o avesso do que é necessário à Nação como um todo. Por isso, não podem ser modernos em um sentido positivo e construtivo, de fortalecer a democracia, de abater os privilégios e de acabar com o desenvolvimento desigual, a base histórica e a fonte de financiamento da aventura de uma modernização conservadora e controlada a partir de fora³⁵³ (FERNANDES, 1989b, p. 280).

Essa “conexão” do capitalismo monopolista dependente e associado obedece aos seguintes mandamentos que norteiam as ações dos empresários e de suas organizações corporativas:

Priorizar a dependência econômica, tecnológica e cultural, incentivar um acordo espoliativo diante da “negociação da dívida externa”, ceder às pressões norte-americanas e superestimar a “transferência de poupança” dos países centrais, recorrer a uma retórica governamental de aliança das nações pobres ou “em desenvolvimento” da América Latina e do resto do mundo e ao mesmo tempo submeter-se a uma prática de capitulação passiva, defender com unhas e dentes a iniciativa privada e impelir o Governo à privatização cada vez maior das empresas e das riquezas públicas etc., tudo isso traduz a existência de uma burguesia nacional débil, de duas faces³⁵⁴ (FERNANDES, 1989b, p. 284-285).

³⁵¹ “O segundo turno”. *Jornal do Brasil*, 28 mai. 1988.

³⁵² Para Florestan, o “neoliberalismo” é, antes de tudo, uma mistificação “que ergue uma blindagem a qualquer auto-explicação do seu significado. Em suas duas polaridades básicas – neoclássica conservadora e neoclássica liberal – assume uma posição de defesa intransigente do *status quo*. Depois da exaustão do liberalismo só poderia acontecer isso: o qualificativo ‘liberal’ apenas tem sentido como proposição da abertura do mercado para as corporações gigantes e o enlace do governo com o desenvolvimento capitalista, especialmente na transferência de riqueza pública nacional para o setor privado (em termos dos interesses das corporações gigantes e do seu complexo industrial-militar)” (FERNANDES, 1991a, p. 23).

³⁵³ “O segundo turno”. *Jornal do Brasil*, 28 mai. 1988.

³⁵⁴ “A Constituição e seu espelho”. *Jornal do Brasil*, 02 jun. 1988.

Burguesia essa que não se reconhece no estado de atraso inerente ao desenvolvimento desigual. E que postulava um novo “arco histórico”, sob a pressão vinda dos “de baixo”, aguçada por uma crise econômica que afetava os valores axiológicos de inúmeros segmentos sociais. A classe média tradicional e a pequena burguesia, por exemplo, sem compensações diretas na distribuição de renda, passavam por uma profunda crise moral pela ameaça de suas posições e papéis sociais devido a tênue fronteira que as separavam da proletarização. Já os trabalhadores de indústrias e serviços, de empresas privadas, mistas ou públicas, iam à luta para resguardar o que restava de um padrão mínimo de dignidade de vida, sob o fantasma cada vez mais sombrio do desemprego e do pauperismo. Do campo, emergiam os trabalhadores “sem terras”, que buscavam fugir da condição de proletários semilivres. Nas periferias urbanas, os excluídos e marginalizados mergulhavam na miséria e a “violência destrutiva” aparecia como uma das poucas alternativas de reprodução material, aterrorizando as “pessoas de bem”.

Esse “arco histórico”, palpitando no “coração do Brasil”, indicava o surgimento de uma “cabeça civil nascente” que prometia revolver o solo histórico e tensionar a sociedade. Faltava-lhe, porém, densidade ideológica e capacidade de organizar um “projeto histórico”. Assim, ao lado da inquietação e do medo que causava no “tope”, Florestan apostava no aumento do grau de consciência social das classes subalternas e intermediárias através dos atos de desobediência civil, que deveriam ser (e, em alguns casos, estavam sendo) canalizadas pelas organizações sociais para, além de expressar o repúdio pela ditadura disfarçada de “Nova República”, provocar a mobilização contra as iniquidades da ordem vigente, universalizar ideologias e utopias de fraternidade humana, assim como difundir a “compreensão de que a luta política exige organização, direção e solidariedade entre forças sociais convergentes, embora em confronto”³⁵⁵ (FERNANDES, 1989b, p. 286). Dado esse passo, pouco importaria se “a nossa Constituição ficou datada para 1988”, por ter renovado privilégios dos “donos do poder” econômico, social e político. Afinal, à ilusão conservadora de que “a História é determinada por via constitucional” dever-se-ia contrapor, como fez Florestan, a afirmação de que “não são as constituições, mas os seres humanos como classes, povos e nações que fazem a sua História”³⁵⁶ (FERNANDES, 1989b, p. 286).

A rejeição pura e simples do texto constitucional em nada contribuiria para a luta dos trabalhadores, manifestando nada mais do que um “extremismo infantil e dogmático”, tão

³⁵⁵ “A Constituição e seu espelho”. *Jornal do Brasil*, 02 jun. 1988.

³⁵⁶ “A Constituição e seu espelho”. *Jornal do Brasil*, 02 jun. 1988.

criticado por Marx, especialmente nas reflexões sobre as jornadas revolucionárias de 1848, e por Lênin, que “sempre foi um adversário realista mas flexível das ‘ilusões constitucionais’”³⁵⁷ (FERNANDES, 1980a, p. 101). Para Florestan, a tendência de certas correntes do PT em pressionar os correligionários em não assinar a Constituição, mais do que uma decisão “sectária e unilateral” partia de um ponto de vista míope, que via “os chifres maiores que o boi”. Como parte uma rotina institucional, em nada a assinatura do texto implicaria numa adesão obtusa à legalidade parlamentar pelos partidos de identidade proletária. E mais, a sua recusa não condizia com as vitórias alcançadas pelo apoio popular “às nossas bandeiras de luta”, que se parece pouco pelo que se queria ver impresso na *carta magna*, vale pelas lições empreendidas em prol da adoção da estratégia da “tática de duas frentes”, que inclui a “revolução dentro da ordem” como mecanismo de pressão para democratizar a ordem existente.

A Constituição, em sua forma atual, é desigual. Contém disposições avançadas e modernas, ao lado de outras disposições que consagram os privilégios preexistentes e a ordem estabelecida. Não poderia ser diferente, e está na lógica das coisas. O que há de sublinhar é que, bem ou mal, ela permite romper com o impasse deixado pela ditadura militar e reforçado pela “Nova República”, traçando uma nova legalidade burguesa e os pontos de partida de uma sociedade civil democrática e civilizada. Se isso vai ou não ser aproveitado pelos oprimidos, em geral, e pelos trabalhadores em particular, dependerá em grande parte do fortalecimento da luta de classes, resultante dos direitos individuais e coletivos e principalmente dos direitos sociais. [...] Ela [a Constituição] fica aquém do que seria necessário a transformações estruturais, pelas quais sempre combateram os trabalhadores do campo e da cidade. Isso é inegável! Ficar aquém, todavia, não é o mesmo de só servir para a lata de lixo da História³⁵⁸ (FERNANDES, 1989b, p. 291-292).

A transposição dos limites formais dependeria da capacidade de luta e negação da ordem, através da Constituição ou contra ela, dos sindicatos, dos movimentos e dos partidos de identidade proletária, que vinham acelerando seu crescimento popular, no meio urbano e no meio rural. Junto com os “radicais” e “progressistas”, estas forças teriam dois cenários a instigar: uma frente ampla imediata, centrada na polaridade das massas populares aliadas aos estratos burgueses mais inquietos e reivindicativos; uma frente restrita, da luta confinada a pequenas-vitórias no presente, mas conjugadas para a criação de uma nova sociedade futura, que conferisse saliência ao poder popular e à luta de classes – lembrando novamente que a

³⁵⁷ “A atualidade de Lênin”. *Leia Livros*, 15 out. 1978.

³⁵⁸ “A Constituição: assinar ou não?”. *Folha de S. Paulo*, 14 jun. 1988.

concepção de “aliança” para Florestan estava acoplada à visão leninista delas como *meios* e nunca como *fins*, diferenciando, portanto, “objetivos táticos” de “conciliação”³⁵⁹.

Apostando na cadência rítmica de uma concepção histórica que se modifica freqüentemente, assim como na capacidade de mobilização e conscientização da “emergência do povo brasileiro”, Florestan deixa a seus leitores uma perspectiva *otimista* sobre “a realidade que começamos a viver”:

No conjunto, [...] desvenda-se que os donos do poder perdem terreno e ajudam, com sua prepotência, com seu egoísmo, com sua viseira estreita, o crescimento de um vasto e forte campo de oposição, centrado no repúdio da ordem existente e na organização do poder popular. Erige-se, assim, uma moldura histórica desconhecida. Dentro dela, as chamadas “forças da ordem” e a autocracia burguesa contarão com menor espaço político para manobrar, impor-se e perpetuar-se. [...] O potencial inovador e democrático da Constituição cairá em mãos ávidas em utilizar a liberdade para gerar no Brasil transformações estruturais profundas, que tirarão do limbo os que vêm sendo pisoteados, desde o período colonial até a “Nova República”³⁶⁰ (FERNANDES, 1989b, p. 295).

Um grande teste viria com o segundo turno da ANC, que se prefigurava como a fase mais tormentosa do processo. Devido aos acordos de liderança que favoreceram a aprovação de “Franksteins político-ideológicos”, norteados pela “confraternização pelo alto” que ditou os limites das demandas populares representadas pela esquerda, o segundo turno apresentava o caráter de “filtro saneador”: “Os que pudessem mais ou menos manteriam ou perderiam terreno, sendo tácito que as correções seriam táticas ou de redação. O fundamental ficaria protegido, graças ao guarda-chuva das emendas coletivas”³⁶¹ (FERNANDES, 1989b, p. 297). A tática das forças reacionárias estava embasada na estigmatização de tudo que fosse avanço, rejeitando elementos fundamentais para a concretização de uma democracia burguesa como se estes fossem “estatizantes” e “comunizantes”. Uma “mistificação ardilosa”, que funcionava como propaganda alarmista de uma fantasia que caía muito bem aos interesses de quem a vestia. Segundo Florestan, “esse caldo de cultura” deu ao Governo um campo amplo de manobras, que possibilitou a ampliação do seu mandato e o transformou no “superconstituente”, com uma “ninharia” de pretensão: ajustar a Constituição a uma orientação privatizadora e entreguista, abolir a soberania da ANC e restringir as prerrogativas

³⁵⁹ Como registra Florestan em “A atualidade de Lênin” (*Leia Livros*, 15 out. 1978): “Ao aliar-se com setores da burguesia para destruir a contra-revolução, o proletariado visa a preparar o seu próprio caminho de conquista do poder, ou seja, tem em mira também a destruição da burguesia e de todo o sistema capitalista” (FERNANDES, 1980a, p. 101).

³⁶⁰ “A nova pauta política”. *Jornal do Brasil*, 20 jun. 1988.

³⁶¹ “O Governo e o segundo turno”. *Folha de S. Paulo*, 24 jun. 1988.

do futuro parlamento através da supressão das disposições constitucionais que condicionavam ou limitavam o poder presidencial.

Na verdade, há muito o senhor Presidente deixou de tocar na “banda de música da UDN” e, correlatamente, amolgou-se à ditadura militar e ao “Estado de transição”. Portanto, é justo que seja seu paladino-mor. [...] O Governo se arroga atribuições constituintes que não possui, que são ultrajantes à ANC e que, se forem absorvidas e endossadas pela maioria (pelo beneplácito do “Centrão”), aniquilarão a nova Constituição no nascedouro. A *carta magna* já possui limitações insanáveis. O segundo turno, pelo que se prevê, acarretará empobrecimentos fatais, inspirados por interesses de classes obtusos³⁶² (FERNANDES, 1989b, p. 298).

A única chance do segundo turno não funcionar como “cloaca máxima”, segundo Florestan, era o Legislativo repelir de forma veemente as interferências governamentais que esmagava a legitimidade de um poder soberano da República, não aceitando o acumpliciamento que levaria a adulteração do texto constitucional e a perpetuação da “transição transada” – dando provas de que a ANC não tinha se dobrado à vontade das chefias militares e de seus emissários, nem funcionava bitolada pelas debilidades das classes dominantes, “incapazes de sair de sua pele, quando postas diante de decisões que transcendem a suas situações de interesses”³⁶³ (FERNANDES, 1989b, p. 301). Mais do que isso, provando a impossibilidade de se modificar ou extinguir o modo de produção capitalista sem se tocar no regime de classes, foi que os empresários e suas entidades corporativas agiram coletivamente para, primeiramente, impedir a passagem abrupta da ditadura militar para um governo democrático e, a seguir, limitar a liberdade e a soberania da ANC. Mas, se o texto constitucional não satisfazia os crivos políticos da esquerda revolucionária, a execução de uma luta de classes dentro do Parlamento estava na ordem do dia.

Seria extremismo infantil confundir as coisas e ignorar quais são as tarefas históricas dos partidos socialistas e comunistas proletários no atual contexto político. [...] O resto teria de ser conseguido depois, dentro ou contra as normas constitucionais, pela própria luta de classes. Os trabalhadores, seus sindicatos, organizações culturais e partidos, seus aliados (pertencentes ou não à mesma situação de classe) teriam de bater-se duramente para ir além e lograr duas coisas: 1º) impedir que a Constituição se convertesse, em seus aspectos mais promissores, em letra morta, como é da tradição brasileira e latino-americana; 2º) fazer com que a fermentação em processo na sociedade civil continue, se amplie e se aprofunde, de modo a inaugurar uma era de reformas sociais dentro do capitalismo e de cavar o solo histórico propício à

³⁶² “O Governo e o segundo turno”. *Folha de S. Paulo*, 24 jun. 1988.

³⁶³ “A questão da anistia”. *Jornal do Brasil*, 28 jun. 1988.

aceleração da luta de classes e a passagem do reformismo dentro da ordem à revolução socialista³⁶⁴ (FERNANDES, 1989b, p. 309-310).

Florestan propugnava a ampliação da participação dos trabalhadores no espaço político institucional, mas não como um fim em si mesmo. Acreditava que para a “maioria maciça da sociedade civil” – entendendo esta com a soma dos excluídos, dos miseráveis da terra e dos “homens de boa vontade” – a escolha não ficaria entre a Constituição e a “democracia possível”, mas sim entre a situação contemporânea e a possibilidade de se eliminar a miséria, o desemprego, a falta de assistência à saúde e à educação condigna. No desfrute da liberdade coletiva e seguindo as lições de Rosa Luxemburgo³⁶⁵ sobre a necessária combinação entre “reforma e revolução”, as forças proletárias de esquerda, “inclusive as mais exigentes e ardentes”, teriam condições de incorporar à consciência social os seguintes direitos individuais, coletivos e sociais, que precisavam ser garantidos no segundo turno:

[...] a liberdade de organização de seus [dos trabalhadores] sindicatos e partidos; o direito de greve; [...] o mandado de segurança coletivo e o mandado de injunção [...]; a relação de emprego protegida [...]; o acréscimo de um terço de salário na remuneração das férias; a jornada máxima de seis horas para os trabalhos realizados em turnos ininterruptos; [...] o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; o limite de cinco anos como prazo conferido aos trabalhadores rurais e urbanos na defesa de seus direitos junto à Justiça do Trabalho; a liberdade da Justiça do Trabalho de estabelecer normas e condições para cumprimento de dissídio coletivo [...]; a exclusão da saúde da área de comercialização das multinacionais; a licença paternidade [...]; a assistência gratuita aos filhos e dependentes até seis anos de idade, em creches e pré-escolas mantidas pelas empresas; a proibição da distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso; [...] proibição da dispensa do empregado sindicalizado, a partir do momento da candidatura a cargo de direção e de representação sindical até um ano após o final o mandado [...]; controle estatal das telecomunicações e estatizações de serviços públicos que tenham sido contempladas na Constituição [...]; resguardar as atribuições do Estado como agente regulador e normativo da atividade econômica, nas poucas esferas nas quais elas foram respeitadas; batalhar pela permanência e efetividade do imposto sobre as grandes fortunas (contra uma política fiscal atrasada e pirata, que converte o Estado em agente de acumulação capitalista privada e se evade de suas funções em todas as áreas vitais de distribuição indireta de renda e de bem-estar social); intervir na proteção dos recursos minerais da Nação e na limitação do campo de atividades e da liberdade de exploração semicolonial das grandes empresas estrangeiras; fortalecer a defesa de todas as medidas que envolvem descentralização, planejamento em escala regional e correção das desigualdades sociais, raciais e regionais que contribuam ativamente para

³⁶⁴ “A Constituição: a perspectiva dos trabalhadores”. *Folha de S. Paulo*, 24 jul. 1988.

³⁶⁵ Sobre a revolucionária alemã, conferir Loureiro (2004), especialmente a sessão “Um olho que ri, outro chora”, parte final do capítulo 4 (“A revolução alemã”).

reproduzir o chamado “Brasil arcaico”; empenhar-se em manter as medidas que se relacionem com a liberdade dos partidos, o plebiscito, o referendo popular, a iniciativa popular na elaboração de leis [...] e a democratização dos direitos e liberdades individuais e coletivas, inclusive o direito de voto aos dezesseis anos de idade, a defensoria pública e o fortalecimento das atribuições de controle direto e indireto do Executivo pelo Legislativo³⁶⁶ (FERNANDES, 1989b, p. 311-312).

Com “pouco esforço e muito dinheiro”, o Governo preparou a alteração de 73 dispositivos para essa etapa final do processo constituinte, obedecendo as fórmulas para *combater* e *superar* o desenvolvimento desigual pelos que são mais interessados em mantê-lo e aprofundá-lo, seguindo os princípios da “conciliação conservadora”. Era a compra da transição, a sua negociação como mercadoria, encarecida pela pulverização dos “partidos da ordem”. O efeito reverso dessa ação foi o aumento do desgaste governamental, sua ineficácia e impopularidade pela corrupção generalizada “digna dos mais intrépidos piratas da ‘expansão da civilização ocidental’ e dos *robber barons* da era da revolução urbana, industrial e financeira dos Estados Unidos”³⁶⁷ (FERNANDES, 1989b, p. 314). E “quando tudo está podre”, aí está a oportunidade para que nossa imaginação política vislumbre uma “outra data” para uma constituição de vínculos mais orgânicos com a vontade popular, ainda que atravessada pelos contraditórios interesses de classe, mas sem os quais é inviável a existência de uma democracia burguesa dinâmica, aberta, ampliada e pluralista. O norte, portanto, era o ataque celerado à mais nova “arte de ocultar a luta” promovida pelo “escritor inventivo” tornado “presidente biônico”, expressa no mote: “A Constituição que ainda está sendo gestada tornará o País ingovernável e insolvente”³⁶⁸ (FERNANDES, 1989b, p. 318). Para Florestan, era inconcebível que um presidente pudesse proclamar à Nação a sua ingovernabilidade, atribuindo isso a uma “constituição inacabada”. Isso só seria verdade se o texto constitucional tivesse vinculado a um movimento de eclosão revolucionária ou se os constituintes tivessem entrado em conflito irreversível com os interesses do capital e da iniciativa privada – o que estava longe de ter acontecido.

Ao contrário, todos os partidos da ordem, participantes do governo ou fora dele, são partidos de identidade burguesa, e mesmo os seus radicais não vão além do “neoliberalismo” ou de tímidas “reformas capitalistas do capitalismo”. A esquerda é tão pequena e o centro tão moderado que a ANC precisa de constantes empuxões populares para arriscar-se a um pálido nacionalismo e a um fraco mudancismo, dito “progressista”. A reação vê aí uma “forte tendência estatizante” e o fantasma do “comunismo”. Todavia, há

³⁶⁶ “A Constituição: a perspectiva dos trabalhadores”. *Folha de S. Paulo*, 24 jul. 1988.

³⁶⁷ “Constituição: o despique do Governo”. *Jornal do Brasil*, 25 jul. 1988.

³⁶⁸ “O discurso político”. *Jornal do Brasil*, 03 ago. 1988.

muita retórica nisso tudo. O que se quer é privatizar o Estado, em suas estruturas e funções. O que alia o atual Estado de transição permanente ao desejo burguês de conquistar uma constituição moldada pela mesma transição permanente³⁶⁹ (FERNANDES, 1989b, p. 326).

Segundo Florestan, a procedência da suposta ingovernabilidade estaria na essência espúria dessa “transição permanente”, que pressupõe requisitos históricos irreais, para além da ANC e da Constituição. Ao sabor dos desmandos que colocam o Estado a serviço dos interesses “democráticos” dos donos da Nação e dos seus sócios estrangeiros, o próximo passo seria a escolha de um “candidato palatável” na desejada eleição ritual substituta do colégio eleitoral militar, “dissimuladamente” controlada pelos “grandes eleitores” da “Nova República”.

Aproximamo-nos rapidamente, pois, do momento decisivo. A ruptura que não se consumou em 1984 poderá ou não ocorrer agora. A noção de “forças vivas da sociedade” suscita ambigüidades e interrogações. No entanto, elas têm de sair da modorra em que estagnaram depois da “eleição” de Tancredo Neves e do seu vice, o senhor Presidente. Da extrema-esquerda ao centro mais moderado, impõe-se uma união nacional em defesa da democracia, da democratização da sociedade civil e do Estado, da escolha e da eleição de candidatos orgânicos da burguesia e do proletariado à presidência. Isso não para sufocar diferenças ideológicas, utópicas e políticas, que terão de conviver e de colidirem entre si. Mas dar cabo da “Nova República”, o perverso rebento da ditadura, e enterrá-la para sempre. Não será o fim das classes, da luta de classes ou o início de um Estado participativo e de poder popular. Entretanto, marcará o começo de uma nova era, na qual se extinguirá a tradição autocrática colada a um falso republicanismo e a um pseudofederalismo que infestam a vida política e infelicitam a imensa maioria da população pobre e trabalhadora³⁷⁰ (FERNANDES, 1989b, p. 328).

Como os deuses deixam a história nos ombros dos homens, Florestan advoga que este “poder popular” tem de ser visto com uma “trivialidade terrena”; ou seja, construído e imposto pelos que assim necessitam e desejarem contra os que, tradicionalmente, excluem as escolhas de “importância coletiva” para defender seus particularismos. Mas nada de “zerar” a História, como exigiam os adeptos da “extrema-esquerda”, que gostariam que ela caminhasse de acordo com a rapidez de suas vontades. Por falta de uma socialização política revolucionária madura, somada a deficiência de convívio com os clássicos do pensamento revolucionário, dos socialistas utópicos aos líderes das revoluções proletárias, eles acabam por embarcar de forma irracional nas posições inimigas. Tocando e não se chocando com o seu

³⁶⁹ “A ingovernabilidade”. *Jornal do Brasil*, 09 ago. 1988.

³⁷⁰ “A ingovernabilidade”. *Jornal do Brasil*, 09 ago. 1988.

extremo, afastam-se do solo histórico concreto das possibilidades de vitórias e derrotas, que são sempre condicionadas pelos ritmos e pela direção da luta de classes.

Naquela situação específica, não percebiam que a Constituição e a democracia eram peças desse fluxo, não seus obstáculos. “A imensa maioria da Nação não pode deixar-se fascinar por mitos, por obsessões derrotistas, pelo revolucionarismo verbal”, afirmava Florestan, alertando para a necessária atenção ao dispositivo que previa uma revisão constitucional dali a cinco anos, em 1993: “A Constituição atual poderá ser melhorada ou piorada. Tudo dependerá do que os táticos do pensamento revolucionário abstrato chamam de correlação de forças”³⁷¹ (FERNANDES, 1989b, 331).

Para o publicista, era hora de encarar o processo final da ANC como um campo de enfrentamento político, exigir a eliminação de medidas antiproletárias, anti-sociais, antidemocráticas e antinacionalistas, aceitando com coragem a luta parlamentar pela consolidação do movimento operário e sindical e das demandas populares. A sua recusa estrita também poderia ser estudada, frente às condições históricas. O que o publicista não entendia era a “deslegitimação” da Constituição por um radicalismo abstrato e retórico, uma saída pelo “meio-termo” que não ousa enfrentar as tarefas necessárias de organização para a demolição da supremacia burguesa e a conseqüente conquista pelo poder. Naquele momento, porém, a análise da crise do poder burguês no Brasil colocava a primeira opção na ordem do dia, levando-se em conta os seguintes custos econômicos, sociais, culturais e políticos em jogo:

A crise burguesa arruína as demais classes, inclusive as facções mais fracas da própria burguesia. Mas é a massa dos assalariados e dos trabalhadores semilivres das cidades e do campo que arca com a conta. Há meandros especulativos e fisiológicos para compensar as perdas e até convertê-las em vantagens reais, postas em prática graças ao Estado de transição permanente. Os superlucros dos bancos, por exemplo, derrotam a hiperinflação; a ciranda financeira produz deslocamentos que põem em perigo o sistema de produção, mas aumentam o volume da riqueza nos bolsos dos mais ricos e poderosos; o caixa dois ajuda a corroer ainda mais a crise fiscal do Estado (sob seu pleno consentimento) – pois não se deixa de pagar impostos sem provocar rastros – mas contribui pra elevar a participação das grandes empresas nacionais e estrangeiras no excedente econômico³⁷² (FERNANDES, 1989b, p. 334-335).

Esse “quadro tenebroso” não inclui os rombos da “dívida externa” e do “débito público”, que possuem conexão direta com a transferência de riquezas dos assalariados, dos

³⁷¹ “Fluxo e refluxo”. *Jornal do Brasil*, 15 ago. 1988.

³⁷² “Crise e conciliação”. *Folha de S. Paulo*, 19 ago. 1988.

trabalhadores semilivres para o Estado e, por conseqüência, para a alta burguesia. Para Florestan, o momento era o de se aproveitar da crise, expressa especialmente na perda de poder aquisitivo dos trabalhadores, para impedir o advento de outros governos análogos – a partir de uma compreensão da Constituição como uma “revolução a fazer”, aproveitando dela os dispositivos que ajudam a incorporar os menos abastados à sociedade civil, dotando-os de peso e voz para democratizar o Estado. Por exemplo, o dispositivo sobre o direito de greve, que embutido em um conjunto de direitos individuais e coletivos e de direitos sociais, arma o trabalhador como cidadão, fazendo dele mais do que um “agente econômico mais fraco, o fornecedor da força de trabalho, mercadoria manipulável *ad libitum* em virtude de uma legislação trabalhista arcaica”, protetora do despotismo patronal, que varia de acordo com os ramos de produção³⁷³ (FERNANDES, 1989b, p. 337).

Mais do que uma questão de economia interna das empresas e de compressão negativa nos ritmos de acumulação, a greve é um instrumento político que ajuda na ampliação do espaço legal para a articulação das reivindicações populares – um sinal de maturidade que o Brasil dava ao colaborar para a consolidação do “trabalho livre”. Até 1978, segundo Florestan, o trabalhador assalariado poderia ser equiparado a um equivalente ou substituto do escravo. Aproveitando as transformações advindas com a revolução econômica e tecnológica durante o processo de industrialização maciça e internacionalização da economia brasileira, os operários se converteram em “categoria histórica” e venceram os patrões e a ditadura.

Os operários do ABC foram os instrumentos pelas quais essa realidade subiu à tona. [...] a Constituição passa a limpo o presente estado de coisas, adaptando a situação de interesses das classes trabalhadoras ao grau de desenvolvimento capitalista. [...] Ao opor-se ao capital e suas funções, nem sempre as classes trabalhadoras prejudicam ou destroem o capitalismo. Dadas as condições vigentes, elas contribuíram para o desemperramento, para impulsionar o desenvolvimento capitalista, que parcelas mais ou menos vespas e retrógradas da burguesia queriam manter atado ao pé-de-meia, ao entesouramento ou à especulação financeira improdutiva. [...] Os trabalhadores desataram o nó, em plena ditadura, de uma evolução que não podia mais ser contida. Anos depois, o horizonte se esclareceu para todos e até para aqueles que pintavam o “direito irrestrito de greve” sombriamente, como um cataclisma econômico e, por conseguinte, como o eclipse da livre iniciativa³⁷⁴ (FERNANDES, 1989b, p. 338-339).

³⁷³ “A greve”. *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 1988.

³⁷⁴ “A greve”. *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 1988. Em “O produto final” (*Folha de S. Paulo*, 12 set. 1988), Florestan faz o seguinte comentário: “O ‘novo sindicalismo’, com base nas fábricas, irrompe na cena histórica como uma força de rebelião imbatível. As greves derrotam a ditadura militar e disputam peso e voz para os operários na sociedade civil. Nesse contexto, os sindicatos assumem a linha de frente do combate e provocam a liberalização do regime militar. Cria-se o PT e a CUT. Com os demais partidos de esquerda, como o PC do B, o PCB e o PSB constituem uma esquerda dentro da ANC, logo reforçada em sua atuação política pelos radicais

Configurava-se, assim, o avanço pelo desligamento do sindicato da tutela estatal, do dirigente sindical da violência empresarial e do partido político do confinamento imobilista – uma prova de que as pressões dos assalariados e das entidades libertárias da sociedade civil chegaram à ANC, sem ameaçar a “ordem” e o “desenvolvimento capitalista”, que, dialeticamente, saíam reforçados pelo deslocamento dos dinamismos da sociedade civil, desviado de um pólo autoritário para um democrático – ainda que o mesmo fenômeno não tenha ocorrido em outras áreas, tal como na questão agrária e na educacional.

A burguesia enfrenta o desafio de fortalecer-se, seja para desempenhar as funções que antes cabiam à polícia, seja para democratizar suas relações com os trabalhadores e suas organizações sindicais confederativas. Os trabalhadores, por sua vez, precisam avançar rapidamente, para ocupar o espaço político conquistado e ampliá-lo pela ação direta, o que lhes impõe uma revisão completa de suas técnicas de organização e de luta de classes³⁷⁵ (FERNANDES, 1989b, p. 340).

No curso do segundo turno, um dos acontecimentos mais importante foi a criação do Partido Social-Democrático Brasileiro (PSDB), formado por um setor à esquerda do PMDB. Apesar de “cedo” para avaliar o partido, Florestan critica a preferência por “termos suaves” em seu programa, que fomentava “ilações duvidosas”. Segundo o publicista, um partido novo deve forjar a sua mensagem política e ideológica de maneira mais clara e firme, se postando como uma resposta a serem inferidas pelo vir-a-ser político, produzindo fórmulas para tendências doutrinárias de alimentação, conservação ou transformação da ordem existente. Não que se deva “pedir perdão” por defender a “social-democracia”, mas as ambigüidades e vacilações do seu documento de lançamento pareciam fazer o PSDB navegar no espaço da política abstrata, justamente numa sociedade em que a luta de classes assume uma das formas mais cruéis, deslocando o “alvo” para a simples proclamação do parlamentarismo como sistema ideal de governo. Mas para que juntar parlamentarismo e social-democracia? E que social-democracia? *Burguesa* ou *proletária*? Em suma, que tipo de centro-esquerda?

Omitindo-se nessas definições, o partido oculta o seu sentido mais profundo e situa-se na franja “humanitária” dos que misturam reforma capitalista do capitalismo com conquista (ou manutenção do poder). [...] É pouco sair do PMDB para permanecer dentro de um circuito político fechado, rico de equívocos, que separa algumas de nossas melhores cabeças políticas da

de centro e da centro-esquerda. A tendência ao inconformismo e à renovação aprofundam-se e consolidam-se” (FERNANDES, 1989b, p. 348). Sobre o “novo sindicalismo”, conferir Mangabeira (1993).

³⁷⁵ “A greve”. *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 1988.

opção real – mandonismo ou socialismo? [...] A nossa alternativa não é a reforma social ou paralisação da democracia. Ela é reforma social como expediente para chegar-se ao patamar da revolução socialista³⁷⁶ (FERNANDES, 1989b, p. 305-306).

Florestan previa que a radicalização da pequena burguesia e dos estratos rebeldes da classe média, por ser conjuntural e transitória, teria fôlego curto, tendente a se esgotar “com a queda da inflação e através de ‘políticas redistributivistas’, que afastarão aqueles setores sociais dos riscos de se confundirem com os de baixo e de se proletarizarem”³⁷⁷ (FERNANDES, 1989b, p. 306). Tal vigor social-democrático, sem uma forte polaridade operária, converter-se-ia em sinuoso entrave à revolução socialista. Mas nada disso significava que a fundação do novo partido fosse um fato irrelevante. Acompanhando os “dramas morais e políticos” que marcaram o PMDB, o publicista afirma que o PSDB iniciava uma potencial era de recusa às ações típicas do farisaísmo político imperante, quiçá um golpe nas tradicionais “conciliações pelo alto”, o que seria um “salto qualitativo”, independente das promessas de seus fundadores. O mais importante, porém, era que o “Centrão” via reduzir seu espaço político, constrangido a ceder terreno e sofrendo derrotas contundentes – o que não salvava o segundo turno, já que, novamente, os “acordos de liderança” reduziram a ANC a um congresso de “homens válidos”, que decidiam à revelia qual deveria ser a “vontade do povo” – mais uma prova de que os políticos estavam distantes de possuir uma cultura cívica à altura da conjuntura histórica³⁷⁸.

A realização do segundo turno revelou-se particularmente infeliz. Porém, o texto produzido pela Comissão de Sistematização é um teste de que, apesar dos entraves, nada impede que se chegue a uma constituição razoável, apesar do desenvolvimento desigual (ou até, por causa da necessidade de combatê-lo). [...] A perversidade não só está nas constituições, mas nas ações dos homens que fazem “tudo pelo social”, defendendo, contudo, com unhas e dentes a persistência da autocracia³⁷⁹ (FERNANDES, 1989b, p. 344-345).

³⁷⁶ “O novo partido”. *Folha de S. Paulo*, 10 jul. 1988.

³⁷⁷ “O novo partido”. *Folha de S. Paulo*, 10 jul. 1988.

³⁷⁸ Segundo Florestan, em “A última sessão do segundo turno” (*Jornal do Brasil*, 17 set. 1988), foi o que se chamou de “a ditadura das lideranças”, “não um mal em si, em particular para os partidos menores e com forte *esprit de corps*. Mas produziu o avesso do que o Centrão proclamara, quando deu o golpe de modificação do regimento interno. Se todos os partidos funcionassem como partidos ideológicos e orgânicos, os males seriam de pequena monta. Como isso não sucede, as lideranças ficaram com as mãos livres para operar coercitivamente, fazer arranjos mais ou menos desastrosos para o conteúdo da Constituição e conferir à mesa e ao presidente Ulysses Guimarães poderes arbitrários. Se o princípio democrático não funciona na base, o tope acaba decidindo por conta própria ou induzindo decisões discutíveis” (FERNANDES, 1989b, p. 355).

³⁷⁹ “O curso do segundo turno”. *Jornal do Brasil*, 28 ago. 1988.

Com a constituição formalmente pronta, Florestan via se confirmar uma antiga tese sua: a burguesia mostrou-se incapaz de formular um projeto histórico de constituição que respondesse claramente às exigências da situação porque, para além do agrupamento de sua “rica massa de cérebros”, faltou-lhe a “chama criativa” do inconformismo com o estado de dependência da Nação. Nascia, assim, um texto constitucional razoável, o melhor se comparado com 1934 e 1946, mas com promessa de vida curta, já que veio à tona com data marcada para sofrer uma “revisão global”. Posta “sob o signo do precário”, a Constituição trazia perigo às várias reivindicações proletárias e sindicais atendidas no processo de elaboração³⁸⁰, mas não deixava imune a tranquilidade aparente das elites: “Na verdade, nascida da vontade coletiva de elites, classes ou nações, poderá viver ou morrer tão fragilmente quanto os seus inventores e portadores”³⁸¹ (FERNANDES, 1989b, p. 360).

Por isso, reforça Florestan, sob uma Constituição com elementos de ruptura e continuidade, a questão não era a “distorção psicológica” do dilema entre assinar ou não; mas o aproveitamento do espaço político para as classes trabalhadoras galgarem seus próprios objetivos, erigindo uma República na qual possa existir o fortalecimento do poder popular e, assim, ter condições de negar e superar a supremacia burguesa – pré-condição para o soerguimento de uma “sociedade nova”.

Tudo converge para uma conclusão: as classes dominantes não são dirigentes e carecem de verdadeiras elites. Nesse fato reside a essência do capitalismo selvagem e a falta de saídas da situação atual, que transforma a democracia em um sonho. Os de baixo são mais autênticos e *quicá* [sem grifo no original] esteja neles – e não na Constituição – a superação do drama social brasileiro³⁸² (FERNANDES, 1989b, p. 356).

Fabricada pelos seres humanos – carregando as suas marcas, as suas debilidades e as suas grandezas – a Constituição é, das invenções humanas, “a mais complexa e sutil, mistificadora e hipócrita, verdadeira e cruel”³⁸³ (FERNANDES, 1989b, p. 360). Examinando os passos dados (e os que não foram possíveis), Florestan afirma que ao tentar descobrir como ela responde ao solo histórico e, ao mesmo tempo, o nega, chega à seguinte conclusão: a Constituição ostenta os rasgos utópicos, oculta os vínculos ideológicos e dissimula a essência do poder, na forma em que este é exercido por pessoas, instituições e formações sociais do

³⁸⁰ Em “O produto final” (*Folha de S. Paulo*, 12 set. 1988), Florestan afirma: “O que parece ser uma vitória do movimento operário e das forças populares poderá converter-se na fonte de manipulações jurídicas dilatórias e perversas, capazes de anular as conquistas mais notórias da nova carta” (FERNANDES, 1989b, p. 349).

³⁸¹ “A Constituição de 1988: conciliação ou ruptura?”. *Folha de S. Paulo*, 04 out. 1988.

³⁸² “A última sessão do segundo turno”. *Jornal do Brasil*, 17 set. 1988.

³⁸³ “A Constituição de 1988: conciliação ou ruptura?”. *Folha de S. Paulo*, 04 out. 1988.

tope. No entanto, com todas essas deficiências, ela poderia ser o elo para o aparecimento de uma situação histórica que exija um texto legal mais democrático, popular e radical. Naquele momento, acreditava o publicista, sua missão consistia em limpar “o terreno minado da ditadura”, prolongado pela “Nova República”, que adotava os seus métodos e práticas, e fazia com que o Brasil continuasse a se vergar à corrupção governamental em prol do grande capital nacional e estrangeiro.

Mas os privilegiados correrão um sério risco, se se mantiverem insensíveis às iniquidades econômicas, culturais, sociais e políticas de uma sociedade deformada e desumana. Os de baixo poderão ousar, desobedecer, tomar consciência social de sua privação de humanidade, empregar a violência para atingir seus fins (como sempre timbraram em fazer os de cima). Ganharam empuxo para deslanchar, afirmaram-se como agentes históricos de negação da ordem e de fiadores de uma causa própria, de um movimento de transformação social da sociedade existente. O vir-a-ser também toma conta de suas cabeças e penetra fundo em suas ações coletivas de classe e de solidariedade de classe³⁸⁴ (FERNANDES, 1989b, p. 361).

A “colcha de retalhos” constitucional, sem ser nem mesmo uma “promessa de revolução” – inclusive “dentro da ordem” –, ameaçava os privilegiados por rotinizar as liberdades individuais e coletivas através da universalização do acesso a meios legais de utilização de “peso e voz”. Era a oportunidade que o Brasil tinha de socializar cultural e politicamente a maior parcela de sua população, proporcionar a ela os “requisitos psicossociais e sócio culturais” que ensejem o hábito de usar, defensiva e ofensivamente, as normas legais: estavam abertos os caminhos para o despertar de uma cultura cívica e para a associação entre a vida social cotidiana a uma consciência de classe auto-emancipadora e crítica da tradicional orientação passiva da nossa burguesia e da “política suicida” do então governo, presa ao mito da “internacionalização” como único caminho para o desenvolvimento sócio-econômico.

Essa crença alimenta-se de uma falácia. Em cada momento da História mundial houve sempre um centro hegemônico, que fomentava o temor de que, desobedecidas as regras do jogo (do *seu jogo*), os países em formação ficariam fora das “ondas do progresso”. Portanto, atrás de cada tipo de dominação externa (a dominação colonial direta, a dominação colonial indireta e a dominação através da dependência), existia uma modalidade de internacionalização salvadora, que só seria acessível aos países que aceitassem a “rendição silenciosa”, por vezes incondicional³⁸⁵ (FERNANDES, 1989b, p. 364).

³⁸⁴ “A Constituição de 1988: conciliação ou ruptura?”. *Folha de S. Paulo*, 04 out. 1988.

³⁸⁵ “Retaliações e pressões”. *Jornal de Brasília*, 08 out. 1988.

Florestan lembra os exemplos da Alemanha, do Japão e dos Estados Unidos, nações que se negaram à condição periférica, repudiando o destino colonial contra os *centros hegemônicos* de uma determinada época, através da negação do “livre câmbio” e de grandes sacrifícios de uma modernização monitorada internamente, com vistas à industrialização autônoma. No Brasil, ao contrário de um “espírito burguês conquistador”, plantou-se conexões econômicas, diplomáticas e culturais que conduziram o país a um capitalismo competitivo em condições de barbárie, acarretando no abafar da democracia, da descolonização e do nacionalismo. Naquela conjuntura, no final dos anos 80, o “mito da internacionalização” fundamentava e legitimava as mais variadas formas de transações que se voltam contra a “livre iniciativa” e contra o “impulso inconformista” de uma burguesia nacional emergente.

Comprova-se, assim, que nas relações das nações, hoje, vale a norma: a ideologia da superpotência e das nações capitalistas hegemônicas é a ideologia das burguesias que se presumem liberais e nacionais. Ao contrário do que se fez nos Estados Unidos e, principalmente, na Alemanha e no Japão, o Estado não corrigiu o particularismo cego, entreguista e egoísta dos estratos dirigentes das classes dominantes. Ele palmilhou o curso histórico que estas preferiram e ignorou que deveria ser o fulcro condutor da auto-emancipação. [...] Um país periférico satelizado não possui vontade coletiva própria. Também não precisa de uma constituição moderna e democrática. As regras vêm de fora e são estabelecidas pelo sistema capitalista mundial de poder³⁸⁶ (FERNANDES, 1989b, p. 365).

É nesse propósito que se assentava o projeto de “desconstitucionalização” do então governo, aproveitando a moda da “desconstrução”, conceito que fazia a cabeça dos teóricos do “pós-modernismo” na época. Antes mesmo da promulgação da Constituição, medidas de “desmonte” estarreciam a Nação, como as concessões de canais de televisão e de estações de rádio seguindo princípios antidemocráticos e não de reconstrução da sociedade civil. Numa discussão acadêmica parida por *brazilianists* “bem humorados”, o Brasil penetrava na era da industrialização maciça, após um processo prolongado e profundo de modernização conservadora, sob o pressuposto do caminhar partilhado entre as “burguesias nativas” e a “comunidade internacional de negócios”. Numa dialética própria, o caráter intrínseco do imperialismo hodierno demanda que os “conservadores nativos” utilizassem meios autocráticos para criar as condições da modernização dirigida à distância. O Brasil, segundo Florestan, precisava fugir dessa forma de partilha do mundo através da revitalização da

³⁸⁶ “Retaliações e pressões”. *Jornal de Brasília*, 08 out. 1988.

cultura política e das funções do Estado – o que dependia da *desestigmatização* da luta de classes dos oprimidos e, conseqüentemente, do socialismo revolucionário.

Naquele momento, quando a maior parte do Parlamento se omitia na defesa da Constituição, a resistência contra a “sabotagem” governamental e das classes dominantes teria de vir da sociedade civil, especialmente das entidades orgânicas que lutaram contra a ditadura e em prol dos mais pobres, através de uma “ação pedagógica coletiva”, ajudando aos “cidadãos comuns” a refletir sobre a melhor opção: o *status quo* ou as transformações incluídas no texto constitucional.

Será possível introduzir as alterações endossadas pela Constituição sem aumentar e acelerar a luta de classes de baixo para cima, sem conferir maior amplitude às atividades decididas pelos sindicatos e confederações, sem erguer o espaço político necessário à observância dos novos direitos individuais e coletivos, sem resguardar os poucos direitos sociais conquistados, sem pôr um cabresto no arbítrio e maus hábitos do três poderes etc.³⁸⁷ (FERNANDES, 1989b, p. 371).

A defesa da Constituição implicava na transformação concomitante da sociedade civil. Daí o grito de Florestan por uma conexão mais orgânica entre as forças parlamentares e extraparlamentares progressistas, o abrir-se do meio institucional para as iniciativas do “poder popular”, aproveitando-se do espaço histórico, psicológico e político abertos pelo texto constitucional para confrontos mais agudos nas relações entre as classes, as instituições, as pessoas, reciclando os interesses econômicos, culturais e sociais em conflito: “Inicia-se uma nova era e essa acaba sendo a forma tardia que a ruptura comparece no funcionamento e nos dinamismos da sociedade civil”³⁸⁸ (FERNANDES, 1989b, p. 374). Nesse contexto, um ponto era a fundamental: a renovação dos partidos, que deveriam optar entre continuarem encobertos pelos interesses de classe ou tomar a dianteira no que se refere aos interesses das classes sociais em confronto.

Teremos de lutar firmemente para formar partidos de outro tipo e usá-los com decisão para extinguir o mandonismo do tope, na sociedade civil e no Estado. O desafio é enorme. Não se trata de enterrar o poder podre. Mas de engendrar uma República democrática com dois pólos, o das classes dominantes e o das classes subalternas, em interação e interdependência³⁸⁹ (FERNANDES, 1989b, p. 375).

³⁸⁷ “Desconstitucionalização como projeto governamental”. *Jornal do Brasil*, 17 out. 1988.

³⁸⁸ “A deterioração do poder”. *Jornal do Brasil*, 23 out. 1988.

³⁸⁹ “A deterioração do poder”. *Jornal do Brasil*, 23 out. 1988.

O problema era que os partidos estavam “dando as costas” ao projeto governamental de “desconstitucionalização” da sociedade civil e do Estado. Lançando-se à campanha eleitoral municipal, a tomaram como alvo central e não a viram como uma “armadilha” à democratização do país e como elemento de reforço à continuidade da “transição” no período pós-constitucional, que aniquilava a aspiração coletiva de participação das massas para a gestação de “um pólo popular de poder político”³⁹⁰ (FERNANDES, 1989b, p. 378). Problema esse que Florestan estava enfrentando em sua própria casa, já que o PT também se via envolvido nos “dilemas das eleições municipais”³⁹¹.

O PT, como “partido virgem”, ainda não tinha sido deformado pelas “duas moléstias letais” do sistema político brasileiro: a) o clientelismo, o paternalismo e o fisiologismo, traços marcantes de nossa tradição “subdemocrática”; b) o convívio com o poder, em especial o “institucional”, corroído e organizado por interesses espúrios. A proteção petista, portanto, não provinha de suas origens operárias ou de suas posições socialista. Provinha de sua “idade” e de seu idealismo, “por vezes cru e ingênuo”, que o impulsionava nas contestações, solidariedades e sacrifícios exigidos pelas lutas cotidianas. Lançando-se ao inevitável (a disputa do “poder oficial”), ainda em formação e sem ter resolvido se era (e o que seria) um “partido de massas e socialista”, corria o risco de optar por um arco de alianças “viável e promissor”, como defendia alguns de seus líderes, em detrimento de conferir aos oprimidos meios próprios de luta política para a conquista coletiva de melhores condições de vida e, posteriormente, de avanço ao socialismo.

Para Florestan, a “questão candente” eram as tarefas do proletariado, nos seus mais variados níveis e em conjunto, na transformação da sociedade civil e na luta pela hegemonia política. Com as “condições objetivas” à frente das “condições subjetivas” de consciência e de luta (cujo sintoma era a falta de saturação das entidades sindicais pelos trabalhadores e a não politização dos movimentos sociais e das organizações locais pelas camadas populares³⁹²), a consequência de um aliancismo, ingênuo ou oportunista, levaria à perpetuação da dispersão dos votos do povo e, conseqüentemente, o fortalecimento dos blocos de poder da burguesia.

³⁹⁰ “A ‘transição’ pós-constitucional”. *Folha de S. Paulo*, 25 out. 1988.

³⁹¹ Sobre as eleições municipais de 1988, conferir o conjunto de artigos publicados em jornal reunidos em “O PT e as prefeituras”, seção segunda de Fernandes (1990).

³⁹² Segundo Florestan, em “Os prefeitos do PT” (*Folha de S. Paulo*, 14 ago. 1989), “o poder local é o alicerce a partir do qual se organizam o poder econômico e a hegemonia ideológica das classes dominantes. [...] Ao assaltar com êxito os bastiões da sociedade civil – os municípios –, a oposição proletária e seus aliados radicais de facções burguesas subalternizadas erguem uma alternativa socialista e ameaçam a continuidade da ordem existente” (FERNANDES, 1990, p. 121-122).

O partido se tece, avança gradualmente, transforma-se. Dentro dele convivem várias ideologias e políticas de esquerda. Qual vencerá? Como será o PT em seu estágio maduro? Repetirá a tragédia da social-democracia européia, os dramas dos partidos comunistas ou se revelará capaz de unir as várias tendências e gerar o partido de esquerda de novo tipo que as Américas ibéricas necessitam?³⁹³ (FERNANDES, 1989b, p. 287).

Com o término de sua experiência de observador-participante do processo constituinte, essas serão algumas das questões que vão nortear a sua futura atuação parlamentar, marcada pela campanha das primeiras eleições presidenciais diretas após o fim da ditadura, nas quais se reelege para um segundo mandato, de 1991 a 1994³⁹⁴ – vitória conquistada com o apoio de inúmeros movimentos sociais, aos quais deu peso e voz na ANC. A partir de então, Florestan vai se dedicar ao fortalecimento do PT, buscando contribuir para os debates sobre o papel do partido na consolidação da democracia brasileira, que, a seu ver, corria grande perigo de continuar “restrita” e sob controle das mesmas forças políticas e econômicas beneficiárias da ditadura e da “transição transada” que se deu sob a “Nova República”.

5.3 – O período pós-constitucional e a tarefa partidária

Com a “transição prolongada” no período pós-constitucional – marcada pela tensa experiência eleitoral de 1989, que elegeu, por via direta, o primeiro presidente da República do período pós-ditatorial³⁹⁵ –, o Partido dos Trabalhadores, na visão de Florestan Fernandes, deveria atuar em três frentes: na criação de uma democracia que desse peso e voz aos trabalhadores e oprimidos; na abertura da ordem existente para as reformas sociais; e na formação das premissas históricas de uma revolução socialista. Desvencilhando-se do *populismo*, “o PT eclodiu como a via que poderia unir os trabalhadores e seus aliados orgânicos nas várias batalhas simultâneas que deveriam enfrentar para que brotasse uma República democrática e a conquista do socialismo não se restringisse a mera retórica”

³⁹³ “O PT e o dilema das eleições municipais”. *Folha de S. Paulo*, 09 jun. 1988. Já sob as eleições presidenciais de 1989, em “O espaço da esquerda” (*Folha de S. Paulo*, 04 abr. 1989), Florestan identifica um forte deslocamento para a direita no partido, sob o empuxo de uma corrente de “centro-esquerda”, que estava levando o PT para o caminho da “moléstia eleitoral” do conciliacionismo – propensão endossada pelo então presidente do partido, “o companheiro Luiz Gushiken” (FERNANDES, 1990, p. 98).

³⁹⁴ Nessa nova eleição o parlamentar recebeu 27.676 votos (MARTINEZ, 1998).

³⁹⁵ Apesar da derrota nas eleições presidenciais, 1989, segundo Florestan, foi “O ano do PT” (*Folha de S. Paulo*, 08 jan. 1990): ano “no qual o partido reuniu as condições objetivas para o seu amadurecimento organizativo e teórico. [...] Em torno da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva descobriu seu potencial organizativo e aprofundou o que deveria ser no plano teórico, como um partido socialista e democrático de massas, que arrancava de dentro da ordem para transformar-se com ela” (FERNANDES, 1990, p. 23).

(FERNANDES, 1991a, p. 11). Sem refutar a importância dos movimentos políticos de caráter social-democratas para o aprofundamento das reformas sociais necessárias, impregnando a revolução dentro da ordem de conteúdos e esperanças inovadores, ele critica seus limites de adesão ao *welfare state* e a utilização de seus símbolos e utopias como forma de reprodução da sociedade civil lastreada no capital. Citando Adam Przeworski (1989), Florestan indica que os compromissos mantidos entre social-democratas e o capital privado forjam uma expressão da própria estrutura da sociedade capitalista.

Os social-democratas protegem os lucros das reivindicações das massas porque as políticas redistributivas radicais não são vantajosas para os trabalhadores. O mecanismo não foi projetado deliberadamente, mas o fato é que o funcionamento do sistema capitalista apresenta-se de modo tal que se os lucros não forem suficientes, as taxas de salário e o nível de emprego acabam por declinar. [...] Esse é o motivo por que os social-democratas abrem mão da abolição da propriedade privada dos meios de produção em troca da cooperação dos capitalistas na elevação da produtividade e na distribuição dos ganhos. Por isso é que os social-democratas não só procuram reproduzir o capitalismo, mas também lutam para aperfeiçoá-lo, mesmo enfrentando a resistência dos capitalistas (PRZEWORSKI *apud* FERNANDES, 1991a, p. 9).

Ciente de que a social-democracia não abria caminho para o socialismo, Florestan defende que caberia ao PT encampar um projeto histórico socialista para um Brasil “pluralista, íntegro e irreduzível”. Para tanto, seria necessário que o partido mantivesse uma ótica revolucionária para *educar* as massas (operários, camponeses, trabalhadores intelectuais e até estratos das classes médias), aproveitando, de forma articulada, as forças dos movimentos sociais (negro, mulher, jovens, indígenas, favelados, aposentados, homossexuais, ecologistas, prostitutas etc.). Sem *projeto educativo e articulação*, abre-se espaço para que o Estado continue a exercer a função de servir à iniciativa privada, o que compromete a consolidação de um movimento socialista radical que objetive a construção de uma “sociedade nova”. Tal perspectiva florestaniana mostra-se sintonizada com outra lição “leninista” fundamental para esses tempos “neoliberais”, tal como definida por Slavoj Žižek:

Política sem a forma organizacional do partido é a mesma coisa que política sem política; por isso, a resposta àqueles que querem apenas “Novos Movimentos Sociais” (nome muito adequado, aliás) deve ser a mesma que os jacobinos deram aos girondinos que queriam negociar uma solução de compromisso: “Vocês querem revolução sem revolução!”. O dilema atual é que há dois caminhos abertos ao engajamento sóciopolítico: ou joga-se o jogo do sistema, engajando-se na “longa marcha através das instituições”, ou toma-se parte em novos movimentos sociais, do feminismo à ecologia e ao anti-racismo. E, reiterando, a limitação desses movimentos é que eles não

são políticos no sentido do Singular Universal: eles são “movimentos de uma só causa”, que não têm a dimensão da universalidade – quer dizer, eles não se relacionam com a totalidade social³⁹⁶ (ŽIŽEK, 2005, p. 325).

E se junto com a compreensão de que “a luta política exige organização, direção e solidariedade entre forças sociais convergentes”³⁹⁷ (FERNANDES, 1989b, p. 286) o partido consegue resistir às manifestações *sociopáticas* da “livre-iniciativa” e busca cortar os “cordões umbilicais entre a empresa, a ‘socialização dos riscos’ e o governo ‘cartorial’” (FERNANDES, 1991a, p. 61), a possibilidade de se iniciar um processo de civilização da sociedade civil estará dada, a partir do necessário atendimento das necessidades das classes subalternas. Sob as fissuras do bloco burguês, os trabalhadores organizados se conscientizam e passam a desejar para si o patrocínio real das reformas estruturais: “Tiram, pois, da geladeira a esterilização política da mudança social” (FERNANDES, 1991a, p. 62). A maior dificuldade é que, para o partido sintetizar as forças de resistência, ele tem que conjugar demandas de agentes históricos diversos e antagônicos para impulsionar a cena política. A intervenção nunca é simples, direta ou linear, pois a tarefa partidária está envolta em uma totalidade mais ampla que ultrapassa a simples conquista do poder e da representação.

Sob essa condição, o objetivo imediato passa a ser a superação das iniquidades do desenvolvimento desigual, tarefa que não pode deixar de levar em conta a luta pela supressão das tradições culturais arcaicas que garantem a hegemonia política e ideológica das classes dominantes a partir de um jogo de *falsas aparências*, reveladas em inúmeras manifestações. Contra isso, deve-se instigar a participação das classes subalternas na sociedade civil, possibilitando a ocupação nas instituições sociais centrais e no poder político estatal. É desse ponto que se pode compreender a importância das reivindicações urgentes (salariais, condições de trabalho, saúde, habitação, saneamento e, claro, educação) como instrumentos que podem quebrar a aceleração do desenvolvimento como política exclusiva das elites e,

³⁹⁶ À atual hegemonia das “políticas da identidade”, Ellen Wood (2003) propõe um “pluralismo de consciência crítica” que ajude a constituição de uma comunidade democrática reconhecadora das diferenças de gênero, cultura e sexualidade, entre outras, mas que não as transforme em um sofisticado mecanismo de mistificação. Segundo a autora, diversidade e diferença são obviamente relevantes. Mas, ao invés de um pluralismo indiferenciado e desestruturado, deve-se reconhecer a unidade sistêmica do modo de produção que engloba essas identidades para, assim, ter-se a capacidade de distinguir suas relações constitutivas, sem esquecer outras formas de desigualdade e opressão. Ressalta-se que acoplada às “políticas de identidade” fortaleceu-se, segundo Vianna (1997, p. 212), uma “sociologia de reforma social” de “entonação minimalista, legitimadora de interesses, colada ao seu específico objeto social e às suas demandas por autonomia e reconhecimento social”. Centrada no trinômio “interesses-direitos-cidadania”, essa “sociologia de objetos fragmentários” possibilita a perversão das ciências sociais em pequenos objetos e as destituindo “da sua relevância, não apenas social, mas também científica, em virtude de condenar o processo de conhecimento à particularização e à fragmentação” (VIANNA, 1997, p. 212).

³⁹⁷ “A Constituição e seu espelho”. *Jornal do Brasil*, 02 jun. 1988.

dessa forma, inviabilizar a continuidade de uma cultura de espoliação secular. O combate no campo das reivindicações concretas, segundo Florestan, adquire um significado *pedagógico-estratégico* decisivo.

É essa arena que prepara os de baixo para aprender o que é auto-emancipação coletiva e cidadania, numa sociedade de classes que esconde praxes coloniais atrás de uma muralha de “superstições democráticas”. E os ensina a organizar disciplinarmente o inconformismo e o repúdio a manifestações circunscritas de iniquidades econômicas, sociais, raciais, regionais, ecológicas, culturais e políticas. Eles se armam, assim, para o envolvimento direto na luta de classes com seus meios ideológicos e políticos de contraviolência, desmoronando a ordem existente onde ela é mais vulnerável e indefensável, bem como construindo, a partir de outros alicerces, a fabricação de ordens sociais eqüitativas (FERNANDES, 1991a, p. 48).

A tarefa partidária é, por conseguinte, despertar a consciência social para reformas que abram um espaço democrático nas relações de classe e, assim, viabilize a passagem da luta política convencional para embates que envolvam a construção de uma sociedade civil democrática, ainda que dentro de um Estado sob o domínio do capital – condição essencial para a prolongação da luta política na direção da conquista do poder pelos que almejam chegar ao começo de uma nova civilização. O processo de conscientização política do proletariado é fundamental para o rompimento do “horizonte intelectual burguês”, cuja base está nos aparelhos de (re)produção ideológica do capitalismo (as mídias e o sistema educacional, por exemplo). Esse processo consubstancia-se numa missão partidária que se inicia no terreno pedagógico para o desenraizamento dos assalariados do “universo” burguês³⁹⁸, na preparação de atividades políticas das quais os trabalhadores e seus aliados estão normalmente excluídos ou marginalizados.

Essa é uma tarefa pedagógica, diretamente vinculada a uma aprendizagem que começa nas empresas, amadurece nos sindicatos e nas greves, alcança sua plenitude no partido operário e na disputa do poder. Trata-se não só de adquirir uma consciência social operária e socialista, mas de eliminar a alienação das estruturas mentais e da imaginação política dos assalariados, moldados pelo capital (FERNANDES, 1991a, p. 58).

³⁹⁸ “O fundamental consiste em desentranhar a cabeça do trabalhador da subalternização cultural, mental e ideológica à burguesia, isto é, da alienação social. Pois a primeira condição a vencer para que o trabalhador deixe de ser um agente passivo ou defensivo e torne-se um agente construtivo e ofensivo é extrair dele tudo o que ele tenha de burguês, desemburguesá-lo para que ele não corra o risco da acefalização e da cooptação” (FERNANDES, 1995a, p. 232-233).

Como afirma Mészáros (2005, p. 61), “o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à ‘legitimação constitucional democrática’ do Estado capitalista que defende seus próprios interesses”. Por isso, o partido não pode deixar de se dedicar à construção de uma sólida consciência de conteúdo socialista, não pode tornar secundária uma política de educação para o socialismo já que essa *pedagogia* é a base da socialização socialista. “Parodiando Lênin, poderíamos dizer: sem consciência social socialista nada conseguiremos!” (FERNANDES, 1991a, p. 73). Florestan alerta que não está sugerindo a construção de um “ABC do socialismo”, algo que seria incapaz de arrancar da natureza humana o aburguesamento em que ele está engolfado e no qual apodrece.

É necessário avançar muito mais e engendrar nele uma segunda natureza humana, socialista, aferida para que ele se liberte do passado e do presente e aspire a erigir, para si e para os outros, uma sociedade socialista aberta para o advento do comunismo (FERNANDES, 1991a, p. 73).

Estaria o PT preparado para essa tarefa? Em pleno regime de exceção, Florestan afirmava os seguintes princípios básicos que um partido operário deveria honrar para levar a cabo a destruição efetiva da ditadura (evitando-se, assim, uma “liberalização outorgada” que consagrasse uma nova modalidade da autocracia burguesa) e promovesse a criação de uma democracia substantiva no Brasil: 1º) uma clara associação com o socialismo proletário; 2º) uma transparente vinculação com a luta de classes nas condições concretas existentes. Sem conteúdos socialistas nítidos, afirmava, os partidos “oscilariam facilmente para a submissão dócil, o aburguesamento das lideranças e a conciliação política como recurso de sobrevivência, deixando as classes trabalhadoras entregues a si próprias e sem bússola política” (FERNANDES, 1982, p. 83). No início da década de 90, este, segundo o deputado, era o maior dilema de seu partido, ainda abalado pela derrota de 1989, fato que veio a se somar aos traumas da “Nova República” e da “Constituição inacabada”. Para não mais se mostrar fraco diante dos papéis históricos que lhe cabiam, ao PT não restava alternativa senão se assumir como “partido operário socialista”. Se ficasse preocupado apenas com seu rápido crescimento quantitativo, poderia acabar refém das armadilhas de uma aliança entre burocracia e profissionalismo político e ceder, ainda mais, à pressão conservadora e à moda na questão do fim do socialismo. Sobre este tema, Florestan afirmará:

Não faço parte daqueles que acham que o marxismo está morto, mas que o marxismo precisa se redefinir. Em todas as revoluções ele se redefiniu e não poderia ser revolucionário se assim não o fizesse, o que não significa “rever”

o marxismo (ou ser revisionista), e sim pôr toda uma filosofia política dentro de um contexto histórico concreto (FERNANDES, 1994, p. 172).

É o que procura fazer, por exemplo, em suas reflexões sobre a “crise do Leste”, a “queda do muro de Berlim” e a degeneração da União Soviética, no início dos anos 90, vindo a “positividade” do respectivo processo para a recomposição das forças históricas socialistas. A começar, destaca a oportunidade de se questionar – como já faziam há bastante tempo várias correntes à esquerda dos partidos comunistas *oficiais* – as opções feitas pelo “socialismo real” em prol das várias composições negativas do partido único, que levou aos “desvios burocráticos”, ao gigantismo do Estado “popular”, à inexistência da democracia da maioria, à ausência dos trabalhadores nos *soviets* e da autogestão democrática e, entre outras coisas, à falta de socialização política socialista como ideal pedagógico; opções que vieram a se somar às insatisfações com as condições de trabalho e moradia, a escassez de produtos e as modalidades insatisfatórias de distribuição e repartição.

O que há de socialista terá de sobreviver, vença a opção capitalista impulsionada pelas nações ocidentais ou prevaleça o socialismo ferido de tantas crises e em busca de recuperação (em outras condições). Nada disso afeta ou deriva dos clássicos do anarquismo, do socialismo ou do comunismo³⁹⁹ (FERNANDES, 1994, p. 15-16).

No mais, restavam ainda as seguintes questões: se o “socialismo está morto”, então por que se gasta tanta tinta, papel e energias para remover fantasmas? Se o socialismo não contém a alternativa em vir-a-ser do padrão capitalista de civilização, por que refutá-lo com tanto medo? As ideologias desapareceram? “Então por que levantar o *ersatz* de um *neoliberalismo* inexequível sob o capitalismo oligopolista (ou monopolista), imperante nas nações centrais e na superpotência?” (FERNANDES, 1990, p. 7). As respostas, na perspectiva florestaniana, seriam encontradas no terreno da prática política⁴⁰⁰.

³⁹⁹ Num texto em homenagem a Trotsky, escrito no final dos anos 80, Florestan se pergunta qual seria a sua posição diante dos artifícios intrínsecos ao debate sobre “o fim do socialismo”. Segundo o sociólogo, Trotsky não deixaria de admitir “que há uma colheita desastrosa de erros acumulados”, que poderiam se minimizados se os exemplos de Lênin, Marx e Engels tivessem sido postos em prática. Mas, sobretudo, “converteria sua caneta em uma chibata, desmascarando os defensores inconseqüentes de um social-democratismo que destina à periferia (e aos pobres ‘absolutos’ ou ‘relativos’ de seus próprios povos) a ‘mudança social conservadora’ [...] que reproduz a ordem existente e proscree as alternativas radicais à civilização sem barbárie” (FERNANDES, 1994, p. 189-191).

⁴⁰⁰ Conferir, por exemplo, a visão de Florestan sobre “O enigma chinês” (*Folha de S. Paulo*, 31 jan. 1994), na qual assume posição similar à defendida pelo filósofo italiano Domenico Losurdo (2004), que sem negar as zonas de sombra, erros e contradições do país asiático em sua tentativa de superar a miséria, o subdesenvolvimento e o atraso, não descarta a potencial carga de emancipação política, social e ideológica inserida no seu projeto de desenvolvimento econômico: “Portadora de antigas civilizações hostis, a China acelera o desenvolvimento e se impõe no cenário mundial, graças ao ímpeto unificador da revolução em processo”

Questionando a participação no governo, a representação parlamentar e a democracia eleitoral como um valor em si, o sociólogo em experiência política clamava para que seus partidários lembrassem que o que estava em discussão era os meios que conduzem à “revolução dentro da ordem” e à “revolução contra ordem”, mas não os conteúdos e significados revolucionários do socialismo.

O PT permanece como a única alternativa para os que se identificam com o socialismo. Por enquanto, não há outro lugar para nós fora dele e, estou convicto, ele comprovará que veio para reduzir o capitalismo selvagem e a sociedade de classes correspondente a cacos. Não obstante, temos que enfrentar com coragem o calcanhar-de-aquiles do PT, para não repetirmos aqui a tragédia que esfrangalhou a social-democracia e o “socialismo democrático”, através de uma senilidade precoce. Não há socialismo sem democracia da maioria e, por suas transformações, democracia de todos para todos. Esse era e deverá ser, sempre, o roteiro ideológico e político do PT. Ou, então, ele se converterá em um “sonho perdido”⁴⁰¹ (FERNANDES, 1998, p. 180).

Numa entrevista com intelectuais, de 1989, Florestan apontava a perspectiva de enfraquecimento dos propósitos revolucionários do PT, a começar pelo lépido desejo de alguns setores em alcançar, de qualquer forma, o chamado “poder”⁴⁰². Mal se torna um partido pujante e “imediatamente, quer conquistar o poder, quer fazer a revolução de cima para baixo. [...] É uma ilusão pensar que aqui, no Brasil, nós possamos conquistar o poder legal e, daí, fazer uma revolução de cima para baixo” (FERNANDES, 1994, p. 169). O problema, para o sociólogo, não era a existência de várias tendências dentro do partido⁴⁰³, que não o impediu de despertar confiança nas massas trabalhadoras. “Agora, se o PT ficar numa posição não socialista, não fará sequer uma revolução dentro da ordem, será apenas instrumental para essa modernização dirigida a partir de fora e de cima” (FERNANDES, 1994, p. 172) – que reforça, internamente, a configuração de uma ordem legal contradita pela ordem social, que se

(FERNANDES, 1998, p. 227). Uma outra posição polêmica Florestan já tinha assumido “Em defesa da Revolução Chinesa” (*Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, 22 jun. 1989), durante as críticas ao que ficou conhecido como o “Massacre da Paz Celestial”, no ano de 1989, em Pequim (FERNANDES, 2004b).

⁴⁰¹ “O PT e 1990”. *Folha de S. Paulo*, 31 dez. 1990.

⁴⁰² Sobre uma possível derrota do candidato do PT nas eleições presidenciais de 1989, Florestan, em “O efeito gangorra” (*Jornal do Brasil*, 26 jun. 1989), faz a seguinte aferição: “E se Lula não ganhar? Não haverá uma tragédia nem para ele e seu partido nem para a Frente Brasil Popular. Ocorrerá uma perda eleitoral, compensada pela propagação do socialismo e pela mobilização ofensiva das classes trabalhadoras. Essa é a diferença entre a esquerda e a direita na luta pela conquista do poder. O importante é o movimento social. Como levá-lo à vitória constituirá, sempre, uma função das circunstâncias históricas” (FERNANDES, 1990, p. 82).

⁴⁰³ Florestan, por exemplo, manifestou-se, no início da década de 90, contra a expulsão da *Convergência Socialista* do PT, fato que acabou acontecendo e colaborando para a formação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) (OZAÍ, 2001).

expressa num Estado de direito fictício onde, por exemplo, a educação permanece como fonte de privilégio.

Nesse campo específico, que exemplifica o nível de submissão a que foi submetida a democracia brasileira, a esperança de transformações progressistas estava sendo transferida para os debates sobre mais uma lei de diretrizes e bases da educação⁴⁰⁴, na tentativa de possibilitar qualquer avanço, ainda que contendo equívocos ou distorções, para impedir que a elite reacionária continue a fixar os padrões educacionais, sempre tidos como “democráticos” e necessários para o “equilíbrio da ordem”. Florestan tem em mente que a escola é uma das instituições-chave da burguesia, junto com a Igreja, o Estado e a família, sendo que ao lado da última é responsável pela propagação do *espírito competitivo* que se impõe como o valor básico das relações sociais, fazendo com que o trabalhador aceite esse valor como supremo. As mudanças na escola, portanto, para a tornar permeáveis à ação popular, devem colaborar para o desenvolvimento de uma perspectiva libertária e igualitária, nascida da própria natureza da condição revolucionária das classes trabalhadoras, que destaque a cooperação e a solidariedade como valores fundamentais para a luta comum de superação da sociedade capitalista e a criação de uma sociedade nova. Para fugir da circulação de elites, o processo burguês de seleção de talentos baseado no individualismo e promotor da mobilidade social vertical, “é preciso que o trabalhador elabore meios educacionais específicos, para construir e reproduzir uma concepção de mundo independente, capaz de responder à sua visão de democracia da maioria, libertária, igualitária, e a seus anseios de revolução” (FERNANDES, 1995a, p. 232).

Não basta para isso, alerta Florestan, a socialização e a educação no seio da família, na comunidade de vida e, simplesmente, “ir à escola”. É preciso que o trabalhador tenha meios de ir além, exigindo uma escola de caráter universal que prepare todos para o exercício da cidadania e que, ao mesmo tempo, possibilite a constituição de uma nova hegemonia ideológica. Sob o capitalismo, esse segundo objetivo tem de contar com o apoio dos *professores dissidentes*, os educadores formados pela luta proletária, que têm em mente que a revolução educacional é uma tarefa essencial do seu fazer pedagógico. Afinal, a seu ver, uma “política educacional” pioneira e transformadora deve centrar-se na associação recíproca da *atividade docente crítica* e do *despertar do talento inconformista*, tendo como fim a liberação

⁴⁰⁴ Sobre a tramitação da nova LDB, que acabou promulgada em 1996, conferir Nery (1997). Sobre a participação de Florestan no processo, conferir Silva (1998) e os seguintes artigos do publicista: “A nova lei da educação” (*Jornal do Brasil*, 28 fev. 1989), em Fernandes (1989d); “Conflitos na educação” (*Folha de S. Paulo*, 25 jun. 1990) e “Educação: inconsistências do Legislativo” (*Folha de S. Paulo*, 06 jul. 1992), publicados em Fernandes (1995c).

dos oprimidos. Uma política, portanto, capaz de impulsionar, “entre os de baixo, uma forte aspiração de combater o embrutecimento, de promover a desalienação e desvendar o seu talento para si, para a sua classe e para a coletividade”⁴⁰⁵.

Os que têm experiência com o pensamento de Paulo Freire já sabem qual é essa pedagogia dos humilhados e ofendidos, dos oprimidos, e qual é o mínimo que diz respeito à elaboração de uma pedagogia dos oprimidos e que, dialeticamente, só pode ser uma pedagogia da desopressão. Não existe uma pedagogia dos oprimidos, existe uma pedagogia da desopressão, da liberação dos oprimidos (FERNANDES, 1989d, p. 165).

Não se trata, alerta Florestan, de educar as massas populares apenas para o uso de técnicas rudimentares de nossa civilização letrada e industrial. A idéia é pôr em prática uma filosofia educacional democrática, adequada aos valores fundamentais de uma civilização que dignifique o trabalho, aspire à distribuição equitativa dos direitos e das obrigações sociais e consagre teórica e praticamente o saber racional fornecido pela ciência e pela tecnologia – possibilitando, assim, a interação social como fonte de aperfeiçoamento moral da pessoa e da sociedade, fazendo de todo o ser humano um real “agente criador da cultura”, com capacidade de exercer, de maneira crítica e sustentável, o domínio “sobre as condições naturais e artificiais do ambiente” (FERNANDES, 1971b, p. 177). Nessa perspectiva, abarcando política e ciência, a pedagogia socialista de Florestan mostra-se coadunada com o projeto gramsciano de colaborar para que os “condenados da terra” tornem-se “dirigentes” de seu mundo.

A idéia de “dirigentes” que Gramsci tem em mente, portanto, é mais ampla do que a noção de cidadania, hoje em voga, que pode ser entendida como uma forma de registrar e englobar os indivíduos no sistema de democracia liberal. “Dirigentes”, para o autor dos *Cadernos*, significa que é dada a todos a possibilidade concreta de se tornarem autodirigentes, de serem sujeitos políticos capazes de conduzir em conjunto a democracia, de serem “organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade plena, civil e política” (SEMERARO, 2003, p. 271-272).

Tanto em Florestan quanto em Gramsci, a defesa do rigor científico, da disciplina, da escola, da seriedade e da complexidade dos estudos e da pesquisa – enquanto práticas transformadoras da realidade, garantidoras da “universalização da capacidade intelectual”⁴⁰⁶ – aparece imbricada com uma identidade política formada na trama das relações sociais e das

⁴⁰⁵ FERNANDES, Florestan. “Universidade e talento”. *Revista ADUSP*, out. 1995, p. 11.

⁴⁰⁶ “[...] a capacidade de todos de pensar e agir, portanto, sobre a relação de reciprocidade entre sujeitos que aprendem e ensinam ao mesmo tempo” (SEMERARO, 2004, p. 72).

lutas de classes. Tanto em Florestan quanto em Gramsci, o “intelectual orgânico” não está separado do povo, da cultura, da história e da política das classes subalternas desejosas de construir uma nova civilização. Desejo esse que implica o enfrentamento dos desafios existentes advindos da complexa relação entre utopia e realidade, e que, segundo Toledo (1998, p. 68) deu sentido à vida e à obra de Florestan, pela sua recusa em “admitir a sociedade existente como modelo e ideal para a realização das possibilidades e (sempre renovadas) necessidades humanas” – os mesmos desafios, portanto, que se postam para os que insistem em “navegar contra a corrente” da hegemonia “neoliberal”.

Para muitos de nós, de uma sociedade cada vez mais egoísta e hedonista, com base numa “ordem social competitiva” extremamente injusta, porém admitida como “natural” e até “desejável” – e na qual a necessária razão prática se torna absoluta em detrimento da imprescindível razão crítica (MARCUSE, 1999) –, os valores e os significados expressos pelo texto florestaniano, num primeiro momento, podem parecer nada mais do que deslocados, quiçá alienígenas. No entanto, sua radicalidade e seu efeito de desconforto mostram-se fundamentais para que tenhamos condições de fazer uma necessária crítica dos fatos e da informação que consumimos e, assim, combatermos o sistema de fabricação de notícias que engendra “o ilusionismo da cultura comercial de massas”⁴⁰⁷ (FERNANDES, 1995b: 167) – do qual a política se torna cada vez mais refém.

Um exemplo dessa prática de “ilusionismo”, Florestan vai encontrar no “padrão de qualidade” jornalística do “maior partido político do país”:

Os narradores e os jornalistas têm de obedecer a uma standardização, no modo de falar, de tecer comentários, de evitar as contradições chocantes, de atrair interesse e curiosidade desideologizando a linguagem, de vestir-se, de tomar um tom de oráculo e impositivo ao focalizar o rotineiro pela superfície, de simular que atrás de cada relato existe uma permanente “descoberta jornalística” em processo, etc. Há uma alta qualidade invariável na comunicação com o ouvinte. Porém, penetra-se no mundo mental da plastificação cuidadosa e bem-servida – não na área do pensamento inquiridor ou criativo, que ajude alguém a evadir-se de si mesmo e planar no universo subjetivo da fantasia e dos confrontos ardentes. Tudo isso obriga a constatar-se que o padrão Globo de qualidade não rebaixa o jornalismo televisivo. Todavia, contém dentro de si, oculto, o veneno do conformismo, como produto acabado e como relação dos receptores com os processos mentais em que se vêem imersos pela linguagem⁴⁰⁸ (FERNANDES, 1990, p. 54-55).

⁴⁰⁷ “Cláudio Abramo e o jornalismo”. *Folha de S. Paulo*, 14 ago. 1988.

⁴⁰⁸ “Rasgando a seda”. *Folha de S. Paulo*, 18 set. 1989.

Em direção oposta, como articulista da grande imprensa, produzindo reflexões, conceitos e idéias que se inserem imediatamente nas conjunturas políticas respectivas, Florestan amadurece como um “intelectual orgânico” do proletariado, vinculando-se profunda e criticamente ao modo de produção de seu tempo, sendo, portanto, portador de uma concepção política que o habilita a exercer funções organizativas para assegurar a hegemonia social da classe que representa⁴⁰⁹. É dessa forma que classificamos a sua função de publicista como uma forma de intervenção *na* política que, segundo o próprio Florestan, assume progressivamente o caráter de uma atividade intelectual “parelha” com as ciências sociais. Se cada civilização perpetua-se ou deixa rastros de sua existência por certas formas de testemunhos históricos, tanto o jornalismo quanto a sociologia “são fontes históricas vigorosas da civilização das sociedades de classes sob o capitalismo monopolista da era atual” (FERNANDES, 1989e, p. 13). E se, assim como a sociologia, o nascimento do jornalismo coincide com a consolidação da burguesia como classe dominante, “a pressão de baixo para cima oferece uma base material para a aceitação e a propagação de uma teoria da sociedade [e, conseqüentemente, da *comunicação*] dotada de um mínimo de crítica da sociedade ‘anti-burguesa’” (FERNANDES, 1980d, p. 20).

Tal perspectiva se consagra na leitura dos seus últimos artigos publicados na primeira metade da década de 90, quando se consolida no Brasil um novo projeto político, que terá entre seus próceres um de seus discípulos mais famosos, o também sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que governou o Brasil de 1995 a 2002. Sua principal dúvida em relação ao projeto político que dava continuidade à “transição prolongada” organizada pelas forças conservadoras era em relação à confiança que Fernando Henrique Cardoso parecia ter em sua capacidade de poder, aliado com os “privilegiados”, conduzi-los a aceitar um processo de modernização que colocava (em tese) em risco os seus próprios interesses⁴¹⁰ – como afirmou no programa televisivo Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, logo após a eleição presidencial de 1994. Dessa forma, Florestan investe em seus últimos escritos contra o programa neoliberal de reformas implementado desde o governo Fernando Collor de Melo, alcançando, assim, um amplo espectro de temas. Questionava, sobretudo, a implantação do ideário do Estado “mínimo” social e a incorporação subordinada ao “neocolonialismo”, o que

⁴⁰⁹ Esse tipo de atividade intelectual, segundo Semeraro (2004, p. 71), inspirando-se no exemplo de Gramsci, torna-se orgânica em diversas frentes: no campo da produção técnica e especializada; na sociedade civil, com o objetivo de promover o consenso em torno de um determinado projeto de classe; e, por fim, na sociedade política para garantir as funções jurídico-administrativas e o efetivo exercício do poder.

⁴¹⁰ A desconfiança com a capacidade de Fernando Henrique Cardoso ser o “Cavalo-de-Tróia” das elites brasileiras também tinha como substrato o fato do então senador ter sido, segundo Florestan, em “Alianças Urgentes” (*Folha de S. Paulo*, 04 dez. 1989), “o teórico do mudancismo da conciliação conservadora, da Aliança Democrática e da ‘Nova República’, inspirada em Tancredo Neves” (FERNANDES, 1990, p. 31).

se dava através da privatização do aparelho estatal, especialmente com o desmantelamento do sistema de produção de conhecimento brasileiro e da não superação dos “dilemas” educacionais.

Como veremos a seguir, sem propugnar qualquer volta ao nacional-desenvolvimentismo, Florestan não deixa de lembrar da necessidade de construção de um projeto nacional de reformas dirigidas a partir de interesses internos, para que o Brasil não perpetuasse um tipo de dependência nascida da instrumentalização exógena do Estado, da ciência e da tecnologia. Ainda que com uma certa dose de pessimismo, nos escritos de despedida de Florestan permanece a crença num *processo educativo* permanente nas relações sociais em crise – ou seja, a possibilidade de se engendrar a formação de um novo senso comum, desde que esse processo tenha como um de seus pilares o resgate das memórias (entre as quais incluo a do “objeto” em questão) que podem revelar a verdade de uma história que o medo, de um lado, e a cobiça, do outro, tendem a disfarçar: a do trabalho como fonte social de riqueza.

Capítulo 6

O ÚLTIMO ATO: EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

A “globalização” a partir de tecno-estruturas, de acumulação capitalista desenfreada e da violência destrutiva põe em risco a civilização construída ao longo dos séculos, por difusão e invenção de técnicas sociais e de valores espirituais, que fizeram dessa civilização algo inédito como “produto do homem”. Repõe-se o desafio agora de modo cru: socialismo ou fim da civilização! Este pode dar-se por via natural ou cultural. O capitalismo oligopolista hodierno antecipou-se a qualquer catástrofe da natureza. Erigiu a via histórica como veículo da autodestruição da humanidade, da civilização e do universo. Gerou, assim, a “última escolha”. É no socialismo, redefinido de acordo com sua essência, que se corporifica a restauração da capacidade dos seres humanos de intervir construtivamente na natureza, na civilização e na perenidade da vida do universo⁴¹¹.

Florestan Fernandes (1998, p. 209)

Em sua tarefa de instauração científica de uma nova sociologia no Brasil, norteadas por uma larga visão política, Florestan Fernandes consagra uma dureza de posição na qual transparece o sentido revolucionário da fusão que faz “entre o conhecimento rigoroso e a força da convicção”. Foi isso, segundo Candido (2001, p. 60), que fez dele o maior praticante de um tipo ciência social que é, ao mesmo tempo, um arsenal da práxis para a crítica e a transformação da sociedade. O desfecho lógico dessa trajetória de militância científica e política foi a sua atuação parlamentar a partir de 1986, mas que, de acordo com Candido, pode ser mais bem traduzida “em nível coletivo” pela *atividade jornalística*.

Foi então que [Florestan] canalizou a sua prodigiosa cultura e a sua experiência intelectual para a reflexão sobre o cotidiano, tornando acessível a centenas de milhares de pessoas o ponto de vista socialista sobre os problemas do momento. Estava completada a sua trajetória, pois a práxis emergia depurada da farmácia sociológica e filosófica que montara com

⁴¹¹ “O teste do socialismo”. *Folha de S. Paulo*, 11 jan. 1993.

grande capacidade de síntese, mas uma síntese transfiguradora. Tendo começado com a escrita difícil para especialistas, própria da atividade universitária, acabou no jornalismo denso e límpido, feito para esclarecer o maior número possível de leitores, completando as etapas que definem um tipo muito fecundo de pensador socialista⁴¹² (CANDIDO, 2001, p. 61).

Foi, portanto, como publicista que Florestan Fernandes, da mesma maneira como descreveu a forma de trabalhar de seu jornalista predileto, Cláudio Abramo, pôde melhor manifestar seus anseios políticos e se comunicar de forma direta com seus “leitores”, contribuindo “para difundir nas entrelinhas o tipo de consciência crítica inerente ao socialismo e preliminar a qualquer manifestação de rebeliões dos oprimidos”⁴¹³ (FERNANDES, 1995b, p. 130). Isso é o que se constata na leitura dos últimos artigos publicados por Florestan, especialmente os destinados à *Folha de S. Paulo* na primeira metade da década de 90, quando se consolida no Brasil um *novo* projeto político.

Tal projeto, constituído ainda de forma não-sistemática, nos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), consolida-se durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso⁴¹⁴ (1995-1998 e 1999-2002), seu aprendiz na escola *uspiana* de

⁴¹² Vale ressaltar aqui que o reconhecimento da qualidade da atividade jornalística de Florestan por Candido era recíproco. Ele confessa a sua admiração pelo amigo “agitador de idéias por meios de ensaios jornalísticos” na seguinte frase: “Os seus artigos, aguardados e lidos com sofreguidão, selaram o nosso destino intelectual e político” (FERNANDES, 1995b, p. 96).

⁴¹³ Concordamos com Freitag (2005, p. 241) que “Fernandes não procura somente formar opiniões e consciência política”, mas busca, de fato, “educar” seu leitor. Discordamos, porém, quando a autora avalia que ele estava, “vendo no jornalismo um instrumento mais eficaz que no professor em sala de aula”.

⁴¹⁴ Sobre as similaridades do projeto político-ideológico de Collor e Fernando Henrique, Leoni (1997, p. 257-258) faz a seguinte consideração, após lembrar o desejo (recíproco e não viabilizado pelas circunstâncias) do primeiro em ter o segundo em seu ministério: “Durante todo o período Collor, o PSDB nunca irá aderir completamente à política do governo, mas também não se engajará numa política de oposição sistemática. Fernando Henrique é um dos que aprovam o Plano Collor, de combate à inflação. É, aliás, um dos que contribuem para fazer crer que o PSDB está do lado de Collor. Não exatamente por escolha, mas porque no espaço de poucos meses se torna o interlocutor favorito de Collor, quando este quer se dirigir ao PSDB”. Mas o que Fernando Henrique, “topa tudo na política”, segundo o depoimento de uma amiga, gostava em Collor? De acordo com Leoni (1997, p. 262), “do lado popular de Collor, de seus discursos sobre a modernidade, as privatizações e a abertura do Brasil ao mercado externo”. Mas os elogios do PSDB ao “conservadorismo moderno” de Collor, especialmente no que se refere à sua política econômica, vinham também de outros peessedebistas (Hélio Jaguaribe e Luiz Carlos Bresser Pereira, por exemplo), tal como se pode aferir em David (1991). Por outro lado, vale registrar a visão de Florestan sobre o mesmo personagem, expressa em “Por que não votar em Fernando Collor de Mello” (*Folha de S. Paulo*, 02 dez. 1989): “A falta de humildade ressalta o lado mais negativo: o autoritarismo de quem não toma em conta o ‘outro’; a auto-suficiência do discurso demagógico; a volubilidade, que permite adotar o sim e o seu contrário, como quem muda de camisa ou paletó; o egocentrismo exuberante de quem acha dentro de sua cabeça as soluções prontas e acabadas de qualquer dilema. [...] Fruto de uma tradição cultural centrada no politicismo e no oportunismo político, dividiu generosamente com os de sua grei as prerrogativas e os privilégios que procedem da monopolização social do poder, debitando no orçamento da prefeitura ou do governo estadual os custos da manutenção daquelas prerrogativas e privilégios” (FERNANDES, 1990, p. 33-34).

sociologia⁴¹⁵, o mais importante representante de uma das correntes da chamada “teoria da dependência”, cujo débito está na concepção de “heteronomia” de Florestan, mas que, ao enfatizar diferentes elementos, acaba por demandar intervenções políticas diferenciadas. De forma sintética, as duas concepções sobre a condição de *subdesenvolvimento* do Brasil visam, em última instância, orientar o processo de modernização social influenciando visões e condutas de classe, assim como o Estado e suas instituições, para vencer as resistências à mudança, superando, entre outros “bloqueios”, o corporativismo e a dominação patrimonial.

No entanto, uma primeira diferença substancial, como já assinalado no capítulo 3, encontra-se no fato de que a “teoria da dependência”, na linha defendida por Fernando Henrique Cardoso, seria uma tentativa de ajustar o desenvolvimento do país a possibilidades reguladas no plano internacional, a partir de uma política de adesão estratégica para “cobrar tratamentos preferenciais” no plano da economia e da política internacionais – base de um projeto de reinserção lateral na economia capitalista com a exploração de nossas *vantagens comparativas* (MARTINS, 1998, p. 170). Já na perspectiva de Florestan está pressuposto que o projeto de modernização socioeconômico não tira do horizonte a luta antiimperialista, o que denota a necessidade de um movimento *nacional* que pressupõe a coexistência (não necessariamente aliança) de classes para a “civilização” do capitalismo periférico, mas sob a hegemonia da organização proletária sedimentada no partido que a representa. De forma contrária, a estratégia de “articulação negociada” dos adeptos da social-democracia brasileira “só abrangia as elites”, o que, na opinião de Florestan, é insuficiente para resguardar seus desígnios. Por isso, ele desconfiava da convicção do seu ex-aluno em poder “cozinhar os privilegiados dentro de seu próprio caldo de privilégios” e perguntava:

Onde estão as forças sociais e partidárias dos trabalhadores, dos destituídos e dos oprimidos? Pelo discurso do presidente, fora do governo – no “povo”, com o qual ele dialoga unilateralmente, de cima para baixo, embora espere dele suporte entusiástico⁴¹⁶.

Mais do que isso, na concepção do bloco de poder que assume a hegemonia das políticas públicas com Fernando Henrique Cardoso, estavam completamente esgotadas as potencialidades do ideário nacional-desenvolvimentista, principalmente no que diz respeito ao

⁴¹⁵ Sobre a relação pessoal entre Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, conferir Leoni (1997), texto no qual encontra-se, na página 61, a seguinte afirmação do último sobre o primeiro: “Ele teria existido sem mim. Tinha talento para fazer qualquer coisa na universidade”.

⁴¹⁶ FERNANDES, Florestan. “Experimentun crucis”. *Folha de S. Paulo*, 16 jan. 1995, p. 1.2. Num livro sobre a biografia de Fernando Henrique Cardoso, Florestan recoloca a questão: “Ele será um instrumento de suas alianças ou um ator?” (FERNANDES apud LEONI, 1997, p. 350).

papel destinado para o Estado, que sofria uma crise de três faces: a de caráter fiscal, a de esgotamento da estratégia intervencionista e, por fim, a de administração política burocrática. Sobre essa questão, central no discurso “neoliberal”, Florestan afirma:

[...] tal déficit não é público no sentido sociológico. Ele foi imposto ao Estado pela própria iniciativa privada [...] Através de medidas antinacionais, como isenção de taxas e impostos (ou sua drástica redução); subsídios de alcance discutível, mas exigidos pela iniciativa privada; empréstimos a baixos juros, com amortização prolongada e previsão de sua renovação, sob insolvência alegada ou calote de fato; tolerância e arranjos espúrios em operações fraudulentas – com o imposto de renda ou outros e obrigações legais resultantes das relações de trabalho; deterioração provocada dos órgãos fiscalizadores em geral; suborno e corrupção como tráfico normal de poderosos, nos governos e fora deles, etc.⁴¹⁷

No entanto, na perspectiva dos que se alinham a Fernando Henrique Cardoso, a superação da crise demandava a retirada dos entraves colocados pela nova Constituição (“o retrocesso de 1988”⁴¹⁸) e a implementação de um projeto de reformas que viesse preparar o Brasil para uma nova inserção no cenário internacional. O “novo Estado”, assim, deixaria de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social através da produção de bens e serviços, e teria fortalecido a sua função de promotor e regulador desse desenvolvimento. Essa função estaria restrita a uma ação redistributiva dos bens sociais e ao cumprimento do clássico objetivo de garantir a ordem interna e a segurança externa.

No plano social, o seu conservantismo apresenta dois aspectos: redução dos impostos em benefício da acumulação privada de capital e sufocação da face de “bem-estar social” patrocinado pelo Estado. Este estrangula a assistência social, restringe a partilha do excedente econômico do poder público com as minorias marginalizadas e com os miseráveis de diversas origens e categorias. Portanto o Estado capitalista “neoliberal” fortalece a repressão enquanto aumenta as promessas de distribuição da renda (FERNANDES, 1991a, p. 24).

Nessa perspectiva, a “questão da democracia” depende de sua força interna de autodefesa, não mais das *concessões* aos mais fracos ou às classes subalternas – promovendo-se, com isso, a ideologia funcional do “cidadão responsável” (por suas riquezas e/ou misérias), fortalecendo o mito da meritocracia liberal e justificando as desigualdades sociais. Para tanto, tornava-se premente a transferência para o setor privado das atividades que pudessem ser controladas pelo mercado. A privatização e a constituição do setor público não-

⁴¹⁷ FERNANDES, Florestan. “O déficit público”. *Folha de S. Paulo*, 04 jul. 1994, p. 1.2.

⁴¹⁸ Como destaca um subtítulo do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, do governo Fernando Henrique Cardoso, publicado em 1995 (OLIVEIRA, 2002b, p. 70).

estatal seriam os grandes instrumentos de execução dos serviços que não demandariam o exercício do poder do Estado, mas apenas o seu subsídio. Nesse campo, por exemplo, junto com os serviços de saúde e cultura, estariam a educação (especialmente o ensino superior) e a produção de ciência e tecnologia (C&T).

O resultado é que a partir de então, no Brasil, depois de um intervalo que impôs limites à ingerência estrangeira nas relações do Estado com os setores fortes da economia, implanta-se um novo *fluxo modernizador*, um pólo diversificado de natureza neocolonial que interfere cruamente sobre a soberania nacional. Em 1991, ainda durante o governo Collor, Florestan avisava que a incorporação ao sistema capitalista mundial de produção e de poder e a privatização das empresas estatais estratégicas, sob a ingerência do governo e com plena anuência dos empresários e capitalistas brasileiros, sugeria que não estava acontecendo uma “ruptura”, mas um processo de perpetuação da situação de dependência:

Visto em conjunto, esse painel sugere que os interesses da iniciativa privada nativa ainda prevalecem sobre os eventuais interesses da Nação e que ela permanece deliberadamente distante de um projeto histórico próprio de Nação. Aceita a invasão externa a sangue-frio e especula com a transição neocolonial ou com as situações de dependência como uma fonte imaginária de vantagens relativas, de lucros e de poder. Falta à burguesia nativa o impulso “conquistador”, o que a impediu de liquidar o colonialismo até suas raízes e a induziu a se aproveitar dele, o que a afasta de um nacionalismo militante radical e o que a leva a encarar a democracia como algo formal e ritual, não como uma revolução emancipadora de caráter geral (FERNANDES, 1991a, p. 33).

E, depois, durante as eleições presidenciais de 1994, Florestan fazia o seguinte prognóstico: “Onde Collor falhou, Fernando Henrique Cardoso encontra amplas possibilidades de êxito, renovando e fortalecendo o monopólio do poder das ‘elites tradicionais’”⁴¹⁹. Já com a vitória do ex-aluno garantida, o sociólogo afirma que o futuro presidente daria impulso a “novo ciclo de desenvolvimento periférico”, perpetuando a “falta de mentalidade capitalista autônoma e de responsabilidade cívica das classes dominantes”⁴²⁰.

Estariamos vivendo, para usarmos palavras de Florestan escritas ainda no início da década de 80, uma “Idade Média moderna”, num “cativeiro dourado” abarcado “pela paralisação do ser humano como entidade racional e moral e da sociedade como elemento impulsionador da mudança social progressiva ou revolucionária”⁴²¹ (FERNANDES, 1995a, p.

⁴¹⁹ FERNANDES, Florestan. “O limite da ingenuidade”. *Folha de S. Paulo*, 08 ago. 1994, p. 1.2.

⁴²⁰ FERNANDES, Florestan. “Novo ciclo de desenvolvimento periférico”. *Folha de S. Paulo*, 26 dez. 1994, p. 1.2.

⁴²¹ “A atualidade de Marx”. *Folha de S. Paulo*, 13 mar. 1983.

35). Nesse universo, as minorias privilegiadas se organizam como as classes dominantes dessa nova modalidade de “sociedade competitiva”, detendo um poder colonial que permite incorporar a si próprias e as suas infortunadas nações nas estruturas de poder do capitalismo internacional. O sociólogo, entretanto, adverte que “o capitalismo selvagem não reproduz o passado” e que a “revolução burguesa” no capitalismo oligopolista, substituto do monopolista, apresenta-se de outra forma e com outros objetivos fundamentais.

Nesta “era da robotização”, na qual, segundo Florestan, engendra-se uma barbárie sublimada, ocorre a perversão absoluta do conhecimento científico-tecnológico, que ampliou os mecanismos de diferenciação social e acumulação de riqueza em detrimento das técnicas racionais que poderiam extirpar a desigualdade e a violência, funcionando em prol da auto-regulação dos assuntos coletivos da comunidade. Isso porque, ao invés de tentarmos ir além da importação de produtos do conhecimento científico e tecnológico, assimilando, de fato, os padrões de pensamento associados a essas áreas, assim, alcançando condições de os pôr em prática de maneira original, acabamos por ficar “impossibilitados de pôr a ciência e a tecnologia científica a serviço dos projetos nacionais de desenvolvimento econômico, social ou cultural” (FERNANDES, 1976a, p. 315).

A questão da inserção brasileira nesse processo, portanto, deve tomar como ponto de partida o debate sobre o suposto colapso da política nacional-desenvolvimentista e sua substituição por um projeto não-refratário às premissas neoliberais, ainda que posto como sua melhor crítica e alternativa, que tem produzido resultados bastante contraditórios. No que se refere à produção do conhecimento, por exemplo, sob as políticas de privatização do ensino superior, ficamos restritos a uma inclusão subalterna, cuja permanência dessa situação pode levar ao esgotamento de nossas potencialidades de construção de um país autônomo e não-subserviente aos ditames do capital internacional.

O setor privado, segundo o Censo Escolar de 2001, detinha 87% das instituições e 69% das matrículas. Enquanto, de 1994 a 2001, o número de alunos em instituições privadas cresceu de 970.584 para 2.091.529, nas instituições públicas as matrículas passaram de 690.450 para 939.225 – com aumentos correspondentes de 115% e 36% (OLIVEIRA, 2004c). Esse crescimento quantitativo, ressalta-se, foi acompanhado por uma notória queda da qualidade de ensino, fenômeno que vem sendo denunciado por vários veículos de imprensa⁴²².

⁴²² A revista *IstoÉ*, por exemplo, na edição 1.748, de 05 de abril de 2003, traz uma entrevista com Antônio Carlos Lopes, presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, na qual denuncia que a proliferação de faculdades de medicina está produzindo recém-formados sem condições de tratar mais do que uma gripe. Já a *Folha de S. Paulo*, de 06 de abril de 2003, no conjunto de matérias “Direito e Averso”, traz depoimentos que indicam a péssima qualidade do ensino jurídico em São Paulo (OLIVEIRA, 2003d).

De uma forma geral, a expansão privada mostrou sua face cruel com a multiplicação de instituições não acompanhando o esperado investimento em infra-estrutura, salário docente e condições de pagamento da clientela, apesar do esforço governamental em aumentar o financiamento estudantil⁴²³. O resultado: multiplicação de cursos de baixa qualidade (de acordo com o próprio sistema de avaliação governamental); professores com inumanas condições de trabalho (salários atrasados, número exacerbado de aulas, vários vínculos empregatícios); e, alunos humilhados pelas estratégias de combate à inadimplência. Com esse quadro, podemos imaginar as condições de ensino-aprendizagem a que estão submetidos os futuros médicos, jornalistas, juristas, psicólogos e, entre outros, educadores⁴²⁴.

Registra-se que o aprofundamento da política de empresariamento do ensino superior brasileiro veio na esteira da abertura econômica e do projeto de privatização do patrimônio público, com o qual, nos termos de Florestan, “o Estado fundiu-se com a empresa econômica, especialmente as grandes e gigantes; o ‘político’ tornou-se a versão pública dos interesses privados predominantes”⁴²⁵. Segundo o publicista, é na difusão de sua “nova educação” que o capitalismo tardio mostra “suas garras e dentes afiados. Em termos atuais, unifica os dois predadores aliados – a privatização neoliberal inerente à ‘globalização da economia’ e a privatização particularista dos donos das escolas, arcaica e nociva à comunidade nacional”⁴²⁶.

Fazendo um balanço das políticas “neoliberais” implementadas nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, o jornal em que escrevia Florestan, num editorial intitulado “Brasil Global”, publicado no dia 17 de fevereiro de 2002, registrava da seguinte forma, o insucesso dos resultados macroeconômicos obtidos nesse período:

Boa parte do apoio à abertura vinha da expectativa de que os novos capitais estrangeiros criariam um embalo e atraíam ainda mais capitais, gerando um círculo virtuoso. Passado o momento de transferência de empresas nacionais para estrangeiros, surgiria uma dinâmica que, no devido tempo, aumentaria as escalas de produção e o tamanho dos mercados também para empresas nacionais, além de abrir novas fontes de financiamento e caminhos para o crescimento econômico, a inovação tecnológica e a ocupação de mercados mundiais. Mas esse segundo momento ainda não chegou⁴²⁷ (*Folha de S. Paulo* apud OLIVEIRA, 2005a, p. 187).

⁴²³ No governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2005), o processo de mercantilização do ensino sob o slogan da “democratização do acesso” teve como novidade o intitulado “Universidade para Todos” (ProUni). Lembrando que as formas indiretas de financiamento – subsídios, créditos, isenções e apoio político – continuam. Sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior através de recursos públicos, conferir Davies (2002).

⁴²⁴ Uma análise crítica sobre o processo de empresariamento de ensino no Brasil ocorrido nos anos 90 encontra-se em Neves (2002).

⁴²⁵ FERNANDES, Florestan. “Economia política da crise”. *Folha de S. Paulo*, 11 abr. 1994, p. 1.2.

⁴²⁶ FERNANDES, Florestan. “Vacilações no Senado”. *Folha de S. Paulo*, 15 mai. 1995, 1.2.

⁴²⁷ Os efeitos da política de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso sobre o patrimônio público brasileiro podem ser conferidos na obra do jornalista Aloysio Biondi (2001), na qual encontra-se a seguinte

Segundo o jornal, existiam duas linhas básicas para explicação de tal fenômeno. Para os que defendem as virtudes da abertura ao capital estrangeiro, o fracasso se devia a causas externas, como o desaquecimento da economia mundial, as crises financeiras em mercados emergentes ou a política de juros altos e câmbio artificial adotada pelo então governo. Já os críticos do neoliberalismo alertavam para a própria lógica dos capitais globais, centrados nas estratégias das corporações transnacionais para a ocupação do maior número possível de mercados nacionais. Como é suposto nas relações internacionais, não compete a essas empresas planejar a integração dos mercados que dominam um sistema mundial supostamente mais livre e dinâmico. O investidor vem, prioritariamente, para vender mais no mercado local. A hipótese de exportar, a partir da base interna, fica em segundo plano e só acontece em condições excepcionais de acumulação, sob condição de manutenção do *baixo custo* da mão-de-obra, o recebimento de subsídios e incentivos fiscais, assim como a possibilidade de importar os elementos tecnológicos e científicos fundamentais para a produção “local”.

No caso brasileiro, segundo Florestan, onde “a tecnologia de ponta ainda ensaia seu salto decisivo”⁴²⁸, a criação de oligopólio nos setores mais avançados, nos quais a composição de capital se modifica bruscamente, o processo de abertura e privatização tende a gerar crises de grande envergadura. O fato é que aqui as empresas estrangeiras ocupam grande espaço nos setores de média e alta tecnologia. Só em São Paulo, por exemplo, o maior mercado do país, as empresas de capital externo são responsáveis por 37,3% do faturamento líquido total da indústria de transformação, muito embora representem apenas 2% do número de empresas. Como admitia o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em setores de uso intensivo de tecnologia (farmacêutico, informática e telecomunicações), a participação dessas empresas é muito maior. Um indício de que as estratégias de investimento das corporações transnacionais se constituem em elemento de risco para a nossa economia está no fato de que no total de inovações geradas, no ano de 1998, a maioria absoluta foi patenteada por elas. Dessas, 888 foram depositadas no exterior e 924 no Brasil. Contudo, das depositadas no exterior, mais de 86% foram concedidas. Aqui, não passou de 17% (OLIVEIRA, 2002b, p. 81). De acordo com Dreiffus (1996), essas corporações são os agentes impulsionadores da

avaliação sintética: “Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, vende ‘moedas podres’ a longo prazo e ainda financia os investimentos que os ‘compradores’ precisam fazer [...]. E, para aumentar os lucros dos futuros ‘compradores’, o governo ‘engole’ dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização. Aproveite você também, conheça os detalhes neste livro” (BIONDI, 2001, p. 25-26).

⁴²⁸ FERNANDES, Florestan. “Transição difícil para os sindicatos”. *Folha de S. Paulo*, 19 jun. 1995, p. 1.2.

nova fase da divisão internacional da produção, que com seus centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) geram novos tipos de produtos e sistemas de organização do trabalho. É em alianças com essas corporações que os estados dos países desenvolvidos contam para assegurar presença ativa e determinante no processo de constituição social, econômica e política de criação científica, conversão tecnológica, aplicação produtiva e comercialização. O fato é que essas corporações estratégicas, sob a “lógica da rapina” imperialista, afirma Florestan, preservam um tipo de “base nacional”, fazendo com que o Estado continue como ator central, buscando responder a interesses nacionais e à preservação da sua soberania⁴²⁹. Assim, em vez de ter sua função reduzida, o Estado, pelo menos nos casos dos países centrais do capitalismo oligopolista, surge como orientador das forças do mercado e programador do espaço público mundial, buscando a convergência entre os interesses empresariais e às demandas imediatas da sociedade, quase sempre através das *sugestões* tutelares das agências internacionais de dominação – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e outras⁴³⁰.

Portanto, no caso dos países de capitalismo dependente, qualquer solução que passe pela conversão ao “neoliberalismo” e sua campanha de demolição da idéia de serviço público poderá colocar em risco o funcionamento das incipientes instituições democráticas, como alerta Bourdieu (1997). Ao contrário, torna-se imperiosa a definição de estratégias de desenvolvimento social que levem em conta os interesses da maior parte da população, aquela que está mais sujeita a sofrer com as irracionalidades do mercado. Especialmente no que se refere às políticas de ciência e tecnologia, deve-se rejeitar os projetos que visam à destituição da universidade pública como *locus* de produção do conhecimento socialmente relevante, assim como, as propostas que buscam a fragmentação das atividades universitárias de pesquisa, até mesmo com o apoio financeiro do poder público. Caso a sociedade civil brasileira não se mobilize, em sintonia com o processo de empresariamento do ensino superior, a atual política nacional de substituição de um sistema de C&T, de base pública e estatal, para um sistema de CT&I, apresenta-se como o caminho mais rápido para a nossa absoluta subordinação a outros centros científicos.

O Ministério da Ciência e Tecnologia do governo Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, teve como centro de sua política o projeto da chamada “Lei de Inovação”, instrumento tido como ideal para a aceleração da produção do conhecimento, por prever mecanismos mais flexíveis para que pesquisadores das instituições federais possam participar

⁴²⁹ FERNANDES, Florestan. “Perspectivas consolidadas”. *Folha de S. Paulo*, 09 jan. 1995, p. 1.2.

⁴³⁰ FERNANDES, Florestan. “O efeito ‘tequila’”. *Folha de S. Paulo*, 06 mar. 1995, p. 1.2.

de projetos do setor privado ou até mesmo abrir suas próprias empresas de base tecnológica. Com isso, as empresas ganham o direito de utilizar laboratórios federais, mediante contrato, e o governo pode implementar mecanismos legais para o financiamento de projetos de pesquisa no setor privado. Uma das barreiras que o projeto pretendia vencer é a da *cultura vigente* na universidade pública contrária à incorporação do espírito comercial, o que pode dificultar o elo entre pesquisa e produção. No entanto, a nova ênfase sobre o setor privado como propulsor da inovação não deveria causar medo no meio acadêmico, porque, na perspectiva do MCT, os papéis desses atores não são excludentes: à universidade cabe formar bons recursos humanos; ao setor privado, através da P&D, cabe fazer a ponte entre os laboratórios e as prateleiras. Daí a incorporação do “I” de inovação à sigla C&T – agora, portanto, transformada em CT&I⁴³¹ (OLIVEIRA, 2002b).

Ressalta-se que não querer estar subordinado às diretrizes dos países centrais não significa que se deseja rumar para um regime “autárquico”, mas apenas que se rejeita a posição de importador de matrizes científicas e tecnológicas. Sem um desenvolvimento autônomo da ciência, da tecnologia e da cultura⁴³², o Brasil não conseguirá dar um salto qualitativo e, assim, permanecerá no atraso econômico e social que o impede de enfrentar, de forma eficaz, os problemas da fome e da miséria.

Ou fortalecemos a pesquisa básica, voltada para as descobertas teóricas, ou converteremos o Brasil em consumidor de “pacotes tecnológicos obsoletos ou semi-obsoletos, caros e implantados à distância a partir das nações capitalistas centrais, em particular dos Estados Unidos. Tomando-se o Japão como exemplo: ele não era uma “nação avançada” (dentro dos padrões ocidentais) quando desencadeou ou intensificou seu processo de modernização auto-regulada. Combinando importação de teoria, pesquisa científica e tecnológica com autonomia relativa de desenvolvimento chegou à condição hegemônica que hoje ocupa. Nós preferimos ficar com os restos do banquete e sofrer uma pilhagem sistemática contínua e crescente. Dissociamos a “capacitação tecnológica” do pensamento inventivo, gerado pela universidade, convertendo-a em apêndice do pólo industrial. O que esperar? Sem dúvida, uma dependência que nos fará regredir a moldes neocoloniais, sob uma exploração externa sem entrancas⁴³³ (FERNANDES, 1995c, p. 16).

O mais perverso, na opinião do físico brasileiro Luiz Pinguelli Rosa, é que o sucateamento das instituições públicas de ensino e do “melhor sistema de ciência e tecnologia

⁴³¹ A continuidade dessa política científica no governo Lula é analisada em Oliveira (2004a).

⁴³² Segundo Florestan, em “SBPC” (*Folha de S. Paulo*, 05 ago. 1991), o desenvolvimento autônomo da ciência e da tecnologia depende das seguintes condições: “uma sociedade democrática, liberdade de comunicação e de crítica, meios financeiros e humanos ascendentes, renovação constante dos talentos e colaboração entre as gerações” (FERNANDES, 1995c, p. 24).

⁴³³ “A universidade sob tensão”. *Folha de S. Paulo*, 01 out. 1990.

associado à pesquisa e à pós-graduação fora dos países desenvolvidos⁴³⁴ teve como justificativa a suposta ênfase na educação básica, que ficou restrita à necessária mas não suficiente “universalização” do ensino fundamental promovida durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Mesmo considerando salutar o esforço no atendimento quantitativo, a qualidade da escola pública nesse nível de ensino continua aquém das necessidades socioeconômicas, o que se comprova pelo grande número de repetição e abandono⁴³⁵, que faz engrossar o contingente de “jovens e adultos” que, fora da idade escolar, ainda não contam com a atenção de políticas públicas efetivas para o seu atendimento. Soma-se a isso o ainda ineficiente atendimento à educação infantil, recém-incorporada ao sistema oficial de ensino, e a chamada “bolha” do ensino médio, que só consegue ser “furada” pelas escolas de elite (públicas e particulares) que fornecem a clientela para os níveis superiores.

O “vestibular das cotas” da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no início de 2003, para além de seus defeitos e virtudes, teve o mérito de colocar em pauta o drama do difícil acesso ao ensino superior de grande parte da população brasileira, principalmente negros e pobres. Por falar em racismo, vale lembrar uma das últimas afirmações de Florestan sobre o assunto: “jamais contaremos com uma democracia efetiva se não o eliminarmos. O negro ainda constitui o ponto central de referência de nossos atrasos e avanços históricos, a esperança maior na luta dos oprimidos pela criação de uma sociedade nova”⁴³⁶. A permanência do “atraso” educacional, portanto, continua como um sintoma da nossa “ausência de cidadania”⁴³⁷.

Numa perspectiva florestaniana, o que deveria pautar a questão educacional, em todos os níveis, é o debate sobre as políticas socioeconômicas implementadas nos últimos anos – o que, por sua vez, determina qual o papel do Estado na promoção dos direitos fundamentais do homem, no qual está incluso o acesso à educação, há muito proclamados nas declarações universais e na Constituição nacional. A continuar a sublimação desse debate, permanecem as estratégias de precarização e privatização dos agora chamados “serviços” públicos, que deixam de ser pensados a partir das políticas de universalização e igualdade para dar lugar ao

⁴³⁴ Segundo Luiz Pinguelli Rosa, “o Brasil possui o melhor sistema de ciência e tecnologia associado à pesquisa e à pós-graduação fora dos países desenvolvidos, ao lado da Índia e, agora, da Coreia do Sul, que, sob certos aspectos, não é mais um país em desenvolvimento. São conhecidas as contribuições da ciência e da tecnologia do Brasil ao crescimento da produção econômica nacional nos campos de petróleo no mar e em águas profundas, de soja no cerrado, de álcool combustível nos transportes, de geração de energia hidrelétrica, da construção civil pesada” (ROSA apud OLIVEIRA, 2002b, p. 68).

⁴³⁵ De acordo com o Ministério da Educação, numa pesquisa publicada em 2003, como consequência da má qualidade do ensino público, devido à falta de recursos, escolas mal equipadas, professores mal remunerados e sem preparação adequada, 41% dos estudantes não terminam o ensino fundamental (OLIVEIRA, 2005a, p. 189).

⁴³⁶ FERNANDES, Florestan. “Racismo e cordialidade”. *Folha de S. Paulo*, 10 jul. 1995, p. 1.2.

⁴³⁷ FERNANDES, Florestan. “O segundo turno”. *Folha de S. Paulo*, 05 dez. 1994, p. 1.2.

voluntarismo de uma pretensa “sociedade civil” homogênea⁴³⁸ e à clássica novidade das políticas promotoras da denominada equidade de oportunidades. Os efeitos do trabalho voluntário e do associativismo solidário no sistema educacional merecem a atenção dos que se preocupam com o ensino público brasileiro, os verdadeiros “amigos da escola”. É preciso investigar a fundo os pressupostos e as promessas que fundamentam o debate sobre o papel do chamado “terceiro setor” na atual etapa de acumulação de capital, que coincide com a suposta derrocada do ideário “neoliberal” e o fortalecimento de um novo ideal societário baseado em atores sociais que, em tese, conjugam virtudes e benefícios dos setores público e privado, sem carregar seus vícios. Originalmente denominados de “organizações não-governamentais” (as ONGs), tais atores vêm, nos últimos anos, assumindo a execução de inúmeras políticas públicas. Sob intensa profissionalização, as atualmente chamadas “organizações sociais” vêm abarcando grande parte de recursos governamentais e privados com a tarefa de promover ações sociais antes de responsabilidade estatal (OLIVEIRA, 2003b).

Como defende Montañó (2002), as apologias sobre o papel do terceiro setor no trato das questões sociais é sintoma da hegemonia do ideário neoliberal, e não o seu contrário. São, portanto, discursos que justificam, estimulam e escamoteiam a retirada das políticas estatais de universalização compulsória de acesso e financiamento dos direitos sociais (principalmente educação, saúde e segurança) em prol da proliferação de agentes privados que executam políticas sociais mitigadas. Abre-se, assim, um vasto campo para um novo processo de acumulação de capital com a mercantilização dos direitos sociais, vistos agora não mais como obrigação do Estado para com seus cidadãos, mas como dever individual de execução ou recebimento (dependendo de qual lugar se ocupa na estrutura de classes).

Ainda na metade do século passado, Florestan afirmava que sob o disfarce de motivos ideológicos, de fins altruísticos e de realizações econômicas, são organizados movimentos sociais que arrastam em seu bojo pessoas que poderiam ser qualificadas de “inocentes” (com relação à consciência dos fins reais dos movimentos de que participam ou ao qual aderem), já que é extremamente difícil para grande parte das pessoas, devido às condições modernas de existência social, descobrir o real sentido dos respectivos movimentos. Os prejuízos morais e materiais que sofrem só são percebidos tardiamente. O exemplo que o sociólogo cita é

⁴³⁸ De acordo com Mendonça (2005, p. 15), o que se pretende com essa “releitura” do conceito de sociedade civil “é a redução de todo o sistema social capitalista a um mero conjunto de instituições/relações que, além de dissolverem o próprio conceito de capitalismo, diluem, junto com ele, o conceito de classe social e isto, algumas vezes, em nome do combate ao ‘reducionismo economista’ ainda imputado ao marxismo. [...] O capitalismo se volatiliza, assim, numa miríade indiscriminada de instituições/relações ‘de novo tipo’ o que, além de enfraquecer a força analítica do conceito de Sociedade Civil, nos termos de Gramsci, esvazia-o de sua capacidade de organizar projetos emancipatórios, despiando-o de seu significado de forma social específica do capitalismo, de um ponto de vista totalizante”.

justamente o “modelo” preferido dos ideólogos do “neoliberalismo”, o norte-americano, onde vários “movimentos sociais” com fins altruísticos aparentes são organizados para levantar fundos e mobilizar as energias humanas requeridas pela luta contra determinado efeito indesejável (“o alcoolismo, a indigência, o abandono do deficiente físico, etc.”), mas no fundo acabam por satisfazer a necessidades egoísticas dos *altruístas* profissionais, que geralmente falham em sua “missão”⁴³⁹ (FERNANDES, 1971b, p. 299).

Num artigo de 1993, ele volta ao assunto:

Os que se comovem diante da fome e se congregam contra sua desumanidade possuem comida, riqueza e conforto demais para ir às extremas conseqüências. Ou ela se torna objeto de caridade e de humanitarismo, ou ela desata dois tipos de movimentos sociais. No início da década de 1940, descobri o que um dos tipos representa: a *mercantilização da pseudo-solidariedade social* [sem grifo no original]. Muitos movimentos são meios de explorar os incautos e de usar a pobreza em relações de troca mistificadas. Pelo que li, nos Estados Unidos, por exemplo, verdadeiras fortunas circulam nessa rede de “assistência organizada”. Outro tipo de movimento deita raízes no protesto social, na entreaajuda comunitária, em entidade filantrópicas e em funções do “welfare state” (em agonia sob o “neoliberalismo”)⁴⁴⁰ (FERNANDES, 1998, p. 224).

No Brasil, segundo o sociólogo, os dois tipos de movimento tiveram trajetórias peculiares. Enquanto a teia de ações protetoras da pobreza sempre foi paralítica na esfera estatal e anêmica na esfera privada, a exploração comercial específica dos movimentos sociais começou a ganhar vulto na década de 90, com o florescimento das ONGs e o fortalecimento das “organizações sociais” do “terceiro setor”⁴⁴¹. Em 2003, falando para empresários da área educacional, o consultor de empresas Stephen Kanitz, um articulista “neoliberal” de sucesso e criador do primeiro sítio digital do país ligado à filantropia, dá a seguinte sugestão:

Vocês fazem igual às antigas instituições de caridade que achavam que os clientes deles eram os necessitados. Claro que não: o cliente do “terceiro setor” é o doador. Eles têm que fazer de tudo para agradá-lo. Da mesma forma, vocês se equivocam quando objetivam satisfazer apenas aos alunos. Os seus clientes são os pais, que pagam alto e reclamam dos reajustes das mensalidades. A tarefa é mostrar que vale a pena pagar o preço cobrado. (KANITZ apud OLIVEIRA, 2005a, p. 190).

⁴³⁹ As falhas, segundo Florestan, ocorrem pelos seguintes motivos: “Por falta de conhecimento adequado da situação, de intervenção baseada propriamente em técnicas racionais e de controles efetivos de sua utilização como força social, os referidos movimentos ou são neutros para a solução dos problemas sociais ou então os agravam de maneira trágica” (FERNANDES, 1971b, p. 299).

⁴⁴⁰ “A fome”. *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 1993.

⁴⁴¹ Um estudo sobre esta nova estratégia de legitimação social da hegemonia burguesa no Brasil encontra-se em Neves (2005).

No seu primeiro artigo de 1994, comentando as estratégias assistencialistas de combate à fome que estimulam uma “solidariedade paralítica”, Florestan alertava que “é preciso virar o Brasil pelo avesso para descobrir outras soluções, que não procedam da ‘caridade cristã’ e da piedade, palavras que se chocam com a ‘virtú’ capitalista mercenária dos que mandam”⁴⁴². Curiosamente, ele volta a tratar da questão também no primeiro artigo do ano de 1995, destacando que nas relações entre capitalismo e “a festa da caridade”, “o capital sempre se deu melhor”, tratando o “exército industrial de reserva”, fruto da acumulação acelerada, com o aparelho repressivo estatal, a convivência das religiões “redentoras” e as “ilusões difundidas pela mídia eletrônica e escrita”⁴⁴³.

O que a leitura dos textos de Florestan nos aponta é que o horizonte das lutas no campo educacional deve ser a universalidade do bem-estar social em todos os seus níveis. No caso do ensino superior, isso se expressa na possibilidade de acesso de um público cada vez mais amplo a uma educação de qualidade socialmente referenciada que justifique sua gratuidade. No caso da educação básica, o referencial deve ser o investimento maciço para o atendimento qualitativo da massa populacional, que tem na escola pública sua única possibilidade de acesso aos bens sociais. Por fim, vale ressaltar, que em todos os níveis deve prevalecer o império do espírito público, condição fundamental para a existência do pluralismo de idéias como possibilidade de consolidação dos ideais democráticos. Isso porque, como afirma Neves (2000, p. 97), “a escola de propriedade privada tendencialmente restringe sempre mais a possibilidade de alcance da democratização do espaço escolar, por expressar, prioritariamente, interesses específicos, particulares”⁴⁴⁴.

Terminando uma de suas teses, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1964) colocava a questão: subcapitalismo ou socialismo? Sabemos que a *opção* pelo segundo

⁴⁴² FERNANDES, Florestan. “Combate à fome”. *Folha de S. Paulo*, 03 jan. 1994, p. 1.2.

⁴⁴³ FERNANDES, Florestan. “A festa da caridade”. *Folha de S. Paulo*, 2 jan. 1995, p. 1.2. Uma breve reflexão sobre a relação entre o “terceiro setor” e os meios de comunicação encontra-se em Oliveira (2003e): “Assim, acredito, poderão perceber que os efeitos perversos que estão sentindo pelo uso e abuso das novas estratégias de ‘solidariedade’ burguesa (da qual o trabalho voluntário, camuflado pelas políticas de estágio, treinamento, terceirização e cooperativismo, é só um exemplo) são sintomas de um processo muito maior – que a falta de uma visão sistêmica e orgânica com as causas trabalhistas faz com que as mesmas (estratégias) sejam vistas como panacéia para problemas sociais que não se resolveram pelo consenso produzido pelos poderosos”.

⁴⁴⁴ Deve-se, ainda, tomar cuidado para não se traduzir a ampliação do acesso no ensino público fundamental como recuo do interesse privado. A atuação privatista na educação básica, sob o neoliberalismo, apresenta novas faces para o domínio da política educacional: a aplicação do modelo de gestão da escola particular no ensino público; o “treinamento” de professores da rede pública por entidades ligadas ao ensino privado, além de outras ações de “lucro” simbólico para a melhoria da imagem da escola particular; a “troca” de impostos pela recepção de alunos da rede pública; a distribuição dos livros didáticos para os alunos da rede pública por grandes corporações privadas; e, entre outras, a adoção de materiais pedagógicos dos grandes conglomerados de educação privada por redes públicas de ensino (OLIVEIRA, 2005a).

modelo não é tarefa das mais fáceis, assim como a sua *consecução* está no nível das possibilidades históricas. No entanto, a persistir o consenso que paira sobre os últimos governos, a sociedade e a mídia deste país tupiniquim, as políticas de manutenção do primeiro estágio permanecerão sendo implementadas. Ao invés de “remar contra a corrente”, construindo um projeto nacional de reformas dirigidas a partir de interesses internos, o Brasil condena-se, segundo Florestan, “a incentivar uma política estreita de continuidade prolongada (secular) e a absorver o tipo de dependência nascido da instrumentalização do Estado, da ciência e da tecnologia utilizada pelos países centrais e seus conglomerados empresariais”⁴⁴⁵.

Mas, como nos lembra o próprio sociólogo, há uma espécie de *processo educativo* permanente nas relações sociais em crise, que sob condições democráticas, pode engendrar a formação de um novo senso comum. Nesse cenário, cabe ao educador socialista⁴⁴⁶ combater os instrumentos que bloqueiam as possibilidades de transformação histórica, a começar pela luta contra a “cotidianidade”, um aspecto da vida cotidiana, que transforma a realidade social numa realidade manipulada, na qual paira uma alienação extrema que provoca a mistificação dos processos de reprodução social (materiais e simbólicos). Ao educador cabe ir além da “rotina” da vida privada e escarafunchar a vida cotidiana do trabalho, que não deve ser reduzida à idéia de *contrato social*. Para isso, é preciso recuperar a memória dos segmentos populacionais marginalizados e mostrar que eles fazem História com “H” maiúsculo, a história que “atravessa a vida de pessoas concretas” (MARTINS, 1998, p. 198). E o resgate dessas memórias pode revelar a verdade *esquecida* desses tempos de hegemonia do pensamento neoliberal: a do trabalho como fonte social de riqueza. De acordo com Florestan, o que a “história oficial” aponta como criação das elites é, na verdade, produto das lutas trabalhistas:

O crucial é que os trabalhadores se incluíram, como e enquanto classe, entre os agentes históricos, forçando a maioria das grandes transformações sociais do mundo moderno, que figuram na consciência burguesa e na “história oficial” como inovações das elites no poder. Entre as transformações repontam desde a modificação das condições de trabalho, da jornada de trabalho, elevação dos salários, redistribuição da renda e padrões decentes de vida, até a participação simbólica dos trabalhadores na administração da empresa, a conquista de códigos de trabalho mais eqüitativos, da seguridade social, da expansão e democratização do ensino, etc (FERNANDES, 1991a, p. 22).

⁴⁴⁵ FERNANDES, Florestan. “Mudança seletiva e ruptura histórica”. *Folha de S. Paulo*, 14 fev. 1994, p. 1.2.

⁴⁴⁶ Entendido aqui tanto como indivíduo quanto como sujeito coletivo – tal como o partido, que, segundo Florestan, num de seus últimos artigos, não pode esquecer de somar à representação institucional a tarefa de educação política dos trabalhadores, para a sua “emancipação e desalienação” (FERNANDES, Florestan. “Os partidos de esquerda”. *Folha de S. Paulo*, 07 ago. 1995, p. 1.2).

Um dos maiores méritos da pedagogia socialista de Florestan, presente em seus artigos de maturidade, está, sobretudo, na crítica que faz aos argumentos dos que defendem o fim da centralidade do trabalho no capitalismo tardio. O banimento da noção de conflito na esfera das relações entre capital e trabalho só favorece, segundo o sociólogo, “a falaciosa utopia da ‘democracia participativa’”, nos termos usados pelos ideólogos da *nova* social-democracia, que coloca maior peso nos aspectos formais da cidadania e esquece as questões de fundo, aquelas que dizem respeito ao projeto de emancipação humana do jugo de todas as formas de exploração⁴⁴⁷ – que passam, impreterivelmente (ainda que não somente), por questões que dizem respeito às “estruturas, ritmos e funções de dada economia sob o impacto do mercado mundial”⁴⁴⁸ (FERNANDES, 1998, p. 216).

A estes argumentos, o publicista responde e coloca a seguinte questão:

O trabalho não desapareceu. Evoluiu e sofreu alterações nascidas da civilização capitalista como um todo. Sem o homem – isto é, sem o trabalhador – não há produção e sem esta, em constante desenvolvimento, não existe civilização. Automatiza-se a produção. Mas anula-se o elemento humano? Ou se quer chegar ao ideal de fascismo e do nazismo de robotizar o ser humano e todas as qualidades da pessoa?⁴⁴⁹

⁴⁴⁷ FERNANDES, Florestan. “Custos sociais do capitalismo”. *Folha de S. Paulo*, 20 ago. 1995, p. 1.2.

⁴⁴⁸ “Político ou acadêmico?”. *Folha de S. Paulo*, 31 mai. 1995, p. 1.2.

⁴⁴⁹ FERNANDES, Florestan. “O eclipse do trabalho”. *Folha de S. Paulo*, 26 jun. 1995, p. 1.2.

CONCLUSÃO

Como são escritos dispersos, eles não apanham o drama. Lidam com seus aspectos cruciais e no momento em que as esperanças afloram ou desabam. Trata-se de um testemunho, analítico mas predominantemente ensaístico. É provável que minha posição marxista e a condição provisória de parlamentar provoquem distorções ou equívocos que outros observadores evitariam. Não obstante, alimento a convicção de que o testemunho é íntegro e sincero. Acredito, com Karl Mannheim, que o posicionamento do sujeito não deforma suas indagações e afirmações e que a explicitação dos vínculos ideológicos e utópicos fornecem elementos de controle ao leitor. A participação torna-se imperiosa na sociedade moderna e é vital no Brasil, terra na qual os intelectuais fazem parte das elites ou se alinham com elas. Por felicidade, minha origem social e minha identidade ideológica e utópica coincidem. Não preciso virar-me do avesso para entender os oprimidos e bater-me por sua emancipação coletiva, atrelando-me aos seus movimentos sociais e a seus protestos políticos.

Florestan Fernandes (1990, p. 6-7)

Com o registro das reflexões suscitadas a partir da leitura dos artigos publicados por Florestan Fernandes durante toda a sua vida produtiva, acredito ter cumprido o objetivo fundamental proposto na introdução deste trabalho: demonstrar a validade dos escritos jornalísticos do famoso sociólogo e político para a análise e compreensão do respectivo período, que se confunde com a história brasileira da segunda metade do século XX, especialmente sobre as dimensões do processo de evolução da nossa democracia *restrita* e de seu correspondente sistema educacional. Como consequência, saio convicto de que foram confirmadas, com o apoio do resgate da rica trajetória de Florestan, as duas hipóteses subsidiárias dessa empreitada: a de não-distinção entre o “militante” e o “acadêmico”; e de que é como “publicista” que o renomado autor consegue melhor articular essas duas “vocações”.

Ao seguir os passos da luta de Florestan em defesa dos princípios democráticos e pela constituição de um sistema educacional condizente com esses princípios, além de asseverar a validade do seu “olhar sociológico” para a análise da relação educação/democracia, verificou-

se que o trabalho por ele realizado como articulista demonstra não só a sua *integridade básica* como homem, pensador, cientista e revolucionário, como cumpre um efetivo papel de *pedagogia das causas sociais* – principalmente quando se consolida, através do trabalho de articulista, o seu lugar na imprensa brasileira como um verdadeiro “publicista revolucionário”.

Um “publicista revolucionário”, na acepção tomada por Paulo Silveira, deve atender aos seguintes requisitos:

1) um amplo e profundo conhecimento histórico-estrutural da sociedade brasileira, o que quer dizer também a maneira pela qual ela se inseriu e se insere no capitalismo mundial; isto articulado a uma massa de informações atualizadas sobre economia, política, cultura, etc., em especial as que se referem mais propriamente à dinâmica da luta de classes; 2) uma tomada de posição política que tem significado uma absoluta intransigência em relação às diversas formas de compromisso, de conciliação e de “cooptação” (cujo nome clássico é corrupção), que visam a manutenção e o reforço do poder burguês; 3) uma concepção de história que situa a luta de classes não apenas em relação às chamadas condições objetivas, mas também em relação ao campo das possibilidades do devir histórico, isto é, ao espaço das práticas onde se entrecruzam os momentos objetivos e subjetivos (SILVEIRA, 1987, p. 289).

Até preencher todos esses requisitos de um “publicista” da causa revolucionária, Florestan passou por uma dura aprendizagem, que começou justamente com a distinção entre *trabalho jornalístico* e *trabalho acadêmico*, quando o mesmo professor que lhe abriria as portas da imprensa rejeitou a sua primeira “reportagem”. Se, numa suposição, esse episódio original despertou nele uma visão negativa e preconceituosa em relação à prática jornalística, comportamento comum no meio acadêmico, a sua participação em vários veículos de imprensa – que lhe permitiu o contato com expressivas personalidades da mídia e com o seu respectivo mecanismo de funcionamento num tipo de viver social em que sua predominância é tida como absoluta – colaborou para a configuração de uma visão seleta das virtudes e dos vícios de uma das profissões mais importantes da modernidade. Segundo Florestan, se, em comum com a sociologia, o jornalismo é uma das fontes históricas mais vigorosas das sociedades de classes, ambas correndo parrelhas com todas as outras ciências sociais, além da extensa e profunda familiaridade com as técnicas de observação e de interpretação dessas disciplinas, ao comunicador público cabe um desafio a mais: fazer a crítica dos fatos e das informações *in flux* sem se converter em um agente de “fabricação” de notícias, em um “mero instrumento do ilusionismo da cultura comercial de massa”⁴⁵⁰ (FERNANDES, 1995b, p. 167).

⁴⁵⁰ “Cláudio Abramo e o jornalismo”. Folha de S. Paulo, 14 ago. 1988.

Certamente, a densa formação acadêmica e a rica experiência de vida possibilitaram a Florestan ocupar um lugar diferenciado na mídia nacional. Nesse palco, aliando a sensibilidade jornalística à precisão do cientista social, tornou-se, assim como muitos de seus exemplos de “contestadores necessários”, um repositório imperativo das esperanças que sobrevivem e crescem “no substrato de uma sociedade capitalista fomentadora de contradições que convertem a radicalidade em estilo de pensamento e de ação, indispensável à construção de um futuro limpo de canga arcaica e ultraconservadora” (FERNANDES, 1995b, p. 13). Colocando sua inteligência em permanente choque com a sociedade burguesa, num veículo próprio dessa sociedade, sem nenhuma ilusão dos seus limites⁴⁵¹, Florestan cumpria também a tarefa radical de revelar – numa perspectiva denominada por Candido (2001, p. 40) de “pensamento socialista cotidiano” – a realidade oculta em pequenos e lúcidos comentários, articulando conceitos e fatos, tomando de assalto o pensamento do leitor, mas devolvendo a ele a possibilidade de recuperar aquilo que cotidianamente lhe é roubado: a consciência, a capacidade de pensar⁴⁵². Uma possibilidade mínima, reconhece o publicista, frente ao desafio de combater (participando) do sistema de divulgação de dados, imagens e debates que se inserem numa rede de defesa e fortalecimento da ordem existente, que fomenta o mito do “cidadão bem-informado” numa sociedade clivada por uma desigualdade estrutural entre classes sociais antagônicas.

Não obstante, é melhor ter um fluxo constante de dados, imagens e debates, que ficar a seco. O leitor sempre terá algum meio de cotejar as informações correntes com o concreto e quanto mais amplo for o circuito de informações, mais facilmente ele se tornará capaz de localizar-se no fluxo dos acontecimentos e fazer escolhas maduras, no sentido de adequar as opções, as avaliações e os comportamentos à sua situação de classe, à sua ideologia e práticas políticas, ao seu sistema de valores. Reduzidas ou eliminadas suas fontes de informações, o seu horizonte político fica sujeito às correntes de opiniões mais fortes, manipuladas por máquinas de partido ou por pressões

⁴⁵¹ Como indica Florestan ao justificar a publicação de alguns artigos “inéditos” que foram dispensados pelos jornais sob os seguintes motivos: textos longos; produção acima da cota contratada; a superação do conteúdo pelo tempo “volátil” do interesse jornalístico; e, por fim, “quando a incongruência entre a posição do publicista e a do jornal se torna excessiva, tende a prevalecer a linha jornalística preestabelecida. O pluralismo democrático não se confunde com a neutralidade absoluta. A grande imprensa encontra, em sua própria liberdade, os parâmetros do seu cociente de liberdade nas relações com articulistas ou publicistas polarizados ideologicamente” (FERNANDES, 1989c, p. 10).

⁴⁵² Florestan seguia, assim, a estratégia de Gramsci (1991, p. 170) de como aproximar o leitor: “O leitor comum não tem, e não pode ter, um hábito ‘científico’, que só se adquire com o trabalho especializado: por isso, deve-se ajudá-lo a assimilar pelo menos o ‘sentido’ deste hábito, através de uma atividade crítica oportuna. Não basta lhe oferecer conceitos já elaborados e fixados com sua expressão definitiva. A concreticidade de tais conceitos, que reside no processo que levou àquela afirmação, escapa ao leitor comum: deve-se, por isso, oferecer toda uma série de raciocínios e de conexões intermediárias, de um modo bastante determinado e não apenas por indicações”. Segundo Vladimir Sacchetta (1996, p. 53), com o tempo Florestan “aperfeiçoou o seu estilo e, com a humildade dos grandes homens, o velho professor despiu-se dos vezos da academia para tentar falar uma linguagem mais próxima do povo”.

desencadeadas por meios diretos pelas classes dominantes e seus agentes eleitorais⁴⁵³ (FERNANDES, 1990, p. 86-87).

Tal é o substrato dessa “pedagogia revolucionária” praticada pela imprensa, baseada na premissa de que a educação (nas suas dimensões formais e informais, e na relação com os aspectos políticos, científicos e culturais de uma determinada sociedade) é, potencialmente, um importante instrumento de civilização da barbárie capitalista. Sob o exposto, ousa-se afirmar, compactuando com José Paulo Netto, que a “pedagogia socialista” de Florestan o legitima como um verdadeiro “tribuno do povo”, dentro da tradição dos personagens que fizeram a história do socialismo, a começar pelo próprio Marx, que segundo o ideal exposto por Lênin deve ser capaz de:

Reagir contra toda manifestação de arbitrariedade e de opressão, onde quer que se reproduza e qualquer que seja a camada ou a classe social atingida; que saiba sintetizar todos estes fatos para traçar um quadro de conjunto da brutalidade policial e da exploração capitalista; que saiba aproveitar o mais pequeno pormenor para expor *perante todos* as suas convicções socialistas e as suas reivindicações democráticas, para explicar a *todos* e a *cada um* o alcance histórico-universal da luta emancipadora do proletariado (LÊNIN apud NETTO, 1987, p. 304).

Mas a melhor tradução de sua capacidade em irradiar o marxismo como força revolucionária (o que o faz, mesmo contra a sua “vontade”, tornar-se uma expressão histórica das forças intelectuais na sociedade brasileira), está no “otimismo da vontade” que atua a partir do “pessimismo da razão”, os vértices da prática revolucionária gramsciana, que, no caso brasileiro, tem a seguinte especificidade: “Nós não temos remédio senão sermos otimistas. Não há outra saída. Nós não temos uma história, nós não conquistamos colônias, não construímos impérios. O nosso reino é o futuro” (FERNANDES, 1987, p. 313).

Antídoto, portanto, às posturas intelectual-pragmáticas dos defensores das “utopias possíveis”⁴⁵⁴, que proclamam o “fim da História” e o “fim das ideologias”, em consonância com os interesses de manutenção do *status quo* do atual modo de produção e reprodução social.

Nada de ideologias, pede uns, acreditando que a iniciativa privada e o “neoliberalismo” prescindem de uma fortíssima carga ideológica e de uma espécie de Estado que converte a democracia dos mais iguais em requisito do capitalismo. Nada de utopias, apregoam, como se a humanidade tivesse

⁴⁵³ “Sondagens e propaganda”. *Jornal do Brasil*, 30 mai. 1989.

⁴⁵⁴ Segundo Florestan, uma contradição em termos, já que “ao se tornar possível, uma utopia deixa de existir” (FERNANDES apud MARTINS J. R., 1998, p. 15).

esgotado o seu potencial inventivo no “progresso” inerente à invasão de todos os lares pela televisão e nas maravilhas de um *welfare State* que atesta a falência da civilização capitalista⁴⁵⁵ (FERNANDES, 1990, p. 212).

Como assevera Florestan, “há qualquer coisa de podre em um universo intelectual em que não se compreende o significado da história em processo, preferindo-se a especulação estéril de que ‘a história não existe’”⁴⁵⁶ (FERNANDES, 1990, p. 156). Ao invés disso, fica para nós a tarefa de levar à frente o inconcluso “programa” político-científico-pedagógico do radicalismo plebeu florestaniano, muito bem sintetizado por Gabriel Cohn da seguinte maneira:

Trabalhar na margem para vencer a condição marginal; visar ao centro sem instalar-se nele; buscar sempre identificar as condições objetivas para a aplicação de “técnicas democráticas de intervenção na realidade social” na busca de novas formas de organização compatíveis com a realização de todas as suas potencialidades, sem exceção (COHN, 2005, p. 250).

Inconcluso, afirmo, tanto no sentido de que “ela [a obra] não foi ainda suficientemente revelada em toda a sua riqueza e significado” (PINTO, 1997, p. 42), quanto na necessidade de “repeti-la” da mesma maneira que Žižek (2005, p. 341) se refere à obra de Lênin: “Repetir Lênin é repetir não o que Lênin fez, mas o que ele *não conseguiu fazer*, suas oportunidades perdidas”. É desta forma que compreendo a herança da “pedagogia socialista” de Florestan Fernandes, forjada em suas múltiplas e imbricadas trajetórias de *militante da ciência e professor na política*: não um sistema ou mesmo uma teoria fechada posta como receita para aplicação imediata; mas como inspiração metódica de que a transformação societária demanda um grande esforço educativo, tarefa que não pode prescindir dos conhecimentos produzidos pela humanidade e da vinculação com os movimentos políticos e sociais que se fundam na perspectiva igualitária de instauração de um verdadeiro “reino da liberdade” – na qual a práxis existencial vai além da produção e da reprodução material.

⁴⁵⁵ “A educação do futuro”. *Folha de S. Paulo*, 11 set. 1989.

⁴⁵⁶ “O socialismo está morto?”. *Folha de S. Paulo*, 19 fev. 1990.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ABRAMO, Cláudio. Império dos sentidos: critérios e resultados na *Folha de S. Paulo*. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: CEBRAP, nº 31, p. 41-67, out. 1991.

ABREU, Alzira Alves. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-Weltman, Fernando; FERREIRA, Marieta de Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 13-60.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Apresentação: Alvorço de um primeiro amor. In: FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Raízes), p. XI-XV.

_____. Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 195-203.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; GARCIA, Sylvia Gemignani. *Florestan Fernandes, mestre da sociologia moderna*. Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2003.

BASTOS, Élide Rugai. A questão racial e a revolução burguesa. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 140-150.

BEIGUELMAN, Paula. A *Revista Brasiliense* e a expressão teórica do nacionalismo-econômico brasileiro. In: D'INCAO, Maria Ângela. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense; Marília: Editora da UNESP, 1989, p. 449-474.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado – edição especial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

BLOCH, Arnaldo. O “cafarnaum” de Mário Pedrosa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 abr. 2002. Segundo Caderno, p. 1.

BORBA, Ângela Meyer. O folclore e suas relações com as ciências sociais, a educação e a socialização da infância em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EdUFF, 2005, p. 119-132.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 449-474.

BOURETZ, Pierre. John Stuart Mill – A liberdade, 1859. In: CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne. *Dicionário das obras políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 815-827.

BUFFA, Esther. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1979.

BULHÕES, Ivone. *Os anjos também erram*. Rio de Janeiro: [sn], 2001.

BRESSER Pereira, Luiz Carlos. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 5, nº3, p. 269-306, 1982.

CANDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. A paixão pelo saber. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 23-30.

_____. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: DIFEL, 1964.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005, p. 7-40.

_____. *Para uma História da Sociologia no Brasil: a obra sociológica de Florestan Fernandes – algumas considerações preliminares*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2001a. (Documentos, nº 8. Série Política).

_____. *Notas para a demarcação de um campo teórico em Florestan Fernandes: fundamentos, confrontos e perspectiva*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2001b. (Documentos, nº 18 – Série Ciências Humanas, História).

_____. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. *Idéias*, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, ano 4 nº 1/2, p. 99-114, jan./dez. 1997.

_____. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 10, nº 26, p. 89-128, jan./abr. 1996.

_____. Adeus. *Revista ADUSP*, São Paulo: Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, nº 4, p. 30-31, out. 1995.

_____. Sobre a revolução burguesa no Brasil. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 242-249.

_____. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO de Oliveira, Roberto. O ensino antropológico de Florestan Fernandes: recordações de um ex-aluno. *Revista USP*, São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, nº 29, p. 66-71, mar./mai. 1996.

CERQUEIRA Filho, Gisálio. “A mídia dá tratamento moral à política”. Entrevista a Marinilda Carvalho. *Observatório da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano 9, nº 342, 16 ago. 2005. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em: 16 ago. 2005.

CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004a.

_____. *Perfil parlamentar: Florestan Fernandes*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004b. (Série perfis parlamentares, nº 49).

COGGIOLA, Oswaldo (Org.) (1995). *Florestan Fernandes: em busca do socialismo*. São Paulo: Xamã, 1995. [Introdução: Florestan Fernandes e o socialismo, p. 9-28].

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em Sociologia. *Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 19, nº 55, p. 245-250, set./dec. 2005.

_____. Florestan Fernandes: A Integração do Negro na Sociedade de Classes. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil – Um Banquete nos Trópicos*. Vol. 2. São Paulo: Ed. Senac, 2000, pp. 387-402.

_____. O ecletismo bem temperado. In: D’INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 48-53.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 243-265.

CUNHA, Paulo José. Televisão e poder no Brasil. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, p. 217-223.

D’INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

DAVID, Maurício Dias (Org.). *Economia e política da crise brasileira: a perspectiva social-democrata*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

DAVIES, Nicholas. Mecanismos de financiamento: a privatização dos recursos públicos. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002, p. 151-176.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DIAS da Silva, Graziela Moraes. *Sociologia da sociologia da educação: caminhos e desafios de uma policy science no Brasil (1920-1979)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

DREIFFUS, René. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, p. 373-463, 1973. (Os Pensadores, v. 33).

_____. Representações individuais e representações coletivas. In: Durkheim, Émile. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970, p. 13-42.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FÁVERO, Osmar (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004a. (Raízes).

_____. Discursos selecionados. In: CERQUEIRA, Laurez. *Perfil parlamentar: Florestan Fernandes*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004b. (Série perfis parlamentares, nº 49), p. 205-489.

_____. *O folclore em questão*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Raízes).

_____. *Florestan Fernandes: a força do argumento*. São Carlos: EDUFSCar, 1998. (Organizado por João Roberto Martins Filho).

_____. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995a.

_____. *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Ática, 1995b.

_____. *Tensões na educação*. Salvador: Sarah Letras, 1995c.

_____. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo: Hucitec, 1994. (Pensamento Socialista, 14. Debate Contemporâneo, 9).

_____. Depoimento sobre Hermínio Sacchetta. In: SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992a, p. 75-79.

_____. Anísio Teixeira e a luta pela escola pública. In: ROCHA, João Augusto de Lima (Org.). *Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil*. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992b, p. 45-52.

_____. *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Autores Associados, 1991a. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 43).

_____. *Florestan Fernandes*. Brasília: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 1991b. (Série Memória viva da educação brasileira, v. 1).

_____. Entrevista a Paulo de Tarso Venceslau. *Teoria e Debate*, São Paulo: Partido dos Trabalhadores, nº 13, mar. 1991c. Disponível em: <http://www.fpa.org.br/td/td13/td13_memoria.htm>. Acesso em: 10 fev. 2005.

_____. *A transição prolongada: o período pós-constitucional*. São Paulo: Cortez, 1990. (Biblioteca da educação. Série economia e política, v.2).

_____. (Org.). *Marx/Engels – história*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1989a. (Grandes Cientistas Sociais, v. 36).

_____. *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989b.

_____. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989c.

_____. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989d. (Educação contemporânea).

_____. Prefácio. In: MARTINS, Carlos Benedito. 2ª ed. *Ensino pago: um retrato sem retoques*. São Paulo: Cortez, 1989e.

_____. *O processo constituinte*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1988. (Separatas de discursos, pareceres e projetos. 48ª Legislatura. 2ª Sessão Legislativa, 26).

_____. O renascimento da universidade. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 309-317.

_____. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986a. (Desafio Constituinte).

_____. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986b.

_____. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984a. (Qualé, 1).

_____. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1984b. (Coleção Primeiros Passos, 14).

_____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

_____. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Biblioteca de Ciências Sociais).

_____. *Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos*. São Paulo: Hucitec, 1980a. (Pensamento Socialista).

_____. *Movimento socialista e partidos políticos*. São Paulo: Hucitec, 1980b. (Pensamento Socialista. Linha de Frente).

_____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 4ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980c.

_____. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980d. (Ensaio, v. 65).

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1979a.

_____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979b. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1ª. Sociologia, v. 3).

_____. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979c. (Biblioteca de Estudos Latino-Americanos, v. 1).

_____. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978a. (Estudos Brasileiros, 9. Série “Depoimentos”, nº 1).

_____. (Org.). *Lênin – sociologia*. São Paulo: Ática, 1978b. (Grandes Cientistas Sociais, v. 5).

_____. Prefácio. In: CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978c, p. 11-14.

_____. *A sociologia no Brasil: contribuição par o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977. (Sociologia brasileira, v. 7).

_____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976a. (Biblioteca de Ciências Sociais).

_____. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Hucitec, 1976b. (Estudos Brasileiros, 6).

_____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975a. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, Sociologia. Série 1ª, v. 3).

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975b.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975c. (Biblioteca de Ciências Sociais).

_____. (Comp.). *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975d. (Biblioteca Universitária. Série 2ª. Ciências Sociais, v. 37).

_____. (Comp.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da USP, 1973. (Biblioteca Universitária. Série 2ª. Ciências Sociais, v. 34).

_____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: DIFEL, 1972.

_____. Cor e estrutura social em mudança. In: FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971a, p. 82-146.

_____. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1971b. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Sociologia).

_____. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira; EDUSP, 1970. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Antropologia).

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Zahar Editores, 1968.

_____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1966. (Ciências Sociais Dominus, 6).

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965. 2v. (Ciências Sociais Dominus, 3).

_____. *A organização social dos Tupinambá*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1963. (Corpo e Alma do Brasil, 11).

_____. *A etnologia e a sociedade no Brasil. Ensaio sobre aspectos da formação e desenvolvimento das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Anhembi, 1958.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

FERNANDES, Florestan; PINSKY, Jaime; MARTINS, José de Souza. Apresentação. *Debate e Crítica – Revista semestral de Ciências Sociais*, São Paulo: HUCITEC, nº 1, p. 1-6, jul./dez. 1973.

FERNANDES, Heloísa. As chaves do exílio e as portas da esperança. In: SEMANA FLORESTAN FERNANDES, 2005, São Carlos. *Carta lida por Florestan Fernandes Jr.* São Carlos: UFSCar, 2005. (Gravação).

FERNANDES, Heloísa. *Sintoma Social dominante e moralização infantil: um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim*. São Paulo: EDUSP; Escuta, 1994. (Ensaio).

FERNANDES, Heloísa; FERNANDES Jr, Florestan. Tudo na vida é sério, mas nada é definitivo. Entrevista com Zilda Iokoi e Marcos Cripa. *Revista ADUSP*, São Paulo: Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, nº 4, p. 22-27, out. 1995.

FERREIRA, Jorge. URSS: mito, utopia e história. *Tempo: Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*, Rio de Janeiro: Sette Letras, nº 5, p. 75-103, 1998.

FERREIRA, Márcia dos Santos. *O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956/1961)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FERREIRA, Marco Antônio Costa; OLIVEIRA, Newton de. *Os Guardiões de Minerva*. Rio de Janeiro: SINEPE/MRJ, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-Weltman, Fernando; FERREIRA, Marieta de Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 141-155.

FREDERICO, Celso. Florestan jornalista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 1998. Jornal de Resenhas, p. 3.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, Bárbara. Florestan Fernandes: revisitado. *Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 19, nº 55, p. 229-243, set./dec. 2005.

_____. Prefácio. In: SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 9-13.

_____. Florestan Fernandes por ele mesmo. *Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 10, nº 26, p. 129-172, jan./abr. 1996.

_____. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 163-180.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A educação e a crise do capitalismo real*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FURET, François. Aléxis de Tocqueville. Da democracia na América, 1835-1840. In: CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne. *Dicionário das obras políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 1222-1236.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

GENRO Filho, Adelmo. *O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987a.

_____. *Contra o socialismo legalista*. Porto Alegre: Tchê, 1987b.

_____. A ideologia de Marilena Chauí. *Teoria & Política*, São Paulo: Brasil Debates, ano 2, nº 7, p. 89-101, 1985.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

GOLDEMBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GORENDER, Jacob. Confluências e contrações da construção sociológica. *Revista ADUSP*, São Paulo: Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, nº 4, p. 32-33, out. 1995.

_____. Epílogo para um romance à revelia do autor. SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 153-156.

_____. A revolução burguesa e os comunistas. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 250-259.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRYNSZPAN, Mario. A Teoria das Elites e sua genealogia consagrada. *BIB – Revista Brasileiras de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, nº 41, p. 35-83, 1996.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

IANNI, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In IANNI, Octavio (Org.). *Florestan Fernandes - Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. (Grandes Cientistas Sociais, v. 58), p.7-45.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 9-14.

JOHNSTONE, Monty. Internacionais. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 195-199.

LARAIA, Roque de Barros. O antropólogo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, ano 11, nº 30, 1996. CD-ROM. Não paginado.

LEMOS, Renato (Org.). *Justiça fardada: o general Peri Bevilaqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969)*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1979a.

_____. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1979b.

_____. *Sobre a imprensa e a literatura*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

LEONI, Brigitte Hersant. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LÉPINE, Claude. A imagem do negro brasileiro. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 129-139.

LIEDKE Filho, Enno D. A sociologia no Brasil: histórias, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, ano 7, nº 14, p. 376-437, jul./dez. 2005.

_____. Florestan Fernandes: sociologia e cidadania. *Epistême – Revista Brasileira de Filosofia e História das Ciências*, Porto Alegre, v. 1, nº 2, p. 147-156, 1996.

LIPPI, Lúcia. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Sociologia*, v. 2. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999, p. 147-181.

_____. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil. Vol. 2*. São Paulo: Sumaré, Fapesp, 1995a, p. 235-307.

_____. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995b.

LOPES, Aline Marinho. *Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e a modernidade no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2004.

LOSURDO, Domenico. *Fuga da história? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Fundação Perseu Abramo, 2004.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2003a.

_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003b.

_____. *A evolução política de Lukács: 1909-1929*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LUEDEMANN, Cecília da Silveira. *Anton Makarenko: vida e obra – a pedagogia na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MACIEL, Lysâneas. Prefácio: dignidade e compromisso. In: FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989b, p. 13-15.

MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, v. 14, nº 41, p. 141-158, 1999.

MANDEL, Ernest. *O lugar do marxismo na história*. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2001.

MANGABEIRA, Wilma. *Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, ANPOCS/ Relume-Dumará, 1993.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: KELLNER, Douglas (Org.). *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 73-104.

MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo/Centro Universitário Maria Antônia-USP, 1998.

MARTINS Filho, José Roberto. Prefácio: Um homem e seu tempo. In: FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes: a força do argumento*. São Carlos: EDUFSCar, 1997, p. 9-15.

MARTINS, Heloísa de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo: Faculdade de Educação/USP, v. 30, nº 30, p. 289-300, mai./ago. 2004.

MARTINS, José de Souza. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.

MARTINS, Tatiana Gomes. *Raízes da sociologia brasileira: Florestan Fernandes e a questão do intelectual*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. V. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

_____. *As lutas de classes em França*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX. *Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1974a. (Os Pensadores, v. XXXV), p. 329-410.

_____. Teses contra Feuerbach. In: MARX. *Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1974b. (Os Pensadores, v. XXXV), p. 55-59.

_____. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

MATUI, Jiron. *Cidadão e professor em Florestan*. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 90).

MAZZA, Débora. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional*. Taubaté: Cabral, 2003.

_____. Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: INEP, 2002, p. 369-381.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Introdução. In: MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). *O Estado brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005, p. 7-17.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MICELI, Sérgio. Intelectuais brasileiros. In: MICELLI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Sociologia*, v. 2. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999, p. 109-145.

_____. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, v. 2, nº 5, 1987. CD-ROM. Não paginado.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTTA, Márcia. Histórias e memórias. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

NAGLE, Jorge. Um pensamento para a reconstrução. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 187-196.

NERY, Tatiana Maria de Oliveira. O embate político-educacional nos anos 90 – Tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: NEVES, Lúcia (Org.). *Política*

educacional dos anos 90: determinantes e propostas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1997.

NETTO, José Paulo. A recuperação marxista da categoria de revolução. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 292-305.

NEVES, Lúcia (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. *Brasil 2000: nova divisão de trabalho na educação*. São Paulo: Xamã, 2000.

NEVES, Lúcia; OLIVEIRA, Marcos Marques de. O que querem os empresários educacionais do governo Lula? *Universidade e Sociedade*, Distrito Federal: ANDES-SN, nº 32, p. 43-51, mar. 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civil. *Educação em Foco: revista de educação*, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora/Centro Pedagógico, v. 5, nº 2, p. 115-130, set./fev. 2000/2001.

NOSSELLA, Paolo. Compromisso político e competência técnica: vinte anos depois. *Eccos – Revista Científica*, São Paulo: UNINOVE, v. 6, nº 1, p. 9-24, 2004.

NOVELLI, Ana Lucia. O *Projeto Folha* e a negação do quarto poder. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, p. 181-197.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: a poesia da ação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPED, nº 16, p. 5-17, jan./abr. 2001.

_____. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

OLIVA, Alberto. *Ciência e ideologia: Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. (Filosofia, 55).

OLIVEIRA, Marcos Marques de. O articulista Florestan Fernandes: democracia e educação em tempos de neoliberalismo. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005a, p. 149-200.

_____. Dez anos sem o mestre. *Observatório da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano 9, nº 341, 08 ago. 2005b. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em: 08 ago. 2005b.

_____. Ciência e tecnologia no governo Lula: a inovação do mesmo. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004a, p. 73-89.

_____. Resenha: Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico. *Educação – Revistas de Estudos da Educação*, Maceió: Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, ano 12, nº 20, p. 149-155, jun. 2004b.

_____. A morte da universidade pública. *Observatório da Imprensa*, Rio de Janeiro, nº 263, 10 fev. 2004c. Disponível em: <(http://www.observatôriodaimprensa.com.br/)>. Acesso em: 10 fev. 2004.

_____. A mercantilização dos direitos e os novos dilemas da educação brasileira. *Universidade e Sociedade*, Distrito Federal: ANDES-SN, nº 30, p. 92-99, jun. 2003a.

_____. O projeto político-pedagógico da terceira via. *Achegas – Revista de Ciência Política*, Niterói, nº 14, dez. 2003b. Disponível em: <http://www.achegas.net>. Acesso em: 20 dez. 2003.

_____. Resenha: A interiorização do ensino superior e a privatização do público. *Movimento*, Niterói: Faculdade de Educação da UFF, nº 8, p. 173-175, set. 2003c.

_____. Reserva de cotas: o que as manchetes escondem. *Observatório da Imprensa*, Rio de Janeiro, nº 213, 22 fev. 2003d. Disponível em: <(http://www.observatôriodaimprensa.com.br/)>. Acesso em: 22 fev. 2003.

_____. Os carrascos “voluntários” da mídia. *Observatório da Imprensa*, Rio de Janeiro, nº 230, 24 jun. 2003e. Disponível em: <(http://www.observatôriodaimprensa.com.br/)>. Acesso em: 24 jun. 2003.

_____. *Os empresários da educação e o sindicalismo patronal: o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro (1944-2000)*. Bragança Paulista: EdUSF, 2002a. (Estudos CDAPH. Série Conjuntura & Política).

_____. A política governamental de ciência e tecnologia: da C&T à CT&I. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002b, p. 65-84.

_____. Os empresários de educação básica e a nova divisão de trabalho da educação nacional. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002c, p. 235-255.

_____. A interdisciplinaridade e suas (im)pertinências. *Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, Niterói: EdUFF, 1999, p. 97-108.

OLIVEIRA Filho, José Jeremias. A reflexão metodológica em Florestan Fernandes. *Revista USP*, São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, nº 29, p. 82-85, mar./mai. 1996.

OZAÍ da Silva, Antonio. As origens e ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). *Espaço Acadêmico*, Maringá, ano 1, nº 3, ago. 2001. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br>. Acesso 24 mar. 2005.

PEIRANO, Mariza G. S. *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

PEREIRA, João Baptista Borges. A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes. *Revista USP*, São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, nº 29, p. 34-41, mar./mai. 1996.

_____. Raça e classe social no Brasil. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 151-160.

PINTO, João Alberto da Costa. Historiografia, projeto teórico e práticas institucionais – um estudo de caso: Nelson Werneck Sodré e o ISEB. In: MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). *Estado brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

PINTO, Renan Freitas. A sociologia em questão. *Idéias*, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, ano 4 nº 1/2, p. 25-42, jan./dez. 1997.

_____. *A sociologia de Florestan Fernandes*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, José Carlos. Anos 1960/70: Florestan Fernandes – Os limites reais, históricos, à emancipação e à autonomia nacional: a dependência sempre renovada e revigorada. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RENAUT, Alain. Jeremy Bentham – Introdução aos princípios da moral e da legislação, 1789. In: CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne. *Dicionário das obras políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 118-123.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RODRIGUES, Lidianne Soares. *Entre a academia e o partido: a obra de Florestan Fernandes (1969/1983)*. Relatório de Qualificação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RODRIGUES, Malena Rehbein. Agendando o Congresso Nacional: do *agenda-setting* à crise da democracia representativa. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, p. 103-123.

ROMÃO, Wagner de Melo. *A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SACCHETTA, Vladimir. Florestan Fernandes: o sociólogo militante. *Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 10, nº 26, p. 51-54, jan./abr. 1996.

SADER, Emir. Nós que amávamos tanto o capital: fragmentos para a história de uma geração. *Sociologias*, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, ano 7, nº 14, p. 150-177, jul./dez. 2005,

SAES, Décio. Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil. *Idéias*, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, ano 4 nº 1/2, p. 59-80, jan./dez. 1997.

SANTOS, Milton. *Técnica Espaço Tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Robinson dos. *Saber e compromisso: Florestan Fernandes e a escola pública*. Passo Fundo: UPF, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Florestan e a educação. *Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 10, nº 26, p. 71-87, jan./abr. 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. As ciências sociais brasileiras no século 20. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro: Instituto Ciência Hoje, v. 27, nº 159, p. 45-47, abr. 2000.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da Nossa Época, v. 94).

_____. A sociologia como previsão: Florestan e a Revolução dos Cravos. In: MARTINEZ, Paulo Henrique. *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo/Centro Universitário Maria Antônia-USP, 1998, p. 75-99.

SEMERARO, Giovanni. O educador político e o político educador. In: SEMERARO, Giovanni (Org.). *Filosofia e política na formação do educador*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.

_____. Tornar-se “dirigente”. O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Ana Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 261-274.

_____. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *A primavera dos anos 60: a geração de Betinho*. São Paulo: Edições Loyola; Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1994. (Coleção Estudos Brasileiros, 3).

SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Florestan: a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo, 2005. (Paulicéia).

SILVA, Graziela Moraes Dias da. *Sociologia da Sociologia da Educação: caminhos e desafios de uma policy science no Brasil (1920-1979)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais).

SILVA, Otávio Luiz Machado. *A educação na Assembléia Nacional Constituinte sob a ótica de Florestan Fernandes: um estudo da participação popular nos quadros da democracia da*

Nova República. Relatório de Pesquisa (Departamento de História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 1998.

SILVEIRA, Paulo. Um publicista revolucionário. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p.287-291.

SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, José Vieira de. A relação projeto nacional e educação em Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes. In: 25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), Caxambu (MG), set. 2002. *Textos dos trabalhos e pôsteres*. Disponível em <<http://www.anped.org.br/25/josevieirasousat14.doc>>. Acesso em: 30 dez. 2005.

SOUZA, Mario Luiz de. *Imprensa e hegemonia: como a Folha de São Paulo trabalhou a reforma educacional do primeiro governo FHC*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. Utopia e socialismo em Florestan. In: MARTINEZ, Paulo Henrique. *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo/Centro Universitário Maria Antônia-USP, 1998, p. 59-68.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias de Paris*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

TRAGTEMBERG, Maurício. Hermínio Sacchetta, uma perda de todos. In: SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 159-161.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. *Apresentação de trabalhos monográficos de conclusão de curso*. 8ª ed. Niterói: EdUFF, 2005.

VALENÇA, Diogo. *Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 172-217.

VIOTTI da Costa, Emília. Sociólogo conciliou ciência e política. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 1995. Brasil, p. 1.8.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1969)*. Campinas: Papirus, 1990.

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. *As portas da revolução: seleção dos escritos de Lênin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Artigos de Florestan Fernandes

“Mais América”. *Folha da Manhã*, São Paulo, 19 ago. 1943. In: Almanaque. *Bando de Dados Folha*. Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/florestan1.htm>>. Acesso em: 12 set. 2005.

“Lendas dos índios do Brasil”. *Jornal de São Paulo*, São Paulo, 21 mai. 1946. [O folclore em questão, p. 205-209].

“Fernando de Azevedo e a sociologia educacional no Brasil”. *Jornal de S. Paulo*, São Paulo, 03 nov. e 10 nov. 1946. [Educação e sociedade no Brasil, p. 552-559].

“A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo”. *Etapas – Literária, Social e Ilustrada*, São Paulo, Revista da Comunidade Árabe, ano I, nº 11, p. 6-8; 15-16, ago. 1956.

“Anísio Teixeira e a democratização do ensino”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jul. 1957. [Educação e sociedade no Brasil, p. 560-564].

“Os professores estrangeiros”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 out. 1958. [Educação e sociedade no Brasil, p. 213-216].

“Os destinos das universidades”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 03 jan. 1959. [Educação e sociedade no Brasil, p. 205-212].

“Os educadores e as exigências educacionais do presente”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev., 07 mar. e 04 abr. 1959. [Educação e sociedade no Brasil, p. 540-551].

“Em defesa da escola pública”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 jan., 06 e 13 fev. 1960. [Educação e sociedade no Brasil, p. 382-395].

“A posição dos licenciados”. *O Estado de S. Paulo*, 11 fev. 1960. [Educação e sociedade no Brasil, p. 396-403].

“A universidade e o desenvolvimento do Nordeste”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 05 fev. 1961. [Educação e sociedade no Brasil, p. 285-291].

“Objetivos da campanha da escola pública”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 mai. 1961. [Educação e sociedade no Brasil, p. 354-358].

“A Universidade de Brasília”. *Revista Anhembi*, São Paulo, jun. 1961. [Educação e sociedade no Brasil, p. 339-342].

“Diretrizes e Bases: a sanção do Presidente”. *O Estado de S. Paulo*, 28 dez. 1961. [Educação e sociedade no Brasil, p. 521-525].

“A orientação do clero católico”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 1962. [Educação e sociedade no Brasil, p. 419-423].

“A representação dos alunos”. *Revista Anhembi*, São Paulo, set. 1962. [Educação e sociedade no Brasil, p. 280-284]. *Artigo recusado pelos jornais paulistas.

“A natureza do Caetanismo”. *Portugal Democrático*, São Paulo, nov. 1972. [Democracia e desenvolvimento, p. 39-47].

“El dilema brasileño: democracia e desarrollo”. *La Opinión Cultural*, Buenos Aires, 30 set. 1973. [Em busca do socialismo, p. 125-131].

“A era da esperança”. *Portugal Democrático*, São Paulo, mai. 1974. [Democracia e desenvolvimento, p. 48-52].

“Entrevista com Florestan Fernandes”. *Portugal Democrático*, São Paulo, dez. 1974. [Democracia e desenvolvimento, p. 53-57].

“A atualidade de Lênin”. *Leia Livros*, São Paulo, 15 out. 1978. [Brasil: em compasso de espera, p. 99-102].

“O mito revelado”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 1980. [A força do argumento, 1998, p. 31-36].

“A atualidade de Marx”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 mar. 1983. [Em busca do socialismo, p. 33-41].

“A vitória da revolução cubana”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1º jan. 1984. [A força do argumento, p. 37-45].

“Lênin e o socialismo”. *Voz da unidade*, São Paulo, 21 jan. 1984. [Em busca do socialismo, p. 95-99].

“Significado político das eleições diretas”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mar. 1984. [Que tipo de República?, p. 200-205].

“O povo nas ruas”. *Folha de Londrina*, Londrina, 17 abr. 1984. [Que tipo de República?, p. 188-194]. *Entrevista a João Arruda.

“O significado de 16 de abril”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 abr. 1984. [Que tipo de República?, p. 183-187].

“Diretas-já: uma derrota?”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 mai. 1984. [Que tipo de República?, p. 179-182].

“Os de baixo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jun. 1984. [Que tipo de República?, p. 171-174].

“A ditadura sem máscara”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 jul. 1984. [Que tipo de República?, p. 167-170].

“Poesia e verdade”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 1984. [Que tipo de República?, p. 247-250].

“Memórias do cárcere”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1984. [Que tipo de República?, p. 243-246].

“Repressão participativa”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 ago. 1984. [Que tipo de República?, p. 159-162].

“Perplexidade e imobilismo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 1984. [Que tipo de República?, p. 156-158].

“Cuba: poesia e revolução”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 set. 1984. [Democracia e desenvolvimento, p. 68-70].

“A luta política”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 out. 1984. [Que tipo de República?, p. 152-155].

- “Ainda as diretas”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 1984. [Que tipo de República?, p. 148-151].
- “Os trabalhadores e a democracia”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 out. 1984. [Que tipo de República?, p. 144-147].
- “Carlos Marighella: a chama que não se apaga”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 nov. 1984. [A contestação necessária, p. 148-153].
- “Brasil e Estados Unidos: novas perspectivas?”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 dez. 1984. [Democracia e desenvolvimento, p. 86-88].
- “Pacto social e a Nova República”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 jan. 1985. [Que tipo de República?, p. 135-138].
- “Novos rumos”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 fev. 1985. [Que tipo de República?, p. 131-134].
- “O pacto social dos oprimidos”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 mar. 1985. [Que tipo de República?, p. 127-130].
- “Tancredo: não ou Sim?”. *Porandubas*, São Paulo, 12 mar. 1985. [Que tipo de República?, p. 123-126]. *Jornal de estudantes da PUC-SP.
- “O Brasil na encruzilhada”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mar. 1985. [Que tipo de República?, p. 119-122].
- “A luta popular pela Constituição”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 mar. 1985. [Que tipo de República?, p. 115-118].
- “Em defesa da Nicarágua”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 abr. 1985. [Democracia e desenvolvimento, p. 78-80].
- “O continuísmo mudancista”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 abr. 1985. [Que tipo de República?, p. 111-114].
- “Evidências negativas”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 mai. 1985. [Que tipo de República?, p. 107-110].
- “Além da mistificação”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai. 1985. [Que tipo de República?, p. 103-106].
- “Limites da contestação à ditadura”. *Jornal do DCE/UFRGS*, Porto Alegre, jun. 1985. [Democracia e desenvolvimento, p. 121-125].
- “O chute”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 jun. 1985. [Que tipo de República?, p. 99-102].
- “Inquietações burguesas”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jun. 1985. [Que tipo de República? p. 83-86].
- “Golpes dentro dos golpes”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 1985. [Que tipo de República?, p. 68-74].
- “Embates eleitorais e luta pela vida”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 nov. 1985. [Que tipo de República?, p. 56-59].
- “Quem ganhou?”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 nov. 1985. [Que tipo de República?, p. 52-55].

“O cachimbo e a boca”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 dez. 1985. [Que tipo de República?, p. 48-51].

“Quem paga o pacto?”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 dez. 1985. [Que tipo de República?, p. 41-43].

“A nova etapa da política econômica”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 abr. 1986. [Que tipo de República?, 1986a, p. 29-32].

“A esquerda e a Constituição”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 1986. [Que tipo de República?, p. 17-20].

“O politicismo burguês”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jun. 1986. [A Constituição inacabada, p. 16-19].

“A crise institucional”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 jul. 1986. [A Constituição inacabada, p. 20-23].

“Quem defende Pinochet?”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 ago. 1986. [Democracia e desenvolvimento, p. 83-85].

“Os desenraizados”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. 1986. [A Constituição inacabada, p. 24-26].

“Os subterrâneos da História não entram nas enquetes”. *Jornal Leia*, São Paulo, set. 1986. [A Constituição inacabada, p. 31-33].

“A questão dos partidos”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 set. 1986. [A Constituição inacabada, p. 27-30].

“Os dilemas políticos dos jovens”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 set. 1986. [A Constituição inacabada, p. 34-36].

“Movimentos operários, greves e democracia”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 1986. [A Constituição inacabada, p. 39-42].

“A cabeça do trabalhador”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 nov. 1986. [A Constituição inacabada, p. 43-46].

“Luta de classes e socialismo proletário”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 nov. 1986. [A Constituição inacabada, p. 47-50].

“Congresso Constituinte sem sonhos”. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 11 a 18 dez. 1986. [A Constituição inacabada, p. 51-52].

“Missão impossível”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 dez. 1986. [A Constituição inacabada, p. 53-55].

“Pacto social e desmobilização”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jan. 1987. [A Constituição inacabada, p. 56-59].

“Os trabalhadores e a Constituição”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 fev. 1987. [A Constituição inacabada, p. 60-63].

“A maioria não está na Constituinte”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 fev. 1987. [Democracia e desenvolvimento, p. 126-131]. *Entrevista a Aristeu Moreira e Fátima Turci.

“O significado histórico da Assembléia Nacional Constituinte”. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, Brasília, 12 fev. 1987. [Discursos selecionados, p. 207-209].

- “A crise”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 fev. 1987. [A Constituição inacabada, p. 64-66].
- “A prática da representação institucional”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 mar. 1987. [A Constituição inacabada, p. 71-73].
- “Autofagia”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 mar. 1987. [A Constituição inacabada, p. 74-76].
- “O uso da iniciativa popular”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 abr. 1987. [A Constituição inacabada, p. 77-80].
- “A fragmentação do processo constituinte”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 abr. 1987. [A Constituição inacabada, p. 81-83].
- “A raposa mostra o seu rabo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 abr. 1987. [A Constituição inacabada, p. 84-86].
- “Invasão e desafio”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 mai. 1987. [A Constituição inacabada, p. 87-90].
- “O centro do poder”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jun. 1987. [A Constituição inacabada, p. 91-93].
- “Constituição e eleição”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1987. [A Constituição inacabada, p. 97-99].
- “As perspectivas do PMDB”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jun. 1987. [A Constituição inacabada, p. 100-102].
- “A pedagogia socialista só se efetivará após a vitória da revolução proletária”. *CPB Notícias*, Brasília, jul. de 1987. [O desafio educacional, p. 149-153].
- “Crise de poder e Assembléia Nacional Constituinte”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jul. 1987. [A Constituição inacabada, p. 103-107].
- “Controvérsias sobre a Constituição”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 jul. 1987. [A Constituição inacabada, p. 108-111].
- “Um depoimento curto e grosso”. *Jornal do Jornalista*, Brasília, ago./set. 1987. [A Constituição inacabada, p. 132-134].
- “Educação e constituição”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 ago. 1987. [A Constituição inacabada, p. 120-123].
- “A Constituição em perspectiva”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 1987. [A Constituição inacabada, p. 124-127].
- “O ‘jeitinho brasileiro’”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 ago. 1987. [A Constituição inacabada, p. 128-131].
- “Uma questão de grandeza”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 set. 1987. [A Constituição inacabada, p. 142-145].
- “Adeus à transição”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 out. 1987. [A Constituição inacabada, p. 157-160].
- “Teoria e prática do golpe preventivo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 1987. [A Constituição inacabada, p. 161-164].

“O apogeu do processo constituinte”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 nov. 1987. [A Constituição inacabada, p. 165-169].

“Momentos de indecisão”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 nov. 1987. [A Constituição inacabada, p. 181-184].

“Ser ou não ser estadista”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 nov. 1987. [A Constituição inacabada, p. 173-176].

“Opressão de classe e Constituição”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 nov. 1987. [A Constituição inacabada, p. 177-180].

“Os ‘contras’”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1987. [A Constituição inacabada, p. 185-188].

“Derrota das ‘esquerdas’”? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 dez. 1987. [A Constituição inacabada, p. 189-191].

“A retranca da direita”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 dez. 1987. [A Constituição inacabada, p. 192-195].

“Renúncia ou destituição”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1988. [A Constituição inacabada, p. 199-202].

“Choque parlamentar”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1988. [A Constituição inacabada, p. 203-206].

“Ideologia e utopia do ‘Centrão’”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 jan. 1988. [A Constituição inacabada, p. 207-210].

“Odiai-vos uns aos outros”. *Folha de S. Paulo*, 09 fev. 1988. [A Constituição inacabada, p. 211-214].

“A idealização da Constituição”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1988. [A Constituição inacabada, p. 215-219].

“O quadro político atual”. *Decisão*, Brasília, abr. 1988. [A Constituição inacabada, p. 244-247].

“O teste parlamentar”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 abr. 1988. [A Constituição inacabada, p. 237-239].

“A percepção popular da ANC”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1988. [A Constituição inacabada, p. 240-243].

“Constituição: continuidade ou ruptura?”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1988. [A Constituição inacabada, p. 248-250].

“Nova Carta e eleições para superar a crise”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1988. [A Constituição inacabada, p. 251-254].

“As contradições do Centrão”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1988. [A Constituição inacabada, p. 259-262].

“Primeiro de Maio e solidariedade proletária”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 mai. 1988. [A Constituição inacabada, p. 266-268].

“Esperanças ameaçadas”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 mai. 1988. [A Constituição inacabada, p. 275-277].

“O segundo turno”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mai. 1988. [A Constituição inacabada, p. 278-280].

“A Constituição e seu espelho”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 jun. 1988. [A Constituição inacabada, p. 284-286].

“O PT e o dilema das eleições municipais”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 jun. 1988. [A Constituição inacabada, p. 287-289].

“A Constituição: assinar ou não?”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jun. 1988. [A Constituição inacabada, p. 290-292].

“A nova pauta política”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1988. [A Constituição inacabada, p. 293-295].

“O Governo e o segundo turno”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jun. 1988. [A Constituição inacabada, p. 296-299].

“A questão da anistia”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1988. [A Constituição inacabada, p. 300-303].

“O novo partido”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1988. [A Constituição inacabada, p. 304-307].

“A Constituição: a perspectiva dos trabalhadores”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jul. 1988. [A Constituição inacabada, p. 308-312].

“Constituição: o despique do Governo”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1988. [A Constituição inacabada, p. 313-317].

“O discurso político”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 ago. 1988. [A Constituição inacabada, p. 318-320].

“A ingovernabilidade”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 ago. 1988. [A Constituição inacabada, p. 325-328].

“Cláudio Abramo e o jornalismo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 ago. 1988. [A contestação necessária, p. 166-170].

“Fluxo e refluxo”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1988. [A Constituição inacabada, p. 329-332].

“Crise e conciliação”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 ago. 1988. [A Constituição inacabada, p. 333-336].

“A greve”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 ago. 1988. [A Constituição inacabada, p. 337-340].

“O curso do segundo turno”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1988. [A Constituição inacabada, p. 341-345].

“O produto final”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 1988. [A Constituição inacabada, p. 346-349].

“A última sessão do segundo turno”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 set. 1988. [A Constituição inacabada, p. 354-356].

“O dilema histórico da Igreja Católica”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 set. 1988. [A Constituição inacabada, p. 357-359].

“A Constituição de 1988: conciliação ou ruptura?”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 out. 1988. [A Constituição inacabada, p. 360-362].

“Retaliações e pressões”. *Jornal de Brasília*, Brasília, 08 out. 1988. [A Constituição inacabada, p. 363-365].

“O ‘desengajamento’ dos militares”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 out. 1988. [A Constituição inacabada, p. 366-369].

“Desconstitucionalização como projeto governamental”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 out. 1988. [A Constituição inacabada, p. 370-372].

“A deterioração do poder”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 out. 1988. [A Constituição inacabada, p. 373-375].

“A ‘transição’ pós-constitucional”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 out. 1988. [A Constituição inacabada, p. 376-379].

“O pacto social improvável”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 nov. 1988. [A transição prolongada, p. 179-181].

“A nova lei da educação”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1989. [O desafio educacional, p. 29-32].

“O espaço da esquerda”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 abr. 1989. [A transição prolongada, p. 97-100].

“Um amargo quarto de século”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 mai. 1989. [A transição prolongada, p. 194-198].

“Sondagens e propaganda”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1989. [A transição prolongada, p. 85-88].

“Em defesa da Revolução Chinesa”. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, Brasília, 22 jun. 1989. [Discursos selecionados, p. 367-368].

“O efeito gangorra”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1989. [A transição prolongada, p. 78-82].

“Os prefeitos do PT”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 ago. 1989. [A transição prolongada, p. 121-123].

“A transição democrática”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. 1989. [A transição prolongada, p. 65-67].

“A educação do futuro”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 1989. [A transição prolongada, p. 211-213].

“Rasgando a seda”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 set. 1989. [A transição prolongada, p. 54-56].

“Democracia e socialismo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 out. 1989. [A transição prolongada, p. 156-159].

“Isolamento ou provincianismo?”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1989. [A transição prolongada, p. 39-42].

“Por que não votar em Fernando Collor de Mello”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 dez. 1989. [A transição prolongada, p. 32-34].

- “Alianças Urgentes”. *Folha de S. Paulo*, 04 dez. 1989. [A transição prolongada, p. 31-32].
- “O ano do PT”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jan. 1990. [A transição prolongada, p. 23-24].
- “O socialismo está morto?”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1990. [A transição prolongada, p. 155-156].
- “El Salvador: impasse na dualidade de poder”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 fev. 1990. [Democracia e desenvolvimento, p. 92-93].
- “Conflitos na educação”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1990. [Tensões na educação, p. 9-10].
- “A universidade sob tensão”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 out. 1990. [Tensões na educação, p. 15-16].
- “O PT e 1990”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 dez. 1990. [A força do argumento, p. 179-180].
- “SBPC”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 ago. 1991. [Tensões na educação, p. 23-24].
- “Crise na educação”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 ago. 1991. [Tensões na educação, p. 25-26].
- “Educação: inconsistências do Legislativo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 jul. 1992. [Tensões na educação, p. 47-48].
- “O teste do socialismo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jan. 1993. [A força do argumento, p. 208-209].
- “A fome”. *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 1993. [A força do argumento, p. 224-225].
- “Combate à fome”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 jan. 1994. Opinião, p. 1.2.
- “O enigma chinês”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1994. [A força do argumento, p. 226].
- “Mudança seletiva e ruptura histórica”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 1994. Opinião, p. 1.2.
- “Economia política da crise”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1994. Opinião, p. 1.2.
- “O déficit público”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jul. 1994. Opinião, p. 1.2.
- “O limite da ingenuidade”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 ago. 1994. Opinião, p. 1.2.
- “O segundo turno”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 dez. 1994. Opinião, p. 1.2.
- “Novo ciclo de desenvolvimento periférico”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1994. Opinião, p. 1.2.
- “A festa da caridade”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 jan. 1995. Opinião, p. 1.2.
- “Perspectivas consolidadas”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jan. 1995. Opinião, p. 1.2.
- “Experimentum crucis”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 jan. 1995. Opinião, p. 1.2.
- “O efeito ‘tequila’”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 mar. 1995. Opinião, p. 1.2.
- “Vacilações no Senado”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 mai. 1995. Opinião, p. 1.2.

“Político ou acadêmico?”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mai. 1995. [A força do argumento, p. 216-217].

“Transição difícil para os sindicatos”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jun. 1995. Opinião, p. 1.2.

“O eclipse do trabalho”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jun. 1995. Opinião, p. 1.2.

“Racismo e cordialidade”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1995. Opinião, p. 1.2.

“Os partidos de esquerda”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 ago. 1995. Opinião, p. 1.2.

“Custos sociais do capitalismo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1995. Opinião, p. 1.2.

“Universidade e talento”. *Revista ADUSP*, São Paulo, nº 4, out. 1995. Educação, p. 8-11.

Depoimentos

Cibele Saliba Rizek, novembro de 2005.

Florestan Fernandes Jr., novembro de 2005.

Heloísa Fernandes Silveira, novembro de 2005.

Ricardo Antunes, novembro de 2005.

Vídeos

FLORESTAN Fernandes, o mestre. Direção de Roberto Stefanelli. Brasília: TV Câmara, 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=13144>>. Acesso em: 25 de julho de 2005.

FLORESTAN Fernandes, 1994 – Programa Roda Viva. São Paulo: Cultura Marcas, 2005. 1 DVD (85 min).